



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOÃO BATISTA DE ANDRADE FILHO

**JUVENAL GALENO E SUAS CANÇÕES POPULARES: REFLEXO DO PROPÓSITO
EDUCACIONAL ROMÂNTICO SOB OS AUSPÍCIOS DO ESPIRITUALISMO
ECLÉTICO (1836 – 1889)**

FORTALEZA

2017

JOÃO BATISTA DE ANDRADE FILHO

JUVENAL GALENO E SUAS CANÇÕES POPULARES: REFLEXO DO PROPÓSITO
EDUCACIONAL ROMÂNTICO SOB OS AUSPÍCIOS DO ESPIRITUALISMO
ECLÉTICO (1836 – 1889)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Professor Doutor Rui Martinho Rodrigues.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A567j Andrade Filho, João Batista de.

Juvenal Galeno e suas Canções Populares: Reflexo do Propósito Educacional Romântico sob os Auspícios do Espiritualismo Eclético (1836-1889) / João Batista de Andrade Filho. – 2017. 220 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues.

1. Juvenal Galeno. 2. Canções Populares. 3. Espiritualismo Eclético. 4. Educação Romântica. I. Título.

CDD 370

JOÃO BATISTA DE ANDRADE FILHO

JUVENAL GALENO E SUAS CANÇÕES POPULARES: REFLEXO DO PROPÓSITO
EDUCACIONAL ROMÂNTICO SOB OS AUSPÍCIOS DO ESPIRITUALISMO
ECLÉTICO (1836 – 1889)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Rui Martinho Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Doutor José Gerardo Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Doutor Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior
Univ. Estadual do Ceará (UECE)/ Univ. Federal do Ceará (UFC)

Professora Doutora Fátima Maria Leitão Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Professor Doutor Francisco Valfrido Barbosa
Faculdade de Tecnologia do Nordeste (FATENE)

A Deus
A meus pais
À minha esposa
A meu filho

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte perene de inspiração e de onde emana o poder que nos fortalece.

A meus pais, João Batista de Andrade (*In Memoriam*) e Francisca Rodrigues de Andrade, que tiveram o discernimento de apostar na educação dos filhos como caminho seguro para a construção de um futuro melhor.

A minha amada esposa, Mara Celli Arruda de Andrade, Companheira da vida inteira, inspiradora e motivadora de nossas conquistas.

A meu amado filho, Antonio Augusto Arruda de Andrade, inspiração e motivação a mais.

A meus irmãos pela história partilhada.

A D. Eurides Dantas, a “Vó Lelé” (*In Memoriam*), por uma vida empenhada pelo sucesso escolar dos netos e netas.

Ao professor Ari Andrade, incentivador e responsável pela orientação de minha vida intelectual.

A meu orientador, Rui Martinho Rodrigues, zeloso pelo engrandecimento intelectual e autonomia de seus alunos.

A Universidade Federal do Ceará, através do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira bem como ao seu corpo docente e aos seus funcionários.

Aos docentes e discentes da Linha de História e Memória da Educação.

Ao Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Educação Básica que, com sua política de valorização e incentivo profissional, viabilizou as condições materiais para a realização do curso de doutorado e a conclusão da pesquisa que resultou na presente tese.

“Ainda não se fez com a devida profundidade o estudo crítico, em corpo inteiro, da personalidade de Juvenal Galeno como poeta e escritor. Há a seu respeito uma bibliografia bastante grande, mas de natureza partitiva. Apreciaram alguns faces do cristal, mas a gema não foi aquilatada em seu conjunto. É um tema a desafiar a argúcia de crítico novo, voltado para as coisas brasileiras, e bem poderia servir de motivo a uma tese de doutoramento ou licenciatura em uma das nossas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Fica aqui a lembrança e espero que ela não caia no vazio.”
(Renato Braga).

RESUMO

Anseios por fazer do Brasil uma nação impulsionaram a formação de setores médios intelectualizados capazes de conduzir o ideal formativo humano necessário ao chamado projeto civilizatório brasileiro no século XIX. A historiografia brasileira registra, para o período, diversos casos e ações de intelectuais e grupos, que coadunam bem com o que se pode chamar de exercício intelectual como atitude política. Mas, há casos em que o exercício intelectual configurava-se também como atitude eminentemente educativa, dado que o ideal de nacionalidade perseguido era impresso pelos códigos civilizatórios somente alcançáveis pelos processos formativos, sendo estes a imprensa ou a escola. Notemos que o período do qual tratamos, aqui delimitado a partir de fins da Regência, registra diversas forças que se contrapunham. Dentre aquelas pautadas nas novas ideias cujos matizes se encontravam na Ilustração, ressaltamos a vertente romântica fortemente influenciada pelo Espiritualismo Eclético, corrente filosófica francesa estabelecida por Victor Cousin. Intelectuais românticos brasileiros, advogando a defesa das ideias cousinianas puderam estabelecer um debate com o tradicionalismo alegando a necessidade de construção da Pátria, a partir da instituição de sua educação, sua cultura, incluindo-se aí a literatura, notadamente a poesia, e, principalmente, de sua história. Pode-se dizer, portanto, que alguns desses intelectuais delegaram a si mesmos uma missão social e pedagógica porque, no referido projeto de pátria, tinham nítida a compreensão da necessidade de forja do novo homem com uma nova mentalidade, desenredada da mentalidade colonialista. Desenvolveram, portanto, a figura do intelectual educador bem caracterizado como escritor de missão. Diversos foram os intelectuais e suas defesas, porém, sabe-se que o ideal de educação romântica, pautada no Espiritualismo Eclético, fez parte da tônica e dos desejos de todos que se lançaram nessa missão. O poeta e folclorista Juvenal Galeno, com sua literatura, em forma de canções populares, está muito bem caracterizado como o intelectual que compartilhou dessa mentalidade e que, portanto, fez da literatura sua missão educadora.

Palavras-Chave: Juvenal Galeno; Canções Populares; Espiritualismo Eclético; Educação Romântica.

ABSTRACT

Anxieties for making Brazil a nation have boosted the formation of intellectualized middle sectors capable of conducting the human formative ideal necessary for the so-called Brazilian civilizational project in the nineteenth century. The Brazilian historiography records, for the period, several cases and actions of intellectuals and groups, which go well with what can be called an intellectual exercise as a political attitude. But there are cases in which the intellectual exercise was also an eminently educational attitude, given that the ideal of nationality pursued was imprinted by the civilizational codes only achievable by the formative processes, being these the press or the school. It should be noted that the period we are dealing with, here delimited from the ends of the Regency, registers several opposing forces. Among those based on the new ideas whose nuances were in the Illustration, we emphasize the romantic side strongly influenced by the Eclectic Spiritualism, French philosophical current established by Victor Cousin. Brazilian romantic intellectuals, advocating the defense of Cousin's ideas, were able to establish a debate with traditionalism, alleging the need to construct the homeland, from the institution of its education, its culture, including literature, notably poetry, and, above all, its history. It can be said, therefore, that some of these intellectuals delegated to themselves a social and pedagogical mission because in the said project of country they had a clear understanding of the forging of the new man with a new mentality, unraveled from the colonialist mentality. They developed, therefore, the figure of the intellectual educator well characterized like writer of mission. Many were the intellectuals and their defenses, however, it is known that the ideal of romantic education, based on Eclectic Spiritualism, was part of the tonic and desires of all who launched this mission. The poet and folklorist Juvenal Galeno, with his literature, in the form of popular songs, is very well characterized as the intellectual who shared this mentality and who, therefore, made of literature its educative mission.

Keywords: Juvenal Galeno; Popular Songs; Eclectic Spiritualism; Romantic Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CAPÍTULO I - JUVENAL GALENO: O Homem, o Tempo e a Obra	18
2.1 Um Perfil Biográfico Aproximado	18
2.2 O Contexto Brasileiro sob Influência da Guinada Cultural Romântica Europeia no Século XIX	31
2.3 As Poesias e as Canções Populares como busca da Formação da Consciência Nacional	43
3 CAPÍTULO II - ANSEIOS POR BRASILIDADE E A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NACIONAL: A ATIVIDADE INTELECTUAL COMO MISSÃO EDUCADORA NO SEGUNDO REINADO	55
3.1 Ao Encontro do Romantismo: Uma apreciação histórica sobre seus princípios e os acontecimentos delineadores	55
3.2 O Romantismo brasileiro pelo viés do Espiritualismo Eclético: a base educacional da Pátria	68
3.3 A Intelligentsia romântica nacional e a atividade intelectual como missão educadora	82
4 CAPÍTULO III - ENCONTROS E DIÁLOGOS DE JUVENAL GALENO COM A CONSCIÊNCIA DE MISSÃO EDUCADORA DO ROMANTISMO ECLÉTICO BRASILEIRO	96
4.1 O Liceu do Ceará: Expressão de princípios educacionais ecléticos	96
4.2 As Letras e a Imprensa: Experiência de princípios e diretrizes ecléticas	116
4.3 A Comissão Científica de Exploração: A oportunidade de diálogo com uma “tradição intelectual esquecida”	122
5 CAPÍTULO IV - AS CANÇÕES DE JUVENAL GALENO INSERIDAS NA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO ESPÍRITO NACIONAL	138

5.1 A Organização e a Catalogação das Canções Populares por Juvenal Galeno	138
5.2 A Canção Popular Eleita Neste Estudo: Reflexo do Brasil Oitocentista?	145
5.3 A Presença do Debate Estético e Filosófico nas Canções de Juvenal Galeno	155
5.4 As Canções Populares de Juvenal Galeno Chegam à Escola Primária	160
5.5 O Sentido Pedagógico das Canções na Formação do Caráter Nacional: Qual a Moral da História?	169
6 CONCLUSÃO	173
REFERÊNCIAS	177
ANEXOS	190

1 INTRODUÇÃO

Nosso interesse em pautar Juvenal Galeno como tema de tese de doutoramento não objetivou propriamente escrever a biografia do poeta, muito menos fazer a análise literária de sua obra. Muito embora sejam estes elementos relevantes e dos quais não poderíamos abrir mão, nosso esforço centrou-se em fazer uma narrativa de história da educação, objetivando compreender que certos aspectos presentes na obra do referido poeta cearense, tais como um conjunto de intenções educacionais, refletindo claros preceitos morais, faziam parte de um propósito mais abrangente de educação inserido presumivelmente no movimento romântico brasileiro, sob a inspiração da filosofia do Espiritualismo Eclético.

Quanto à biografia de Juvenal Galeno, apesar de termos constatado a necessidade de narrá-la, assim como constatou Renato Braga há muito mais tempo que nós, quando, ressaltando a importância que teve referido poeta como intelectual e literato e pela longa vida eivada de curiosidades e de fatos importantes, notadamente no âmbito cultural, afirmou que ainda não recebeu um volume à altura do que dizem que representou para o meio literário cearense. Apesar de ser um autor cuja importância seja inegável até para a literatura brasileira, como apontaram alguns críticos, que ao longo da história tem recebido diversos comentários em artigos, ainda não recebeu uma biografia a contento, com estudo de conjunto, de forma sistematizada.

Como deixou claro o escritor cujo texto utilizamos na epígrafe desta nossa tese, existem muitos textos esparsos sobre o poeta Juvenal Galeno e a grande maioria desses até se constituem como compilações de informações colhidas, originárias de textos mais antigos.

Tais compilações tendem a ser geradoras de uma tradição que posiciona o poeta em questão muito mais como ícone mitológico do que como figura histórica.

Desta forma, muitos escritores teceram comentários a respeito de Juvenal Galeno que não passavam de plágios do que já havia sido dito, repetindo sempre o que se convencionou falar dele, caracterizando-o meramente como folclorista, compilador de canções populares, poeta das canções populares e autor de inspiração local.

A referência mais consistente, que aliás serve de base para todas as outras, compõe-se do texto *O Pioneiro do Folclore Brasileiro*, de Francisco Alves de Andrade, artigo publicado no ano de 1948, pela Revista do Instituto Histórico do Ceará. Aliás foi a referência para o pequeno livro de Freitas Nobre, *Juvenal Galeno*, da coleção Grandes Vultos das Letras, de 1952 com reedição em 1960, considerado até agora como biografia do poeta cearense, o que comprova que a narrativa biográfica existente de Juvenal Galeno ainda é deficitária.

Para o grande nome que carrega, poderemos dizer que é mínima e talvez até inconsistente a bibliografia dedicada a Juvenal Galeno. Afinal, nesses mesmos textos esparsos e numerosos, mesmo que inconsistentes sobre referido poeta é possível colherem-se diversos epítetos associados a seu nome, tais como, “Criador da Poesia Popular Brasileira”, “Pioneiro no Folclore no Nordeste do Brasil”, “Primeiro Poeta Abolicionista”, “Precursor das Letras no Ceará”, “iniciador do Romantismo no Ceará”, “Pioneiro do Conto no Ceará”, “Primeiro teatrólogo do Ceará”, “Primeiro editor de livro no Ceará”, “Primeiro a editar um jornal de grêmio”, “Primeiro a editar um jornal puramente literário no Ceará”, “Primeiro Deputado de oposição do Ceará”, “Primeiro escritor do Ceará a ter sua obra publicada em livro pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.” Apesar disso, não há essa biografia consistente no sentido de que se dê a visão de conjunto sobre o autor e a sua obra, situados em um contexto amplo, no rol das relações sociais e das ideias, há muito merecida.

Desde que iniciamos esta empreitada percebemos que a vida e a obra de Juvenal Galeno poderiam representar aquela fotografia em busca de uma outra moldura porque, acreditamos, a que lhe emprestaram não é suficiente para dar o realce apropriado. Uma aproximação disso e que serviu-nos de inspiração, foi um pequeno texto de uma “Palestra pronunciada no dia 10-3-81, em comemoração ao 50º aniversário de falecimento de Juvenal Galeno”, de Sânzio de Azevedo, intitulada *Juvenal Galeno e a poesia do povo*, em que o autor procurou, mesmo que brevemente, indicar um realce histórico e social mais abrangente, inserindo a iniciativa do poeta no contexto do Romantismo, ligando suas ideias às ideias de referida escola literária, possibilitando a ampliação da compreensão contextual.

Defendemos, portanto, que Juvenal Galeno e suas obras estão ligados a um emolduramento que tenha se perdido ao longo do tempo. Compreendemos que a construção ou mesmo a reconstrução dessa moldura tornará possível até mesmo a reconstituição do próprio realce histórico de referida figura.

Destarte, seguindo a orientação para a presente proposta de estudo, e, como já salientado, visando compreender Juvenal Galeno para além de sua ação enquanto poeta e literato, enfocamos o bardo cearense enquanto educador. Um viés, aliás, ainda não abordado pelos autores que sobre ele escreveram.

Conduziram-nos a essa direção algumas evidências de que havia em sua obra uma certa intencionalidade educativa eivada de preceitos moralizantes. Vejamos que, assim, o quadro amplia-se e, conseqüentemente, exige-se a ampliação da própria moldura.

O primeiro indício dessa intencionalidade educativa adveio-nos com a leitura de um de seus livros intitulado *Canções da Escola*, escrito em 1871, que fora adotado pelo

Conselho de Instrução Pública do Ceará para uso nas aulas do curso primário. Este livro, aliás, foi nosso ponto de partida. Foi a partir dele que iniciaram-se os questionamentos sobre os propósitos que estariam como expressão daquelas canções que portavam princípios morais e, portanto, uma intencionalidade pedagógica.

Posteriormente, ao tomar contato com outras obras do poeta, fomos encontrando mais indícios dessa mesma intencionalidade, surgindo, assim, a necessidade de posicionar o poeta, a partir de sua obra, como um “escritor de missão”, ou seja, alguém que abraçou uma causa no contexto mais geral de um propósito educacional que presumivelmente fez parte do Romantismo brasileiro.

Ao incursionarmos os estudos por este caminho, percebemos que a constituição do referido propósito se deu pelo viés da filosofia do Espiritualismo Eclético, corrente francesa que influenciou intelectuais brasileiros no período imperial, cujas diretrizes serviram de base de sustentação política ao Império brasileiro, a partir de um propósito educacional traçado.

Valemo-nos, para a fundamentação de tal percepção, de obras como *A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro: Gonçalves de Magalhães* (1973), de Roque Spencer Maciel de Barros, *O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro* (1985) e *Escola Eclética: Estudos Complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil* (1999) de Paulo Paim e *As Raízes Cristãs do Pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo* (2001), de Tiago Adão Lara.

Aos poucos fomos levados a inferir que, se a obra de Juvenal Galeno indica ou expressa aspectos educacionais, estes estão, provavelmente, sintonizados com o propósito educacional do romantismo brasileiro cujas diretrizes foram traçadas a partir do Espiritualismo Eclético. Destarte, procurando situar Juvenal Galeno nesse contexto de nosso romantismo, procurando compreender que sua obra expressa esse ideal romântico eclético, acreditamos ter encontrado a moldura daquela fotografia à espera do merecido realce.

Novamente ressaltamos que, ao atermo-nos à obra de Juvenal Galeno, não buscamos compreendê-la do ponto de vista estético-literário, mas como rico documento histórico. Acreditamos que se constitui antes como documento histórico útil à nossa composição narrativa e que, portanto, assim a tratamos. Afinal, “a compreensão da obra literária é um encontro histórico que apela para a experiência pessoal de quem está no mundo” (PALMER, 2006), é uma voz que deve ser ouvida e será compreendida tanto quanto for ouvida. Nosso intuito, ao buscar ouvir essa voz, reside em encontrar os elementos educacionais que apontem Juvenal Galeno como intelectual sintonizado com essas questões mais gerais que expressam os elementos sociais, políticos e filosóficos, verberados pelo Espiritualismo Eclético, que nos permitam falar de um propósito educacional romântico nacional que

influenciou sua atuação enquanto intelectual. Ou, melhor dizendo, compreender que a obra do poeta Juvenal Galeno é reflexo dessa mentalidade romântica alicerçada pelo Espiritualismo Eclético.

Talvez haja aí uma nova contribuição para posteriores estudos sobre Juvenal Galeno, dada a ênfase que estamos dando ao poeta enquanto educador, algo ainda inédito nos textos que versaram sobre sua vida, conforme já salientado.

Ao mesmo tempo, o tema em questão contempla o nosso interesse mais amplo pela história das ideias filosóficas no século XIX que, de uma maneira ou de outra, influenciaram as questões educacionais no Brasil. Durkheim (1955) compreendeu que aos estudos históricos de um dado sistema de educação estão atreladas questões religiosas, política, científica e outros fenômenos sociais, enquanto causas sociais e sem as quais os fenômenos educacionais ficariam incompreensíveis. Nesta direção compreendemos que, em toda época, à educação estão ligadas ideias filosóficas que lhe dão norteamento e, portanto, ao narrarmos a história da educação, não podemos prescindir da história das ideias a ela subjacente.

Segundo Tuchman (1991), um dos requisitos indispensáveis para uma boa escrita da história é a paixão e o entusiasmo pelo assunto sobre o qual se está escrevendo. Compreender Juvenal Galeno em um contexto influenciado pelo Espiritualismo Eclético e a partir disso compor uma narrativa da história da educação nos entusiasmou e nos aproximou de outro interesse que é a história das ideias, despertado desde o período da graduação no curso de Filosofia, resultando do conteúdo ministrado em cadeiras como a de História da Filosofia no Brasil.

O texto que por ora apresentamos é fruto de uma pesquisa histórica, encetada no âmbito da educação, com procedimento bibliográfico e documental, priorizando fontes primárias mas, lançando mão de fontes secundárias por entender que estas, conforme Tuchman (1991, p. 34), são necessárias quando se parte de um ponto próximo ou de total ignorância sobre um determinado assunto. Assim como a referida autora, compreendemos que elas são importantes por proporcionarem uma aproximação com orientações, sugestões, bibliografias e visão geral dos acontecimentos, mas sem perder a noção de que a pesquisa não pode e nem deve ficar adstrita a elas. Portanto, às vezes essas fontes representam aquela parada obrigatória para abastecimento e reorientação e não fazê-la é estar sob risco de distanciamento da rota pretendida.

Assim, a partir da leitura do que havia escrito sobre Juvenal Galeno, optamos pela busca constante de fontes primárias que corroborassem o que buscamos defender. As obras de Juvenal Galeno constituíram-se, para nosso propósito, como fontes primárias.

O encontro com a maioria das fontes que utilizamos para este estudo se deu, notadamente, de forma virtual. Diversos foram os sítios eletrônicos em que as encontramos, dentre eles enumeraremos a Biblioteca Virtual Secult, da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Nacional, Academia Brasileira de Letras, Biblioteca Digital da Unicamp, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Biblioteca Brasileira/USP, Biblioteca São Clemente, Literatura Digital/UFSC, Biblioteca Digital de Obras Raras Especiais e Documentação Histórica da USP, Biblioteca Digital do Senado, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Bibliothèque Nationale de France, dentre outros.

Destacaremos aqui principalmente o sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital Nacional que tem disponível um farto material, constituído por jornais e revistas de diversos períodos das mais diferentes províncias. Do período do qual tratamos, foi possível encontrar relatórios e textos em jornais como *O Cearense*, *D. Pedro II*, e *A Constituição*, ambos da cidade de Fortaleza, que circularam na segunda metade do século XIX.

Dentre os documentos encontrados destacamos um *Relatório da Instrução Pública*, de 1849, de autoria de Tomás Pompeu de Sousa Brasil, onde explicitamente há uma defesa da reforma do ensino conforme teses do Espiritualismo Eclético, com citações diretas do filósofo Victor Cousin. Também encontramos um *pronunciamento de Juvenal Galeno* enquanto deputado provincial em 1859, propondo e defendendo um projeto de criação de uma *Fazenda Normal de Agricultura*, instituição de ensino técnico ligada às questões rurais, cujas teses estavam em José Bonifácio, Pestalozzi e Victor Cousin. Ainda um *Protesto Público* de um professor exonerado por conta de denúncias apresentadas em relatório do Inspetor Literário Juvenal Galeno, de 1865, cujas informações serviram para a compreensão da ação de Juvenal Galeno como inspetor escolar.

Além dos documentos acima foi possível encontrar muitas notícias sobre Juvenal Galeno e memórias da instrução pública colhidas nos referidos periódicos.

O plano da obra que por ora apresentamos está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, intitulado **Juvenal Galeno: o homem, o tempo e a obra**, composto por três seções, buscamos traçar um perfil biográfico do autor em questão, utilizando inclusive alguns de seus poemas como elemento essencial de memória para tal, bem como a descrição do cenário político e econômico do contexto no qual estava inserido, abordando a tendência da consciência nacional e as canções populares, matéria prima da obra de Juvenal Galeno, como elemento simbólico dessa tendência.

O segundo capítulo, cujo título é **Anseios por brasilidade e a formação da consciência nacional: a atividade intelectual como missão educadora no Segundo Reinado**, também compartimentado em três seções, procura mostrar que, dentro do movimento Romântico brasileiro, sob os auspícios do Espiritualismo Eclético, foram traçadas diretrizes educacionais cujo propósito estava em consonância com o projeto de construção da Pátria e, portanto, intelectuais sentindo-se incumbidos dessa missão, foram responsáveis pelo estabelecimento de uma mentalidade de forma a constituírem a intelligentsia do Império brasileiro.

O terceiro capítulo **Encontros e diálogos de Juvenal Galeno com a consciência de missão educadora do Romantismo eclético brasileiro**, procura mostrar que o referido poeta insere-se nesse contexto eclético do Romantismo brasileiro como intelectual que compartilhou dessa missão educacional. Assim, nas subdivisões do capítulo procuramos mostrar os possíveis encontros do autor com a consciência eclética. Em primeiro lugar apontamos o Liceu do Ceará, onde Juvenal Galeno estudou humanidades, a essa época sob a orientação de Tomas Pompeu. Em segundo lugar é a imprensa um outro promovedor desse encontro, notadamente quando Juvenal Galeno esteve no Rio de Janeiro, na oficina de Paula Brito, reduto de intelectuais ecléticos. E em terceiro lugar apontamos que essa influência se deu também no diálogo com os membros da *Comissão Científica de Exploração*, notadamente Gonçalves Dias e Guilherme Capanema, quanto estiveram no Ceará.

No quarto capítulo, que recebeu por título **As canções de Juvenal Galeno inseridas na proposta de formação do espírito nacional**, procuramos detalhar esse propósito educacional na obra do autor em questão a partir do momento da catalogação e organização das canções populares, entendendo estas como reflexo do Brasil Oitocentista e, posteriormente como serviram ao propósito educacional até desembocar na escola primária. Seguimos na trilha da compreensão das canções no propósito educacional brasileiro.

No percurso que fizemos na composição de nossa compreensão, elegemos alguns autores que deram suporte teórico a alguns dos temas tratados, tais como Cultura Popular, Romantismo, Educação, Pedagogia, Espiritualismo Eclético e Ecletismo. Dentre os autores destacam-se Burke (2003;2010), Berlin (1983;1991;1999;2005;2009;2015), Cambi (199), Paim (1985) e Durkheim (1995;2009).

As informações até o momento bastam para o fim proposto, afinal, temos consciência de que se trata de um trabalho inconcluso à espera de aprimoramentos.

2 CAPÍTULO I - JUVENAL GALENO: O Homem, O Tempo e A Obra

“No dia vinte e sete de setembro/ De mil e oitocentos e trinta e seis/ Na rua que chamava-se formosa/ Nasci na Fortaleza/ onde me vês privado da visão/ Mas conformado, o dia passo triste e não passeio/A noite sou feliz, pois durmo e sonho/ E sonhando eu versejo, enxergo e leio. (...) [...] / Poeta descantei a vida inteira/ em minha mocidade, os meus amores/ Dos índios o viver em suas tabas/ E das belas cunhãs, meigos langores. [...] / E cantei a labuta dos roceiros/ Dos homens do sertão as vaquejadas/ E dos homens do mar as pescarias, Sobre as ondas bravias nas jangadas. (...) / Agora, poderia, meus amigos, Acerbas provações rememorar. / Mas hoje não é dia de tristeza, / E ninguém veio aqui para chorar.”
Juvenal Galeno. *Palestra Íntima.*

“Se vires um poeta encanecido, / Dos amigos d’outrora abandonado, / Sem vista para ler, mas conformado, / Da rua, nas palestras esquecido.../ Na cidade natal desconhecido, / No país em seus versos celebrado, / E entre o povo por quem fora escutado, / Muitas vezes então desvanecido.../ Aí sou eu que morrendo nos meus lares, / Deixarei como herança à pátria amada/ Minhas Cenas e Lendas Populares.../ E voando das almas à pousada/ De lá espero ouvir os meus cantares/ Consolando a pobreza malfadada.” **Juvenal Galeno.** *O Velho Poeta.*

2.1 Um Perfil Biográfico Aproximado

Em plenos anos trinta do século XIX, José Domingos Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre e Francisco Sales Torres Homem, lançavam através da Revista *Nytheroy*, publicada por eles em Paris, um manifesto que comportava em si um projeto que teve a pretensão de ser a base de construção da Pátria a partir da elaboração de uma literatura, de uma história e de uma filosofia eminentemente nacionais. Estava ainda a nação brasileira carente de afirmação enquanto tal.

No rol dos documentos que alimentavam tal proposta, figurava, para além de *Suspiros Poéticos e Saudades*, o texto de Gonçalves de Magalhães *Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil*, que demonstra, ao tempo, que “imperava em todo o seu esplendor a reforma litteraria conhecida pela denominação de romântica.” (LEAL, 1868, p. 47-48). Esta onda reformista no campo cultural era tendência na Europa e passou a ser seguida por outros países como o Brasil.

Intelectuais como os aludidos acima, bem como muitos outros, encamparam tal tarefa e exerceram influências e despertaram o desejo de gerações mais jovens em trilhar pelo

caminho dessa construção. É significativo, por exemplo, o fato do jovem Gonçalves Dias ter festejado, à época, junto com outros jovens brasileiros na Universidade de Coimbra, quando caiu-lhes em mãos a notícia da publicação de tais obras. Nutria-se, junto aos jovens brasileiros, daquela década em diante, a ideia de uma consciência e um compromisso com a Pátria. A leitura do poema de Magalhães, segundo Leal (1868, p. 48), “Era o pendão, era a glória d’esses mancebos, como a voz da pátria que chamava a eles, filhos igualmente do Brazil – e que a nenhum outro cederam em extremo de patriotismo.”

Foi nesta década de trinta do século XIX, contexto de composição do projeto patriótico romântico, notadamente no ano de 1836, na então província do Ceará, no mês de Setembro, aos 27 dias, que nasceu o menino que, por batismo, ganhou o nome de Juvenal Galeno da Costa e Silva, na cidade de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, à Rua Formosa, hoje chamada Barão do Rio Branco. Seus pais foram José Antônio da Costa e Silva e Maria do Carmo Teófilo Silva.

Passados aproximadamente três anos do nascimento do garoto que seria o futuro poeta das *Canções Populares*, a família mudara-se para propriedade na vila de Pacatuba, onde o menino Juvenal certamente viveu toda infância e parte da adolescência, tendo ali mesmo iniciado os estudos primários, inicialmente sob os cuidados da mãe, como era costume, depois continuados provavelmente em uma escola primária da região.

Segundo consta, o pai de Juvenal Galeno era produtor cafeeiro na serra da Aratanha, na Pacatuba, desde quando o produto fora introduzido em terras cearenses através das plantações na Região do Cariri. É de Freire Alemão, o botânico da Comissão Científica de Exploração, o seguinte depoimento sobre Antônio da Costa e Silva

Eu, o Lagos, Vila-Real e o Tenente Coronel Franklin fomos fazer uma visita ao Senhor José da Costa, cujo sítio, chamado Boa Vista, está em meio da Serra da Aratanha, e por êle passa um pequeno rio de nome Pacatuba, e que o dá à bonita povoação que fica logo embaixo da Serra. Êste Senhor Costa, foi o primeiro que veio aqui estabelecer-se derribando as matas virgens, e foi o primeiro que lançou café nestes lugares, isto há 29 anos. Era lugar deserto; e com êle começou a povoar-se o lugar, que hoje é um povoado e de algum comércio. O Senhor Costa, que apenas teve os primeiros elementos de instrução é mui curioso, fala sobre tudo, até em astronomia, deu-nos muitas boas informações, a mim sobre madeiras, ao Lagos em Zoologia, e admirei o seu espírito observador, e o seu modo de falar, usando palavras próprias, expressivas, e com grande facilidade. (FREIRE ALEMÃO, 1961, p. 236).

Certamente o cenário do Sítio Boa Vista e o espírito curioso do pai, associado ao desejo de conhecer, moldaram, ainda cedo, a alma de poeta do menino Juvenal Galeno. Talvez esta ambiência e o modo de vida que levava, absorto em observar o cotidiano da natureza e as relações sociais do povo simples, alimentaram-lhe o desejo de expressar em versos o que

experienciava pelas veredas da Serra da Aratanha, nutrindo-lhe o espírito no sentido da literatura mas, certamente, preparando-o para o encontro com a escola literária à qual se filiou, o Romantismo e, certamente, ao encontro do propósito patriótico brasileiro por ela inspirado.

A referência à infância do poeta pode ser colhida nos versos que publicara em livro intitulado *Prelúdios Poéticos*, em 1856, pela Tipografia Americana de José Soares de Pinho, no Rio de Janeiro. Em um quase depoimento, no poema *O Despertar*, Juvenal Galeno afirma que sua infância foi serena e deslizou feito regato entre ervas. Segundo ele, sua infância foi um vagar matutino, pisando as folhas cheias de orvalho.

Foi tão belo esse tempo e venturoso, Esse tempo infantil de puros sonhos, De meigas ilusões e de inocência!...
Morava numa serra em leda estância, Em térreo paraíso onde a natura Pródiga semeou magas belezas! No seio carinhoso da mãe terna eu vivia enlevado em amor santo, Aos prazeres da infância só entregue, Aos meus sonhos fagueiros, e inexperto, Credo a vida ser Éden de venturas, Um gozar infinito, um doce enlevo! (GALENO, 2010a, p. 45)

Nas palavras do próprio poeta podemos recompor uma memória de uma infância tranquila, imaginando-a bem vivida entre as árvores e regatos do sítio da família. Vamos tomar, por atestado, os versos do poema *Gemidos de um Infeliz*, presente na mesma obra referida acima.

Tive um tempo de ventura, Em que só prazer fruía: Ah! Que idade de candura, Que idade só de alegria! Foi minha infância querida, A quadra melhor da vida, Tão feliz, Tão inocente! Nos prazeres só pensava: E que planos eu formava, Nesta vida inexperiente.
Tosca lira dedilhando, Ia aprendendo a cantar, A inocência me inspirando, O meu singelo trovar; Pelo campo o regatinho, Murmurando tão mansinho, Avezinha que trinava, Em seus raminhos saltando, Terna rolinha arrulhando, Eis na lira, o qu'eu cantava! (JUVENAL GALENO, 2010a, p. 119-120)

Em outro momento, no poema *Recordações da Infância*, Galeno identifica a infância como o período em que verdadeiramente poderia ser considerado poeta. Sua experiência de menino assim é traduzida.

Sim, poeta não sou... em outros tempos já o fui, já cantei, já tive lira! ... Em tempos venturosos... foi um dia... Eu era ainda infante! Numa bela casinha, nas montanhas, no meio de colinas matizadas, De fragrantes florinhas, verde relva, Eu vivia tão feliz, ledado e tranquilo, Qual puro ribeirinho, que desliza, Entre os alvos seixinhos murmurando! Minha Mãe, oh meu Deus! Que tanto adoro, O meu pai, desvelado e carinhoso, Três queridas irmãs na flor dos anos, parentes e amigos devotados, De mim em torno via, assim ditoso, A todos eu amava, e era amado! ...
[...] Brincava o dia todo pelos campos, Nas colinas correndo entre as ervinhas, Tentando segurar a borboleta, A quem votava amor! Assim cansado, Quantas vezes, sentei-me e muitas horas, Em pequeno rochedo ao pé da fonte, Mirando em fresca linfa sossegada, A sombra juvenil à flor das águas, Passava meditando, em doce enlevo, Bebendo inspirações, cantando terno! ... Então eu era poeta, então cantava! [...] (JUVENAL GALENO, 2010a, p. 130-132)

Assim, em retalhos de memória, o bardo cearense permite vislumbrar o que teria sido sua infância. Pelo recorte acima, o autor ainda nos informa que desfrutava dessa infância com tios¹, tias, primos, primas e amigos. Além desses, cita as irmãs que o acompanhavam nas brincadeiras felizes. Estas eram: Liberalina Angélica Teófilo da Costa e Silva, Florentina da Costa e Silva e Joana da Costa e Silva². Dentre os primos ilustres constam Capistrano de Abreu, Clóvis Beviláqua e Rodolfo Teófilo.

Aos 13 anos de idade Juvenal Galeno já demonstrava desejo de alçar voos literários utilizando-se do exercício da imprensa, tanto que, segundo Nobre (1988, p. 47), em 1849, em Fortaleza, idealizou e lançou, junto com Gustavo Gurgulino de Sousa, um jornal que pretendia ser eminentemente literário, o *Sempre-viva*. Segundo Peixoto (1953), era um “jornal destinado ao belo sexo e dedicado exclusivamente à literatura e do qual se disse que serviria de desfado e desfástico à luta constante dos partidos.”

A imprensa no Ceará se desenvolvia a passos largos provavelmente por influência das questões políticas. Segundo ainda Peixoto (1953), “no período de 1824 até 1849 surgiram, no Ceará, mais de trinta e sete jornais, em grande maioria partidários e escritos em linguagem virulenta.” Outros seguiram orientações diferentes, seguindo a linha humorística e crítica. Alguns também, mesmo com tendências políticas, procuraram introduzir em suas páginas, elementos literários, como é o caso do *Pedro II*, de 1840, e *O Cearense*, de 1846.

O que há a ser considerado é que a província despontava como campo propício para o exercício na imprensa e o jovem Galeno certamente ansiava experimentar desta vivência.

¹ Segundo Bezerra (1959, p. 5), a infância de Juvenal Galeno também “deve ter sido povoada das histórias da guerra da Independência, de marcante influência na região nordestina.”

Os tios e o pai de Juvenal Galeno devem ter se encarregado de contar essas histórias pois, segundo depoimento colhido do próprio Juvenal Galeno, por Freire Alemão (1961, p. 247), familiares seus tomaram parte na Confederação do Equador. É o seguinte, o relato: “O Sr. Domingos Costa, em 1824, entrou na revolução que se preparava nesta província para se estabelecer a república. Tinha ele então mais de vinte anos e era muito exaltado. O ponto de uma das reuniões dos rebeldes era em Baturité. Condizia-se para aí dois carros carregados de pólvora; surpreendidos por uma força do Governo no lugar chamado Pavuna foram por esta tomados. O Sr. Costa reuniu gente, logo que soube disso e retomou os carros e os conduziu com a sua gente até Baturité. O Governador mandando-os prender só conseguiu apoderar-se de um irmão, hoje morto, João da Costa e Silva, ameaçando-o de o mandar matar se não fizesse com que o irmão se rendesse e entregasse a pólvora. Este, apesar disso, e de muitas cartas e rogos de parentes resistiu; mas como entanto outros chefes haviam sido presos, ou haviam abandonado a ideia de revolução, desanimou e debandou a sua gente, metendo ele pelas matas da serra da Aratãha, onde um preto lhe levava a comida, depositando-a sempre em lugares diversos em cada dia. Esteve assim homiziado por alguns meses até que esquecido o negócio, começou a aparecer.”

² “[...] Liberalina Angélica Teófilo da Costa e Silva (casaria com José Francisco da Silva Albano, o Barão de Aratãha), Florentina da Costa e Silva (esposa de Antônio Gonçalves da Justa) e Joana da Costa e Silva (esposa do agrônomo José Antônio da Justa, mãe do médico José Lino da Justa).” (NETTO, 2010)

Nesta época, Juvenal Galeno já iniciava os estudos em Fortaleza com o padre Antônio Nogueira da Braveza³, que dirigia o Colégio de Educandos. Estuda com o referido professor matriculado na cadeira de latim.

Era uma nova fase da vida que se avizinhava e os momentos felizes da infância iriam ficar resguardados na memória. Ainda no poema *O Despertar*, o poeta expressou o sentimento doloroso de ruptura com aquela quadra bonançosa de sua existência, provocando-lhe desconfortável estranhamento.

Foi tão belo esse tempo e venturoso! Ai, depressa findou-se! ... Turvo e escuro, Divisei o horizonte, e ansioso procuro minha estrela fulgurante, o luzeiro de esperanças, que dourava a quadra da existência bonançosa! ... Eclipsou-se! ... Apenas fracos raios vi no manto sombrio se perderem!
Era triste esta fase da existência! ... Me doía o coração, molhavam prantos os meus olhos, que à prima vez choravam! A febre me abrasava a fantasia, pálido medo em meu rosto se mostrava... Cansado de chorar olhei o mundo, procuro a minha estrela, a mãe amada, que meus passos guiava carinhosa... Era estranho o painel qu'ante mim via: tormentoso deserto descampado sem, sequer, um oásis, em que pudesse o meu peito molhar, que me abrasava! Perdido, caminhei! [...] (JUVENAL GALENO, 2010a, p. 45-46)

No ano de 1850 Juvenal Galeno mudou-se para a cidade de Aracati para trabalhar como prático de farmácia de propriedade do senhor José Teixeira Castro. Foi acompanhando um tio materno, Marcos José Teófilo, o pai de Rodolfo Teófilo, que fora convidado para assumir o posto de médico no referido estabelecimento daquele município.

A mudança não lhe prejudicava os estudos porquanto, em Aracaty, havia uma Escola Pública da mesma disciplina sob a regência de Porfirio Saboia; nessa escola matriculou-se ele. Foram seus condiscípulos Pergentino, Glycério, Sá Leitão, que depois de Juiz de Direito tomou ordens sacras e Leôncio Chaves, o heroico padre que sucumbiu na epidemia de cholera vítima de sua admirável caridade.
Ao tempo em que frequentava o curso público, ouvia Juvenal igualmente as lições de um seu amigo, que se empregava a desmanchar fardos de fumo e a fazer e vender charutos. Esse charuteiro mais tarde frequentou o Seminário de Olinda, empreendeu uma viagem à Terra Santa e cingiu com brilho a Mitra Pernambucana; chamou-se D. Manuel de Medeiros. (INSTITUTO DO CEARÁ, 1931, p. 200-201)

No entanto, sua permanência no Aracati durou pouco, algo próximo de um ano, dado que, em 1851, já estava matriculado no Liceu do Ceará ansiando, quem sabe, seguir o destino que todo jovem procurava seguir à época, que era o ensino superior. Galgar esse patamar fazia parte de uma mentalidade da época porque, como bem dissertou Carvalho (1980, p. 51),

³ Segundo Pedro Nava, (2012), "... o Padre Antônio dos Santos, também, pouco pastoralmente, tirou o nome hagiológico e ficou sendo Antônio Nogueira da Braveza. Era o famoso Cônego Braveza, nascido em 1807, veterano das campanhas de Pinto Madeira, professor, secretário e diretor do Liceu da Província do Ceará até 1845, capelão da cadeira de Fortaleza, depois cônego da Capela Imperial, no Rio de Janeiro, onde faleceu a 2 de setembro de 1881."

a educação em nível superior constituía-se em elemento aglutinador ideológico do Estado Imperial brasileiro.

[...] E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitâneas e províncias e inculcava neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil (CARVALHO, 1980, p. 51).

No Liceu da década de 50 do século XIX, talvez moldando-se pelo espírito enciclopédico do padre Thomaz Pompeu, com formação no Seminário de Olinda, Juvenal Galeno iniciou seu curso de Humanidades. Conforme relato próprio em uma carta ao cunhado Antônio Justa, em 18 de abril de 1854, o jovem futuro poeta faz jus ao qualificativo de “assíduo e aplicado” que lhe dera o padre Vieira Delgado da Costa Perdigão, ainda em seu primeiro ano de curso.

Eu vou bem nos meus estudos, aplicando-me para fazer progressos; no fim do ano p. p. prestei exame de Geografia, e saí plenamente aprovado; tão bem fui habilitado pelo mesmo lente para prestar exame de Filosofia, mas como eu me não achava habilitado, por isso não quis prestar exame, então, nesse ano matriculei-me na Geometria e na Filosofia para recordar. No fim do ano pretendo prestar exame de Filosofia e Francez. (JUVENAL GALENO, 2010b, apud NETO, 2010, p. 28)

Segundo Andrade (1948, p. 243), “José Antônio da Costa e Silva pretendia fazer do filho seu substituto na direção dos trabalhos rurais. E mandou-o ao sul do país, para que observasse melhor a cultura do café, seus métodos modernos e prática de exploração.” Tal fato se deu em 1855 quando Juvenal Galeno, com 19 anos, havia concluído o curso do Liceu. Era desejo de seu pai que ele seguisse os estudos na área de agricultura. Na carta anteriormente citada, de 18 de abril de 1854, registra-se um certo desalinho entre o que pretendia o jovem poeta e o que pretendia seu pai. Ao cunhado José Antônio da Justa, Juvenal Galeno (2010b, apud NETO, 2010, p.29) escreveu: “...Tinha vontade de ir para a academia das belas artes e como não sei os preparatórios que exige, peço-lhe que me escreva dizendo alguma coisa sobre essa academia, isto é, do que se aprende nella, dos preparatórios que exige, etc.” Mas, ao que parece e, por obediência, acabou cedendo às pretensões do pai.

Embora o pai percebesse a forte vocação poética do filho e não se opusesse a ela, mas como última tentativa de vê-lo interessar-se pela prática agrícola e assumir a condição de substituto natural nos negócios do Sítio, decide enviá-lo à Corte para que tenha contato e aprenda mais sobre as técnicas modernas da cultura cafeeira. Solicita de

Rufino José de Almeida, um velho conhecido, residente no Recife, carta de recomendação para um amigo do Rio de Janeiro. (NETTO, 2010, p. 30)

Talvez fosse contra a sua vontade ir estudar Agricultura, mas não a ir à Corte. Afinal, lá estavam intelectuais do porte de Joaquim Manuel de Macedo (1820 - 1882), autor d' *A Moreninha*, Gonçalves de Magalhães (1811 - 1882), autor de *Suspiros Poéticos e Saudades*, e toda uma série de possibilidades que a cidade do Rio de Janeiro, com seu progresso cultural, infra estrutural e comercial, poderia oferecer.

A recomendação enviada pelo senhor Rufino José, conforme visto, amigo do pai de Galeno, era para ninguém menos do que Paula Brito, proprietário do *Jornal Marmota Fluminense*.

Certamente este plano de ir ao Rio de Janeiro já estivesse em sua cabeça quando ainda estudante liceísta, dado que a vida provincial de então estivesse voltada para aquela cidade, haja vista o fato de diversos conterrâneos que para lá se dirigiam, atraídos pelos diversos progressos, notadamente no âmbito da cultura. Afinal, foi lá que teve a oportunidade de conviver com Paula Brito, que tinha fama de homem muito ilustrado, com Machado de Assis, ainda tipógrafo, mas já no exercício da literatura publicando poesias, ainda de Saldanha Marinho, Grão Mestre da Maçonaria (Sociedade Oriente do Brasil), Melo Moraes, médico e historiador, autor de *A Independência e o Império do Brasil*, Quintino Bocaiúva, jornalista militante e crítico da Monarquia, e, dentre muitos outros, ninguém menos que Joaquim Manoel de Macedo, publicando, nas páginas do *Marmota Fluminense*, seus romances e dramas.

Foi essa a experiência que Juvenal Galeno colheu na capital do Império. Poderemos imaginar a impressão que esses encontros causaram ao espírito provinciano e jovem do poeta de *Prelúdios Poéticos*. Segundo Andrade (1948, p. 243), “ficou-se ali, encantado com a intensa vida social na casa de Paula Brito, centro de reunião dos magnatas da metrópole e dos seus homens de letras.”⁴ Vale salientar que a história registra que Paula Brito conduzia a chamada Sociedade Petalógica, reunindo intelectuais de todos os matizes e classes sociais, promovendo encontros de letrados e não letrados.

A Petalógica reunia representantes do movimento romântico dos anos 1840 aos 1860. Poetas como Gonçalves Dias e Laurindo Rabelo; romancistas como Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida e Teixeira de Sousa; compositores, como Francisco Manuel da Silva e artistas como Manuel de Araújo Porto Alegre e João

⁴ Segundo Peixoto (1953) “a casa de Paula Brito era um dos pontos de reunião de homens de letras; aí conheceu Juvenal a Machado de Assis, Quintino Bocaiúva e outros escritores. Vivendo nesse ambiente saturado de literatura, de certo Juvenal sentiu o impulso de produzir e começou a publicar poesias na *Marmota Fluminense*, que se editava na tipografia de Paula Brito e em que colaboravam Teixeira e Sousa, Macedo e outros.”

Caetano dos Santos. Seu sócio mais ilustre foi, sem dúvida, Machado de Assis, que começou a frequentar aos dezesseis anos. O cronista Machado de Assis comentou, em 1864, que estava equivocado quem pensasse que a Sociedade era apenas movida pela pilhéria. De acordo com ele, “cuidavam muitos que, por ser petalógica, a sociedade nada podia empreender que fosse sério; mas enganaram-se; a Petalógica tinha sempre dois semblantes; um jovial, para as práticas íntimas e familiares; outro sisudo, para os casos que demandassem gravidade.”⁵ (BENDER, 2014).

Nesse clima intelectual abrangente que ia do literário ao filosófico e político, certamente o jovem poeta cearense, que já sentia a convicção de que seu espírito inclinava-se para o exercício das letras, agora alimentava a certeza por onde queria seguir. E sua vocação seria preferencialmente a poesia⁶. Não à toa que, antes do regresso à terra natal, por solicitação da família, reuniu alguns poemas, deles trazidos da Aratanha, e os publicou sob o título de *Prelúdios Poéticos*, impresso na Tipografia Americana de José Soares Pinho, em 1856.

É provável que a experiência descrita acima tenha sido um dos elementos de formação intelectual de Juvenal Galeno, notadamente fazendo-o voltar a visão para a cultura popular. Apontamos, portanto, com base no recorte abaixo, que o encontro do bardo cearense, com a Sociedade Petalógica, de Paula Brito, pode ter sido de fundamental importância para a definição do caminho que trilharia posteriormente ao fazer a escolha pelas canções populares. O estilo satírico em algumas obras e o teor social de muitas delas podem ser um indicativo dessa influência.

... apesar dos muitos periódicos, dos grupos de literatura e dos amigos famosos, foi a música que deu mais visibilidade à figura de Paula Brito. Como anfitrião, organizou encontros memoráveis entre músicos populares e poetas letrados. Muitos músicos compunham em sua casa. Ali se sentiam mais livres. Não precisavam, por exemplo, acatar os cânones musicais, e podiam se dedicar a experimentações. Em sua tipografia, Paula Brito anunciava e editava partituras, divulgava letras e títulos musicais. Assim, ele e seus parceiros produziram novos ritmos, sonoridades e linguagens, e contribuíram para a propagação dos primeiros gêneros genuinamente brasileiros: a modinha e o lundu.

Entre as músicas que nasceram dessas parcerias estão as de Joaquim Manuel de Macedo, Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre. Os lundus também atraíram a atenção do maestro Francisco Manoel da Silva, autor do Hino Nacional Brasileiro.

⁵ “Na segunda metade do século XIX, o jornalista e tipógrafo Francisco de Paula Brito era dono de uma livraria no bairro do Catete, no Rio de Janeiro. Sua livraria, além de vender remédios, chás, fumo de rolo, porcas e parafusos, também era ponto de encontro de intelectuais. No ano de 1840, Paula Brito reuniu ali, pela primeira vez, a Sociedade Petalógica. A ideia era promover uma reunião para o estudo da mentira, da lorota, da peta, daí o nome “Petalógica”. Seus membros entendiam que através da profunda observação da mentira poderiam penetrar com mais acuidade a alma humana. Pensavam, também, em prejudicar os mentirosos, fornecendo material para que estes fossem se desmoralizando a cada vez que repetissem, julgando serem verdades, as mentiras ouvidas dos membros da Sociedade. “Nota-se que havia um fundo de seriedade encoberto pela proposta jocosa dos encontros”. (BENDER, 2014).

⁶ Juvenal Galeno, que foi eminente poeta, também escreveu modinhas, contos e dramas teatrais. Sua temática revela-se sempre com matiz regionalista e rural. Porém, encontramos, nas páginas de *O Comercial*, de 2 de julho de 1857, o conto *O Theatro e o Baile*, cuja temática se desenvolve numa ambiência urbana, no Rio de Janeiro.

Em parceria com Paula Brito, ele compôs o malicioso “Lundu da marrequinha” (1863). A música fez enorme sucesso na Corte. Acredita-se, aliás, que o maestro inspiraria mais tarde um personagem de Machado de Assis chamado Pestana, no conto “Um homem célebre” – um compositor dividido entre a música erudita e canções populares. Outro músico de destaque era Laurindo Rabelo, membro da “Petalógica”. Violonista, repentista, compositor de modinhas e de lundus, Laurindo criou um estilo inconfundível.

A atmosfera romântica e nativista da “Petalógica” inspira uma nova sensibilidade não só em relação às letras, mas também no que diz respeito às melodias. E isso se deve em grande parte à origem étnico-social de alguns intelectuais do grupo. Laurindo Rabelo tinha ascendência cigana. Machado de Assis e Paula Brito eram mulatos, vindos de famílias humildes. A mãe de Machado, de ascendência açoriana, era lavadeira. Paula Brito era filho de marceneiro. De diferentes maneiras, esses intelectuais conseguem estabelecer contato com expressões culturais que estavam à margem da cultura letrada. O estilo clássico europeu, até então hegemônico, abre-se de vez para a diversidade dos ritmos de origem africana. A música e a literatura que eram feitas e discutidas entre os amigos de Paula Brito indicam um novo panorama cultural na cidade. De sua tipografia-livraria surgiram e circularam as idéias de uma nova sensibilidade artística e social. Paula Brito e seus muitos e importantes amigos perceberam e souberam enfrentar os desafios e paradoxos de seu tempo. Um tempo em que a sua loja, se não ele próprio, estava no centro da vida cultural do Império. (VELLOSO, 2008).

No regresso de Juvenal ao Ceará, por solicitação de seus pais, talvez as ideias lhe fervilhassem. Possivelmente a ida ao Rio de Janeiro e a vivência com os intelectuais da Sociedade Petalógica, o que deles ouviu, o que viu, o que leu em livros ou jornais, fez com que o jovem poeta cearense lançasse um novo olhar sobre seu torrão natal em todas as suas peculiaridades. A ausência foi necessária para que ele compreendesse que o que já havia vivenciado em terras cearenses estava sendo utilizado como elemento definidor da brasilidade, por diversos intelectuais, dentro do movimento romântico brasileiro.

E o que enxergou foram, certamente, os costumes do povo, suas modinhas, suas danças, sejam nas praias ou nos sertões. Talvez compreendeu que seu Ceará tivesse até mais riquezas culturais encobertas que, se pudesse colhê-las, poderia contribuir também, e de maneira significativa, para a constituição do ideal referido em parágrafo anterior.

Segundo um relato no *Diário* do botânico Freire Alemão, já citado anteriormente, do dia 28 de junho de 1859, ao que parece as festas populares já eram apreciadas mesmo entre os membros da aristocracia cearense. Juvenal Galeno, antes de ir ao Rio de Janeiro, certamente já presenciara diversas dessas expressões populares. Talvez já na sua infância fosse comum assistir aos folguedos e sambas.

Relatou o seguinte, o botânico da Comissão Científica de Exploração, deixando transparecer que as festas populares faziam parte do cotidiano de pessoas como Juvenal Galeno.

Hoje de tardinha fui fazer a minha visita à família do senhor M. G. Valente, com o Capitão Justa; saindo de lá seriam 8 horas, o Justa me convidou para assistir a um samba de negros na casa do Senhor Crisanto, cunhado do Senhor Antero. Prontamente acedi, cuidando ir assistir a uma dança de negros em alguma palhoça ou senzala; mas

fui surpreendido quando, chegando a casa do Crisanto, logo fora achar muita gente da principal de Pacatuba sentados em cadeiras fora da porta como aqui se costuma. Entre outros estavam o Subdelegado de Polícia, o Juvenal, dois deputados provinciais filhos do Barão de Icó, que acabavam de chegar ao sertão naquele momento, e muitos mais outros senhores, e a sala de dentro estava cheia de senhoras; eram as famílias do Senhor J. da Costa, a saber, D. Maria C. Teófilo, D. Joana, sua filha e o Senhor Juvenal; era a família do Dr. Vitoriano, era a família do Antero, do Crisanto, e outros mais parentes. Depois de conversarmos um pouco fora, entramos para a sala, e pouco depois nos conduziram ao quintal passando pela casa de jantar, onde estava a mesa coberta de pratos, de papas (canjicas), de arroz de leite, aletria, vários bolos, e muitos outros doces secos e de calda, vinhos, cerveja etc. (FREIRE ALEMÃO, 1961, p. 229)

Somente a partir da vivência no Rio de Janeiro é que tenha nascido a consciência de missão no espírito de um jovem poeta a registrar as peculiaridades da cultura popular, um espírito que, assumindo o caráter romântico vivenciado, viu a possibilidade de contribuir também com a construção da ideia de brasilidade.

O regresso de Juvenal Galeno à sua terra foi registrado no poema “*Lembranças da Partida*”. Assim se expressou o poeta

A partida se aproxima para a terra em que nasci, vou ver a serra formosa, que rival não tem aqui! Voltando para meus lares vou ver aqueles lugares de tão saudosas lembranças! Vou viver em minha terra na casinha lá da serra numa vida de bonanças!
 ...
 Abraçar a mãe querida, por quem suspiro e pranteio; vou vê-la! Gozar afagos, ternos mimos em seu seio! ... Abraçar o pai amado, carinhoso e desvelado, a quem, oh Deus! Amo tanto! Vou ver minhas irmãzinhas, tão novas, inocentinhas, vou deixar viver de pranto! ...
 Vou ver a fresca vertente refrescando os laranjais, da brisa fraco murmúrio nos verdes canaviais! ... Ver a fonte da ladeira deslizando feiticeira, onde sempre me banhava; e das matas os cantores, os mimosos trovadores, que eu tão gostoso escutava! ... (JUVENAL GALENO, 2010a, p. 151)

Um outro evento relevante na vida de Juvenal Galeno, que talvez o tenha feito voltar-se às coisas de sua terra e seguir colaborando com o propósito de construção da brasilidade antes referida, tenha sido o seu encontro com os membros da Comissão Científica de Exploração, entre os anos de 1859 e 1861.

A Comissão Científica de Exploração, que desembarcou em Fortaleza aos 4 de fevereiro de 1859, fora criada

[...] por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a aprovação (1856) e patrocínio do Imperador D. Pedro II, composta por naturalistas e pesquisadores brasileiros com o objetivo de conhecer a geografia, os recursos naturais e as populações do território brasileiro, sob a direção do naturalista fluminense, Francisco Freire Alemão (1797 – 1874), o mais velho do grupo (62 anos), apontado como o maior botânico brasileiro do século XIX, que registaria por escrito uma série de impressões, observações, comentários e narrativas referentes a diversos aspectos cearenses, alguns físicos e geográficos (relevo, clima, arquitetura, traços urbanos, riquezas e recursos naturais etc.), mas também costumes, tradições, hábitos, topônimos e episódios acontecidos durante a sua passagem. Na expedição, além de Freire Alemão, Giacomo Raja Gabaglia, José dos Reis Carvalho (o pintor) e Manuel

Ferreira Lagos, veio Antônio Gonçalves Dias, responsável pela sessão de Etnografia, e outros ajudantes. (NETTO, 2010, p. 34)⁷

Ainda compunha a lista Guilherme Schüch de Capanema, chegando a Fortaleza somente a 3 de junho do referido ano. Era o responsável pela seção Geológica e Mineralógica, cuja incumbência era, segundo Porto Alegre (2006, p. 38), “avaliar as reservas minerais da província, seguindo as trilhas dos estudos mineralógicos desenvolvidos por João da Silva Feijó (1760 – 1824), no início do século XIX.”

Juvenal Galeno certamente teve oportunidade de aprendizado com esses intelectuais, haja vista a proximidade que teve com os mesmos, notadamente com Gonçalves Dias. Afinal, nos trabalhos desenvolvidos pelo sertão afora, as residências da família Costa e Silva, tios e pais de Galeno, em Pacatuba, serviram de pousos aos afamados cientistas que tinham a missão de descortinar muitas peculiaridades ainda por conhecer.

Segundo Andrade (1948, p. 5), “este acontecimento que, para Tristão de Ataíde, assinala o começo da nossa atividade literária, pode ser considerado, porém, como momento decisivo dos estudos de folclore no Ceará e, em geral, no Nordeste do Brasil.”

Há registros de que Juvenal Galeno privou, de maneira privilegiada, da companhia deles, participando como interlocutor de diversas rodas de conversas, tanto em Fortaleza quanto na casa da Aratanha e, certamente, recebeu forte influência intelectual. Afinal, Gonçalves Dias e Gustavo Capanema fixaram-se no sítio Boa Vista.

Para ilustrar essa influência, narram:

... Rodolfo Teófilo, Dolor Barreira, Mário Linhares e outros, que, um dia, apresentou-se ao glorioso autor de “Timbiras” o nosso Juvenal Galeno, oferecendo-lhe para leitura os seus primeiros versos – “Prelúdios Poéticos”, livro com que o moço cearense, ainda aos vinte e dois anos, aparecia nas letras pátrias. Com a sua autoridade de mestre da poesia nacional, e ao que nos parece, refletindo a responsabilidade de membro da Comissão Científica encarregado da secção de etnologia, Gonçalves Dias, aconselhou ao jovem que se deixasse de versos acadêmicos e procurasse no povo e na terra a matéria dos seus versos.” (ANDRADE, 1948, p.5)

Alguns historiadores locais polemizam quanto a essa influência. Há, por um lado, evidências fortes que possam atestar a realidade dessa influência mas, por outro, é possível que Juvenal Galeno já mostrasse essa inclinação pela temática popular e local. Encontramos um

⁷ “A comitiva saiu do Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1859, a bordo do vapor Tocantins, e a 4 de fevereiro chegou a Fortaleza; deixando a volumosa bagagem depositada no Liceu do Ceará, rumaram todos para as instalações na esquina da rua da Palma (atual Major Facundo) com a travessa Municipal (atual Guilherme Rocha). O grupo era formado por cinco chefes de seções e seus auxiliares: Botânica, chefiada por Francisco Freire Alemão; Geológica e Mineralógica, por Guilherme Schüch de Capanema; Zoológica, por Manuel Ferreira Lagos; Astronômica e Geográfica, por Giacomo Raja Gabaglia; e Etnográfica, por Antônio Gonçalves Dias. Acompanhava e expedição o pintor José dos Reis Carvalho.” (PORTO ALEGRE, 2006. p.38).

poema de Juvenal Galeno, publicado nas páginas do Pedro II do dia 11 de junho de 1859, intitulado *O Boiadeiro*, cujo subtítulo, anotado entre parênteses, é Canção Popular⁸. Gonçalves Dias poderia ter visto que esta inclinação se sobressaía melhor na alma do jovem poeta cearense. De qualquer forma, o certo é que, ainda segundo Andrade (1948, p. 5-6),

[...] em 1865, seis anos mais tarde, após haver percorrido o litoral, a serra, o sertão, ouvindo, colhendo, anotando cuidadosamente preciosidades da boca da gente humilde, surgiu o poeta com as suas “Lendas e Canções Populares”, que são para o folclore brasileiro o que foram “Os Sertões” de Euclides da Cunha para a antropogeografia nacional – “o guiero de uma bandeira gloriosa a penetrar pela alma da nacionalidade”, ainda desconhecida, mas vibrante no coração da terra

Ressalte-se que, anteriormente ao *Lendas e Canções Populares*, Juvenal Galeno publicou a lenda *A Porangaba* em versos, em 1861. No prólogo da obra, em que explica sobre a existência e verossimilidade da mesma, relata que a registrou conforme lhe “contou um caboclo, dizendo que a escutara a seus pais, e estes aos seus maiores”. (JUVENAL GALENO, 2010c). O autor, a partir dessa metodologia, deixa transparecer a influência de Gonçalves Dias, não somente o poeta, mas o etnólogo, colhendo informações em campo para alimento de sua produção poética. Mais adiante, no mesmo prólogo, é do próprio Gonçalves Dias a informação que Juvenal Galeno colhe sobre os tabajaras.

Os tabajaras, diz Gonçalves Dias, ocupavam o litoral, e por isso é de supor que eles fossem antes que os conquistadores, os primeiros habitantes do País. Os conquistadores, como homens que eram, carecidos das mais simples noções de agricultura, deveriam de preferência escolher as praias como mais mimosas da natureza e mais fartas, recalcando assim para o centro das matas os íncolas primitivos do País. Quadra-lhes, portanto, o nome que tomaram de Tabajaras, cuja etimologia é – Taba e Yara – que é como se disséssemos: os senhores das aldeias. (JUVENAL GALENO, 2010c, p. 57)

Acreditamos que Juvenal Galeno, por boa parte de sua vida intelectual, como poeta, abraçou uma missão verberada por um propósito romântico que almejou a formação de uma nacionalidade, consistindo, portanto, em processo educativo por ser o elemento essencial para tal formação. As influências apontadas acima certamente levaram-no a abraçar esta causa, desde o Liceu do Ceará, ou mesmo anteriormente, no seio da família, da qual alguns membros, como pai e tios, pertenciam à maçonaria e, portanto, eram liberais oriundos do movimento de 1824.

⁸ JUVENAL GALENO. **O Boiadeiro** (Canção Popular). In. Pedro II – Secção Variedade. Fortaleza, 11 de junho de 1859. Ed. 01921, p.4. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216828&pasta=ano%20185&pesq=ed%2001921>> Acesso em 17 de novembro de 2016.

Em sua longa vida, de 95 anos, Juvenal Galeno, é certo, se dedicou à poesia. Foi poeta das canções populares. Mesmo que na velhice tenha sido relegado a um certo esquecimento⁹, continuou versejando em torno do objetivo inicial, conforme ele detalha abaixo:

Reproduzindo, ampliando e publicando as lendas e canções do povo brasileiro, tive por fim representá-lo tal qual ele é na sua vida íntima e política, ao mesmo tempo doutrinando-o e guiando-o por entre as facções que retalham o Império, – pugnando pela liberdade e reabilitação moral da pátria, encarada por diversos lados, – em tudo servindo-me da toada de suas cantigas, de sua linguagem, imagens e algumas vezes de seus próprios versos. (JUVENAL GALENO, 2010d, p.)

Suas obras e seus depoimentos dão um indicativo de uma preocupação social e, ao mesmo tempo, indícios de um propósito educacional. Aliás, descortinam um aspecto que ainda não havia merecido atenção dos historiadores e dos que escreveram sobre ele: o mesmo Juvenal Galeno, poeta das canções populares, compreendido pelo viés da educação. O poeta e o educador ou o poeta educador.

Além da função de poeta, a qual exerceu plenamente, portanto encampada como a principal delas, Juvenal Galeno, ao longo da vida, exerceu diversas outras atividades: foi alferes da Guarda Nacional; foi suplente de deputado provincial na legislatura de 1858 e 1859¹⁰; foi membro da Comissão para Alistamento de Voluntários da Pátria, em 1865; a partir de 1858, exerceu o cargo de Inspetor Literário¹¹ na Comarca de Fortaleza; foi tipógrafo e proprietário de jornais; foi produtor rural; foi comerciante; foi escritor; e, por 19 anos, a partir de 1889, foi bibliotecário da Biblioteca Pública da província.

⁹ No número 26 da revista Ceará Ilustrado, de Fortaleza, no dia 4 de janeiro de 1925, encontramos o anúncio de um concurso que agraciaria o mais votado com o prêmio J. Ribeiro. O título do concurso era “O Príncipe dos Poetas Cearenses”. Desde o primeiro anúncio o poeta Juvenal Galeno mal figurava entre os dez primeiros lugares. No número 29 da mesma revista, do dia 25 de janeiro de 1925, era anunciado o resultado. “Encerramos hontem, às 13 horas, o concurso há mezes aberto, pelo “Ceará Ilustrado”, para o principado poético cearense, cabendo a victoria ao revdmo. Padre Antônio Thomaz, sacerdote residente em Sant’Anna do Acarahu. Desde o primeiro número em que publicamos o resultado parcial do concurso, a ordem da votação se conservou sempre a mesma, conferindo o primeiro lugar ao padre Antonio Thomaz, o segundo a Antonio Salles, o terceiro a Julio Maciel, o quarto a Cruz Filho e o quinto a Carlos Gondim.” (O PRÍNCIPE..., 1925) “A edição n.º 12 de Fortaleza publica em sua página 19 a fotografia de Juvenal Galeno, o “esquecido”, gordo e com grandes costeletas brancas, e anuncia a sua absoluta cegueira.” (NETTO, 2010, p. 62).

¹⁰ Em “1858/1859 Juvenal tem assento como suplente de Deputado em Icó. Na qualidade de Deputado defendeu o projeto de criação de uma escola prática de agricultura.” Segundo consta nas páginas do jornal Pedro II de 22 de outubro de 1859, edição 01959, o projeto figurava com o número 44, “autorizando à presidência a crear uma fazenda normal de agricultura.” (NETTO, 2010, p. 32)

¹¹ A nomeação de Juvenal Galeno, como inspetor literário, consta na Portaria de 20 de Julho de 1858, conforme publicação oficial na edição 01832 do Pedro II de 17 de agosto de 1858. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&PagFis=3261&Pesq>> Acesso em: 28 set. 2015.

2.2 O Contexto Brasileiro sob Influência da Guinada Cultural Romântica Europeia no Século XIX

Sob muitos aspectos, o século XIX aparece como um período de turbulências sociais, sejam estas no campo da política, das artes ou da economia. Expressa, o referido século, a era da consolidação do capitalismo em que se dão os avanços da produção industrial, impulsionada pela racionalidade científica. É também, por consequência disso, a era da formação da classe operária e das primeiras doutrinas socialistas, do surgimento do marxismo, do imperialismo, da conquista do interior da África, e, dentre outros tantos eventos, da formação das nações latino-americanas (BERNARDES, 1983, p.11).¹² O período, segundo Cambi (1999), “é a época da industrialização, dos direitos das massas e da democracia. A Revolução Industrial é fator determinante da sua identidade.”

Poderíamos dizer que também foi o século do sepultamento e ao mesmo tempo do avivamento de algumas monarquias, agora sob o manto da constitucionalidade, que proporcionou à França uma política de conciliação do poder político. Assim, é necessário acentuar que o século XIX viu surgir também a filosofia justificadora das monarquias constitucionais, o Espiritualismo Eclético, que exerceu grande influência em solo francês e verberou essa influência para o solo brasileiro.

Também o referido século foi palco de novas contestações ao poder da Igreja Católica bem como de reformulação, por ela mesma, de suas práticas eclesiais, como foi a romanização, que lhe deu novo fôlego diante das investidas e do avanço do poder laico, dentre tantos outros acontecimentos que por ora não convém destacar.

Diante dos eventos assinalados, o referido século expressou uma fase da história da humanidade em que, principalmente sobre o solo europeu, aos poucos, o modo agrário e rural de vida viu-se cada vez mais na esteira de ceder lugar a certas práticas urbanas e industriais, dado que diretrizes econômicas e orientações políticas pautadas sobre uma nova maneira de olhar o mundo, à época, forçavam a institucionalização de um novo *modus vivendi* a ser, pouco a pouco, disseminado em escala planetária.

Este novo modo de vida inaugurado, certamente, não poderia estar associado senão àquilo que representava o *locus* do progresso, da industrialização, do que passou a ser sinônimo

¹² “Esta incompleta e sumária lista já é suficiente para indicar o quanto nossa contemporaneidade tem suas raízes no século passado e portanto a importância do seu conhecimento para o nosso presente. Para a história do Brasil, lembremos que foi no século XIX que se criou o Estado Nacional e que a escravidão foi abolida, dois eventos capitais, cujas consequências se inscrevem no cotidiano de todos nós”. (BERNARDES, 1983, p. 11).

de desenvolvimento, ou seja, a cidade, em oposição a tudo que representava o antigo regime, campesinamente caracterizado, que por ora entrava em franca decadência.

Se nos afastarmos da tela e deixarmos a cena em seu conjunto modelar-se em nossos olhos numa configuração distinta, devemos de imediato nos impressionar por dois traços notáveis. Em primeiro lugar, está o fato já familiar de que, no século XIX, o ritmo da modificação econômica, no que diz respeito à estrutura da indústria e das relações sociais, ao volume de produção e à extensão e variedade de comércio, mostrou-se inteiramente anormal, a julgar pelos padrões dos séculos anteriores: tão anormal a ponto de transformar radicalmente as ideias do homem sobre a sociedade de uma concepção mais ou menos estática de um mundo onde, de uma geração para outra, os homens estavam fadados a permanecer na posição que lhes fora conferida ao nascer, e onde o rompimento com a tradição era contrário à natureza, para uma concepção do progresso como lei da vida e do aperfeiçoamento constante como estado normal de qualquer sociedade sadia... é evidente – mais do que em qualquer outro período histórico – que a interpretação do mundo econômico do século XIX tem de ser essencialmente uma interpretação de sua transformação e movimento... Em segundo lugar, vem o fato de que a cena econômica no século XIX (...) nos proporciona uma combinação de circunstâncias excepcionalmente favoráveis para o florescimento de uma sociedade capitalista. (DOBB, 1987, p. 258)

Vivenciava-se, nas nações europeias mais desenvolvidas, o surto da modernidade, apoiada sobre os alicerces da racionalidade científica que despontava como o rumo certo, a ser seguido, para o alcance das diretrizes “seguras” que, forçosamente, levariam aos patamares do desenvolvimento técnico já experimentado por França ou Inglaterra, a pleno vapor, na consolidação do sistema capitalista de produção.

[...] o êxito da revolução industrial implantada em diversos países garantia a progressiva modernização dos Estados europeus. A ciência começou a ser cada vez mais valorizada, ocupando espaços significativos nas explicações sobre os fenômenos do mundo e da natureza, considerados anteriormente como privilégios da fé. Diante das luzes emanadas pelo avanço científico, a religião passou a ser considerada na sociedade moderna como fator de obscurantismo e ignorância. (AZZI, 1992, p. 6)

Bem mais do que isso, formatava-se uma sociedade, daí por diante, pautada na luz dos princípios liberais capitalistas, tendo à frente, agora, uma burguesia industrial, cuja mentalidade funcionava na mesma velocidade das máquinas que passaram a dar propulsão à economia industrial.

Nesse contexto, ganha força a enunciação da categoria “sociedade moderna” como máxima de um discurso ideológico elaborado a partir das matrizes do pensamento europeu, com destaque, enquanto gênese, no movimento iluminista francês do final do século XVIII. Tal estado de coisas, que se traduziria em “civilização”, compunha-se de um código cultural que envolveria uma nova dinâmica socioeconômica e política, onde o Estado estaria incumbido de garantir a administração dos negócios comuns da nova ordem, afirmando-se como interventor no campo social através de ações públicas, dentre elas a educacional, como meio de construção de valores para uma sociedade democrática. (ANDRADE, 2008, p. 23)

Segundo Hobsbawm (2005, p. 83-84), “se a economia do mundo do século XIX foi

formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa.”

A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical democracia para a maior parte do mundo [...]. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Esta foi obra da Revolução Francesa. (HOBSBAWM, 2005, p.83-84)

Variadas ideologias, e conflitos delas decorrentes, compuseram a marca caracterizadora do período, expressando as ideias forjadas no âmbito do movimento cultural iluminista, notadamente de cunho francês do século XVIII, que se fizera hegemônico, e as ideias das relutâncias tradicionalistas de cunho católico e as de outras relutâncias, encampadas por autores do movimento romântico europeu que receberam influências de autores como Goethe, Schiller, Jacobi e Herder, expoentes do movimento *Sturm und Drang*¹³, do século XVIII, que viam com certa desconfiança a aposta na proposta racionalizante homogeneizadora do Iluminismo, notadamente de cunho francês, do qual mesmo o criticismo kantiano foi expressividade.

“[...] é possível se admitir uma intenção de formação de uma nova mentalidade europeia, a se romper com a tradição escolástica, a partir dos valores disseminados pelas ideias iluministas. Como ideologia dominante, no contexto de destruição das amarras do absolutismo, aquele movimento se consolida com a Revolução Francesa. O mundo burguês de então precisou ensaiar um novo modelo dotado de tais valores, onde prevalecesse a ideia da democracia, principalmente a partir de um modelo de escola cujo papel é fundamental na divulgação das ideias científicas, valorizando as inteligências individuais em detrimento da origem social que determinaria a condição social pelo nascimento.” (ANDRADE, 2008, p.25)

¹³ “Antes da difusão da mudança radical promovida pela Revolução Francesa de 1789, na Alemanha a têmpera cultural registrou entre 1770 e 1780 as primeiras clamorosas modificações que sobre a passagem do século teriam levado gradualmente à superação total do iluminismo e à afirmação do romantismo. O movimento que promoveu tal reviravolta foi o *Sturm und Drang* (Tempestade e ímpeto), cujas posições e ideias de fundo eram:

- a) a natureza, entendida como força onipotente e criadora de vida;
- b) o gênio, como força originária que cria analogamente à natureza e é regra de si mesmo;
- c) o panteísmo, que começa a se contrapor à concepção iluminista da divindade como razão suprema;
- d) o sentimento pátrio, expresso no ódio pelo tirano, na exaltação da liberdade e no desejo de infringir convenções e leis exteriores;
- e) a predileção pelos sentimentos fortes e pelas paixões impetuosas.

Depreendendo-se que o século XIX foi um século de profundas transformações em todas as instâncias da sociedade, quer sejam elas políticas, econômicas, culturais e até mesmo religiosas, frutos do desenrolar de outros fenômenos que se processaram ainda no ocaso do século que o antecedeu e que reservavam estreita relação com os movimentos culturais acima referidos e que faziam parte de um conjunto de anseios de dados setores sociais intermediários que aspiravam, há muito tempo, um maior, ou mais efetivo protagonismo no cenário social, as ideias que modelariam comportamentos promoveram intensa mobilização de grupos de intelectuais, quer sejam liberais, católicos ou românticos¹⁴, que militaram através da imprensa, proporcionando, em maior escala, a circulação das ideias defendidas, através de jornais, revistas ou folhetins.

O período, por decorrência de todas essas questões, conforme destaca Cambi (1999, p. 408), pode ser ainda encarado como o século da pedagogia, e dos conflitos ideológicos que moldaram os saberes no âmbito da educação. A efetividade de tais aspirações, pelo que se sabe, se fez acompanhar de uma reformulação de pedagogias, formatadoras de novas concepções do homem pretendo construtor da nova ordem.

Portanto, a efervescência do momento gerou necessidades de modelos educacionais enquanto instrumentos eficazes de propaganda e formatação de consciências, pautadas em certa liberdade de expressão. Daí, para o período em questão, o autor anteriormente citado ressaltar que, no século XIX, “a educação torna-se quase um centro de gravidade da vida social: o momento em que se organizam processos de conformação às normas coletivas, em que a cultura opera sua própria continuidade, em que os sujeitos superam sua própria particularidade [...], para integrar-se na coletividade.” (CAMBI, 1999, p.381)

Pensar e colocar em movimento a propalada “modernidade” conduziria necessariamente a uma nova ordenação da sociedade. Para tanto, fizeram-se necessárias novas formas de sociabilidade e, portanto, cabendo à educação esse papel, as referidas formas societárias foram tratadas como missão de muitos intelectuais que, militando através da imprensa, em revistas ou jornais e folhetins, gestaram projetos que permitiram uma melhor permeabilidade dessas novas ideias portadoras dos conceitos de liberdade, de democracia, de autonomia.

Quem deu sentido e importância supranacional ao Sturm und Drang foram principalmente Goethe, Schiller e os filósofos Jacobi e Herder com sua primeira produção poética e literária.” (REALI; ANTISERI, 2005, p. 3)

¹⁴ Compreenderemos que nem sempre os limites definidores de um liberal, um romântico ou um cristão estavam bem definidos e estabelecidos.

No âmbito da pedagogia, o período romântico produziu uma profunda renovação teórica – sobretudo retórica – que ativou, por um lado, uma nova ideia de formação (como *Bildung*, como desenvolvimento espiritual através da cultura) ligada a uma nova concepção do espírito humano (posto como centro do mundo, como presença ativa, através de múltiplos itinerários da cultura e em luta contra aquele mundo natural e histórico em que está imerso e que deve tender a dominar), mas também da cultura e da história (vistas não como entremeadas de erros, mas valorizadas em todos os seus aspectos); por outro, uma reafirmação da educação, da relação educativa, da escola e da família como momentos centrais de toda formação humana e que devem ser assumidos em toda a sua – complexa – problematidade formativa, relativa – justamente – a uma formação do espírito. Todas as grandes pedagogias do romantismo, especialmente alemão, se dispõem sobre essas duas frentes, entrelaçam esses dois motivos, seja com o grande mestre da pedagogia romântica Pestalozzi – que revive em primeira pessoa o drama da educação (os projetos, as dificuldades, as derrotas), reativa uma noção espiritual de educação (animada pelo amor), mas também se engaja nas problemáticas sociais e políticas da própria educação, construindo um modelo complexo e problemático, inquieto e agudíssimo de pedagogia -, seja com o *Sturm und Drang* de Schiller e o neo-humanismo de Goethe e de von Humboldt, seja com Hegel, com Richter ou com Fröbel (figuras magistrais que animam a vanguarda da pedagogia alemã entrelaçando-se e opondo-se, mas fazendo assim nascer um novo modelo de pedagogia impregnada dos postulados da filosofia romântica) e até com o anti-idealista Herbart, nutrido de espírito kantiano e atento intérprete das dinâmicas espirituais da educação.” (CAMBI, 1999. p. 415-416)

Sabe-se que, desses acontecimentos, em conjunto, se deu uma grande explosão cultural na Europa do século XIX. A França, em particular, estava na vanguarda porque lá, segundo Andrade (2009, p. 418), “ocorria uma semirrevolução técnica que permitiu a expansão do público leitor nos limites impostos pelos níveis de alfabetização e meios de distribuição, com base na redução dos custos de produção”.

[...]. o aumento considerável das tiragens promoveu o êxito da imprensa cotidiana, de jornais como *La Presse* de Émile Girardin e *Le Siècle* de Armand Dutacq, cuja sobrevivência passou a depender da publicidade e da sedução exercida pelo romance folhetim sobre um público leitor mais ‘popular’. A partir de então, o romance folhetim francês, reproduzido e traduzido mundo afora, impactou as literaturas nacionais, o modo de trabalho e o prestígio social dos escritores. (ANDRADE, 2009, p. 418)

Ao tempo em que a imprensa era utilizada por determinados grupos de intelectuais para propagar ideais políticos liberais, no intuito de fomentar o desejo pela emancipação civil e social, intelectuais românticos difundiram a ideia de emancipação pelo viés artístico e literário, afinal, segundo Andrade (2009, p. 418), “a valorização de um ideal estético não era de todo incompatível com os ideais e posicionamentos políticos.”

Desta forma,

As revistas literárias assumiram importante papel no debate estético e literário que conduziu à afirmação do romantismo, como demonstram as polêmicas a respeito da doutrina romântica e da renovação literária travadas em diferentes momentos por *Minerve Littéraire*, *Muse Française* e *Le Globe*. [...]. Além disso, torna-se importante ressaltar que a grande incidência dos periódicos literários e artísticos na França sob a Restauração se explica pela maior probabilidade de estes escaparem da censura à

imprensa comum e garantirem a publicação de artigos com conteúdo indiretamente político.” (ANDRADE, 2009, p. 418-419)

Essa tendência, que proporcionou a afirmação do Romantismo¹⁵, acabou sendo disseminada para outros países, configurando-se regra, e Paris era seu ponto de verberação, já que boa parte da intelectualidade europeia e de outros continentes acorria àquela cidade como símbolo de civilidade e de liberdade.

Dentre os países que receberam a influência francesa, notadamente a partir da década de 30 do século XIX, estava o Brasil.

Lembremos que, conforme apontado em seção anterior deste capítulo, era exatamente em Paris que estava o grupo formado por Domingos José Gonçalves de Magalhães¹⁶, Manoel Araújo Porto Alegre¹⁷ e Francisco Sales Torres Homem¹⁸, jovens

¹⁵ “A palavra “romântico” aparece pela primeira vez na Inglaterra, pela metade do século XVIII, para designar o fabuloso, o extravagante, o fantástico e o irreal. Gradualmente, o termo “romantismo” passou a indicar o renascer do instinto e da emoção, sufocados pelo racionalismo prevalente no século XVIII. Do ponto de vista historiográfico e geográfico, o romantismo designa o movimento espiritual que, envolvendo não só a poesia e a filosofia, mas também as artes figurativas e a música, desenvolveu-se na Europa entre o fim do século XVIII e a primeira metade do século XIX. A partir da Inglaterra, o movimento se expandiu em toda a Europa, na França, na Itália, na Espanha, mas a manifestação paradigmática do romantismo foi em todo caso a que surgiu na passagem entre o século XVIII e o século XIX na Alemanha.” (REALI; ANTISERI, *op. cit.*, p. 9)

¹⁶ Gonçalves de Magalhães (Domingos José Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia), médico, diplomata, poeta e dramaturgo, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 13 de agosto de 1811, e faleceu em Roma, Itália, em 10 de julho de 1882. [...] Nada se sabe dos estudos preparatórios que precederam o seu ingresso, em 1828, no curso de Medicina, em que se diplomou em 1832. Concomitantemente, tornara-se amigo de Monte Alverne, a cujas aulas de Filosofia assistiu, sofrendo a sua influência. Em 1832 publicou as *Poesias* e, no ano seguinte, parte para a Europa[...]. Em 1836, lançou em Paris um manifesto do Romantismo, *Discurso sobre a literatura no Brasil*. De parceria com Araújo Porto-Alegre e Torres Homem, lançou a revista *Niterói* e editou, em Paris, o seu livro *Suspiros poéticos e saudades*, considerado o iniciador do Romantismo no Brasil. Introduziu ali seus principais temas poéticos Deus e a Natureza, o poeta e sua missão reformadora, a evocação da infância, a meditação sobre a morte, o sentimento patriótico, a poesia tumular e das ruínas. De retorno ao Brasil em 1837, foi aclamado chefe da “nova escola”. Volta-se para o teatro [...] escrevendo duas tragédias, *Antônio José ou o poeta e a Inquisição* (1838) e *Olgiato* (1839). Nomeado professor de Filosofia do Colégio Pedro II, em 1838, ensinou por muito pouco tempo. De 1838 a 1841, e de 1842 a 1846, foi secretário de Caxias no Maranhão e no Rio Grande do Sul. Em 1847 entrou para a diplomacia.[...] Amigo do Imperador, [...] foi a primeira figura na vida literária oficial até a publicação do poema *A Confederação dos Tamoios* (1857), em que voltava ao Classicismo intransigente, provocando grande polêmica: foi atacado por José de Alencar e defendido por Monte Alverne e pelo próprio Imperador D. Pedro II. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2015).

¹⁷ “Dentre as múltiplas atividades que desempenhou simultaneamente durante sua vida, Manuel de Araújo Porto Alegre (Rio Pardo, Brasil, 1806 – Lisboa, Portugal, 1879) destacou-se como pintor, escritor, arquiteto e professor. Nascido na cidade gaúcha Rio Pardo, deixou o local em 1816, quando se mudou para Porto Alegre a fim de iniciar seus estudos gerais. Ainda jovem, demonstrou interesse e dedicação às artes, o que incentivou sua mudança para o Rio de Janeiro em 1827, no intuito de ingressar na recém-inaugurada Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Frequentou as aulas de Grandjean de Montigny, João Joaquim Alão e Jean-Baptiste Debret, de quem se tornou discípulo. No ano de 1831, partiu para a Europa em companhia de Debret. A viagem marcou uma grande oportunidade de aprendizado: em Paris, foi aluno do pintor romântico Antoine-Jean Gros e do arquiteto François Debret.” (INSTITUTO MOREIRA SALLES, 2015).

¹⁸ Francisco de Sales Torres Homem nasceu em 29 de janeiro de 1812, no Rio de Janeiro, filho de um padre negocista e briguento, e da mulata forra Maria Patrícia, quitandeira no largo do Rosário, alcunhada "Você

intelectuais brasileiros, nutridos de ideais patrióticos que foram à França colher as diretrizes norteadores de seus propósitos. É lá que encontram o espírito romântico europeu, porém, aquele domado pela filosofia do tempo, o Espiritualismo Eclético¹⁹, sob a influência do filósofo Victor Cousin²⁰ (1792 – 1867).

O próprio Magalhães é um espírito formado pela cultura francesa e é de lá que bebe nas fontes do ecletismo e define o seu “ecletismo romântico.” Mas não implicaria essa simples mudança de órbita, de Portugal para a França, a perduração de um estado colonial, pelo menos no que diz respeito à inteligência? Não, e é aí que entra o papel do romantismo e do ecletismo e a sua compreensão por Magalhães como “instrumento” de liberação espiritual. O ecletismo, por frouxo que seja como pensamento filosófico, libera o espírito do dogmatismo, abre o seu interesse histórico, ensina, como dizia Cousin, a “tudo aceitar e tudo combinar, a tender ao universal e ao completo e a tender para aí pelos pontos de vista mais exclusivos de nossos antecessores e de nossos mestres, reconciliados e reunidos”. Nesse sentido, se o ecletismo pode representar, para as culturas maduras, uma queda ou “decadência”, para as culturas jovens, pelo seu próprio historicismo, pode valer como estímulo e guia na confusão das doutrinas não perfeitamente assimiladas. O romantismo, por sua vez, “moderado” nos seus eventuais exageros pelo próprio ecletismo, ainda que “importado”, é um apelo à consciência nacional para que se descubra, para que se volte para os seus próprios problemas e paisagens, para que chegue ao universal pela via do individual e do nacional. A “união espiritual com a França”, assim, representa mais do que um rompimento simbólico com o País colonizador e dominador; significa uma abertura para o desvelamento de um “eu” (ou de um “nós”) nacional, um convite à auto-consciência e à auto-reflexão do espírito. (BARROS, 1973, p. 63-64)

Vejamos que, ainda em Paris, esses intelectuais brasileiros lançaram, em 1836, a

me mata”. Foi médico, advogado, deputado, alto funcionário do Tesouro Nacional, presidente do Banco do Brasil, ministro da Fazenda, senador do Império e “Visconde de Inhomirim, com honras de grandeza”. Após a graduação em Medicina, foi inscrito por Evaristo da Veiga na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, órgão moderador, e levado a escrever artigos políticos para os jornais. Indo para Paris, forma-se em Direito pela Universidade e França, especializando-se em Política Econômica. A amizade que mantinha com Gonçalves de Magalhães, desde a infância no Rio de Janeiro, deve tê-lo aproximado do Instituto Histórico de Paris, onde, ao lado do poeta e de Araújo Porto Alegre, dissertou sobre o estado das ciências no Brasil. Em 1842, já em seu país, ingressou na Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, entidade secreta, de caráter revolucionário, que pegou armas contra a monarquia, o que lhe valeu o desterro, em Portugal, durante alguns meses. Ao regressar, juntou-se ao grupo que fundou, em 1843, o jornal de ciências, letras e artes, *Minerva Brasileira*.” (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2015)

¹⁹ O Espiritualismo Eclético, segundo Emile Brehier (1977, p. 71), desenvolveu-se na França, a partir da Restauração. “É uma metafísica espiritualista que procura alcançar as realidades espirituais universais, Deus e a alma, partindo da observação interior. Laromiguière e Royer-Collard são os precursores.”

²⁰ “Victor Cousin (1792-1867) foi aluno de Laromiguière, professor na Escola Normal e na Sorbonne, foi historiador de filosofia (publicou pesquisas sobre Aristóteles, Pascal, a filosofia antiga e a filosofia medieval), tradutor de Platão e Proclo, organizador das obras de Descartes e dos inéditos de Maine de Biran. Cousin teve oportunidade de conhecer pessoalmente Jacobi, Schelling, Goethe e Hegel durante suas viagens à Alemanha. Foi precisamente por influência de Hegel que escreveu seu Curso de história da filosofia moderna (1815-1820), publicado em cinco volumes em 1841. Assim como Hegel foi o filósofo do Estado prussiano, do mesmo modo Cousin foi o filósofo oficial da monarquia de Luis Filipe. Foram diversos os cargos públicos que ele exerceu (conselheiro de Estado, reitor da Universidade e também ministro da Educação), e sua influência sobre o pensamento filosófico francês do século XIX foi notável.” (REALI; ANTISERI, op. cit. p. 249).

*Nithetoy, Revista Brasiliense*²¹, que, segundo Andrade (2009, p. 419), “anunciava como objetivo desviar-se das acaloradas disputas partidárias que ocupavam grande parte da imprensa do período regencial. Divergindo da tendência dos pasquins e das folhas das décadas de 1820 e 1830.”

Pelo recorte abaixo poderemos ver como os autores da referida revista expuseram os motivos de sua criação.

O amor do paiz, e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os autores desta obra a uma empresa que, exceptuando a pouca gloria, que caberlhes pôde, nenhum outro proveito lhes funde.

Ha muito reconheciam elles a necessidade de uma obra periódica, que, desviando a attenção publica, sempre avida de novidades, das diárias e habituaes discussões sobre cousas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumasse a reflectir sobre objectos do bem commum, e de gloria da pátria.

Tal é o fim a que se propõem os auctores desta Revista, reunindo todas as suas forças para apresentar em um limitado espaço conciderações sobre todas as materias, que devem merecer a seria attenção do Brasileiro amigo da gloria nacional.” (NITHEROY, 1836, p. 3)

Segundo Andrade (2009, p. 419), na mesma tendência, publicada no Brasil, estava

²¹ Segundo Franchetti, (2015) “publicada em Paris, por um grupo de jovens intelectuais brasileiros, e trazendo como lema “tudo pelo Brasil e para o Brasil”, a revista *Niterói* tem sido apontada como um dos marcos da instauração do Romantismo em nosso país. O outro é a publicação, no mesmo ano de 1836, do volume de versos *Suspiros poéticos e saudades*, de autoria de um dos redatores da revista, Domingos José Gonçalves de Magalhães. *Niterói* teve apenas dois números e boa parte dos seus textos foi assinada pelos redatores, que foram, além de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem, Manuel de Araújo Porto Alegre. Pela natureza e variedade dos assuntos, situa-se a *Niterói* na linha dos periódicos dedicados à difusão da cultura literária e científica e à atualização da inteligência. Seus antecessores imediatos são o *Journal de connaissances utiles* (1830), na França, e, entre nós, o “jornal literário político, mercantil etc.” *O Patriota*, que circulou no Rio de Janeiro em 1813. Com espírito semelhante, no ano seguinte ao do aparecimento da *Niterói*, Alexandre Herculano fundará o jornal *O Panorama*, órgão da “Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis”, em Lisboa. A ideia de conhecimento útil, aplicado ao desenvolvimento da civilização e ao aumento da glória nacional, comparece logo no prefácio “Ao leitor”, que abre o primeiro número da *Niterói*. Ali, a nova revista se apresenta em oposição aos demais periódicos, que desviam a atenção pública com “discussões sobre cousas de pouca utilidade”. Nesse tipo de periódico dedicado à ilustração do leitor médio, a diversidade das matérias é naturalmente grande. O primeiro número da *Niterói* traz lado a lado um longo estudo sobre a morfologia e tipologia dos cometas e um debate sobre a economia escravista; um artigo de economia, no qual se analisa um relatório do governo, e dois textos sobre arte: o primeiro sobre a literatura e o segundo sobre a música no Brasil. O segundo número não é menos eclético: a um breve artigo sobre a missão social da religião segue-se um extenso estudo de química industrial, dedicado à produção do açúcar e destilação de aguardente, e um comentário ao estado atual do comércio da França com o Brasil; a esse primeiro conjunto, uma segunda parte, dedicada mais propriamente às letras e artes, no qual convivem um relato de viagem à Itália e um breve panorama da história literária desde a antiguidade até o presente. De todos os artigos publicados na *Niterói*, nenhum teria mais impacto do que o assinado por Gonçalves de Magalhães, *Ensaio sobre a história da literatura no Brasil*, que veio no primeiro número. O ponto alto desse texto é a proposição de que existe, atuante ao longo da história da jovem literatura brasileira, um “instinto oculto”. Com essas palavras Magalhães designava uma determinante da percepção da realidade que, informada pela natureza e pelas condições de vida nesta parte do mundo, acabaria por se sobrepor à força da tradição e da educação clássicas, impostas por Portugal (daí também, talvez, o seu caráter “oculto”).”

o *Aurora Fluminense*, de iniciativa de Evaristo da Veiga²², amigo dos autores acima citados, expressando um liberalismo moderado.

No Rio de Janeiro, circula de novembro de 1843 a junho de 1845 (31 números ao todo) a revista *Minerva Brasiliense*, jornal de ciências, letras e artes, publicado por uma associação de literatos. Na opinião de Roque Spencer Maciel de Barros “a filosofia oficial da Minerva é o espiritualismo eclético. De idêntica inspiração é *O Progresso*, a revista de Antonio Pedro de Figueiredo. (PAIM, 1986, p. 45).

Sobre a *Aurora Fluminense*, Andrade (2009, p.419-420), destaca que

Não foi a única, nem a primeira, a trazer em suas páginas preocupações literárias, científicas e informativas, pois revistas com esse perfil existiram de forma fugaz desde o período joanino. Sua singularidade, expressa na proposta de seus redatores, é de que, ao mesmo tempo em que se aproximava do modelo das revistas literárias do início do século XIX, trazendo as novidades estéticas e informações úteis, propunha-se a ser formadora de opinião, despertando a atenção para assuntos polêmicos e de fundo político. Como explicita a apresentação do primeiro tomo, sua intenção era “desviar-se das habituais discussões sobre cousas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, que os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum, e de glória da pátria.”

Em Pernambuco o intelectual Antonio Pedro de Figueiredo²³, conforme citação mais acima, tradutor das obras de Victor Cousin, manteve a revista *O Progresso*. Segundo Amaro Quintas (1955, p. 4), o objetivo de organização da referida revista era destoar do “facciosismo político, das retaliações pessoais e da agressividade de destempero que

²² “Evaristo da Veiga (1799-1837) foi jornalista e político brasileiro. Autor da letra do Hino da Independência. Patrono da cadeira nº 10 da Academia Brasileira de Letras. Evaristo da Veiga nasceu no Rio de Janeiro, no dia 8 de outubro de 1799. Filho do português, professor régio, Francisco Luís Saturnino Veiga e da brasileira Francisca Xavier de Barros. Estudou retórica, filosofia, latim, inglês e francês. Logo cedo mostrou interesse pelo jornalismo. Entre 1811 e 1813 criou um caderno de poemas no Rio de Janeiro. Em 1822 compõe a letra do Hino da Independência. No ano seguinte inaugura sua livraria, na rua da Quitanda. Publica seus primeiros versos. Sua Livraria, não era apenas uma livraria, era um ponto de reunião e debate. Para o gosto dos liberais, a constituição de 1824 dera ao imperador excessiva autoridade, e as discussões eram frequentes. Em 1827 ingressou no jornal *Aurora Fluminense*, de oposição ao governo, difusor de ideias constitucionalistas e liberais. Logo tornou-se proprietário, escrevendo todos os artigos. Nesse mesmo ano casa-se com Ideltrudes d'Ascensão. Em 1831 foi eleito deputado pela província de Minas Gerais, sendo reeleito por três mandatos. Fez oposição aos Andradas e apoiou a nomeação de Diogo Feijó, como Ministro da Justiça, indicado pelo partido Liberal. Evaristo da Veiga foi membro fundador da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, Precursora do Partido Moderado. Foi membro do Instituto Histórico de França e da Arcádia de Roma. Em 1837 voltou ao Rio de Janeiro. Fechou seu jornal, passando a se dedicar à literatura, tornando-se um dos precursores do Romantismo no Brasil. Suas poesias só foram publicadas em 1915, nos anais da Biblioteca Nacional, v. XXXIII. Evaristo da Veiga faleceu no Rio de Janeiro, no dia 12 de maio de 1837.” (BIOGRAFIA DE EVARISTO DA VEIGA, 2015).

²³ Antônio Pedro de Figueiredo (1814 – 1859), pensador pernambucano, nascido em Igarassu, traduziu as obras do filósofo Victor Cousin (1792 – 1867) para o português. Segundo o historiador e filósofo brasileiro Tiago Adão Lara, “Seu pensamento é marcado pela adesão às teses modernas da filosofia liberal, na época de *O Progresso*. Sem desmerecê-las, entusiasma-se mais tarde pelo socialismo utópico e, na última etapa de vida, época de *A Carteira*, Figueiredo acentua sua adesão à tradição cristã brasileira, encarada essa como o germe do humanismo ocidental. Na esteira de Victor Cousin, sem, contudo, segui-lo em seu idealismo, entende que o caminho da reflexão filosófica se perfaz numa atitude eclética de conciliação” (LARA, 2011, p. 187).

imperavam nos jornais da época, época das mais férteis na imprensa pernambucana, mais férteis também em desaforos e em licenciosidade de linguagem”

Causa-nos admiração que, em um dos períodos mais turbulentos da nossa vida política, quando jornalecos e pasquins atroavam aos ares com ameaças e insultos, pudesse Antônio Pedro de Figueiredo fugir a essa atmosfera e manter a sua revista num plano elevado e digno. Assegura-nos ele que nasceu a ideia da publicação de *O Progresso* no mês de abril de 1846. Quatro amigos que são designados pelas quatro letras iniciais do alfabeto passeavam pelas ruas do Recife indo “do Trapiche Novo para o bairro de S. Antônio.” Encontraram, quando “iam saindo da praça do Comércio em busca da rua da Cadeia”, um dos empregados públicos pouco antes demitido. Trava-se, entre eles, a seguinte conversa: “Fizeram muito bem em manda-lo para casa, afirmou D; sempre o conheci baronista e, no entanto, assim que foi revogada a lei da vitaliciedade, rapou logo a pêra; meu amigo, tornou A; você é mui severo para com os mais; quem tem mulher e filhos a dar de comer, pode sacrificar a barba sem desonra para se conservar no emprego”. Continua a palestra; “No meu entender, acrescentou A, todo o nosso mal vem da falta de opinião pública, ou antes do seu sono. Então acorde-a; disse D. E por que não? Respondeu B. Como? Perguntou D, Com a imprensa, respondeu B. Até hoje, Pernambuco só há visto gazetas voltadas aos interesses de partido, que se barateiam insultos às mãos cheias, mas só podíamos publicar uma que tomasse a peito a causa da humanidade, a do povo que geme, paga e se cala. Muito bem, disse C; ensinemos ao povo os seus direitos e deveres; mostrar-lhe-emos os seus verdadeiros amigos, - os que curam de melhorar a sua desgraçada condição, mostraremos a todos esses pretendidos homens de estado que nos governam, que eles ignoram as primeiras noções de economia social”. Surgiu assim o desejo de dar nascimento a um órgão que fosse um elemento esclarecedor da opinião pública e não um simples instrumento de paixões políticas exacerbadas, impregnadas desse primitivismo que torna as nossas disputas político-partidárias verdadeiras competições armadas. (QUINTAS, 1955, p. 4-5)

Outro intelectual que manteve periódicos nesta linha foi Francisco de Paula Brito. O mais conhecido dentre os periódicos por ele empreendidos, foi o jornal *Marmota Fluminense*, publicado a partir de 1849 com duas edições semanais, tendo existência sistemática até o ano de 1861.

Comparado com a grande imprensa do período – constituída, basicamente, pelo *Diário do Rio de Janeiro* (1821), *Jornal do Commercio* (1827) e *Correio Mercantil* (1848) – a *Marmota* deve ser considerada um pequeno jornal, cuja principal característica talvez seja a pretensão de atuar diretamente na formação cultural e moral do leitor. Por isso, praticamente desdenha a política e a matéria propriamente noticiosa, privilegiando assuntos supostamente mais perenes, como seriam a literatura, o entretenimento e a moralidade. Além de propor outras formas de possíveis interferências práticas na experiência do leitor pelo oferecimento de figurinos e partituras musicais. (SIMIONATO, 2009, p. 10)

O recorte seguinte mostra como os intelectuais brasileiros estavam convictos de tais ideais e de tais tendências.

No século XIX com as mudanças, e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face literária se apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia da pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome. Independência, liberdade, instituições sociais, reformas, política, enfim, tais são os objetos, que atraem a atenção de todos,

e os únicos, que ao povo interessam. (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1999)

Essas tendências se espraiavam pelas províncias e, apesar das distâncias e disparidades regionais, é possível evidenciar-se um considerável grau de comunicabilidade entre os segmentos cultos no Império.

Intelectuais cearenses, destarte, não estiveram alheios a essa novidade. Tais tendências chegaram também na província do Ceará. Geraldo da Silva Nobre, em *Introdução à História do Jornalismo Cearense*, de 1974, informa-nos que, de 1830 a 1839, alguns órgãos da imprensa procuraram seguir essa linha mais noticiosa, procurando fugir das contendas políticas.

No período de 1830 – 1839, esboçaram alguns órgãos, no entanto, uma linha mais noticiosa, que se manteve nos períodos seguintes, mas praticamente não evoluiu, porque, sendo o espaço reduzido e destinado sobretudo a expender opiniões, as notícias não passaram de uma coluna modesta, onde elas se comprimiam em poucas linhas. O que marcou esse passo na atividade jornalística cearense foi a “Sentinela Cearense na Ponta do Mucuripe”, surgida a 11 de outubro de 1838 [...] (NOBRE, 1974, p. 76).

Citando um excerto do referido jornal, o autor supracitado, ao dar ciência do objetivo do periódico, deixa claro que o mesmo vai em uma muito próxima direção dos objetivos mencionados nos jornais e revistas em parágrafos mais acima.

“A Sentinela não admitirá correspondências, que contiverem defeitos da vida privada de qualquer cidadão; mas sim aquellas que possam acelerar o desenvolvimento da razão, firmar o amor da ordem, e o respeito as nossas Instituições e ao Throno de Sr. Dom Pedro 2º. A audácia e a licença não serão nella admitidas. Dedicaremos quasi sempre uma parte della ao artigo – Interior – em que pretendemos lançar – um golpe de vista sobre o estado da nossa malfadada Província, louvando os bons serviços, que por ventura o Governo possa ainda fazer, e declarando seus crimes e erros. Na parte – Variedades – serão introduzidas algumas anedoctas, que contenhão, segundo o preceito dum sábio da antiguidade, o útil de mistura com o agradável.” (NOBRE, 1974, p. 76)

Segundo ainda o autor referenciado, as palavras acima davam a demonstração de nova tendência jornalística, diferenciando-se daquela eminentemente política. No recorte abaixo, sem querer deixar dúvidas, aponta ainda o momento em que se dá tal guinada, bem como a autoria da mesma.

As palavras transcritas demonstram uma concepção jornalística diferente da que existiu no primeiro decênio da atividade da imprensa do Ceará, sendo que as duas secções introduzidas pela “Sentinella” continuaram a aparecer nos órgãos liberais republicanos depois desse, inclusive no “Cearense”. Deveu-se a ideia, indubitavelmente, ao doutor José Lourenço de Castro e Silva, que, tendo feito o curso da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro, acompanhou a tendência dos jornais da Corte com vista a obter melhor acolhida por parte dos leitores. (NOBRE, 1974, p. 76)

Não por coincidência, essas tendências foram se avolumando no período das

Regências, momento em que grupos políticos expressivos procuravam se sobressair com hegemonia no campo do poder, assumindo papéis expressivos. Aos poucos, as alas mais exaltadas vão sendo excluídas, pois os grupos moderados propunham um equilíbrio político para uma governança sem os sobressaltos catastróficos de um passado bem recente²⁴.

Portanto, tais tendências, materializando-se no período do Segundo Reinado, parece terem se tornado bem a expressão desse período. O espírito da época, então, passou a ser alimentado pela ideia da conciliação²⁵. Provavelmente, campo mais propício para o desenvolvimento e a disseminação da filosofia do Espiritualismo Eclético não haveria, dado que a referida corrente filosófica, tendo nascido sob a influência da Restauração francesa, trazia como característica o tom conciliador de todos os sistemas filosóficos, aproveitando o que houvesse e considerasse de mais valioso em cada um.

Nos três prefácios sucessivos de *Fragments de philosophie contemporaine*, (1826, 1833, 1838), pode-se ter ideia mais clara dessa doutrina. É do mesmo nível e alcance que a doutrina política da Restauração e do governo de julho na França; propõe, sob a designação de ecletismo, a todos os sistemas, um tratado de paz que visa a conciliá-los, retendo deles tudo o que possuem de valioso, como um governo representativo é um governo misto que satisfaz a todos os elementos da sociedade. A comparação é do próprio Cousin: “Assim como a alma humana, em seu desenvolvimento natural, encerra vários elementos dos quais a verdadeira filosofia é a expressão harmônica, da mesma maneira toda sociedade civilizada tem muitos elementos inteiramente distintos que o governo deve reconhecer e representar ... A Revolução de Julho não é outra coisa senão a Revolução inglesa de 1688, mas, na França, isto é, com muito

²⁴ O Primeiro Reinado, fundado como fruto das lutas pela Independência, terminava igualmente pela continuidade das mesmas lutas. A abdicação do Imperador seria, então, um fato inevitável, bem como fora a salvaguarda do trono através da formação das Regências. O período seguinte da história do Império brasileiro, sob os auspícios das Regências, trouxe, acentuadamente, as marcas profundas das mesmas contestações que almejavam reformas. Tais vozes se fizeram ouvir através da Revolta dos Cabanos, na região do Grão-Pará, na Guerra dos Farrapos, na Região Sul do país, através da Sabinada, na Bahia, bem como da Balaiada, no Maranhão. Essas ânsias por reformas devem ser compreendidas explicitamente no âmbito dos cenários político e econômico, dado que, em termos de reformas sociais, nossos revolucionários não eram tão liberais assim. De qualquer forma, as classes dominantes ansiavam barrar toda e qualquer iniciativa de rebelião, pois seu intuito era alcançar estabilidade política através de uma efetiva centralidade do poder. Somente no período correspondente ao Segundo Império, tendo à frente D. Pedro II, o Brasil experimentou, pelo menos do ponto de vista estatal e parlamentar, uma relativa estabilidade política. Mesmo assim, não devem deixar de ser mencionadas as irrupções da Revolução Liberal em São Paulo e Minas Gerais em 1842, e da Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1848, talvez os últimos grandes movimentos rebeldes contrários ao Poder Central Imperial. (ANDRADE FILHO, 2012, p. 30). Texto disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3232/1/2012_Dis_JBAndrade%20Filho.pdf> Acesso em 02 de setembro de 2016.

²⁵ “A prática da conciliação foi muito comum ao longo de toda a história do Brasil. Embora se tenha tentado confundir a noção de conciliação com a de entendimento, ambas são distintas. Entendimento pressupõe que diferentes partidos representativos de grupos sociais distintos, em momentos de crise e depois de discussões, façam um acordo mínimo. Nesse acordo todos cedem e perdem um pouco, para que a crise seja superada. Numa conciliação, os grupos dirigentes, sem muito contato popular, sem diferenças econômicas, sociais ou partidárias profundas entre si, desejam uma trégua para a recomposição de forças, para impedir que outros setores sociais ou mesmo as disputas entre os grupos dominantes possam criar dificuldades para a situação vigente. Portanto, conciliação é um arranjo, um acordo entre as elites dominantes, sem consulta ou apoio popular [...]” (CÁRCERES, 1995, p. 179).

menos aristocracia e um pouco mais de democracia e de monarquia...; esses três elementos são necessários... Aquele que combatia todo princípio exclusivo na ciência teve que repudiar, também, todo princípio exclusivo no Estado.” (BRÉHIER, 1977, p. 79)

O contexto, destarte, coincide também com a gestação da necessidade de encontrar, segundo Porto Alegre (2003, p. 7), “as origens da brasilidade, no autoconhecimento da história e do território”. Segundo a mesma autora, “em meados do século XIX, estava em curso, no Brasil, um projeto científico e cultural alicerçado em torno do regime monárquico, ansioso por fortalecer-se internamente e projetar, além-fronteiras, a imagem de um país promissor”.

Superadas as lutas políticas da independência e iniciado o processo de consolidação do Estado brasileiro, a questão da identidade vai expressar-se preferencialmente pela busca da especificidade. Após 1840, a singularidade é o eixo em torno do qual circulam os debates intelectuais e políticos, na afirmação da nacionalidade. Foi no bojo do romantismo que escritores, poetas, historiadores e pensadores posicionaram-se, ao colocar, em confronto com um “eu” longínquo europeu, um novo “eu” nacional. A literatura era o terreno privilegiado em que iriam expressar-se, simultaneamente, a busca pela unidade interna da nação e sua diferenciação cultural perante os países estrangeiros. Numa oscilação pendular entre particularismo e universalismo, que caracteriza nossas tentativas de autoconhecimento (Queiroz, 1980, p. 57-69), a questão do “outro” passaria, desde então, do plano exterior para a instância interna, num vaivém constante entre a afirmação de um império consolidado, a diversidade regional e as singularidades locais. (PORTO ALEGRE, 2003, p. 24-25)

É a esse contexto, acreditamos, que o poeta Juvenal Galeno está ligado. Foram esses eventos e tendências que alimentaram, através de outros intelectuais, as aspirações e sonhos do então jovem estudante do Liceu, procurando assumir a missão traçada por intelectuais patriotas que talvez considerou dignos de admiração.

Veremos que as obras de Juvenal Galeno estão fortemente ligadas a esse contexto e a essas tendências vistas acima. Elas foram a expressão do local que, forçosamente, estava atrelado a acontecimentos mais gerais.

2.3 As Poesias e as Canções Populares como busca da Formação da Consciência Nacional

A guinada cultural romântica na Europa do século XIX, que via com desconfiança a hegemonia racionalizante iluminista, estava alimentada por um propósito que provocou o reencontro europeu com a espacialidade campesina que tendia a se fazer distante por conta do desenvolvimento industrial e urbano que varria as tradições, bem como com o seu próprio passado, que tendia a ser esquecido.²⁶

²⁶ Neste período da história europeia, “erguiam-se as nações, antes abatidas pela Revolução ou subjugadas por Bonaparte, já não apenas num movimento de simples reação contra as formas e ideais clássicos, mas numa

Tal interesse, bem como o interesse pela natureza, o solo, refletem um movimento nesta direção na Europa já a partir de fins do século XVIII. Esse interesse pelo popular, segundo Burke (2010), constituiu-se na virada do século XVIII para o século XIX, momento da emergência política das nações na Europa.

Segundo Alencar (2014), “a cultura popular se tornou moeda corrente entre os intelectuais, sobretudo de países periféricos da Europa, a pesquisa e a publicação de livros, revistas e almanaques, cujo interesse se centrava nas culturas do povo, como essencial da definição da nacionalidade.”

Portanto, seguindo esse propósito, desde fins do século XVIII, intelectuais se lançaram em busca de tradições justificadoras de um suposto passado glorioso. Segundo Burke (2010, p. 26), “foi no final do século XVIII e início do século XIX, quando a cultura popular tradicional estava justamente começando a desaparecer, que o ‘povo’ (o folk) se converteu num tema de interesse para os intelectuais europeus.”²⁷

Novos termos são um ótimo indício do surgimento de novas ideias, e naquela época começou-se a usar, principalmente na Alemanha, toda uma série de novos termos. Volkslied, por exemplo: "canção popular". J. G. Herder deu o nome de Volkslieder aos conjuntos de canções que compilou em 1774 e 1778. Volksmärchen e Volkssage são termos do final do século XVIII para tipos diferentes de "conto popular". Há Volksbuch, palavra que se popularizou no início do século XIX, depois que o jornalista Joseph Görres publicou um ensaio sobre o assunto. Seu equivalente inglês mais próximo é o tradicional chap-book (livreto de baladas, contos ou modinhas). Há Volkskunde (às vezes Volkstumskunde), outro termo do início do século XIX que se pode traduzir por "folclore" (folklore, palavra cunhada em inglês em 1846). Há Volkspiel (ou Volksschauspiel), termo que entrou em uso por volta de 1850. Palavras e expressões equivalentes passaram a ser usadas em outros países, geralmente um pouco mais tarde do que na Alemanha. Assim, Volkslieder para os suecos eram folkviser, para os italianos canti popolari, para os russos narodnye pesni, para os húngaros népdalok. (BURKE, 2010, p. 26)

Foram esses intelectuais no embalo e inspirados notadamente pelas ideias do filósofo alemão Johann Gottfried Herder (1744 – 1803)²⁸ que, em ensaio de 1778, defendeu a

tentativa de retorno às tradições populares, lendárias ou imaginosas, características e diferenciadoras, que pareciam conter os princípios restaurados de sua vida.” (ANDRADE, 1948, p. 4).

²⁷ Para Burke (2010, p. 26), “fácil foi na Europa a execução do movimento, porque, cheia de velhas nações, apresentava abundante material existente e em boa parte colhido. É que, desde a metade do século 18, encontramos nos trabalhos de Macpherson (Fragments of ancient poetry – 1765), Percy (Reliques of ancient poetry – 1765), Herder e outros, referências notáveis a poesias, lendas e canções populares. E nos começos do século 19, preciosos estudos históricos, críticos, linguísticos do folclore, então realizados, abriam caminho aos que pretendiam inspirar-se na opulenta fonte das tradições, abandonadas e quase esquecidas.”

²⁸ “Johann Gottfried Herder, foi um importante filósofo nascido na Prússia Oriental que viveu entre 1744 e 1803. Segundo alguns estudiosos a sua história poderia ser dividida em quatro partes: os anos em Riga (1764-69), os anos de viagem (1769-71), os anos no conselho de Bückeburg (1771-76) e os anos de Weimar (1776-91). Em Riga ele concluiu seus estudos pela Universidade de Königsberg e ocupou o cargo de pastor e em 1769, iniciou os seus anos de viagem pelo mar Báltico. Os anos posteriores em Bückeburg e Weimar foram

tese de que “no mundo pós-renascentista, apenas a canção popular conserva a eficácia moral da antiga poesia, visto que circula oralmente, é acompanhada de música e desempenha funções práticas.” (BURKE, 2010, p. 19).

Essa valorização da cultura popular vem de longe, e um precursor do Romantismo alemão, como Johan Gottfried Herder (1744-1803), embora dando um sentido mais amplo ao vocábulo povo (Volk), incluindo em suas produções tanto o Cântico dos Cânticos e os Salmos quanto a obra de Homero, Shakespeare e até Dante, ao lado da dos trovadores provençais e de Ossian, considerava a poesia popular “a mais pura e ardente encarnação da alma de um povo”. Daí a talvez a grande voga da arte popular na Europa, nos primeiros anos do século XIX. (AZEVEDO, 1981).

Segundo afirmara Goethe, (*apud* BURKE, 2010, p. 19) “Herder nos ensinou a pensar na poesia como o patrimônio comum de toda a humanidade, não como propriedade particular de alguns indivíduos refinados e cultos.” Além disso, Herder defendeu a “ideia de que os grandes poetas expressavam o pensamento e a experiência de suas sociedades e eram seus verdadeiros porta-vozes.” (BERLIN, 1982, p. 135).

Peter Burke salienta ainda que, notadamente a partir de Herder, diversos outros autores lançaram-se na tarefa de identificar no povo a matéria prima da nação. E aí não só a poesia, mas as canções e os contos populares, dentre outras manifestações, constituíram-se no capital de um “movimento mais amplo que se pode chamar a descoberta do povo”. (BURKE, 2010, p. 30).

De acordo com Corrêa,

Houve a descoberta da religião popular. Arnim, aristocrata prussiano, escreveu: "para mim, a religião do povo é algo extremamente digno de respeito". Já o aristocrata francês Chateaubriand, em seu famoso livro sobre o "gênio da cristandade", incluiu uma discussão sobre as *dévotions populaires*, a religião não oficial do povo, que via como uma expressão da harmonia entre religião e natureza. Houve ainda a descoberta das festas populares. Herder, que nos anos 1760 morava em Riga, ficou impressionado com a festa de verão da noite de São João. Goethe ficou entusiasmado com o Carnaval romano, que presenciou em 1788 e interpretou como uma festa "que o povo dá a si mesmo". Esse entusiasmo levou à pesquisa histórica e a livros como o de Joseph Strutt, sobre esportes e passatempos, o estudo de Giustina Renier Michiel, sobre os festejos venezianos, e o livro de Snegirov, sobre os feriados e cerimônias do povo russo. Houve a descoberta da música popular. No final do século XVIII, V. F.

considerados períodos formados pelos pensamentos e experiências vividas por Herder desde a sua juventude, além dos contatos estabelecidos com Goethe e Hamann. Tudo isto culminou em suas principais obras: “Outra Filosofia da História para a educação da Humanidade. Contribuição a muitas outras contribuições.” (1774), “Também uma Filosofia para a formação da Humanidade” (1784 - 1791), “Cartas para o progresso da humanidade.” (1783-97), a última em resposta à Revolução Francesa, além de duas obras em resposta ao filósofo Kant: “A Metacrítica” (1799) em oposição à “Crítica da Razão Pura”; e “Calligone” (1800) Contra “Estética da Crítica do Juízo”. Em suas obras encontraremos como traço comum o desejo de produzir o conhecimento que servisse à humanidade de forma realmente prática e utilitária, tendo como pano de fundo a teologia. Podemos arriscar que esse é o principal pilar na filosofia herderiana, a Popular philosophie. Contudo, há outros pontos importantes que serão trabalhados a partir da percepção de Herder, como a rejeição à Ilustração e o seu modo racional de tratar os fenômenos históricos.” (CORRÊA, 2013, p. 2)

Trutovsky (um músico da corte) publicou algumas canções populares russas, juntamente com as respectivas melodias. Nos anos 1790, Haydn fez arranjos com canções populares escocesas. Em 1819, um decreto do governo ordenou que as autoridades locais da Baixa Áustria, em nome da Sociedade de Amigos da Música, procedessem à coleta de melodias populares. Uma coletânea de canções populares da Galícia, publicada em 1833, traz as melodias e os versos. Houve tentativas de se escrever a história do povo, ao invés da história do governo: na Suécia, Erik Geijer, que já editara canções populares, publicou *A história do povo sueco*. Embora dedicasse a maior parte do livro às políticas dos reis, a história de Geijer realmente trazia capítulos separados sobre "a terra e o povo". Pode-se dizer o mesmo do historiador tcheco Frantisek Palacký (que na juventude se dedicara a coletar canções populares na Morávia) e sua *História do povo tcheco*, das obras históricas de Jules Michelet (admirador de Herder, tendo planejado, certa vez, uma enciclopédia de canções populares) e de Macaulay, cuja *History of England* [História da Inglaterra], publicada em 1848, contém o famoso terceiro capítulo sobre a sociedade inglesa no final do século XVII, baseado em parte nas baladas impressas que tanto apreciava.¹⁷ A descoberta da cultura popular teve um impacto considerável nas artes. De Scott a Púchkin, de Victor Hugo a Sándor Petöfi, os poetas imitavam a balada. Compositores inspiravam-se na música popular, como a ópera de Glinka, *Uma vida para o Czar*, de 1836. O pintor Courbet inspirou-se em xilogravuras populares, mas até 1850 não se desenvolveu um interesse sério pela arte popular, talvez porque os objetos artesanais populares, até então, não tivessem sido ameaçados pela produção em massa. (CORRÊA, 2013, p. 22).

Segundo ainda o referenciado autor, não há uma resposta simples se perguntarmos as razões da descoberta da cultura popular naquele momento, muito menos sobre a significação dela para os intelectuais.

Naturalmente, não existe uma resposta simples a tal pergunta. Alguns dos descobridores eram, eles mesmos, filhos de artesãos e camponeses [...] A maioria deles, porém, provinha das classes superiores, para as quais o povo era um misterioso. Eles, descrito em termos de tudo o que os seus descobridores não eram (ou pensavam que não eram): o povo era natural, simples, analfabeto, instintivo, irracional, enraizado na tradição e no solo da região, sem nenhum sentido de individualidade (o indivíduo se dispersava na comunidade). Para alguns intelectuais, principalmente no final do século XVIII, o povo era interessante de uma certa forma exótica; no início do século XIX, em contraposição, havia um culto ao povo, no sentido de que os intelectuais se identificavam com ele e tentavam imitá-lo. (CORRÊA, 2013, p. 23).

Para Albuquerque Jr., a resposta estaria no que ele chamou de “dispositivos de nacionalidades, ou seja, o conjunto de regras anônimas que passa a reger as práticas e os discursos no Ocidente desde o final do século XVIII e que impunha aos homens a necessidade de ter uma nação, de superar suas vinculações localistas.” (ALBUQUERQUE Jr., 2011, p. 61).

Este dispositivo faz vir à tona a procura de signos, de símbolos, que preencham esta ideia de nação, que a tornem visível, que a traduzam para todo o povo. Diante da crescente pressão para se conhecer a nação, formá-la, integrá-la, os diversos discursos regionais chocam-se, na tentativa de fazer com que os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região que se institui neste momento, pudessem representar o modelo a ser generalizado para o restante do país, o que significava a generalização de sua hegemonia. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 61)

Ao que parece, razões não faltaram e, levando em conta o momento que coaduna

com o advento do Romantismo, alimentando suas aspirações, assinalaremos com Burke (2010, p. 23), que “houve uma série de razões para esse interesse pelo povo nesse momento específico da história europeia: razões estéticas, razões intelectuais e razões políticas.”

A descoberta da cultura popular foi, em larga medida, uma série de movimentos "nativistas", no sentido de tentativas organizadas de sociedades sob domínio estrangeiro para reviver sua cultura tradicional. As canções folclóricas podiam evocar um sentimento de solidariedade numa população dispersa, privada de instituições nacionais tradicionais. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 25)

Em terras brasileiras, tal interesse se fortaleceu também no período Regencial, alimentado pela lógica do contexto que foi se constituindo logo após a nossa independência política. Deveu-se, tal fortalecimento, sobretudo, à iniciativa dos intelectuais românticos brasileiros, nutridos dos referidos ideais do Romantismo europeu, notadamente francês, moldado pelo Espiritualismo Eclético, e firmes na convicção da missão restauradora de educação da pátria através da instituição de sua história e sua literatura.

No século XIX com as mudanças, e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face Literária apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia da Pátria: ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome. Independência, Liberdade, instituições sociais, reformas políticas enfim, tais são os objetos, que atraem a atenção de todos, e os únicos, que ao povo interessam. (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1836, p. 150)

Talvez por isso, a mais concreta iniciativa nesse sentido de restauração pátria tenha sido a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, dado que, segundo Schwarcz (1993, p. 24), “em suas mãos estava a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seu destino dos da antiga metrópole europeia.”

Além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, há a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação e glória da pátria. De fato, encontrava-se congregada no instituto boa parte da geração romântica – de Gonçalves de Magalhães a Gonçalves Dias – que carregava consigo esse senso de dever patriótico. Nessa geração não havia lugar para uma divisão mais apurada do trabalho intelectual, destinava-se ao culto à ciência o mesmo fervor com que se veneravam as artes. Tratava-se de construir uma vida intelectual em sua totalidade, para o progresso das Luzes e conseqüentemente a grandeza da Pátria. (SCHWARCZ, 1993, p. 104).

Até o referido momento, as descrições existentes sobre o Brasil estavam restritas ao olhar estrangeiro. Segundo Porto Alegre (2003, p. 22), “na primeira metade do século XIX, o movimento de viajantes estrangeiros entre nós tornou-se intenso e ininterrupto. Desde a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, o Estado acolheu e estimulou as

expedições”. A abertura política com D. João VI proporcionou a entrada de cientistas naturalistas ao território brasileiro, descortinando segredos até então escondidos.

É sabido que diversas expedições e relatórios foram formulados por exploradores estrangeiros que, além de comporem uma imagem nada condizente com os propósitos da pátria, muitas vezes tais exploradores remetiam seus relatórios e materiais colhidos a seus países, em nada contribuindo para alterar o quadro de total desconhecimento de certas peculiaridades do território e de seu povo. Nisso havia um propósito, pois, segundo Alencar (2014, p. 5):

Patrocinados pelos Estados imperialistas, ou mesmo como excentricidades de particulares, essas viagens faziam convergir para o continente europeu um amplo conjunto de relatos, objetos e iconografia dos países distantes. Essa miscelânea de curiosidades, além de significarem a globalização mundial pela integração de várias culturas a um saber ocidental, racionalizador e classificatório, serviam também como traço distintivo de uma elite letrada, ciosa de um conhecimento generalista e enciclopédico. Colecionar curiosidades e relatar viagens por mundos distantes era um privilégio de uns poucos, que agregavam mais essa faceta como requisito de uma formação e educação diferenciados; um refinamento e erudição de usufruto restrito.

O questionamento mesmo do secretário fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Januário da Cunha Barboza, em 1839, quando da instalação do referido instituto, atesta bem o incômodo que essas ações produziam entre nossa intelectualidade. Assim se expressava ele: “E deixarmos sempre ao gênio especulador dos estrangeiros o escrever a nossa história? ...” Justificando a iniciativa da criação do Instituto, havia declarado que o mesmo objetivava “[...] ressuscitar também os americanos da indigna obscuridade que jaziam até agora.” (RIHGB, 1839 *apud* PORTO ALEGRE, 2003, p. 104).

Foi, portanto, dessa maneira que as atividades científicas²⁹ de exploração do território foram despertando, pouco a pouco, o sentido de nacionalidade.

O momento de formação do IHGB não é de menor importância. Concretizado alguns anos após o movimento de Independência, o instituto é de alguma forma filho dileto de um espírito de época que nesse momento se difunde. “A Independência tem um papel decisivo para o ideal romântico”, afirma Antonio Cândido ao caracterizar esse período em que a literatura torna-se um recurso de valorização do país, quer reproduzindo o que se fazia na Europa, quer exprimindo uma realidade específica e local. O projeto do grêmio carioca previa, portanto, além de um levantamento

²⁹ “Ainda que completamente diferenciada do modelo científico que temos nos dias atuais, e talvez por isso, a ciência dos séculos XVIII e XIX, particularmente, associou-se com outras práticas sociais, caracterizando-se por agrupar em um mesmo objetivo distintas funções sociais. A ciência, por exemplo, uniu-se à literatura, à arte e à estética em geral. Como se fosse uma atividade capaz de sintetizar e de coordenar todas as demais atividades do espírito humano, a ciência, na sua face mais complexa, demonstrou-se um importante instrumento para que Estados nacionais pudessem legitimar as suas atividades através de um discurso objetivo e universal, exterior ao próprio homem, mesmo sendo o homem o seu portador. Trata-se de um movimento de pensamento que penetra e que influencia vários setores de atividade, como no caso da economia, da antropologia, da sociologia, das ciências do espírito em geral. Na qualidade de um discurso capaz de neutralizar os *ídola* de Bacon, a ciência tornou-se um mecanismo para a representação do mundo, de sua diversidade e de sua diferença sobre princípios universais.” (FETZ, s/d, p. 44).

documental, a afirmação de uma perspectiva teórica. Fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação. Essa lógica comemorativa do instituto se efetivou não só mediante os textos produzidos e publicados na revista, como por uma prática efetiva de produção de monumentos, medalhas, hinos, lemas, símbolos e uniformes próprios ao estabelecimento. Lembrar para comemorar, documentar para bem festejar. (SCHWARCZ, 1993, p. 104)

As ideias que os estrangeiros disseminavam sobre o país acabavam causando incômodos, como já salientado anteriormente, aos intelectuais ligados ao propósito nacionalista romântico. Conforme veremos abaixo, tal preocupação é constatada na crítica proferida pelo escritor José de Alencar, em seu romance *Ubirajara*, de 1874.

Os historiadores, cronistas e viajantes da primeira época, senão de todo o período colonial, devem ser lidos à luz de uma crítica severa. (...) Faço estas advertências para que ao lerem as palavras textuais dos cronistas citados nas notas seguintes não se deixem impressionar por suas apreciações muitas vezes ridículas. É indispensável escoimar o fato dos comentários de que vem acompanhado, para fazer uma idéia exata dos costumes e índole dos selvagens. (ALENCAR, 1874, p. 12-13)

Os intelectuais românticos, adeptos do propósito patriótico, segundo Porto Alegre (2003, p. 26-27), “sem desligar-se das ideias europeias dominantes, estavam dispostos a apoiarem-se na matéria prima que era ofertada pela realidade, dando, eles próprios, sua versão da nacionalidade e partindo para a descoberta do Brasil concreto.” O poeta Domingos Gonçalves de Magalhães, em ensaio sobre literatura brasileira de 1836, publicado na revista *Niterói*, expressa essa necessidade conforme registrado no recorte abaixo:

Toca ao nosso século restaurar as ruínas, e reparar os erros dos passados séculos. Cada Nação livre reconhece hoje, mais que nunca, a necessidade de marchar. Marchar para uma Nação é engrandecer-se, é desenvolver todos os elementos da civilização. Há mister reunir todos os títulos de sua existência, para tomar o posto, que justamente lhe compete na grande liga social, como o nobre recolhe os pergaminhos de sua genealogia, para em face do Rei fazer-se credor de uma nova graça. Se o futuro só pode sair do presente, a grandeza daquele se medirá pela deste. O povo que se olvida a si mesmo, que ignora o seu passado, como o seu presente, como tudo que em si passa, esse Povo ficará sempre na imobilidade [...] (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1836, p. 141-142)

Outros expoentes do Romantismo brasileiro, como José de Alencar e Antônio Gonçalves Dias, ampliaram o debate a partir da defesa da tese da necessidade do estudo das canções do povo identificando sua importância para a literatura e cultura brasileira e, conseqüentemente, para a construção da referida nacionalidade. Foi o aludido escritor cearense quem afirmou que é “nas trovas populares que se sente mais viva a alma de uma nação.” (ALENCAR, 1960, p. 961).

Vejamos que a frase acima, de José de Alencar, reflete a tese herderiana referenciada em parágrafos anteriores, demonstrando a clara apropriação dessa ideia pelos

intelectuais românticos brasileiros. Segundo Afrânio Coutinho (1966), “a procura do colorido local peculiar conduziu à compreensão da cultura popular, onde para os românticos, residiria o caráter original da criatividade literária, de onde partiria o veio formador da literatura.”

A iniciativa da constituição da Comissão Científica de Exploração, conforme já salientado nas seções anteriores, abrindo as sendas para a composição do autoconhecimento da pátria a partir de sua história e de seu território, conseqüentemente, abria a possibilidade de encontrar e definir o Brasil e o brasileiro, através das riquezas naturais, bem como através das tradições culturais, das canções, da poesia, das festas e danças e, em geral, de sua literatura.

O poeta Juvenal Galeno, inserido nesse propósito romântico, ao que parece, estava bem situado e bem sintonizado com o mesmo. A influência estética das composições de Juvenal Galeno foi tecida a partir da colheita das diretrizes dessa mentalidade romântica brasileira desde sua juventude, seja a partir de Gonçalves de Magalhães, de Manoel de Macedo, de Álvares de Azevedo, de José de Alencar ou de Gonçalves Dias. Sua obra expressa bem uma consciência romântica formatada e certamente disseminada pela vastidão do Império que tinha, por objetivo maior, “dar à nação uma nova dimensão espiritual, balizando os caminhos de nossa literatura, de nossa filosofia, de nossa educação, de nossa política.” (GONÇALVES DE MAGALHÃES *apud* BARROS, 1973, p. 73).

Portanto, sua obra é a expressão de um intelectual que intencionalmente assume o compromisso de uma missão a desempenhar, uma missão com a Pátria, consciente de que tal empreitada encerrava desde o conhecimento cultural de seu povo, até os processos de educação do mesmo. É o próprio Juvenal Galeno quem atesta, abaixo, o que foi supramencionado.

Chorei a sorte do povo, que nas ruas, no cárcere, e por toda a parte sofria a escravidão. E vendo então que ele ignorava seus direitos, lhos expliquei; vendo-o no sono fatal da indiferença, despertei-o com maldições ao despotismo e hinos à liberdade, - e estimulei-o comemorando os feitos dos mártires da Independência e de seus grandes defensores, - preparando-o assim para a reivindicação de seus foros, para a grande luta que um dia libertará o Brasil do jugo da prepotência, e arrancará o povo das trevas da ignorância, e dos grilhões do arbítrio! (JUVENAL GALENO, 2010d, p. 72).

Não é à toa que Juvenal Galeno, em Prólogo da Primeira Edição de seu *Lendas e Canções Populares*, cita o filósofo Herder.

Foi no seio do povo que conheci e cantei seus sentimentos; que pude conhecer essa poesia, que, segundo Herder – “É o tesouro da ciência do povo, de sua religião, de sua teogonia, de sua cosmogonia, da vida de seus pais, dos feitos de sua história. A expressão de seu sentir, a imagem de seu interior na alegria, na tristeza, junto ao leito das núpcias, ou da sepultura!” (JUVENAL GALENO, 2010d, p.73)

Tal citação evidencia que as ações do referido poeta faziam-se acompanhar das mesmas discussões teóricas do movimento ao qual se filiara.³⁰ Em outro momento, o poeta das canções populares cita Xavier Marmier³¹ em sua definição de poesia.

“É uma linda donzela que se nos queixa d’amor, ou se carpe de saudade... Uma sibila com seu ramo d’ouro na mão, uma mágica senhora das lendas históricas do cristianismo, dos sucessos mais patéticos do mundo real, e de todas as fantasias do mundo ideal. A poesia flexível e variada que adapta-se a todos os acontecimentos, que reflete no seu espelho o espírito de todas as épocas... a imagem do povo.” (MARMIER *apud* JUVENAL GALENO, 2010d, p. 73)

Foi apropriando-se dessas ideias e tomando parte nos debates que Juvenal Galeno foi “buscando identificar-se com o seu povo, acompanhou-o, observando o seu viver simples, no sertão, na praia e na montanha, decorando os seus cantos, lendas e credices, para poder escrever o que realmente esse povo sentia.” (AZEVEDO, 1981, p. 6). É o próprio poeta cearense quem testemunha sua inserção nesse propósito romântico, através de suas obras e de memórias deixadas em prefácios e prólogos que acompanhavam suas publicações, conforme veremos abaixo.

Reproduzindo, ampliando e publicando as lendas e canções do povo brasileiro, tive por fim representa-lo tal qual ele é na sua vida íntima e política, ao mesmo tempo doutrinando-o e guiando-o por entre as facções que retalham o Império – pugnando pela liberdade e reabilitação moral da pátria encarada por diversos lados – em tudo servindo-me da toada de suas cantigas, de suas linguagem, imagens e algumas vezes de seus próprios versos. (JUVENAL GALENO, 2010d, p.61)

Das obras de Juvenal Galeno, as que vão estampar maior destaque são, justamente, aquelas que, em seus títulos, fazem a clara referência ao povo. São elas *Lendas e Canções Populares*³², de 1865, *Cenas Populares*, de 1871, o *Lira Cearense*, de 1872, que antes de

³⁰ As ideias de Herder podem ter chegado a Juvenal Galeno através de Gonçalves Dias. Mas, de acordo com Roque Spencer Maciel de Barros, as ideias herderianas foram colhidas por Gonçalves de Magalhães, nos cursos de Paris que M. Jouffroy ministrou. Théodore Jouffroy foi discípulo direto e herdeiro intelectual de do filósofo Victor Cousin. Este, em um curso de 1828, havia discutido as ideias do filósofo alemão a partir da tradução feita para o francês por Edgar Quinet.

³¹ “Xavier Marmier, nascido em 22 de junho de 1808, em Pontarlier. Faleceu em Paris no dia 11 de outubro de 1892. Foi homem de letras, bibliotecário, viajante e tradutor da literatura nórdica.” Disponível em <https://fr.wikipedia.org/wiki/Xavier_Marmier> Acesso em: 26 de dezembro de 2016. (Tradução nossa).

³² *Lendas e Canções Populares*, publicada em 1865, pela Tipografia de João Evangelista, é considerada a obra prima de Juvenal Galeno. “A poesia simples, nativista, aparentemente ingênua e profundamente social seria logo utilizada como instrumento de agitação. Em meio a campanhas abolicionistas na Fortaleza, recitavam-se lado a lado a poesia de Castro Alves e de Galeno, visto então, como poeta abolicionista. José Aurélio Saraiva Câmara enfatiza ser o *Lendas e Canções* “livro de alta expressão humana e folclórica, onde reluz um protesto contra a escravidão e a justiça social”. (NETTO, *op. cit.*, p. 51)

publicação em livro foi intitulado *Lira Popular*, e o *Cantigas Populares*, publicado postumamente.

Da mesma forma chamou-nos a atenção o fato de, entre as obras de Juvenal Galeno, constar o “Canções da Escola”, dedicado a crianças da educação primária no Ceará, datado de 1871 que, conforme visto, teve acolhida e repercussão no meio educacional oficial local.

Tal obra nos leva a considerar que também a essa tendência se aproximava Juvenal Galeno, dado que, segundo Cambi (1999, p. 387), no século XIX “a criança tornou-se o sujeito educativo por excelência, reclamando uma articulação das instituições educativas, reclamando o “jardim-de-infância” ao lado da escola, porque é justamente na idade pré-escolar que se desenvolve o germe da personalidade humana.”

[...] grande mito, porém, dominou a educação contemporânea: o da infância, ligado à espontaneidade/naturalidade da infância e à sua posição como um dos modelos daquele homem novo, mais livre e mais genuíno, não repressivo e não autoritário, que é o projeto a que visa a educação nas sociedades atuais, democráticas e libertárias. O menino é o modelo deste homem livre e liberado, subtraído às manipulações da sociedade, restituído às suas verdadeiras necessidades e assumido em toda a gama das suas potencialidades [...]. Este mito da infância foi muito forte, constante e articulado, até mesmo invasivo, no âmbito da contemporaneidade. Nascido no século XVIII em concomitância/alternativa ao mito do “bom selvagem”, dilatou-se com Rousseau e o seu naturalismo educativo, com seu puericentrismo pedagógico, tornando-se mito cultural com o romantismo e o seu apelo à experiência originária (sentimental e pré-social) e daí ramificando-se para a arte e a literatura, chegando até o cinema, atingindo a poesia e o romance [...].” (CAMBI, 1999. p. 392)

Desta forma, depreende-se que a construção do mito da infância faz parte do propósito educacional romântico considerando que este tem raízes na tese rousseuniana da perfectibilidade, ou seja, aposta-se na ideia de que o ser humano possa alcançar padrões de desenvolvimento e contribuir para o engrandecimento da nação.³³

O ideal romântico, portanto, é pedagógico porque procura infundir padrões comportamentais, desta forma, poderemos dizer que também é ideológico. Não à toa, de acordo com Cambi (1999, p. 382), “toda a pedagogia, por um lado, e a educação, por outro, na época contemporânea, são caracterizadas por essa forte simbiose com a ideologia.”

³³ Conforme veremos em sessão apropriada, se o romantismo brasileiro estava fortemente influenciado pelo Espiritualismo Eclético, a preocupação com a educação da criança estava na pauta, afinal, foi Victor Cousin um autêntico filósofo da educação e historiador da mesma, tendo sido ministro da instrução pública francesa, responsável pela formatação do sistema escolar francês, dedicando um grande número de obras voltados para a compreensão do ensino.

São de Victor Cousin as seguintes obras sobre a Instrução Pública: *De l’instruction publique em Hollande* (1837); *De l’instruction publique dans quelques pays de l’Allemagne et particulièrement em Prusse.* (1840); *Rapport sur l’état de l’instruction publique dans quelques pays de l’Allemagne et particulièrement em Prusse* (1833); *De l’instruction secondaire dans le royaume de Prusse* (1841); *État de l’instruction primaire dans le royaume de Prusse à la fins de l’année 1831.* (1831). Encontramos nas páginas do Jornal O Cearense de 15 de março de 1849, um Relatório da Instrução Pública, elaborado por Thomas Pompeu de Sousa Brasil, onde o autor, propondo melhorias para o ensino da Província, cita literalmente o referido filósofo.

Essa ideologização da pedagogia é notada em todas as grandes correntes e fases da pedagogia oitocentista: desde aquela mais propriamente romântica na Alemanha até aquela da Restauração europeia, desde a positivista até aquela ligada ao socialismo. Já em Pestalozzi podemos colher o vínculo estreitíssimo entre pedagogia e sociedade através da disciplina e do trabalho, mas também a formação do homem vista como exercício da liberdade e da participação na vida coletiva, econômica e social. É na liberdade que Pestalozzi (como depois Fichte e Fröbel) indica a função sociopolítica e portanto ideológica da educação: a ação que deve emancipar integrando, tornando o sujeito partícipe e responsável na nova sociedade a caminho, industrial e liberal. (CAMBI, 1999, p. 409)

Na obra de Juvenal Galeno constata-se a existência desse mesmo propósito. No Romantismo, sob influência do filósofo Herder, a poesia tem papel prático educador dado que o referido filósofo compreendia que o poeta expressava o pensamento e a experiência de sua sociedade, sendo seu verdadeiro porta-voz. (BERLIN, 1982).

A poesia e as canções de Juvenal Galeno refletem e vão na mesma direção do que se compreende qual seja o papel da poesia romântica de forma mais geral, notadamente como a compreendia Gonçalves de Magalhães, inspirado provavelmente por Herder, naquilo que Barros (1973) chamou de missão educadora do poeta, dado que, segundo o autor de *Suspiros Poéticos e Saudades*

“[...] a Poesia, louvando as ações dos Grandes Homens, dos Patriotas, e dos Beneméritos, tem por fim inspirar o amor à virtude, e horror ao vício. Assim a Poesia é uma parte da Filosofia moral, ou para melhor dizer, a Poesia e a Filosofia é uma e mesma coisa, considerada por dois pontos de vista diferentes. Portanto a leitura dos Poetas é sempre útil, e muito concorre para a moral e ilustração dos Povos.” (GONÇALVES DE MAGALHÃES apud BARROS, 1973 p. 13).

Assim é que, na obra *Canções da Escola*, vamos nos deparar com Juvenal Galeno ofertando poesia em forma de canções, como recurso didático na formação de crianças, inculcando-lhes preceitos morais, pátrios, cívicos e religiosos. Como o próprio autor orientou no pequeno prefácio do livro

“Impressos os versos em cadernetas, ou tabuletas, serão cantados em qualquer dia sem que estejam decorados e, insensivelmente, os alunos gravá-los-ão na memória em pouco tempo.

A utilização da canção na escola é demais evidente para precisar de uma demonstração. Além de desenfadar o menino, alegrando-lhe o espírito, e de predispor-lo, portanto, para continuar o trabalho, ensina-lhes úteis preceitos, e serve-lhes de estímulo, prêmio e castigo, acabando por uma vez com a palmatória, esse brutal recurso da inépcia do magistério.

É sem dúvida condição essencial do progresso no ensino que a criança ame o mestre e a escola, e deleite encontre na lida que lhe cabe na idade dos brinquedos e sorrisos; que veja no seu mestre um amigo carinhoso, e não o desapiedado algoz; n’aula, a casa do contentamento, e não a do martírio; e na convivência dos livros sinta entusiasmo e gosto, e não o tédio e o sono. Conseguido isto, nada mais falta conseguir.

E qual o meio mais eficaz do que a canção, a harmonia, esse doce poder que tudo vence na Terra?

Que emprega-lo saiba o professor, e assim verei efetivamente realizados os fins que tive em vista escrevendo estas cantigas.” (JUVENAL GALENO, 2010e p. 69-70)

Vejamos que tal postura caracteriza Juvenal Galeno como um intelectual educador engajado, comprometido e, a considerar os ideais românticos e seus autores como expostos nos parágrafos mais acima, extremamente atualizado com a causa romântica.

3 CAPÍTULO II ANSEIOS POR BRASILIDADE E A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NACIONAL: A Atividade Intelectual Como Missão Educadora no Segundo Reinado

“Depois da Independência o pendor se acentuou, levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre, em cumprimento a um programa, bem cedo estabelecido, que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los. Isso explica a importância atribuída [...] à “tomada de consciência” dos autores quanto ao seu papel, e à intenção mais ou menos declarada de escrever para a sua terra, mesmo quando não a descreviam.” **Antonio Cândido**. *Formação da Literatura Brasileira*.

“A época da independência nacional é a do romantismo. E o romantismo iria converter-se na primeira filosofia inspiradora da procura de nosso destino próprio.” **Roque Spencer Maciel de Barros**. *A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro: Gonçalves de Magalhães*.

3.1 Ao Encontro do Romantismo: Uma Apreciação Histórica sobre seus Princípios e os Acontecimentos Delineadores.

Bem que a primeira seção deste capítulo poderia iniciar com um esforço por definir o Romantismo.³⁴ Porém, não se almeja, neste trabalho, tal fim. Nosso intuito não é o de elaborar um estudo literário, estético-filosófico e exaustivo sobre referido tema. Desta forma, não

³⁴ A palavra “romântico” tem gênese no século XVII. Segundo Giovanni Reale e Dario Antiseri, “A. C. Baugh (autor de desconhecida história da literatura inglesa) a resume do seguinte modo: ‘o adjetivo romântico aparece pela primeira vez na Inglaterra por volta de meados do século XVII como termo usado para indicar o fabuloso, o extravagante, o fantástico e o irreal (como se encontra, por exemplo, em certos romances de cavalaria). Foi resgatado dessa conotação negativa no decorrer do século seguinte, no qual passou a ser usado para indicar cenas e situações agradáveis, do tipo das que apareciam na narrativa e na poesia ‘romântica’ (no sentido acima indicado). Gradativamente, o termo ‘romantismo’ passou a indicar o renascimento do instinto e da emoção, que o racionalismo predominante no século XVIII não conseguiu suprimir inteiramente.’ [...] F. Schelegel relacionou o ‘romântico’ com o romance e com aquilo que ele pouco a pouco viera a significar nas expressões épicas e líricas medievais, ao romance psicológico, autobiográfico e histórico moderno. Assim, para Schelegel, romântica’ era a moderna forma de arte que, como evolução orgânica da Idade Média até a sua época, possuía marca própria, essência peculiar própria, beleza e veracidade próprias, diferentes das que caracterizavam a grega.” (REALE; ANTISERI, *op. cit.*, p. 10-11)

almejamos propor uma generalização para esclarecer o que teria sido tal movimento europeu. Compartilharemos com Berlin que qualquer iniciativa nesta direção é abrir caminho para cair em armadilhas, dado que este “é assunto confuso e perigoso, no qual muitos já perderam, eu não diria os sentidos, mas pelo menos o senso de direção.” (BERLIN, 2015, p. 23).

De acordo com um catedrático brasileiro chamado Jamil Almansur Haddad, em tese apresentada ao concurso da cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1945, intitulada *O Romantismo Brasileiro e as Sociedades Secretas do Tempo*, as dificuldades de definição se dão em decorrência do número infindo de tendências dentro de um mesmo movimento. “É tal a disparidade de caminhos que leva muitos a desistirem da descoberta de UMA definição de Romantismo, convictos de que se trata de um fenômeno passível de NUMEROSAS definições.” (HADDAD, 1945, p. 5).

Ainda de acordo com o mesmo autor citado acima

Lê-se nos compêndios de literatura que o Romantismo pode ser caracterizado pelo anti-classicismo, pela revogação de qualquer regra de valor normativo absoluto, donde o conceito de liberdade em literatura (Para Victor Hugo Romantismo é o ‘liberalismo em literatura’); pela procura do espírito nacional (Thibaudet, referindo-se ao Romantismo alemão, afirma ser este um ‘racismo literário’); pelo encarecimento dos valores do cristianismo em contraposição aos do paganismo; pelo predomínio da imaginação e da sensibilidade sobre a razão; pelo caráter individualista ou lírico da inspiração; pelo retorno à Idade Média cristã e cavalheiresca e à poesia dos trovadores (Mme. De Staël); pela melancolia, pela morte; pela função política e social da literatura. (HADDAD, 1945, p. 5)

Reforçam esta mesma compreensão Reale e Antiseri (2005, p. 30), ao afirmarem que definir o Romantismo é tarefa deveras difícil, havendo até quem diga ser impossível.

De acordo com referidos autores

Alguém chegou a calcular terem sido dadas mais de cento e cinquenta definições diferentes desse fenômeno. Mittner recorda que o próprio F. Schelegel, o fundador do círculo dos românticos, escreveu ao seu irmão que não poderia enviar-lhe sua própria definição da palavra “romântico” porque tinha “125 folhas de extensão”! (REALE; ANTISERI, 2005, p. 30)

O essencial nesta discussão, a nosso ver, é a compreensão apontada por Berlin de que o Romantismo tem uma importância histórica fundamental por ter sido, “o maior movimento recente que transformou a vida e o pensamento do mundo ocidental”. (BERLIN, 2015, p. 24). Um movimento que influenciou a sociedade em todas as suas esferas, dando uma guinada considerável na compreensão de mundo no século XIX. O referido autor assim reforça essa ideia pelo fato de que

[...] pela primeira vez, começa a surgir a noção de que talvez os juízos de valor não sejam absolutamente proposições descritivas, de que os valores não podem ser

descobertos, de que não são ingredientes do mundo real no mesmo sentido em que são as mesas, as cadeiras, os homens, as cores ou os acontecimentos passados, de que os valores não são descobertos, mas inventados – criados pelos homens assim como as obras de arte, sobre as quais não faz sentido perguntar onde estavam antes de serem concebidas. Enquanto os filósofos, de Platão em diante, pareciam concordar que perguntas como “O que é bom?”, “Como devo viver?”, “O que torna os atos corretos?”, “Por que devo obedecer?” tinham respostas que uma sabedoria especial era capaz de descobrir, embora as opiniões pudessem diferir amplamente quanto ao lugar em que a resposta devia ser encontrada, e portanto em que consistia a sabedoria, a nova doutrina sustentava ou sugeria que essa era uma abordagem tão sem sentido quanto aquela que se propunha descobrir onde estava a sinfonia antes que o compositor a concebesse, onde estava a vitória antes que o general a conquistasse. Os ideais e as metas não eram encontrados, mas criados. (BERLIN, 2009, p. 71)

E assim, entendemos que uma visão aproximada do referido fenômeno poderia se dar na esteira daquilo que recomendaram Reale e Antiseri, quando afirmaram que é na complexidade extrema do fenômeno romântico que é possível distinguir em seu interior uma série de perspectivas e de categorias que definam os seus traços essenciais. (REALE; ANTISERI, 2005, p. 30).

De acordo com Haddad as condições de espírito seriam a chave para o problema.

Temos o dever de tentar um esforço absolutamente necessário em busca de uma noção mais compreensiva e específica de Romantismo. As definições propostas derivam do exame de certas *condições de espírito* e certas *condições sociológicas* que determinaram a aparição do fenômeno romântico. Para definir um valor eterno (como seja o Romantismo) estaremos mais seguros se partirmos de outro valor eterno (O Homem) e não de um valor flutuante (as condições sociais). Naquelas condições de espírito a que acenamos é que deve estar a chave do problema. (HADDAD, 1945, p. 6)

O referenciado autor acima recomenda que se faz necessário, para a devida compreensão do fenômeno Romantismo, a descoberta do que ele chamou de “*denominador comum romântico*”. Para ele, esse artifício consistiria em buscar e encontrar um “elemento presente em todas as manifestações românticas, nas afins como nas disparatadas.” (HADDAD, 1945, p. 6). Como ele próprio expressou,

Êste elemento poderia ser o nexos que inter-relacionaria as várias definições propostas, que nunca abrangem a totalidade do fenômeno. Êste denominador seria comparável ao carbono da química orgânica, presente num número infinito de compostos químicos e extremamente diversos por suas propriedades. (HADDAD, 1945, p.6)

Mesmo assim, Berlin chama a atenção para o fato de que a variedade de características do Romantismo, por ser extremamente vasta, ao contrário de resolver o problema inicial, poderá até contribuir para aumentar as dificuldades, conforme poderemos comprovar na longa e incompleta citação abaixo

O Romantismo é o primitivo, o ignorante, é a juventude, a exuberante sensação de vida do homem natural, mas também é a palidez, febre, doença, decadência, *la maladie du siècle* (a doença do século), *La Belle Dame Sans Merci* (a bela dama sem misericórdia), a Dança da Morte, na verdade a própria Morte. É a cúpula de vidro multicolorido de Shelley, e é também o esplendor branco da eternidade. É a plenitude vigorosa e confusa e a riqueza da vida – *Fülles des Lebens* -, a multiplicidade inexaurível, a turbulência, a violência, o conflito, o caos, mas também é a paz, a união com o grande “Eu, a harmonia com a ordem natural, a música das esferas, a dissolução no eterno espírito que tudo contém. É o estranho, o exótico, o grotesco, o misterioso, o sobrenatural, as ruínas, o luar, castelos encantados, trombetas de caça, elfos, gigantes, grifos, cascatas, o velho moinho no Floss, as trevas e os poderes das trevas, fantasmas, vampiros, o terror sem nome, o irracional, o indizível. Também é o familiar, o sentido da tradição particular de cada um, o júbilo com o aspecto sorridente da natureza de todo dia e as cenas e sons habituais da gente simples e contente do campo, a sabedoria sã e feliz dos filhos da terra, com suas faces rosadas. É o antigo, o histórico, são as catedrais góticas, as névoas da Antiguidade, as raízes antigas e a velha ordem com suas qualidades não analisáveis, suas lealdades profundas mas inexprimíveis, o impalpável, o imponderável. Também é a busca da novidade, a mudança revolucionária, a preocupação com o presente fugaz, o desejo de viver no momento, a rejeição do conhecimento, o passado e o futuro, o idílio pastoral da feliz inocência, a alegria no instante que passa, uma sensação de atemporalidade. [...]. É nostalgia, é devaneio, são sonhos inebriantes, é a doce melancolia e a amarga melancolia, a solidão, os sofrimentos do exílio, o sentimento de alienação, o vagar em lugares remotos, em especial o Oriente, e em tempos remotos, em especial a Idade Média. Mas também é o prazer da cooperação em um esforço criativo comum, a sensação de fazer parte de uma igreja, uma classe, um partido, uma tradição, uma grande hierarquia simétrica e abrangente, cavaleiros e vassallos, as fileiras da Igreja, os laços sociais orgânicos, a união mística, uma só fé, uma só terra, um só sangue, “*la terre e les morts*” a terra e os mortos), como disse Barrès, a grande sociedade dos mortos e dos vivos e dos ainda por nascer. É o conservadorismo *tory* de Scott, Southey e Wordsworth, e é o radicalismo de Shelley, Büchner e Stendhal. É o medievalismo de Chateaubriant, e é a aversão de Michelet à Idade Média. É a adoração à autoridade de que fala Carlyle, e o ódio à autoridade de Victor Hugo. [...]. É, em suma, a unidade e a multiplicidade. É beleza e feiura. É a arte pela arte, e a arte como um instrumento de salvação social. É força e fraqueza, individualismo e coletivismo, pureza e corrupção, revolução e reação, paz e guerra, amor à vida e amor à morte. (BERLIN, 2015, p. 42 – 45).

A lista é bem mais extensa do que o que foi transcrito acima. É um bom exemplo do que estamos expondo até o momento. Pela citação acima, somos instigados até a perguntar, nesse horizonte vasto e complexo observado, sobre como encontrar o denominador comum conforme preceituou Haddad em referência mais acima.

Destarte, para evitarmos percursos às vezes extenuantes e às vezes sem saídas, nos ateremos sobre o que recomenda Berlin a respeito do Romantismo, no recorte abaixo.

A única maneira sã e sensata de se aproximar dele, ou pelo menos a única maneira que achei útil até hoje, é pelo método histórico, lento e paciente: examinar o início do século XVIII, refletir sobre qual era a situação na época e então considerar, um por um, quais fatores a abalaram e qual combinação ou confluência de elementos, mais para o final do século, causou o que me parece ser a maior transformação da consciência do Ocidente, certamente em nossa época. (BERLIN, 2015, p. 47)

Portanto, seguiremos a recomendação de Berlin procurando seguir os itinerários históricos que tornaram possível o surgimento do Romantismo. Da mesma forma, procuraremos

identificar o que ele aponta como propósito dos autores que estiveram como partícipes da formação desse fenômeno e as respectivas influências em alguns aspectos sociais e políticos e culturais.

Desta forma, deixaremos o caminho aberto para desenvolvermos a compreensão, em seção posterior, das circunstâncias em que intelectuais brasileiros vão se encontrar com as ideias verberadas pelo fenômeno em questão e como essas ideias foram moldadas à luz do Espiritualismo Eclético, matriz filosófica que fundamentou o Romantismo brasileiro.

As raízes do Romantismo, que remontam ao final do século XVIII, fixam-se em um momento em que se dão desconfiças na compreensão de que o mundo, notadamente o mundo humano, poderia ser sempre mensurado pela régua da ciência moderna. O Romantismo, para o autor supracitado mais recentemente, representou um ponto de inflexão na tradição racional do Ocidente que tem raízes na Grécia Clássica e desembocou no movimento denominado Iluminismo. Segundo Berlin (2015, p.49), a referida tradição assentava-se sobre um tripé lógico que representava a espinha dorsal da principal tradição do Ocidente.

Em linhas gerais, compreenderemos o que Berlin apontou acima a partir da citação que segue

Em primeiro lugar, todas as perguntas autênticas podem ser respondidas; se uma pergunta não pode ser respondida, então não é uma pergunta. [...]. Se a resposta não é possível de conhecer, se a resposta está, em princípio, de alguma forma oculta de nós, então deve haver algo de errado com a pergunta. Essa é a proposição comum tanto para os cristão como para os escolásticos, para o Iluminismo e para a tradição positivista do século XX. [...]. A segunda proposição é que todas essas respostas são cognoscíveis, que elas podem ser descobertas por meios que podem ser aprendidos e ensinados a outras pessoas; que existem técnicas pelas quais é possível aprender e ensinar maneiras de descobrir do que o mundo é composto, que parte ocupamos nele, qual é nossa relação com as pessoas, qual é nossa relação com as coisas, quais são os verdadeiros valores e a resposta a todas as perguntas sérias e responsáveis. A terceira proposição é que todas as respostas devem ser compatíveis umas com as outras, pois, se não forem compatíveis, o resultado será o caos. [...] (BERLIN, 2015, p. 49-50).

O que foi anotado acima expõe um ponto de convergência teórica entre os intelectuais iluministas a partir da ideia de que o conhecimento é o corolário do ser virtuoso. Dizendo mais acertadamente com Berlin (2015, p. 54) que, para os pensadores iluministas, a virtude consistiria, em última análise, no conhecimento.

[...] se sabemos o que somos, e sabemos de que precisamos, e sabemos onde obtê-lo, e o obtemos com os melhores meios em nosso poder, então podemos viver uma vida feliz, virtuosa, justa, livre e contente; que todas as virtudes são compatíveis entre si; que é impossível que a resposta à pergunta “deve-se buscar a justiça?” seja “sim”, e a resposta à pergunta “deve-se buscar a misericórdia?” seja “sim”, e que essas duas respostas demonstrem, de alguma forma, ser incompatíveis. Igualdade, liberdade, fraternidade devem ser compatíveis umas com as outras. O mesmo com a misericórdia e a justiça. Se um homem disser que a verdade pode tornar alguém infeliz, isso deve, de alguma forma, ser demonstrado como falso. Se puder ser demonstrado que, de

algum modo, a liberdade total é incompatível com a igualdade total, deve haver algum mal-entendido no argumento – e assim por diante. Essa era uma crença mantida por todos esses homens. Acima de tudo, eles julgavam que se podia chegar a essas proposições gerais por meio dos métodos confiáveis usados pelos cientistas naturais ao estabelecer o grande triunfo do século XVIII – ou seja, as ciências naturais. (BERLIN, 2015, p. 54-55)

O mote iluminista, portanto, apontava na direção de que tanto a natureza, quanto o homem, e portanto a história, estavam submetidos a leis fixas e, com o método apropriado, seria possível encontrar essas leis. Esse ideal objetivo estabelecia padrões universais expressos seja através de proposições, no caso da ciência ou da filosofia, seja através da obra de arte, em esculturas ou pinturas.

Segundo ainda o referenciado autor, esse muro começou a apresentar certos pontos de rachaduras em sua presunçosa e lisa superfície quando Montesquieu (1689 - 1755)³⁵, mesmo sendo um típico representante do Iluminismo, que jamais tivesse se afastado de seus preceitos, chegou a concluir que talvez não existissem valores, verdades e instituições eternas com configurações determinadas que, necessariamente, se adequassem a todos e em todos os lugares e tempos.

A tese de Montesquieu era que, se você fosse persa e criado em condições persas, poderia não desejar aquilo que desejaria se fosse parisiense e criado em Paris; que os homens não ficam felizes com as mesmas coisas, que a tentativa de impingir aos chineses coisas deleitáveis para os franceses ou impingir aos franceses coisas deleitáveis para os chineses causaria infelicidade em ambos os casos; e que, portanto, era preciso ter muita cautela, ao modificar leis, ao fazer reformas e, de modo geral, ao cuidar das pessoas, se você fosse um estadista ou político, ou até mesmo nas relações pessoais, na amizade, na vida familiar, muita cautela para considerar quais são as necessidades reais das pessoas, qual é o processo relevante de crescimento, em que condições determinado grupo de pessoas cresceu. Ele atribuía enorme importância ao solo, ao clima e às instituições políticas. (BERLIN, 2015, p. 61)

Tal tese promoveu um abalo na concepção da visão de mundo iluminista centrada em preceitos de uma racionalidade homogeneizadora que estabeleceria entidades objetivas claras, uniformes, eternas, fixas, passíveis de serem encontradas pelo sujeito autônomo capaz de fazer bom uso de sua razão.

Um outro abalo, segundo ainda Berlin, aconteceu por iniciativa de Hume (1711 – 1776)³⁶, ao duvidar de nossa capacidade de perceber alguma relação causal e se, mesmo o

³⁵ Pensador iluminista francês, escreveu a obra *O Espírito das Leis*, de grande significado para as constituições republicanas.

³⁶ Filósofo, historiador e ensaísta britânico, nascido na Escócia, na cidade de Edimburgo, onde também veio a falecer. Pertence à escola empirista, corrente que professou de forma radical promovendo o que se chama de ceticismo filosófico

mundo fosse constituído de relações de causa e efeito. Na forma como entende Berlin (2015, p. 63) a filosofia de Hume provocou “uma rachadura um pouco mais profunda.”

O principal serviço prestado por Hume em seu ataque ao Iluminismo – e ele certamente não parecia, para si mesmo, estar armando tal ataque – consistiu em duvidar de duas proposições. Em primeiro lugar, ele duvidava que a relação causal fosse algo que nós percebemos diretamente ou mesmo que sabemos existir. Ele afirmou que as coisas não são consequência necessária de outras coisas; elas apenas seguem de maneira regular, e não de modo necessário. [...]. A segunda proposição posta em dúvida por Hume é mais importante para nossos objetivos. Quando de perguntou como ele sabia que existe um mundo externo, disse que não podia deduzir isso logicamente: não haveria maneira de demonstrar que as mesas existem. (BERLIN, p. 63-64)

Apesar das dúvidas postas por Hume na inabalável sanidade da razão, bem como da questão colocada por Montesquieu que conduzia a um certo relativismo cultural e histórico, tais autores eram adeptos incontestes da racionalidade iluminista e defendiam a tese de que o homem só seria feliz se caminhasse nos trilhos da razão, portanto, acreditavam no poder da ciência. Acreditavam firmemente na tese de que o conhecimento racional é constituidor de virtude. De qualquer maneira, suas teses apontaram na direção de caminhos alternativos.

O que se depreende do que foi posto em debate por esses autores supramencionados é que, mesmo no século XVIII, o século do apogeu da racionalidade iluminista, no berço do Iluminismo, a supremacia da razão não era algo tão inabalável como se acreditou, o caminho não era tão sem obstáculos e tropeços como se supunha.

[...] para a surpresa das pessoas que acreditam que o século XVIII foi um século simétrico, infinitamente racional, elegante, harmonioso, sem emoção, uma espécie de espelho pacífico da razão e da beleza humanas não perturbadas por nada de muito profundo ou sombrio, descobrimos que nunca na história da Europa houvera tantas pessoas vagando irracionalmente pelo continente e aderindo a algum tipo de religião. Foi no século XVIII que floresceram seitas como a maçonaria e a rosa-cruz. Foi então que todos os tipos de charlatães e andariços começaram a exercer atração, em especial na segunda metade do século. Foi nessa época que Cagliostro apareceu em Paris, envolvendo-se nos mais altos círculos, e que Mesmer começou a falar em espíritos animais. Foi a era favorita de todo tipo de necromantes, quiromantes e hidromantes, cujas diversas panaceias atraíram a atenção e realmente atraíram a fé de numerosas pessoas aparentemente sãs e racionais. Certamente, as experiências com ocultismo dos reis da Suécia e da Dinamarca, da duquesa de Devonshire e do cardeal Rohan teriam sido surpreendentes no século XVII e ignoradas no século XIX. Foi no século XVIII que essas coisas começaram a se difundir. (BERLIN, 2015, p 82-83).

Como foi salientado mais acima, havia rachaduras em um muro, ou abriram-se possibilidades de trilhar por sendas e caminhos alternativos, antes difíceis de serem visualizados, dado que poderiam desviar do caminho “seguro” da racionalidade. Essas teses tiveram o encontro com outros fenômenos, outras aspirações e outras ideias que proporcionaram, em conjunto e no momento oportuno, o surgimento do Romantismo.

Essas outras aspirações e ideias, algumas gestadas ainda no seio do Iluminismo, conforme visto, alimentaram paulatinamente o que depois seria o fenômeno romântico. Alguns de seus ecos eram provenientes da Inglaterra de fins do século XVIII, um momento em que, segundo Thompson (2002, p. 61) “o desencanto dera lugar à apostasia”, referindo-se às consequências do caminho seguido pela Revolução Francesa, provocando um sentimento de frustração em alguns intelectuais, antes engajados com a sua causa. Autores como Wordsworth³⁷ e Coleridge³⁸, defensores ardorosos da referida revolução, são exemplo desses intelectuais que mudaram a direção porque ficaram “enojados com o curso que ela tomou.” (THOMPSON, 2002, p. 56).

Mas é exatamente dentro desse conflito – o momento em que a cultura tradicional foi desafiada, quando toda as convenções foram questionadas e as grandes esperanças humanistas estavam no além-mar, mas também quando a experiência penetrante mostrara que as proposições dos *philosophes* eram inadequadas -, é exatamente dentro desse conflito que o grande impulso romântico alcançou a maturidade. Wordsworth e Coleridge foram colhidos no vórtice de contradições que eram tanto reais quanto ideais. Eram defensores indômitos da Revolução Francesa e ficaram enojados com o curso que ela tomou. Estavam isolados como jacobinos e abominavam a abstração godwiniana. Haviam rompido com a cultura tradicional e ficaram horrorizados com algumas características da nova. Desejavam abraçar a causa do povo e recebavam que a multidão pudesse se voltar para homens de seu tipo, em primeiro lugar. (THOMPSON, 2002 p. 55-56)

Mas, segundo Berlin (2015, p. 70), foi principalmente da Alemanha pietista que essas ideias brotaram com mais força, pois alimentaram uma mentalidade cujo “resultado foi uma intensa vida interior, uma grande quantidade de literatura muito comovente e interessante, mas altamente pessoal e violentamente emocional, o ódio ao intelecto e, acima de tudo, claro, o ódio violento à França [...]” (BERLIN, 2015, p. 70).

Berlin acredita que Johann Georg Hamman³⁹ (1739 – 1788), teórico alemão, tenha sido “a primeira pessoa a declarar guerra contra o Iluminismo da maneira mais aberta, violenta

³⁷ William Wordsworth (1770-1850). Considerado o maior poeta romântico inglês que lançou as bases do Romantismo na Inglaterra.

³⁸ Samuel Taylor Coleridge (1772-1834). Poeta, crítico e ensaísta. Considerado, ao lado de Wordsworth, um dos fundadores do Romantismo inglês.

³⁹ “Johann Georg Hamann nasceu em Königsberg (cidade que já fora berço de Kant) em 1730. Não concluiu estudos universitários em virtude de seus múltiplos interesses e de suas leituras caóticas. Transferiu-se para Londres, ocupando-se de comércio e de ciência das finanças, mas faliu novamente devido a variadas e obscuras vicissitudes. Mas em Londres, em 1757, seu destino foi marcado pelo encontro com a Bíblia e pela emergência de forte vocação religiosa. Voltando a Königsberg, passou a sobreviver como empregado alfandegário. Morreu em 1788.

“Em sua maioria curtos, seus escritos são elaborados em estilo muito original, produzindo complexo jogo de citações e, sobretudo, de alusões sempre extremamente determinadas, mas muito difíceis de decifrar, até para seus leitores contemporâneos. O intrincadíssimo jogo de citações de frases e palavras, muitas vezes extraídas da Bíblia, ou então dos clássicos, tem sabor quase cabalístico para o leitor moderno. Isso, porém, deve-se

e completa.” (BERLIN, 2015, p. 81). Também de acordo com Reale e Antiseri (2005, p. 56), “Hamann foi talvez o mais áspero e genial crítico do Iluminismo e o mais denodado defensor daquela religiosidade e daquele cristianismo, que o Iluminismo minara pelas raízes.”

Na visão dos autores acima citados, a insurgência de Hamann contra o Iluminismo devia-se principalmente ao fato da razão ter sido elevada ao patamar de ídolo, e, por isso, “à razão abstrata Hamann contrapõe a vida, a experiência concreta, os fatos reais e a história.” (REALE; ANTISERI, 2005, p. 55-56).

Para Berlin (2005, p. 95), as ideias de Hamann, constituíram o cerne de um movimento que eclodiu posteriormente na Alemanha, mas que antecedeu o Romantismo, notadamente por expressar uma “doutrina violenta da autoafirmação pessoal”.

[...] sob a superfície desse século aparentemente coerente, aparentemente elegante, forças tenebrosas de todo tipo estão em ação. Hamann é apenas o representante mais poético, mais profundo teologicamente e mais interessante dessa violenta revolta, como poderíamos dizer, da qualidade contra a quantidade, de todos os anseios e desejos anticientíficos dos homens. A doutrina fundamental de Hamann, ..., era que Deus não era geômetra nem matemático, e sim poeta; que havia algo de blasfemo na tentativa de impingir a Deus nossos esquemas lógicos humanos, tão insignificantes. Quando seu amigo Kant lhe disse que a ciência da astronomia tinha finalmente chegado ao fim, que os astrônomos sabiam tudo o que poderiam saber e que era motivo de satisfação o fato de que essa ciência, em particular, então poder ser considerada como concluída, Hamann sentiu vontade de destruir essa afirmação. Imagine não haver milagres no Universo! Imagine considerar todo esforço humano como concluído e acabado! A própria noção de que o ser humano é finito, que há certos assuntos sobre os quais tudo pode ser conhecido, que há uma parte da natureza que pode ser pesquisada por completo e perguntas que podem ser respondidas por completo – tudo isso parecia a Hamann algo chocante, irreal e, sem dúvida, disparatado. (BERLIN, 2015, p 83-84).

A inquietação constante de Hamann promoveu a eclosão daquilo que seria a *celula mater* do Romantismo, ou seja, o movimento *Sturm und Drang*⁴⁰, representado por intelectuais,

sobretudo ao fato de que, por uma série complexa de razões, Hamann escolheu o caminho indireto da ironia socrática para criticar o Iluminismo.

Os *Stürmer* e os românticos se interessaram por ele, mas provavelmente mais por motivos paralelos do que por convergências. Moser o batizou de “o mago do Norte”; Goethe o chamou de “o fauno socrático”; Schlegel encontrou nos escritos elípticos do pensador uma lógica de “abreviador do universo”. Na história do pensamento posterior, porém, nunca se impôs como um clássico. Entretanto, há algum tempo ocorre lento renascimento do interesse por ele.” (REALE; ANTISERI, *op. cit.*, p. 55)

⁴⁰ Segundo Reale e Antiseri, (2005, p. 4) “antes mesmo que explodisse a Revolução na França, na década transcorrida entre 1770 e 1780, a intempérie cultural registrava na Alemanha as primeiras modificações de vulto que, a médio prazo, na passagem do século, levariam à superação total do Iluminismo. O movimento que produziu tais modificações nessa década ficou conhecido sob o nome de *Sturm und Drang*, que significa ‘Tempestade e Assalto’ ou, melhor ainda, ‘Tempestade e Ímpeto’. A denominação deriva do título de drama escrito em 1776 por um dos expoentes do movimento, Friedrich Maximilian Klingler (1752 – 1831), e parece ter sido usada pela primeira vez por A. Schlegel para designar todo o movimento no início do século XIX.” Ainda segundo os autores supramencionados, vale destacar que “O *Sturm und Drang* foi comparado por alguns estudiosos a uma espécie de revolução que antecipou verbalmente em terras germânicas aquilo que, pouco depois, seria a Revolução Francesa no campo político. Por outros estudiosos, ao contrário, foi

discípulos e admiradores de Hamann, dentre eles Goethe, Schiller, Jacobi e Herder. Os *stürmer*, como são conhecidos os participantes de tal movimento, inspirados pelas ideias de Hamann, tomaram posições a partir das seguintes diretrizes

A natureza entendida como força onipotente e criadora de vida; o gênio, como força originária que cria analogamente à natureza e é regra de si mesmo; o panteísmo, que começa a se contrapor à concepção iluminista da divindade como razão suprema; o sentimento pátrio, expresso no ódio pelo tirano, na exaltação da liberdade e no desejo de infringir convenções e leis exteriores; a predileção pelos sentimentos fortes e pelas paixões impetuosas. (REALE; ANTISERI, 2005, p. 3)

Tais diretrizes estão em fina sintonia com os ideais românticos, propriamente, que se expressam pela sede de infinito, pelo sentimento de pertencer a uma totalidade orgânica, pela força da criação artística proporcionada pela liberdade do gênio, e portanto, um desmesurado anseio por liberdade. Essa última diretriz, segundo Berlin, deve-se, ironicamente, à filosofia moral de Kant, que colocou na pauta das discussões a prerrogativa diferenciadora humana da escolha, associando isso à condição da liberdade humana.

De acordo com Berlin (2015, p. 112),

Kant odiava o Romantismo. Ele detestava qualquer forma de extravagância, fantasia, o que ele chamava de *Schwärmerei*, qualquer forma de exagero, misticismo, imprecisão, confusão. No entanto, ele é considerado, com justiça, um dos pais do Romantismo – e nisso há certa ironia. Kant foi criado, tal como Hamann e Herder, ambos os quais conheceu pessoalmente, em um ambiente pietista. Considerava Hamann um místico patético e confuso e não gostava dos seus escritos por causa de suas vastas generalizações não sustentadas por provas, seus enormes voos da imaginação, que ele julgava uma ofensa contra a razão. [...] Kant era um admirador das ciências. [...] Gostava de lógica e gostava de rigor. [...] Mas, se ele é, em qualquer aspecto, o pai do Romantismo, não é como crítico das ciências, nem como cientista, mas especificamente por sua filosofia moral.

As outras diretrizes Berlin atribui a Herder, por influência direta de Hamann. Detalharemos, conforme a compreensão de Berlin, três noções por Herder desenvolvidas, intimamente relacionadas entre si e que serviram de suporte ao Romantismo, que são a noção de expressionismo, a noção de pertencimento e a incompatibilidade de ideais.

Pela doutrina do expressionismo, Herder sustentava que é inerente ao ser humano o desejo de expressar-se. Em tudo aquilo que faz, seja através da fala, dos gestos, das obras de arte, enfim, ele é impelido a expressar sua natureza integral. “Se não expressa sua natureza integral, é porque ele mutilou a si mesmo, ou se conteve, ou colocou algum tipo de freio sobre suas energias.” (BERLIN, 2015, p. 97). Essa era uma crítica direcionada à postura iluminista,

considerado como uma espécie de reação antecipada à própria Revolução, enquanto se apresentou como reação contra o Iluminismo, do qual a Revolução Francesa foi a coroação. [...] trata-se da reação do espírito alemão depois de séculos de torpor, e do ressurgimento de algumas atitudes peculiares à alma germânica. Portanto, encontramos-nos diante de um *prelúdio do romantismo*, ainda que desalinhado e imaturo.” (*Idem, Ibid.*, p. 4)

que defendia uma concepção unidimensional de homem, caracterizando-o unicamente como o ser da razão.

Para Herder, apud Berlin (2015), o ímpeto da expressividade humana tinha endereço certo, os outros humanos. Aquilo que o homem faz ou fala é em função da comunicabilidade com outros homens, notadamente com os de um mesmo grupamento. Daí a importância da linguagem na obra de Herder.

Segundo Berlin, (2015, p. 10-101)

A convicção fundamental de Herder era algo da seguinte ordem: todo homem que deseja expressar-se usa palavras; as palavras não são uma invenção dele, elas lhe foram transmitidas por uma espécie de fluxo de imagens tradicionais herdadas. E esse fluxo, por sua vez, também foi alimentado por outros homens que se expressaram. Um homem tem mais em comum, mesmo que de maneira impalpável, com outros homens com quem a natureza o colocou em proximidade do que com homens distantes dele. Herder não usa o critério do sangue, nem o critério de raça. Ele discorre sobre a nação, mas a palavra alemã *Nation* no século XVIII não tinha a mesma conotação de “nação” no século XIX. Ele fala da linguagem como um vínculo, e fala do solo como um vínculo, e a tese, grosso modo, é a seguinte: aquilo que as pessoas pertencentes ao mesmo grupo têm em comum é mais diretamente responsável por elas serem como são do que aquilo que elas têm em comum com outras pessoas em outros lugares. Ou seja, a maneira como, digamos, um alemão se levanta e se senta, a maneira como dança, a maneira como elabora as leis, sua caligrafia, sua poesia e sua música, a maneira como penteia os cabelos, como filosofa, tudo isso tem certa *gestalt* comum impalpável.

De acordo com a compreensão acima, resulta a tese do pertencimento, aludida mais acima, desenvolvida por Herder. Desta forma, desenvolveu-se a “noção de que cada homem busca pertencer a algum tipo de grupo, ou, na verdade, pertencer a algum grupo, e, se isso for tirado dele, vai se sentir alheio, estrangeiro, não como quem está em casa.” (BERLIN, 2015, p. 99-100).

Um determinado grupo é o centro de gravidade ao qual pertence um indivíduo. Constitui-se como sua digital em sentido cultural e espiritual. Assim, a história do indivíduo associa-se à história do grupo ao qual pertence. Herder defende então a diversidade dos grupos como condição necessária para a história humana. Esta não pode ser encarada senão como o somatório das diversas histórias. Disso daí resultou uma outra tese, a da incompatibilidade de ideais, encarada por Herder como necessária para assegurar a diversidade cultural, evitando as formas hegemônicas homogeneizantes do Iluminismo que geraram a ideia kantiana da história universal com propósito cosmopolita.

Segundo Berlin (2009, p.289-290),

Herder denuncia o cosmopolitismo como um falso ideal e o homem em geral como uma abstração oca. O curso da história não pode ser explicado a não ser por aqueles que compreendem que os conjuntos peculiares de características, que servem para definir as culturas e povos e para distingui-los uns dos outros, estão relacionados entre

si por ligações íntimas e só podem ser compreendidos quando se percebe que formam uma harmonia única, que realizam na sua totalidade um propósito único. Cada pedaço foi dotado pela história ou por Deus com uma função específica a ser executada, e suas características são aquelas que tornam possível que essa e não alguma outra função seja executada com sucesso singular, e o dever do homem é em primeiro lugar compreender para que lugar foi designado no mundo, a que povo pertence, a combinação e cooperação com que os homens desenvolverão mais plenamente os seus dotes naturais e os deles.

Para Herder, todo *Volk* tem uma missão, uma contribuição peculiar que somente ele está equipado para executar. Ele é um alemão patriótico, mas ainda muito filho do século XVIII para não se entregar a uma megalomania nacionalista. Todos os povos têm a sua tarefa sagrada a executar e são capazes de respeitar os valores e modos de vida especiais uns dos outros, ainda que não possam participar deles: a meta é a autorrealização de todos os povos com base no respeito mútuo, e sobretudo no amor de uns pelos outros, pois é somente o amor que revela os ideais interiores de outros, ideais que têm um direito tão grande a serem respeitados quanto os meus próprios. Herder substitui os indivíduos de Kant pelos povos ou culturas; os valores, os ideais, os fins máximos são os padrões de vida, cuja realização é uma cultura histórica contínua. Eles são absolutos e sagrados porque representam as aspirações de culturas, porque são as metas que o espírito do povo gerou, propôs a si mesmo, e o único dever absoluto é aquele que desenvolve as verdadeiras potencialidades dos seres humanos.

A tese da incompatibilidade de ideais consiste na defesa de que os valores não são os mesmos para os diferentes grupos humanos. Segundo Berlin (2009, p. 291), “a qualidade específica de tudo o que os membros de uma cultura sentem, conhecem e fazem sobressai muito vividamente em contraste com os produtos muito dessemelhantes de outras. Esse contraste não precisa resultar em tensões ou guerras.” Essa incompatibilidade de valores, para Herder, é a garantia de vida de cada grupo humano, dado que é desta forma que se configura uma espécie de marca registrada de cada cultura. A compreensão é a de que nenhum valor pode ou deve se sobrepor a outros.

De acordo com Berlin (2015, p. 107-108), Herder defendeu que,

[...] cada grupo humano deve se esforçar para perseguir aquilo que está em sua espinha dorsal, que faz parte de sua tradição. Cada homem pertence ao grupo ao qual pertence; sua proposta como ser humano é falar a verdade tal como aparece para os outros. Com essa grande variedade de cores, um maravilhoso mosaico pode ser feito, mas ninguém consegue ver o mosaico inteiro, ninguém consegue ver todas as árvores, só Deus consegue ver o Universo inteiro. Os homens, porque pertencem ao lugar a que pertencem e vivem no lugar em que vivem, não conseguem. Cada época tem o próprio ideal interno e, portanto, qualquer forma de busca saudosa do passado – por exemplo, ‘por que não podemos ser como os gregos?’ ou ‘por que não podemos ser como os romanos?’, que eram provavelmente as perguntas que os filósofos políticos franceses, ou os pintores e escultores franceses se faziam no século XVIII – toda a ideia de *revival*, toda a ideia de volta à Idade Média, de volta às virtudes romanas, de volta a Esparta, de volta a Atenas, ou, por outro lado, qualquer forma de cosmopolitismo – ‘por que não podemos criar um Estado mundial de tal tipo que todos nele se encaixem perfeitamente como tijolos ideais, formem uma estrutura que continue para todo o sempre, pois terá sido construída com base em uma fórmula indestrutível, que é a verdade, obtida por métodos infalíveis?’ – tudo isso deve se tornar um absurdo, sem sentido, autocontraditório [...].

Segundo Berlin (2015, p. 108), com essa tese Herder “deu uma terrível punhalada no racionalismo europeu, que nunca mais se recuperou.” Isso lhe dá a condição de ser um pensador cujas ideias influenciaram outros intelectuais que foram os responsáveis pela fundação do Romantismo alemão, dentre eles, Friedrich Hölderlin (1770 – 1883), os irmãos Friedrich Schlegel (1772 – 1829) e August Schelegel (1767 – 1845), Novalis (1772 – 1801), Ludwig Tieck (1773 – 1853), Wilhelm Heirich Wackenroder (1773 – 1798), Joahann Gottlieb Fichte (1762 – 1814), Freidrich Wilhelm Joseph von Schelling (1775 – 1854) e Friedrich Schleiermacher (1768 – 1834).

As ideias desenvolvidas por esses intelectuais, dentro do movimento alemão considerado, que posteriormente também desembocaram no idealismo, tiveram rápida difusão e atingiram outros países.

As relações pessoais entre os românticos e os filósofos Schelling e Hegel influenciaram o desenvolvimento da metafísica alemã: Hölderlin foi, em Tubinga, amigo de juventude dos dois filósofos, e admirador de Fichte; o círculo romântico de Iena, no começo do século, contava com Schelling, ao lado de Novalis, com Friedrich Schlegel e Tieck. O intercâmbio de pensamento foi contínuo entre literatos e filósofos. (BRÉHIER, 1977. p. 139)

Madame de Staël⁴¹ foi a responsável pela difusão dessas ideias na França com a publicação de um livro intitulado *Sobre a Alemanha*, em 1813, marcando o nascimento do Romantismo francês. A partir daí o filósofo Victor Cousin dialogou com diversos representantes do Romantismo germânico. Sua formação intelectual, posteriormente, recebeu influência direta dos intelectuais alemães, incluindo Hegel, de quem herdou as diretrizes para sua filosofia. Aldo Haessler (2011. p. 2-3) nos informa, a respeito disso, que

Madame de Staël havia escrito em seu *Sobre a Alemanha* que “a nação alemã pode ser considerada como a nação metafísica por excelência”. A indisposição em relação à filosofia francesa – está-se em pleno impulso crítico contra os Ideólogos – a Alemanha deu a justo título a impressão de um mundo intelectual vivo e criativo: uma Alemanha idealista, romântica e sonhadora, dedicada ao culto das ideias puras, do sentimento, da arte e do pensamento teórico. Para um francês, nesses anos de 1820, esse exotismo se fazia acompanhar por uma grande excitação intelectual; uma

⁴¹ **Anne-Louise Germaine Necker, baronne de Staël-Holstein**, Conhecida sob o pseudônimo de **Madame de Staël**, nasceu em Paris a 22 de abril de 1766, onde também faleceu a 14 de julho de 1817.

Foi escritora e filósofa. Popularizou, na França, a partir da obra *Sobre a Alemanha* (1813-14), as obras de autores de língua alemã, então desconhecidas em seu país. Abriu a via para o romantismo francês. Além dos autores alemães, inspiram-lhe o pensamento autores ingleses.

Sua reputação literária e filosófica repousa sobre as seguintes obras:

- *Cartas sobre obras e o caráter de Jean-Jacques Rousseau* (1788);
- *Sobre a influência das paixões sobre a felicidade do indivíduo e das nações* (1796);
- *Sobre a literatura considerada em suas relações com as instituições sociais* (1800).

Informação disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Germaine_de_Sta%C3%AB1> Acesso em 05 de setembro de 2016. (Tradução Nossa).

excitação que acompanhou o meio intelectual francês até aproximadamente ao período entre guerras. Da viagem é interessante seguir o itinerário, traçado a partir da rede de relacionamentos tecida a partir do Salão de Madame de Staël; aí reúne-se com o romântico August Schlegel que o recomenda a seu irmão Friedrich, por intermédio de quem trava conhecimento com Schleiermacher, Fries e outros ilustres pós kantianos, até alcançar finalmente o “eminente Hegel”, com o qual estabeleceu duradoura relação de amizade. É preciso notar que Cousin mal entendia o alemão, o que certamente aumentou nele o estranhamento das especulações hegelianas, e o encantamento imediato. Hegel, ao contrário, falava francês fluentemente, o que teria permitido frutíferas trocas entre eles.

Foi Victor Cousin, em certo sentido, um herdeiro do Romantismo. Talvez mais próximo da vertente dos denominados por Berlin (2015, p. 110) de “românticos contidos”, moderados por preceitos kantianos e também hegelianos. Sua filosofia, o Espiritualismo Eclético, foi a corrente filosófica que influenciou e moldou o Romantismo brasileiro. Portanto, interessa-nos seguir os passos que permitiriam estabelecer essa ligação.

3.2 O Romantismo Brasileiro pelo viés do Espiritualismo Eclético: A Base Educacional da Pátria

A Filosofia defendida por Victor Cousin, sob os auspícios do Romantismo e do Idealismo, é uma filosofia nascida no contexto da Restauração francesa. Tal evento, que se deu após a queda de Napoleão Bonaparte, em 1814, tinha como objetivo restabelecer a paz, bem como a ordem nacional para que não avançassem as ideias radicais da Revolução Francesa, por um lado e, por outro, para que não fosse restituído o poder à aristocracia de mentalidade absolutista. Era o momento de sedimentação do projeto de poder político da burguesia. Neste embate, por outorga da Carta Constitucional de 1814, instaurou-se, na França, uma monarquia constitucional.

De acordo com Oliveira (2000, p. 141):

[...] a derrota de Bonaparte e o retorno da monarquia, longe de trazerem a paz à França, apenas recrudesceram, em seu interior, as lutas políticas. Na verdade, o restabelecimento da monarquia alimentou as esperanças da aristocracia. Alijada da sua antiga condição de classe dominante pela Revolução, a aristocracia via, no retorno da realeza, a oportunidade para, se não restabelecer o Antigo Regime, que sabia ser impossível, ao menos retomar, parcialmente, o poder, juntamente com o restabelecimento de alguns direitos e privilégios. Os aristocratas passaram, em função disso, a tramar. Os setores democráticos, por seu turno, viam no restabelecimento da monarquia uma ameaça à Revolução, como uma possibilidade de volta ao passado. Passaram, pois, a combatê-la, procurando aprofundar o processo revolucionário. A burguesia, ou melhor, uma parte dela, que muito havia conquistado com a Revolução até então, encontrava-se espremida entre essas duas forças políticas. Sua tendência era buscar a conciliação.

Assim, a burguesia, mesmo sem foça política para dar cabo dessa missão, procurou se inscrever como segmentação social intermediária dos conflitos e da delicada e complexa posição política, tencionando dar um rumo que considerou seguro à nação francesa.

A burguesia, classe fundamental para os destinos da nação francesa, por seu turno, necessitava da estabilidade política, para poder desenvolver os seus negócios em paz. Encontrava-se, pois, diante de uma situação extremamente delicada. Caso se inclinasse em direção à aristocracia, abrindo mão das conquistas da revolução, abriria caminho para a reação. Se fizesse o contrário, inclinando-se a favor dos setores democráticos, radicalizaria sua posição, provocando uma nova revolução de consequências imprevisíveis. (OLIVEIRA, 2000, p. 142)

Afirma Oliveira (2000, p. 143) que “para sair dessa difícil situação, para fazer com que as disputas entre classes e partidos ficassem restritas ao âmbito institucional, Guizot⁴² conclamou a burguesia e a aristocracia a se reconciliarem.”

Intelectuais como François Guizot (1787 – 1874) e Pierre Paul Royer-Collard (1763 – 1845), percebendo a delicadeza da situação e a iminência constante de conflitos, passaram a defender a tese da reconciliação.

Intelectuais tiveram papel preponderante no estabelecimento do quadro político da Reconciliação. A citação abaixo, de autoria de Guizot (1884) *apud* Oliveira (2000), demonstra o empenho de convencimento da opinião pública e dos segmentos sociais envolvidos.

É a rivalidade cega das altas classes sociais que faz malograr, entre nós, as tentativas de um governo livre. Em vez de se unir, seja para se defender do despotismo, seja para fundar e praticar a liberdade, a nobreza e a burguesia permaneceram separadas, desejosas de se excluírem ou se suplantarem, não desejando aceitar, uma, nenhuma igualdade, outra, nenhuma superioridade. A altivez um pouco frívola da nobreza não impediu a burguesia francesa de se elevar e ocupar um lugar no nível superior do Estado. As invejas um pouco pueris da burguesia não impediram a nobreza de conservar as vantagens que dão a notoriedade das famílias e a longa posse de uma posição. (GUIZOT, 1884; *apud* OLIVEIRA, 2000)

Desse contexto surgiu um grupo de intelectuais denominados de Doutrinários cuja atuação seguiu no caminho de dar à França a tão almejada estabilidade política. Constituíram-se, esses intelectuais, inclusive, como organização política.

Tais pensadores tinham como missão forjar a nova configuração política. A partir daí, tinham em evidência a ideia de que a situação reivindicava também a elaboração de um

⁴² **François Pierre Guillaume Guizot** (Nîmes, 4 de outubro de 1787 - Saint-Ouen-le-Pin, Val Richer, *Calvados*, 12 de setembro de 1874). Foi historiador e político francês. Foi membro do governo francês durante a monarquia de Luis Felipe de Orleans. Foi líder, ao lado de Pierre Royer-Collard, do grupo que alimentou ideologicamente as ideias da restauração monárquica. O grupo foi denominado de Doutrinários. Informação disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Fran%C3%A7ois_Guizot> Acesso em 05 de setembro de 2016.

propósito de educação,⁴³ não à toa que propuseram a reforma no ensino francês. O projeto político, portanto, estando atrelado a um propósito educacional, procurou centrar esforços no sentido de que deveria começar pela educação da criança.

Dentro desse contexto, para Royer-Callard, a educação adquire a condição de instrumento de luta. Por isso defendeu e apresentou propostas e projetos que buscavam a reforma do ensino.

Sua defesa do ensino público não era, portanto, demagógica. Ao contrário, por trás dela, encontramos um combate ferrenho às instituições que recordassem o Antigo Regime ou às fundadas por Napoleão.

Para Royer-Collard, era preciso que as pessoas tivessem acesso ao conhecimento. A sociedade tinha atingido um grau de desenvolvimento no qual não era mais possível que o conhecimento continuasse sendo um privilégio de poucos.

Precisamente por isso que, para ele e os doutrinários, a filosofia tinha assumido um caráter prático, uma verdade para se transformar em algo útil aos homens. Sua concepção de filosofia, com uma finalidade política e social como razão de ser e fim, diferia completamente da pura filosofia, da mais moderna, considerada como a ciência da busca obstinada e paciente da verdade, em qualquer parte onde nossa inteligência pudesse alcançar, e da verdade em si e para si, quaisquer que fossem as consequências que dela se tirasse. (OLIVEIRA, 2000. p. 144)

Nesse projeto de educação assinalado, há outro aspecto, registrado ainda por Oliveira (2000, p. 144), e que merece atenção e talvez seja o elo para indicarmos uma influência herderiana e propriamente romântica e que certamente desembocará na filosofia de Victor Cousin, objeto de nosso interesse. Tal aspecto diz respeito à importância da história, desempenhando papel central nesse projeto de educação:

Assim, a nova sociedade precisava de um sistema de governo e de instituições que estivessem pautadas pelo conhecimento e pela razão. Era preciso que todos tivessem acesso à cultura. A filosofia deveria ser um conhecimento que tratasse das questões reais dos homens e não apenas uma abstração. É a partir dessa preocupação que ganha sentido o fato de os doutrinários terem-se voltado para o estudo da história da França. Royer-Collard afirmava que os homens precisavam conhecer sua história e que a ignorância era sinônimo de miséria, pois, somente ela proporcionaria as condições para manter um povo submetido.

[...] Nenhuma nação que acreditasse que a submissão do povo às instituições estava baseada na sua ignorância poderia ser considerada uma nação politicamente livre. Liberdade política e educação eram inseparáveis.

Para que uma nação pudesse desenvolver livremente suas instituições políticas, era necessário que o povo fosse instruído e que as escolas fossem instituições livres. (OLIVEIRA, 2000, p. 144-145)⁴⁴

Royer-Collard, um dos pais do Espiritualismo Eclético, professor e mentor de Victor Cousin e líder dos Doutrinários ao lado de Guizot, defendeu uma proposta educacional pautada no senso de responsabilidade e de dever dos educandos. Conforme os preceitos da

⁴³ Cf. OLIVEIRA, 2000.

⁴⁴ Ressaltamos que o conteúdo dessa citação está muito próximo e em acordo com o que escreve Juvenal Galeno no Prólogo de seu *Lendas e Canções Populares* (1859).

filosofia que defendeu, apostou que a educação era a condição de regeneração do gênero humano.

Royer-Collard, professor e decano, sempre esteve envolvido com questões relativas à educação. Quando da formação do ministério da Restauração, em 1814, propôs reformas no ensino primário. Comentando essas reformas, Gontard afirma que elas tinham como objetivo influenciar na formação da criança. Enquanto a escola tradicional baseava sua educação no binômio autoridade-obeidiência, a nova proposta educacional pretendia, por seu turno, desenvolver o senso de responsabilidade e de dever nos educandos. Objetivava, através da educação das crianças, exercer influência sobre sua família, seus amigos, enfim, todas as pessoas que faziam parte da sua vida. Era uma proposta que pretendia regenerar o gênero humano. (Oliveira, 2000. p.144)⁴⁵

Karl Marx, em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, reconheceu os doutrinários como verdadeiros intérpretes e porta-vozes da burguesia. Conforme ele atestou, analisando o período em questão, “a sociedade burguesa, com seu sóbrio realismo, havia gerado seus verdadeiros intérpretes e porta-vozes nos Says, Cousins, Royer-Collards, Benjamin Constants e Guizots”. (MARX, s/d, p. 8).

O Espiritualismo Eclético é, portanto, filho legítimo dessas circunstâncias. Em essência é uma metafísica que buscou realidades espirituais universais como Deus, a alma, a partir da investigação interior, mas, pelas circunstâncias referidas é também uma filosofia política que buscou regenerar e moldar o ser humano através de um propósito de educação.

Dentre os principais nomes que figuram como representantes de referida escola filosófica, segundo Bréhier (1977), estão Pierre Laromiguière (1756 - 1837), Paul Royer-Collard (1763 – 1843), Théodore Jouffroy (1796 – 1842) e Victor Cousin (1792 – 1867). Deste último nos ocuparemos devido, tanto ao desenvolvimento das ideias no que respeita ao desenvolvimento e amadurecimento do Espiritualismo Eclético, quanto à influência que suas ideias exerceram junto aos intelectuais brasileiros ligados ao Romantismo bem como àqueles que estiveram à frente da condução política do Segundo Império.

Segundo Paim (1999, p. 6),

Na condição de país independente, o Brasil teve a felicidade de encontrar dois grandes mestres de filosofia: Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846) e Victor Cousin (1793/1867). [...]. Victor Cousin foi escolhido como diretor espiritual por alguns brasileiros que viveram em Paris na década de trinta. Na condição de seus discípulos, realizaram no Brasil um movimento empolgante, instaurando no país o debate filosófico autêntico, editando livros e revistas, formando professores e participando ativamente da discussão teórica que tinha lugar em parte da Europa.

⁴⁵ Juvenal Galeno também partilhou dessa compreensão. O livro *Canções da Escola* (1871) pode ser indicativo dessa influência.

Na França, como no Brasil, o registro histórico da influência exercida por Cousin foi deliberadamente ofuscado pelas teorias científicas tais como o Evolucionismo e o Positivismo e depois pelo Marxismo, de forma que, ainda hoje, esse ofuscamento persiste.

Cousin e o alcance de seu Espiritualismo Eclético permanecem, ainda, matéria quase que inédita na história da filosofia, na história da educação e na história política.⁴⁶

Victor Cousin foi vítima de mesquinha disputa literária e acabou passando à posteridade como uma figura de segundo plano graças ao que escreveu Hippolyte Taine (1828/1898) em *Les philosophes classiques du XIX siècle em France*. A chamada *geração de setenta* investiu furiosamente contra a Escola criada por seus discípulos no Brasil, sem reconhecer-lhe qualquer mérito, salvo Tobias Barreto (1839/1889) que, mesmo encampando as críticas proclamava ter-lhe despertado o gosto pelos estudos filosóficos. (PAIM, 1999, p. 6).

Consideramos, assim, imprescindível fazermos um delineamento biográfico do referido filósofo, indicando as influências recebidas, bem como um brevíssimo delineamento de sua obra, procurando posteriormente apontar o momento em que seu pensamento começa a ganhar espaço no meio intelectual brasileiro, bem como o alcance e desdobramento dessas ideias e como influenciaram na formatação do Romantismo brasileiro.

Victor Cousin nasceu na cidade de Paris no dia 28 de novembro de 1792. Exerceu as atividades de escritor, filósofo, político, professor e ministro da Instrução Pública. Fez estudos secundários no Liceu Charlemagne onde foi laureado com o prêmio de retórica no Concurso Geral dos Liceus. Escolhendo a carreira do magistério, entrou para a Escola Normal. Nesta instituição, conforme contou posteriormente o próprio Cousin, as lições de Laromiguière abriram-lhe as portas da Filosofia, sendo determinantes para a sua vocação filosófica.

Segundo Barros (1973, p. 32), “aluno de Letras da Escola Normal, desde 1810, ouvindo a Laromiguière, Cousin descobre a sua ‘vocação’ filosófica e a ela se entrega, com pertinácia, daí por diante.”

O excerto abaixo, do próprio Cousin, revela quanto foi significativo esse encontro com Laromiguière:

Está e estará sempre em minha memória, com uma emoção gratificante, o dia em que, pela primeira vez, em 1810, aluno da Escola Normal, na seção de Letras, ouvi a palavra de Laromiguière. Esse dia decidi toda a minha vida, entusiasmando-me a meus primeiros estudos[...] (COUSIN apud BRÉHIER, 1977, p. 43).

⁴⁶ No Brasil, alguns historiadores elaboraram trabalhos significativos a respeito desse registro, conforme indicação nas Referências. Exemplos são: A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro: Gonçalves de Magalhães de Roque Spencer Maciel de Barros; Antônio Pedro de Figueiredo: o Cousin Fusco, de Amaro Quintas; Escola Eclética e O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro, de Paulo Paim; As Raízes Cristãs do Pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo, de Tiago Adão Lara, dentre outros. Ver Referências.

Da mesma forma, as lições de Royer-Collard e as leituras que fizera da obra de Maine de Biran⁴⁷ imprimiram um forte direcionamento espiritualista em suas ideias, do qual jamais abriu mão.

Na Escola Normal que Victor Cousin descobriu a Filosofia. Esta era ali ensinada por dois professores representantes de tendências rivais: Laromiguière, tentando prolongar a tradição ideológica sob a forma ilegítima de um sensualismo emendado, ao tempo em que Royer-Collard dava início ao movimento de uma reforma intelectual que tendia a colocar na pauta os novos valores do espiritualismo. (CORPUS, p. 30, tradução nossa).

O recorte abaixo, um testemunho de Théodore Jouffroy, discípulo de Cousin, corrobora ainda para a composição do quadro de influências e de direcionamento intelectual de seu mestre.

“Laromiguière havia colhido, como um herdeiro, a filosofia do século XVIII, que se limitou ao problema sobre a origem das ideias, não o tendo desenvolvido satisfatoriamente. O vigoroso espírito de Royer-Collard, reconhecendo esse problema, nele se aprofundou o quanto pode e dele não teve tempo de sair. M. Cousin, em meio a esse combate, a ele se lançou inicialmente, mas, na condição de procurar a solução posteriormente. Toda a filosofia estava em um buraco onde faltava ar e sufocava a minha alma e, durante esse tempo a autoridade dos mestres e o fervor dos discípulos dominando meu espírito, não ousava revelar minha surpresa nem meu desapontamento.” (JUFFROY *apud* CORPUS, tradução nossa).

A esta situação de penúria intelectual duramente ilustrada por Théodore Jouffroy, uma condição que, segundo ele mesmo afirmou provocava o sufocamento da alma, parece ter sido encarado por Cousin como estímulo para aumentar a consciência de que um campo livre e propício se vislumbrava em que se pudesse mais apropriadamente intervir e inovar.

Foi, portanto, este sentimento que inspirou Cousin, formando os jovens espíritos que em breve seriam seus discípulos. A respeito dos ensinamentos na Escola Normal, provavelmente os ensinamentos ali consistissem na leitura das obras de Locke, de Condillac e de Reid. Alimenta essa suspeita o fato de Cousin ter defendido, em 1813, tese de doutorado a partir de leituras de Condillac (*De methodo sivi analysi*). Nessa época, talvez já estivesse sob

⁴⁷Segundo Bréhier (1977.p. 43–44), “A doutrina de Maine de Biran é um dos exemplos mais claros dessa espécie de inversão que o pensamento do século XVIII sofreu durante o século XIX: a ideologia de Condillac não captava o pensamento humano senão completamente exteriorizado nas sensações e em seus signos; Maine de Biran retorna ao centro interior único; os ideólogos praticavam um único método, a análise, para resolver problemas bastante variado; Maine de Biran utiliza inúmeros métodos, observação interior, fisiologia, patologia, para resolver um problema único, o da natureza da consciência. [...] semelhante inversão é, sem dúvida, uma tendência geral da época; mas, para torna-la palpável, foi preciso um homem do temperamento de Maine de Biran, incessantemente chamado, por uma espécie de inquietação e de debilidade orgânica, à paisagem interior. Não é, de modo algum, filósofo de profissão, e sua vida interior é a de um homem político e de um funcionário. Nascido m Bergerac, em 1766, foi administrador de Dordogne (1795 – 1797), membro do Conselho dos Quinhentos (1797 – 1798), subprefeito de Bergerac (1806 – 1812), questor da Câmara (1815), conselheiro de Estado (1816), e deputado por Bergerac (1818 – 1824).”

influência preponderante e proteção de Royer-Collard. O que se sabe é que, ainda no ano de 1813, com 21 anos, Cousin já estava encarregado de ministrar conferências na Escola Normal, onde seus primeiros alunos foram Damiron e Jouffroy

Aos 23 anos, em 1815, Cousin substituiu seu mestre Royer-Collard na cátedra de Filosofia Moderna da Faculdade de Letras de Paris, atraindo, ao seu curso, uma juventude numerosa e entusiasmada com suas lições da filosofia escocesa e da filosofia kantiana.

Em 1815, Royer-Collard convidou Cousin para substituí-lo na cátedra da Sorbonne. Aí ele ministrou, até 1820, uma primeira série de cursos muito frequentados, o que suscitou a oposição dos conservadores e do clero. A partir de então Cousin começa a aparecer como o promotor da renovação filosófica, visando reanimar o espírito de criação doutrinal, extinto na França por quase dez anos, desde que os Ideólogos foram banidos por Napoleão Bonaparte. (CORPUS, p. 31, Tradução Nossa).

O entusiasmo, por parte da juventude, gerado pelas lições liberais de Cousin, acabou provocando a oposição de determinados setores mais tradicionais, notadamente do clero, resultando em seu afastamento das atividades docentes pelo governo da Restauração, em 1820.

D'outras influências na vida intelectual de Cousin, constam aquelas que ele colheu diretamente na Alemanha, junto a alguns românticos e idealistas hegelianos, bem como suas leituras da filosofia kantiana e da filosofia de Herder⁴⁸. Registram-se, em sua biografia, três viagens à Alemanha, nos anos de 1817, 1818 e 1824. Nesta última, Cousin foi retido e preso em Berlim sob a acusação de pertencer ao grupo dos Carbonários. Por intervenção de Hegel livrou-se da acusação. Regressando à França, paulatinamente procurou retomar suas atividades no posto do qual fora destituído.

Ao retomar suas atividades acadêmicas, em 1828, sob o ministério de Martignac, assinalou essa segunda fase com um estrondoso sucesso. A Revolução de Julho⁴⁹ abriu-lhe novas e mais altas perspectivas, possibilitando-lhe granjear cargos como os de Conselheiro da Universidade, par de França, membro da Academia Francesa e da Academia de Ciências Morais e Políticas. Em 1840 ocupou por oito meses o cargo de ministro da Instrução Pública, durante o Gabinete de Thiers.

⁴⁸ No Curso de 1828 de Cousin *apud* Barros (1973, p. 36), destaca o seguinte, que reflete as teses herderianas: “para compreender os diversos acontecimentos que se passam em um povo, e que compõem sua história, é preciso que se possa vinculá-los a uma ideia comum, e essa ideia é aquela que tal povo é chamado a representar sobre a cena do mundo.”

⁴⁹ Referimo-nos à Revolução de Julho de 1830, na França, liderada pela burguesia liberal, que pôs fim ao período da Restauração.

Depois de 28, até o fim da monarquia de Julho, seu prestígio e seu poder sobem ao máximo. Verdadeiro filósofo oficial da monarquia de julho, na qual ele via a realização de seu ideal “ecletico-liberal”, (já expresso, aliás, na carta constitucional de 4 de julho de 1814) foi conselheiro de Estado, par de França, membro da Academia Francesa, da Academia de Ciências Morais e Políticas, diretor da Escola Normal, membro do Conselho Real de Instrução Pública, ministro da instrução pública do gabinete Thiers (1840), durante oito meses, retornando, após a morte de Jouffroy, à sua cadeira da Sorbonne (1842), onde continuou a exercer sua ditadura filosófica. Depois, de 48 a 51, vai perdendo força e prestígio, até o recolhimento [...] e que se prolonga até sua morte. (BARROS, 1973. p. 31)

O empenho intelectual de Cousin é considerável, de acordo com Barros (1973, p. 32), “por aplicar à filosofia a nova intuição do mundo própria do romantismo: a intuição histórica, devidamente acompanhada por um instrumental erudito.”

Segundo Paim (1999, p. 7):

Deve-se creditar a Cousin a difusão de uma noção enriquecedora da História da Filosofia. As bases dessa disciplina haviam sido lançadas no próprio século XIX, sobretudo nos cursos ministrados por Hegel nas primeiras décadas. Mas estes somente seriam divulgados postumamente, a partir de notas tomadas pelos participantes, já que Hegel não os escrevera. De sorte que a ideia de que a História da Filosofia corresponde a um grande diálogo no tempo – novidade absoluta e descoberta de grandes consequências – esteve associada ao nome e à obra de Cousin.

O próprio Cousin justificou tal empenho em suas lições, em 1828, conforme ele mesmo escreveu: “tentarei prosseguir a reforma dos estudos filosóficos na França, iluminando a história da filosofia por um sistema e demonstrando esse sistema pela história completa da filosofia”. (COUSIN; apud BRÉHIER, 1977, p. 80).

Esse “político da filosofia” foi, entretanto, um sério erudito e a ele se deve, na realidade, a fundação da história da filosofia francesa. Tradutor de Platão, editor de Proclus e de Descartes, publicando textos de Abelardo e de Leibniz, traduzindo comentadores dos filósofos clássicos gregos, dando sucessivos cursos de história da filosofia, não há a menor dúvida de que o papel de Cousin, senão para o pensamento filosófico francês ao menos para a erudição filosófica em França, foi notável. A ele, ademais, coube o papel de dar a conhecer em França o idealismo alemão, desde o idealismo crítico de Kant ao pensamento de Fichte, de Schelling e do próprio Hegel, embora, geralmente, ele próprio não penetrasse nunca no fundo desse pensamento. É verdade que Madame de Staël, no *De l’Allemagne*, já falava sobre Kant e outros, é verdade que B. Constant se referia a Schelling ou Schleiermecher: mas é Cousin quem, em um curso público, trata de Kant, fala de Fichte, incorpora ideias de Schelling. Fazendo três viagens à Alemanha, em 1817, 1818 e 1824, ele combina as “novas ideias” com o legado da escola escocesa, principalmente de Thomas Reid, já divulgado em França por seu mestre Royer-Collard. (BARROS, 1973, p. 32)

Em relação à filosofia de Victor Cousin, mais propriamente a esse sistema que ele pretendeu constituir, conforme visto, seria um sistema metafísico que, na visão do referido filósofo, teria a capacidade de reabilitar aquilo que a filosofia cartesiana inaugurara com o *cogito*, ou seja, a capacidade de observação que culminasse, por “intuições irrepreensíveis”, em abstrações metafísicas.

Segundo o referido filósofo, essa tradição foi desencaminhada desde a filosofia baconiana, que limitou a observação a coisas físicas, desembocando posteriormente na filosofia do século XVIII, notadamente com Condillac (1715 - 1780) que, segundo ele, reduziu todo o conteúdo do espírito à sensação, entendendo que o conhecimento é o conjunto das impressões passivas das coisas em nós.

Para Cousin, parafraseado por Bréhier (1977, p. 81), somente no século XIX seria reabilitado o que ele considerou o verdadeiro método, o método psicológico em filosofia, com Laromiguière, que mostrou a existência de fenômenos ativos irreduzíveis, como a atenção, e com Maine de Biran, que trouxe a lume a atividade interna à qual está unida a consciência do eu. Com esses dois pensadores Cousin vê o estabelecimento da ideia de duas faculdades, a sensação, eminentemente passiva, e a vontade ou liberdade, com caráter ativo. A estas ele acrescentaria a inteligência ou a razão, “que ultrapassa o dado contingente da sensação e que conhece os objetos independentes do eu ativo”.

[...] Cousin, que se encaixa também, ainda que de modo peculiar, no movimento romântico, tem, no caso, uma atitude mais aberta. Se ele acusa o século XVIII de ter deixado o “vazio por herança”, reconhece também que ele legou “um amor enérgico e fecundo da verdade, capaz de preencher o abismo e de substituir o que destruiu. É preciso que o século XIX, fiel ao século XVIII, mas diferindo dele para dele ser digno, encontre numa análise mais profunda do pensamento os princípios do futuro e erga, enfim, um edifício que possa confirmar a razão.” (COUSIN *apud* BARROS, 1973, p. 40).

Segundo Bréhier (1977, p. 82), na filosofia de Cousin, que adotou o método psicológico reflexivo,

[...] a aquisição principal [...] é a descoberta da razão como dado imediato da consciência: visto que é por ela que se vai operar o trânsito da psicologia para a ontologia que dará à metafísica sua certeza: com efeito, é a aplicação dos princípios racionais, fatos de consciência, a outros fatos de consciência que leva a afirmações concernentes a seres fora da consciência; graças à razão, ponte lançada entre a consciência e o ser, a limitação de nosso ponto de partida aos dados internos, únicos acessíveis, não nos prende ao idealismo subjetivista. Esses princípios reduzem-se a dois: causalidade e substância; aplicados aos fenômenos internos da vontade, tais princípios proporcionam a substância do eu; aos fenômenos da sensação, proporcionam a substância exterior ou natureza, causa da sensação; finalmente, essas substâncias, não tendo razão em si mesmas, orientam-nos para uma substância absoluta, que é Deus.

Na visão de Cousin (1846, *apud* BARROS 1973, p. 41) os fatos da consciência são os únicos dados possíveis, daí, o verdadeiro conhecimento ser alcançado somente por indução racional ou intelectual. Sua metafísica persegue princípios universais e necessários alcançáveis somente através da razão.

Segundo Barros, para Victor Cousin,

[...] esses princípios universais e necessários, a priori, existem e todo o empirismo naufraga ao tentar explica-los. Tais princípios – o espaço, o tempo, a causalidade, a causa final, os princípios matemáticos e inclusive os morais – não podem, de forma alguma, ser deduzidos a partir da sensibilidade: o empirismo não pode, sequer, dar conta do conhecimento do mundo sensível: “tirai o princípio das causas e o espírito humano estará condenado a não sair jamais de si mesmo e de suas próprias modificações [...] para atribuir às sensações (mesmo às do tato, que para Condillac eram o ponto de partida para a “dedução” do mundo exterior) causas diversas de nós próprios, é preciso pressupor sempre a noção de causa. E o mesmo se diga dos demais princípios. Entretanto, estão em nós mas não somos seus autores: “a verdade está em mim e não é minha. Do mesmo modo que a sensibilidade me põe em relação com o mundo físico, uma outra faculdade me põe em comunicação com verdades que não dependem do mundo nem de mim – e esta faculdade é a razão.” Esses princípios, independentes da experiência e da consciência, e ao mesmo tempo atestados por elas, são absolutos. (BARROS, 1973, p. 41)

Cousin afirma que a verdade desses princípios é indubitavelmente aclarada conforme a intuição racional. Segundo ele, a razão, que está no homem, opera como uma ponte entre a consciência e o ser.

A verdade está em mim e não é minha. Do mesmo modo que a sensibilidade me põe em relação com o mundo físico, uma outra faculdade me põe em comunicação com verdades que não dependem do mundo nem de mim – e esta faculdade é a razão. (COUSIN, 1846, *apud* BARROS, 1973, p. 41).

Defendendo a razão como elo, Cousin entende que ela é individual e finita, mas com raízes no infinito e, ao mesmo tempo, com caráter universal e necessário. O Espiritualismo de Cousin desemboca na conclusão de que o fundamento da verdade está em Deus.

É a verdade que é, para nós, absolutamente impessoal, não a razão. A razão está no homem, se bem que venha de Deus. Em virtude disso ela é individual e finita, ao mesmo tempo que sua raiz está no infinito; ela é pessoal por sua relação com a pessoa em que reside – e é preciso igualmente que ela possua não sei qual caráter de universalidade, de necessidade mesmo, para ser capaz de conceber as verdades universais e necessárias. (COUSIN, 1846, *apud* BARROS, 1973, p. 43).

E a elevação do espírito do homem até Deus se faz por via indireta, por meio do conhecimento da verdade, que se dá por revelação, mas somente após o exaustivo exercício da racionalidade, alcançando o que Barros (1973, p. 42), interpretando a filosofia de Cousin, denominou de “teoria da afirmação pura”.

Segundo Cousin, *apud* Brehier

[...] a humanidade é inspirada. O sopro divino, que nela existe, revela sempre todas as verdades sob uma forma ou outra [...] a alma da humanidade é uma alma poética que descobre em si mesma os segredos dos seres e os exprime em cantos proféticos que ressoam de idade em idade. Ao lado da humanidade está a filosofia, que a escuta com atenção, recolhendo-lhe as palavras; [...] e quando o momento da reflexão passou, apresenta-as, respeitosamente, ao artista admirável que não tinha consciência de seu gênio, e quase sempre não reconhecia sua própria obra. (COUSIN, 1855 *apud* BRÉHIER, 1977, p. 83-84).

Na filosofia em questão, Deus, portanto é ponto de chegada. Cousin fez o percurso do método psicológico para, através de intuição racional, encontrar o que ele considerou a substância, a causa suprema, a unidade de todas as verdades. Ao mesmo tempo, Deus é ponto de partida porque é fundamento e garantia da liberdade humana, estabelecida pelo exercício da racionalidade, e somente aí se tem a possibilidade da fundação da história humana, que para Cousin é o governo de Deus. Na filosofia de Cousin, “há uma razão universal e absoluta, uma razão divina, acima da contingência humana, que se desenvolve, que cria o mundo, que baliza a história.” (BARROS, 1973, p. 51). Esse balizamento se dá fundamentado na ideia do útil, do justo, do belo.

Desta forma, a liberdade, bem como a inteligência, são os atributos que darão o suporte necessário ao homem estabelecer uma relação diferenciada com o mundo, possibilitando a superação das adversidades que o mesmo proporciona, fundando a cultura.

Da metafísica de Cousin, pautada na compreensão de que há uma razão universal e absoluta balizadora da história, resulta um pragmatismo cultural, fundamentado na ideia do útil, do justo e do belo, cujo resultado é um protagonismo do ser humano instituindo o sentido do mundo. Assim, o ser humano, unicamente ligado à razão universal por sua razão finita, é o promovedor da cultura. A referida condição de ligação com o universal é a possibilidade de desenvolvimento da cultura a partir dos atributos da liberdade e da inteligência. Estes são os atributos que permitem uma relação diferenciada com as adversidades do mundo.

No recorte abaixo, Cousin, caracteriza e detalha bem o papel humano diante destas adversidades quando se deparam com a objetividade do mundo.

Não se sustenta, não vive, não respira dois minutos seguidos senão sob a condição de prever; isto é, a condição de ter conhecido essas leis e esses fenômenos que romperiam sua frágil existência, se não aprendesse pouco a pouco a observá-las, a medir seu alcance e calcular seu retorno. Com sua inteligência sucessivamente desenvolvida e dirigida, toma conhecimento deste mundo; com sua liberdade, modifica-o, transforma-o e o refaz para seu uso. Detém os desertos; cruza os rios; ultrapassa as montanhas; numa palavra, no suceder dos séculos realiza toda uma série de prodígios que hoje nos comovem muito pouco em virtude do sentimento e do reiterado costumes de nosso poder e de seus efeitos. O primeiro que na menor distância de seu corpo mediu o espaço que o rodeava, contou os objetos que se apresentavam, observou suas propriedades e sua ação, esse alguém criou e deu ao mundo as ciências matemáticas e físicas. Quem modificou, no menor grau possível, o obstáculo com que se defrontava, criou a indústria. Multiplicai os séculos, fecundai esse débil germen mediante os trabalhos acumulados pelas as gerações, e tereis quanto hoje existe. As ciências matemáticas e físicas são uma conquista da ciência humana sobre os segredos da natureza; a indústria é uma conquista da liberdade sobre as forças dessa mesma natureza. O mundo, tal como o homem o encontrou, lhe era estranho; o mundo, tal como o fez as ciências matemáticas e físicas e, em continuidade, a indústria, é um mundo semelhante ao homem, feito por ele à sua imagem e semelhança. (COUSIN apud PAIM, 1999)

O Espiritualismo Eclético é uma filosofia que se desdobra a caminho de uma objetividade, portanto, constitui-se num “idealismo objetivista”.

Segundo Barros (1973, p. 49-50), esses são atributos que permitiram Cousin elaborar uma espécie de ‘filosofia da cultura’, “fundada nas necessidades fundamentais do espírito do homem e que governam sua atividade que são as ideias do útil, do belo, de Deus e da reflexão, cada uma presidindo a um dos campos, sempre solidários da cultura – e por essa solidariedade caracterizando uma época”.

Essa ideia da solidariedade da cultura é, aliás, desenvolvida mais especificamente na 9ª Lição, de 19 de junho, onde encontramos ecos das ideias de Herder, de Fichte e de Hegel. “A filosofia da história – declama Cousin – em presença de um povo deve reconhecer antes de tudo porque este povo veio ao mundo, o que ele tem aí a fazer, que fim persegue, qual papel desempenha, qual é seu destino, que ideia representa.” E, mais adiante, na mesma lição, ele continua: “quais são os elementos constitutivos de um povo? Eles são os mesmos para um povo e para um indivíduo. Um indivíduo não é completo se não desenvolveu nele, na medida de suas forças, a ideia do útil, do justo, do belo, do santo, do verdadeiro. Um povo não é completo se não faz passar, por assim dizer, a ideia que ele é chamado a representar pela indústria, o estado, a arte, a religião, a filosofia: o desenvolvimento de um povo não é completo a não ser quando ele esgotou todas estas esferas. Então, a filosofia da história, se quer bem conhecer um povo, após ter determinado a ideia desse povo e compenetrar-se do princípio de que este povo cumpre uma ideia progressivamente, deve procurar e seguir esse movimento progressivo em cada um dos cinco elementos que venho de lembrar e, primeiramente, na indústria, nas leis, na arte e na religião”, já que a filosofia, como consciência suprema, é o coroamento do processo. Cada povo é uno e cada época é uma: nela, cada povo representa um papel, representa uma ideia, cumpre uma “missão” e a ideia da época é uma espécie de *síntese* das representadas pelos diferentes povos. (BARROS, 1973, p. 49-50),

Aqui, chamamos a atenção para a observação de que o mesmo autor referenciado acima ressalta, afirmando que há uma associação direta desse aspecto da filosofia de Cousin com o pensamento de Herder, dentre outros, e notadamente expressam as teses herderianas que Berlin denominou de expressionismo, de pertencimento e de incompatibilidade de ideais, conforme apontadas e descritas por nós em seção precedente desse mesmo capítulo.

O Espiritualismo Eclético certamente foi um filtro que depurou de diversas doutrinas aquilo que Victor Cousin entendeu ser útil a seu projeto filosófico. Utilizou fontes gregas, medievais, renascentistas, a filosofia cartesiana, a filosofia empirista, a filosofia pré-romântica de Herder, a filosofia kantiana, a filosofia romântica, a filosofia do idealismo de Hegel e a filosofia espiritualista francesa de Maine de Biran (1766 – 1824) a Royer-Collard.

As obras de Vitor Cousin e que consolidam o projeto do Espiritualismo Eclético são variadas. Apresentam-se obras propriamente filosóficas, bem como obras históricas, políticas e educacionais. A exemplo de seu mestre Royer-Collard, Cousin apresenta uma

fundamentação filosófica para fazer a defesa de uma proposta política e educacional. Portanto, sua filosofia é uma doutrina eminentemente moral.

Foi sob os auspícios dessa filosofia que o Romantismo brasileiro foi configurado. Gonçalves de Magalhães é, formalmente, o inaugurador de nosso romantismo com os manifestos lançados em Paris, na década de 30 do século XIX, a partir da Revista Niterói.⁵⁰ Desses manifestos destacaremos: *Ensaio sobre a história da literatura no Brasil*, do qual são reflexos *Suspiros Poéticos e Saudades*⁵¹ e, posteriormente, *A Confederação dos Tamoios*; e *Filosofia da Religião: sua relação com a moral e sua missão social*, obra eminentemente eclética que, segundo Barros (1973, p. 66), “é um manifesto do espiritualismo filosófico romântico, apoiado na ideia de que a religião é o fulcro da cultura, manifesto que deve incitar uma nova atitude moral no País, consentânea com aquela a tomar-se nas artes e na literatura.”

A propósito das teses desenvolvidas por Magalhães, Barros (1973, p. 73) sustenta que,

[...] trata-se de encetar uma reforma espiritual inteira da sociedade brasileira, sob a égide da filosofia espiritualista e do romantismo “comedido, dominado pela visão propiciada pelo ecletismo”.

Trata-se do projeto brasileiro de Magalhães: dar à nação uma nova dimensão espiritual, que há de balizar os caminhos de nossa literatura, de nossa filosofia, de nossa educação, de nossa política.

Segundo ainda o autor anteriormente citado, o orientador dessas ideias de Magalhães foi o Victor Cousin dos cursos de 1828, enriquecidos pelas ideias do *Da Religião*, de Benjamin Constant e pelas de Herder, expostas nas *Ideias para uma filosofia da história da humanidade*.

Essa fonte que alimentou-lhe o espírito ele a encontrou primeiramente no Brasil, através dos ensinamentos do Frei Filósofo Monte Alverne (1784 – 1838), que ministrava suas aulas no Seminário Episcopal de São José. Posteriormente, a encontrou diretamente nas obras de Cousin e, em seguida, nas lições de Theodore Jouffroy, o “ótimo discípulo de Cousin”, já no *College de France*, em Paris da década de 30 do Oitocentos. Conforme o próprio Magalhães se referiu, em carta enviada a seu antigo mestre.

⁵⁰ Conforme visto em seção do primeiro capítulo, essa parceria se deu com Francisco Sales Torres Homem (1812 – 1876) e Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806 – 1879).

⁵¹ Segundo Barros (1973, p. 73), Gonçalves de Magalhães, a partir desses ensaios, elaborou um projeto romântico e espiritualista e intentou pô-lo em prática “com o exemplo concreto de uma nova literatura e de um novo pensamento desenvolvidos. A esse exemplo Magalhães, na medida de suas forças, dedicará daqui por diante sua vida, até o final, primeiro para realizá-lo, depois para defendê-lo. E o primeiro passo desse trabalho concreto será a publicação dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, com a sua redefinição, em termos nacionais, da missão do poeta, como educador de seu País, de sua sensibilidade e de suas ideias”.

[...] M. Jouffroy está publicando suas lições de Direito Natural; eu tenho assistido a elas e posso assegurar-lhe que são muito filosóficas; ele desenvolveu da maneira mais clara e precisa o sistema de Spinoza, assim como o ceticismo e o misticismo; ele se mostra digno sucessor de Royer-Collard e ótimo discípulo de Cousin. (MAGALHÃES; *apud* BARROS, 1973, p. 55-56).

Segundo Paim (1985, p. 40), e conforme já salientamos alhures, o Espiritualismo Eclético foi a “primeira corrente filosófica rigorosamente estruturada no país, tendo logrado ganhar a adesão da maioria da intelectualidade, notadamente aquela ligada ao Romantismo, e manter uma situação de domínio absoluto da década de quarenta à de oitenta do século passado.” Segundo Macedo (1997, p. 33), “a vigência do ecletismo se estende por todo o Segundo Reinado (1840-1889).” Mas seus ecos já se faziam ouvir no Brasil anteriormente ao início da década de 1830 com a ação do professor português da cadeira de Filosofia Moral e Racional do Colégio de Artes da Universidade de Coimbra, Antônio Silvestre Pinheiro (1769-1846)⁵², que viveu e lecionou no Brasil entre 1809 e 1821.⁵³ Segundo Paim (1985, p. 35), “a

⁵² Sobre a vida e a atividade intelectual de Silvestre Pinheiro Ferreira escreveu Paim [1985, p. 33-34], o seguinte: “[...] nasceu a 31 de dezembro de 1769, em Lisboa. A família destinou-o à vida eclesiástica, fazendo-o ingressar na Ordem do Oratório, em 1783, aos quatorze anos de idade. Permaneceu no Oratório durante cerca de dez anos e ali recebeu sua formação intelectual. Afastando-se do seminário, ministrou aulas particulares em Lisboa, mas logo (1794) obteve por concurso, na Universidade de Coimbra, o lugar de lente substituto da cadeira de Filosofia Racional e Moral do Colégio das Artes. Aos trinta anos abandonou Portugal, vindo a ingressar na diplomacia, depois de encontrar-se no exílio. Assim, foi secretário interino da Embaixada em Paris, a seguir secretário da Legação na Holanda (1798) e, depois (1802), encarregado de negócios na Corte de Berlim. A permanência na Alemanha prolongou-se até 1810, tendo regressado diretamente ao Brasil. [...] No Rio de Janeiro, Silvestre Pinheiro Ferreira volta à condição de professor de filosofia, achando-se seu magistério consubstanciado nas *Preleções Filosóficas*, iniciadas em 1813 [...] Com a Revolução Constitucionalista do Porto e sua repercussão no Brasil, decide o monarca entregar a chefia de seu governo a Silvestre Pinheiro Ferreira, em fevereiro de 1821, que nele acumula as pastas do Exterior e da Guerra. Nessa condição regressa com o monarca a Portugal, afastando-se do governo em 1823, em vista dos propósitos absolutistas que logo se configurariam. Saindo do governo, exilou-se voluntariamente em Paris. Duas vezes foi eleito deputado (1826-1838), sem que se dispusesse a exercer o mandato, preferindo permanecer na capital francesa. Contudo, após uma terceira eleição (1842), decide-se pelo regresso a Portugal. Tinha então quase 73 anos de idade, saúde alquebrada, supondo-se que haja na verdade optado por morrer em solo pátrio. E, com efeito, menos de três anos depois viria a falecer, a 2 de julho de 1846.”

⁵³ Ao que parece, as ideias ecléticas já faziam parte dos debates filosóficos em Portugal, notadamente na Universidade de Coimbra. Intelectuais portugueses estiveram na França e conviveram com Cousin e seus discípulos. Relembremos que Gonçalves Dias, outro emblemático representante do Romantismo brasileiro estudou na Universidade de Coimbra na década de 30 do Oitocentos. É provável, portanto, a ligação de Gonçalves Dias com o Espiritualismo Eclético. Ainda mais se levarmos em conta uma informação que consta em sua biografia, escrita por Antônio Henrique Leal, a respeito da admiração de Gonçalves Dias por Alexandre Herculano. Consta lá que este representava para o poeta brasileiro modelo em matéria de estilo e língua, daí tendo-o escolhido como mestre. (LEAL, 1868, p. 53). Em artigo intitulado A questão moral no pensamento de Alexandre Herculano e Gonçalves de Magalhães, Sousa (2011) aponta o poeta, jornalista, escritor e historiador português como romântico que compartilhou das teses do Espiritualismo Eclético, o qual colheira em Paris quando de seu exílio. A citação de Rodrigues, (2007), citado por Souza (2011) é esclarecedora: “Certamente o publicista francês mais lido nesse período era o todo-poderoso ministro da Instrução Pública de Luís Filipe, François Guizot, cuja obra foi consultada com entusiasmo pelo nosso autor. Daí emerge a inspiração doutrinária de Herculano, sendo essa, sem dúvida nenhuma, a característica intelectual mais marcante de seu pensamento. [...]. Mas não foi apenas Guizot que o nosso autor recebeu influência. Também foi moldada a sua inteligência pelo espiritualismo de Royer-Collard, sistematizado

obra do grande filósofo português corresponde, no pensamento brasileiro, ao momento de transição para o ecletismo.”

Do ponto de vista formal, Paim (1985, p. 42), indica o ano de 1833 como o marco da formação da Escola Eclética no Brasil. O Seminário São Joaquim, no Rio de Janeiro, foi um centro irradiador dessas ideias. De acordo ainda com Paim (1999, p. 32), os professores de filosofia do referido seminário haviam estado na França, estudando com Cousin ou Jouffroy.

Sabe-se que, no Brasil, em muitas províncias, intelectuais fizeram do Espiritualismo Eclético a bandeira de suas defesas políticas e ideológicas. Traduziram e espalharam obras e ideias de Cousin, alguns até se atreveram a dar prosseguimento e aprofundamento a algumas teses do Espiritualismo Eclético.

Há uma peculiaridade na filosofia eclética que abordaremos em momento oportuno que é sua defesa da instrução pública, seguindo uma tradição deixada pelo próprio Cousin que foi ministro da Instrução Pública e responsável pela reformulação do ensino francês.⁵⁴

A influência do Espiritualismo Eclético estendeu-se a diversas províncias brasileiras, não só na Política, mas na Literatura e na Educação. Delineou as diretrizes para a compreensão e reescrita da História nacional. Até onde pudemos colher, há registros dessa influência no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, na Bahia, em Pernambuco, no Ceará e no Rio Grande do Sul. Em seção posterior procuraremos traçar esse alcance.

3.3 A Intelligentsia Romântica Nacional e a Atividade Intelectual como Missão Educadora.

Na obra já referenciada em seções anteriores *A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro: Gonçalves de Magalhães*, Barros (1973, p. 18) afirma que os românticos “foram os educadores de uma consciência nacional”. O referido autor defendeu que o projeto da nacionalidade brasileira, a partir do Segundo Reinado, que também foi fruto de ações políticas e econômicas, se fez acompanhar e ao mesmo tempo foi complementado por um projeto espiritual de formação com um sentido eminentemente educacional, cuja condução

harmoniosamente no ecletismo espiritualista de Victor Cousin, que possibilitaria estabelecer uma ponte mediadora entre o empirismo lockeano e a filosofia transcendental de Kant.” (RODRIGUES, 2007, *apud* SOUZA, 2011).

⁵⁴ Sobre a Instrução Pública Cousin escreveu as seguintes obras: “Da instrução pública em Holanda”, de 1837; “Da instrução pública em algumas regiões da Alemanha, particularmente na Prússia”, de 1840; “Relatório sobre o estado da instrução pública em algumas regiões da Alemanha, particularmente na Prússia”, de 1833; “Da instrução secundária no reino de Prússia”, de 1841; “Estado da instrução primária no reino da Prússia em fins de 1831”, de 1833.

ficou a cargo de poetas, literatos e filósofos ligados ao Romantismo, como já salientado mais acima, moldado pelo Espiritualismo Eclético.

Tal corrente filosófica, e seu mais ilustre pensador, Victor Cousin, influenciaram parte da juventude brasileira, e alguns de seus membros chegaram a ir à França exclusivamente para se apropriar dessas ideias diretamente na fonte da qual emanavam, seja estudando diretamente com Cousin ou através dos mais destacados discípulos e continuadores de sua obra. Já não se contentavam só com as vulgarizações e preleções de alguns mestres que utilizavam textos dos teóricos ecléticos.

Conforme evidenciou Paim (1999, p.6)

Victor Cousin foi escolhido como diretor espiritual por alguns brasileiros que viveram em Paris na década de trinta. Na condição de seus discípulos, realizaram no Brasil um movimento empolgante, instaurando no país o debate filosófico autêntico, editando livros e revistas, formando professores e participando ativamente da discussão teórica que tinha lugar em parte da Europa.

Segundo afirmou Macedo (1997, p. 21), reforçando o que defendeu o autor supramencionado, em estudo intitulado *A Ideia de Liberdade no Século XIX: O Caso Brasileiro*, de 1997, “O espiritualismo eclético, cuja vigência coincide exatamente com o período (1840-1889), é a corrente dominante no ensino oficial até o fim do Império, nas traduções, e a ela aderem os vultos mais representativos da época. É o suporte do liberalismo da Carta de 1824.”

Paim (1996), em *Estudos Complementares à História das Ideias Filosóficas no Brasil* (volume IV), defendeu também que as adesões à referida filosofia supramencionada foram entusiásticas. A partir dela criou-se uma mentalidade de missão política a ser encampada entre grande parcela da intelectualidade, mas, sobretudo, e principalmente, gerou uma mentalidade de missão educadora atuando de diversas formas, no campo formal e no campo não formal da educação. Macedo (1997) em recorte abaixo, mostra as razões de tal fato e reforça a argumentação anterior defendida pelos autores acima já citados.

Com o espiritualismo de Laromiguière, Maine de Biran, Royer-Collard, Victor Cousin, Théodore Jouffroy – e seus inumeráveis discípulos como Paul Janet, Damiron, Jules Simon e A. Garnier para citarmos apenas alguns dos mais difundidos no Brasil – temos uma verdadeira escola de filosofia. Um núcleo comum de teses, inimigos e adversários comuns. Sobretudo, o que é básico, propósitos especulativos comuns, mestres comuns, e a tradução disso em numerosos manuais e textos didáticos que foram amplamente aceitos em nosso país. Ainda numa data tão avançada como 1885, a Livraria Garnier do Rio promovia a venda do *Tratado Elementar de Filosofia*, de Paul Janet-Jaffre, informando de sua adoção pelo Colégio Pedro II e pelos programas oficiais vigentes. A hegemonia filosófica oficial de que gozou o ecletismo é um caso único no Brasil. (MACEDO, 1997, p. 33).

Conforme Paim, (1999, p. 21) “nos principais centros, seus partidários criam publicações periódicas e sociedades literárias. Consideram-se também mentores do romantismo e artífices da monarquia constitucional”.

Para Antonio Paim, (1999) esta convicção de artífices da monarquia constitucional estaria em conformidade com o projeto traçado por Cousin, pois, na filosofia do Espiritualismo Eclético, desde sua gênese, repousava a defesa de uma convicção política moldada à luz da monarquia constitucional. A citação transcrita abaixo, do próprio Cousin e utilizada por Paim, comprova essa defesa.

Esta filosofia (o Espiritualismo) é aliada natural de todas as boas causas. Acalenta o espírito religioso; estimula a arte verdadeira, a poesia digna deste nome, a grande literatura; é o apoio do direito; recusa tanto a demagogia como a tirania; ensina a todos os homens a respeitar-se e amar-se, e conduz pouco a pouco as sociedades humanas à verdadeira república, este sonho de todas as almas generosas que, em nossos dias, na Europa, somente a monarquia constitucional pode realizar. (COUSIN, 1853 *apud* PAIM, 1999, p. 23).

Segundo Ubiratan Borges de Macedo, em seu *A Ideia de Liberdade no século XIX*, de 1997, apesar do que foi apontado acima, o Espiritualismo Eclético, com toda a sua influência, foi relegado ao esquecimento, de sorte que “falta ao ecletismo um trabalho exaustivo nos moldes efetivados por Ivan Lins em relação ao positivismo ou, em menor proporção por F. Arruda Campos no tocante ao tomismo brasileiro.” (MACEDO, 1997, p.)

De acordo com a citação abaixo, a extensa produção eclética, até agora inventariada, pode dizer bem mais do que revela em termos de influência e alcance da referida filosofia junto aos meios intelectuais e políticos do Império brasileiro.

Há numerosas manifestações ecléticas em revistas, jornais e outras publicações periódicas, mas os principais livros da escola, aqui por primeira vez arrolados, parece ser os seguintes:

1833 Redação do Compêndio de Monte Alverne, publicado em 1859;

1845 Esboço de História da Filosofia Elementar – Bahia, de Salustiano José Pedroza;

1846 Compêndio de Filosofia Elementar – Bahia, de Salustiano José Pedroza.

1846 Curso Abreviado de Filosofia – Bahia, João da Veiga Muricy.

1846/8 O Progresso – Recife, revista de A. Pedro de Figueiredo.

1848 Theoria das Paixões – Rio de Janeiro, de J. A. do Vale.

1851 Elementos de Filosofia – Rio de Janeiro, Manoel Maria de Moraes e Valle.

1854 Investigações de Psicologia – Bahia, Eduardo Ferreira França.

1856 Compêndio de Lógica – Bahia, Salustiano José Pedroza.

1857 Compêndio de Metafísica – Bahia, Salustiano José Pedroza.

1858 Fatos do Espírito Humano – D. J. Gonçalves de Magalhães.

1869 La Science e les Systèmes – Pedro Américo.

1876 A Alma e o Cérebro – D. J. Gonçalves de Magalhães.

1903 A Vida Psíquica do Homem – Visconde de Saboia de Figueiredo.”

(MACEDO, 1997, p. 40).

Além das obras acima, o autor ainda registra obras do chamado Espiritualismo político, ou ecletismo político, como queira, dentre as quais destacam-se: “1855 Ação, Reação e Transação, de Justiniano José da Rocha; 1857 Direito Público Brasileiro, de Pimenta Bueno; 1862 Ensaio sobre o Direito Administrativo, do Visconde do Uruguai; 1869 O Sistema Representativo, de José de Alencar.” (MACEDO, 1997, p. 41).

Pelo recorte abaixo o autor acima ainda nos leva a inferir sobre o alcance e a influência do Espiritualismo Eclético.

Ao lado destas obras originais filiadas à escola, existem numerosos artigos na Revista *Nitheroy*, do Rio, *Crepúsculo* e *Mosaico* da Bahia, os *Anais da Academia Philosophica*, do Rio e outras mais ainda não levantadas e estudadas. Além de numerosos artigos, como por exemplo, os primeiros de Tobias Barreto quando ainda eclético, em 1868, e outros não levantados. Dentre as obras “desaparecidas” (destaque do autor) acham-se as de Salustiano José Pedroza, ex-aluno de Jouffroy e tido à época na Bahia, centro importante do ecletismo, como o mais erudito e sério pensador brasileiro. Apenas uma notícia de Sacramento Blake e uma obra de eunapio Deiró: *Memória sobre o Magistério e os Escritos Filosóficos do Dr. Salustiano Pedroza* – Bahia, 1858, com exemplar existente na Biblioteca Nacional, nos atestam sua existência e importância. Recente estudo de Antonio Paim publicado no nº 99 da Revista Brasileira de Filosofia, compendia o que se sabe sobre Salustiano José Pedroza. Alguns livros referidos, mas extraviados, da Biblioteca Nacional, poderiam ser de ecléticos: o de Ernesto Camilo Barreto (1828-1896); *Compêndio Elementar de Philosophia Racional e Moral*, para uso do Seminário Episcopal de Cuiabá, 1859, com 168 págs. Outro livro possível: *Opúsculo Philosophico literário* de Lima Gonzaga, Bahia, 1875. Além destes de atribuição discutível porque não encontrados, há inéditos como os de Frei José do Espírito Santo OFM, morto em 1872 e primeiro vulgarizador do ecletismo no Brasil a crermos em Sacramento Blake. Há um *Tratado de Frei José de Santa Maria Amaral Ordem de São Bento* (1821-1889), importante por ser o filósofo professor das princesas imperiais e amigo do imperador, sendo de relevância para conhecimento das ideias que se agitavam junto à família real. Também inédito está o *Curso de Filosofia Racional e Moral*, de Eutíchio Pereira da Rocha (1820-1880). Publicado mas desaparecido das Bibliotecas está o *Curso Abreviado de Filosofia*, de João da Veiga Muricy. Inéditos ou desaparecidos estão os textos de Guilherme Pereira Rabelo, Jerônimo Soares, Demétrio Tourinho e outros, quase todos baianos. Paulo Mercadante menciona mais alguns nomes de ecléticos desaparecidos. Estas listas servem para mostrar a amplitude e o quase total desconhecimento do ecletismo na cultura brasileira. Só se conhecem as obras de Monte Alverne, Ferreira França, Gonçalves Magalhães e Morais Valle, embora nenhum esteja adequadamente estudado. O grande número de traduções feitas pelos ecléticos é outro índice da extensão e influência da escola do Brasil. (Sobretudo quando se sabe que os positivistas nunca traduziram o *Curso de Filosofia* de Comte, limitando-se ao *Catecismo* e aos *Opúsculos*). (MACEDO, 1997, P. 41)

Ao que parece, a influência se espalhou pelo Império deixando antever a constituição de sua oficialização. O excerto abaixo contribui para ampliar a compreensão do alcance desse espriamento.

O *Curso de Filosofia* de A. Barbe foi traduzido e editado em 1840 e 1861 na Bahia; há outra tradução editada em Niterói na década de 50. Antonio Pedro de Figueiredo traduziu e editou a suas expensas o *Curso de História da Filosofia Moderna* de Victor Cousin em 1848. Morais e Valle traduziu em 1840 a *Filosofia Popular* de Cousin, seguido da Profissão de Fé do *Vigário da Sabóia* de Rousseau. Em 1870 um anônimo

traduziu na Bahia a *Theoria do Bello e do Bem* de Cousin. Em 1877 traduz-se o *Compêndio de Pellissier* e em 1855 o *Tratado Elementar de Filosofia* de Paul Janet-Jaffre e, no mesmo ano, a *Filosofia da Felicidade* também de Paul Janet. O curso de filosofia de Geruzez tem uma edição no Recife em 1840 e outra em Niterói em 1845. E atente-se que esse elenco, pioneiro no país e necessariamente incompleto, resulta de um muito superficial levantamento do arquivo velho da Biblioteca Nacional e do Real Gabinete Português de Leitura. (MACEDO, 1997, p. 42).

E ainda arremata Macedo acerca da longevidade da influência do Espiritualismo Eclético e dos intelectuais ecléticos sobre o pensamento brasileiro, chamando a atenção para o fato de que, na história oficial

Evidencia-se o equívoco dos primeiros historiadores do nosso pensamento ao desconhecem o papel do ecletismo e supervalorizarem o do positivismo quando o desconhecimento do ecletismo impede inclusive a compreensão do próprio positivismo no país. Esse desconhecimento de seu papel não impediu o ecletismo de atuar hegemonicamente durante todo o Segundo Reinado. Pois apesar da publicação, em 1874, do primeiro volume das *Três Filosofias* de Pereira Barreto, o positivismo só vai assumir dominância com a República. E os ataques de Silvio, em 1878, à escola, na sua *Filosofia no Brasil* demonstram a vigência da mesma. E ainda em 1903, o Visconde de Sabóia de Figueiredo dava o último sinal de presença da escola. Num plano político a obra de Pimenta Bueno, o marquês de São Vicente, e o ensaio de Paulino José Soares de Sousa, Visconde de Uruguai, junto com o panfleto de Justiniano José da Rocha e talvez a obra sobre a *Liberdade das Repúblicas*, de 1834, de Jequitinhonha e o *Sistema Representativo* de José de Alencar sejam os trabalhos representativos do espiritualismo na política. O panorama político ficará completo com os discursos de Bernardo Pereira de Vasconcelos e a ação política de Honório Hermeto, Marquês do Paraná, e Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí. (MACEDO, 1997, p. 41-42).

Segundo Duran (2015, p. 5), “fruto da filosofia humanista, de aspiração universal, o espiritualismo de Cousin grassou no Brasil de maneira ampla, passando do Rio de Janeiro de Gonçalves de Magalhães às Minas Gerais de Antonil.”

No Brasil, o ciclo de formação da Escola Eclética, que Paim atesta ser compreendido entre aproximadamente 1833 e 1848, caracteriza-se pela prevalência da questão do conhecimento, com promoção de debates filosóficos, a partir dos quais “os ecléticos conquistam as cátedras de filosofia no Colégio Pedro II e nos Liceus Estaduais.” (PAIM, 1999, p 23).

De acordo ainda com Paim (1999, p. 273):

A pose de uma doutrina considerada sólida não parecia suficiente aos ecléticos, entendendo que, à sua difusão pelo ensino, competia atribuir grande prioridade. Segundo se mencionou, dedicaram grandes esforços à conquista da cátedra do Pedro II e recorrem mesmo a expedientes administrativos para obstar a adoção de compêndios rivais.

Segundo ainda Paim (1985, p. 43), é “por volta de 1833 que começam a emergir duas personalidades marcantes na formação da escola eclética, nas duas províncias mais importantes: Bahia (Salustiano José Pedrosa) e Rio de Janeiro (Gonçalves de Magalhães).”

É bom ressaltar que o autor supracitado fala em personalidades marcantes⁵⁵ dando a entender que tais intelectuais tinham a consciência de missão e de pertencimento a uma determinada escola.⁵⁶ Mostra-se, então, que os intelectuais românticos tinham uma defesa clara com uma missão determinada e os temas filosóficos do Espiritualismo os fizeram assumir a posição central nesse debate.

Esse núcleo de fundadores da corrente eclética ocupa desde logo uma posição singular, porquanto interessado na efetivação de um debate de cunho filosófico. As outras facções não tinham idêntico empenho. Consistiam nos partidários do *empirismo mitigado* e nos tradicionalistas católicos. Os primeiros, a julgar pelos documentos que se preservaram, ocuparam as cadeiras públicas de filosofia, integrantes do sistema de aulas régias, baseado no ensino de disciplinas isoladas, então vigentes. Mas haviam vinculado essa doutrina ao liberalismo de índole radical e estavam empenhados na ação política correspondente. O tradicionalismo católico, a julgar pela atividade que desenvolvia na Bahia, reivindicava a pura e simples adesão aos dogmas cristãos. Por iniciativa própria não iniciaria nenhum debate – mesmo porque não dava maior importância à razão – embora se haja lançado à arena, ameaçado pela ascensão da escola eclética. Os kantianos, ao que parece, estavam, como os empiristas mitigados, envolvidos com a ação política, que consumiria todas as suas energias, como era o caso de Diogo Antonio Feijó (1784/1843) e Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775/1844). (PAIM, 1985, p. 44).

Sustenta ainda Paim (1985, p. 44), que “a circunstância se reflete no aparecimento dos periódicos de cunho cultural, encerrando o monopólio quase virtual do periodismo político nos últimos decênios.”. Mencionaremos apenas algumas, para ilustração, tais como: a *Niteroi*, *Revista Brasiliense*, publicada ainda em Pais pelo grupo de Gonçalves de Magalhães, a *Minerva Brasiliense*, do Rio de Janeiro, sob a batuta de Fagundes Varela, o *Mosaico*, o *Crepúsculo* e o *Archivo Médico Brasileiro*, ambas da Bahia, *O Progresso*, conduzida por Antonio Pedro de Figueiredo e a *Crônica Religiosa*, do Rio de Janeiro. Muitas outras há, em diversas províncias, sem levar em conta aquelas que demandariam estudo específico para a determinação de sua vinculação à corrente eclética.

Paim (1999, p. 25-28), em pesquisa que considerou ainda em andamento, elaborou uma cronologia referente aos ciclos do Espiritualismo Eclético no Brasil. No primeiro, que vai,

⁵⁵ A história registra frei Francisco de Monte Alverne e o também frei José do Espírito Santo como os primeiros vulgarizadores das ideias de Royer-Collard e Victor Cousin, no Brasil. Ver a esse respeito PAIM, (1985, p. 42).

⁵⁶ Jamil Almansur Haddad, em *O Romantismo Brasileiro e as Sociedades Secretas do Tempo*, já referenciada em capítulo anterior, sustenta que no Romantismo, em geral, a característica essencial é o individualismo. No entanto, dentro dessa categoria, divisa entre individualismo egoísta, que conduz ao “subjetivismo exasperado, à ruminação interior incessante, à obra literária confidencial, ao lirismo individual”, e o individualismo altruísta, significando “amor não do indivíduo particular, mas do indivíduo em geral e respeito às suas prerrogativas tidas por inalienáveis, levando o poeta a emigrar de sua torre de marfim e tomar uma atitude de participação. É então o poeta-profeta, realizando um lirismo coletivo, no sentido de coincidir com as aspirações das massas. É a literatura romântica em que o poeta, convencido da grandiosidade de sua missão, dá um sentido social ou político à sua arte.” (HADDAD, 1945, p. 6)

conforme já anunciado, de aproximadamente de 1833 a 1848, destacaram-se os seguintes fatos e personalidades:

1828-1832 – Estada de Salustiano Pedrosa (fins do século XVIII – 1858) em Paris onde conclui o curso de direito, na Sorbonne, e frequentou cursos de Jouffroy; “1833 – 2 de fevereiro. Início do magistério de Salustiano Pedrosa em Cachoeira (Recôncavo da Bahia). “Setembro. Chegada de Domingos Gonçalves de Magalhães (1811-1882) a Paris onde igualmente frequenta cursos de Jouffroy.; 1834 – Ano provável do término do “Compêndio de Filosofia”, de Monte Alverne (1784-1858), publicado postumamente (1859), onde faz profissão de fé eclética”. Da Ordem Franciscana e pregador da Capela Imperial, atraiu, para o Ecletismo vários jovens (entre estes Manuel de Araújo Porto Alegre, mais tarde Barão de Santo Ângelo (1806-1874); Francisco Sales Torres Homem (1812-1876) e Domingos de Magalhães); “1835 – Início do magistério de Frei José do Espírito Santo (1812-1872), no Convento da Ordem Franciscana, na Bahia, de que diz Sacramento Blake ter sido “O primeiro brasileiro que vulgarizou as doutrinas da Escola Eclética, fundada em França por Cousin e Royer-Collard.”; 1836 – Edição em Paris de dois números de “Niteroi – Revista Brasiliense”, onde aparece um dos primeiros textos filosóficos de Magalhães (Filosofia da Religião) e colaboração de Silvestre Pinheiro Ferreira; “1837 – Frei José do Espírito Santo passa a ensinar também no Seminário Arquiepiscopal da Bahia; Instalação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, cabendo a Domingos de Magalhães a regência da cadeira de Filosofia. O curso somente será inaugurado no ano letivo de 1842.; “7 de setembro. Instalação do Liceu na capital da Bahia, incumbindo a Salustiano Pedrosa reger a cadeira de Filosofia, que não parece haver assumido de imediato, mas que ocupa até o ano de sua morte (1858).; “1842 – Magalhães inicia o curso de filosofia do Colégio Pedro II, mas é substituído em outubro. Publica a aula inaugural com o título de “Discurso sobre o objeto e importância da filosofia.”; “1843 – novembro – 1845 – Circula no Rio de Janeiro a revista “Minerva Brasiliense” (31 números ao todo) liderada pelos ecléticos.; “1843 – Aparecimento do primeiro volume do “Curso de História da Filosofia Moderna” de Victor Cousin (Recife; tradução de Antonio Pedro de Figueiredo 1814-1859); “1844 – Aparecimento dos dois últimos volumes do “Curso de História da Filosofia Moderna”, de Cousin.; -julho. Concurso para provimento da cadeira de filosofia do Colégio Pedro II, de que resulta a consagração da Escola Eclética. A “Minerva Brasiliense” relata-o pormenorizadamente nos números de julho, agosto e setembro. O concurso é ganho por Torres Homem, mais tarde panfletário famoso e político influente.; 1844 – 1846 – Circula na Bahia a revista “O Mosaico”, de inspiração eclética.; 1845 – Salustiano Pedrosa publica “Esboço de história da filosofia”.; 1845, agosto – 1847, janeiro – Circula na Bahia a revista de inspiração eclética “O Crepúsculo”.; “1845, set. – 1848, abril – Aparecimento de seis artigos de Morais Valle (1824 – 1886) na revista “Arquivo Médico Brasileiro” que também está vinculada ao ciclo de formação da Escola, refletindo a sua presença nas Faculdades de Medicina e, em geral, entre os médicos.; “1846 – Salustiano Pedrosa publica “Compêndio de Filosofia Elementar”.; “- Aparecimento da 1ª edição do “Compêndio elementar de filosofia”, de Barbe, de que se fizeram outras traduções e edições, sendo adotado oficialmente no Colégio Pedro II e, conseqüentemente, nos Liceus Estaduais.; 1846, julho – 1848, setembro – Circula no Recife a revista de Antonio Pedro de Figueiredo (O Progresso).; 1847 – Publicação, pela Tipografia Episcopal de Mariana (Minas Gerais), da obra Esqueleto das faculdades e origem das ideias do espírito humano, do cônego João Antônio dos Santos, reitor do Seminário, que José Carlos Rodrigues (Ideias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX, 1962) considera uma tentativa de superação tanto do idealismo racionalista como do tradicionalista, aproximando-se da solução de Maine de Biran, que encontrou acolhimento tão entusiástico no país, mas que não revela conhecer. Esse livro suscitou uma réplica (R. L. Bretas – Novo esqueleto das faculdades e origens das ideias do espírito humano”. Segundo os princípios de M. Laromiguière. Ouro Preto. Tipografia do Bom Senso, 1854).; - fevereiro – “O Crepúsculo” (Bahia) publica “Discurso sobre a filosofia”, de Salustiano Pedrosa.; – 1848 – O Ministro do Império intervém para obstar a adoção do compêndio de

inspiração tradicionalista (Questões de filosofia, de A. Charma) no curso Anexo da Faculdade de Direito do Recife.” (PAIM, 1999, p. 25-28),

O segundo ciclo, que Paim (1999, p. 24) denomina ciclo do apogeu⁵⁷ da Escola Eclética, abrange os anos da década de 50 até a década de 80 do século XIX, coincidindo com o período de conclusão da “fundamentação teórica das instituições do sistema representativo criadas no Segundo Reinado e com o lançamento da base da historiografia nacional” (PAIM, 1999, p. 24). É pertinente ressaltar que anteriormente a esse intervalo já havia sido criado o Instituto Historiográfico e Geográfico Brasileiro, em 1838, reduto de intelectuais ligados ao Espiritualismo Eclético, por iniciativa do padre Januário da Cunha Barbosa⁵⁸, intelectual próximo das ideias ecléticas.⁵⁹

No ciclo de apogeu, os ecléticos elaboram a doutrina das instituições do sistema representativo, isto é, aplicam com sucesso a doutrina liberal à circunstância brasileira. Ao fazê-lo, asseguram grande unidade à consciência da elite, sobretudo

⁵⁷ Paim (1985, p. 48-49), sustenta que “ainda não se realizou balanço desse período com a profundidade requerida. Semelhante balanço exige a efetivação de pesquisa nas principais publicações periódicas a fim de identificar o conjunto dos personagens e não apenas as obras preservadas. Tanto mais que, tudo leva a crer, somente se hajam conservado aqueles autores comentados por Silvio Romero em *A Filosofia no Brasil* (1878) que são de indiscutível relevância, como Monte Alverne, famoso pregador na sede do Império; Moraes e Vale, que foi diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; e Domingos de Magalhães, figura de proa do romantismo e da vida política. Mas não corresponde, certamente, a enumeração exaustiva. Basta ter presente que não se conseguiu localizar nenhum dos vários livros publicados por Salustiano José Pedroza, que se inclui entre as personalidades ignoradas por Silvio Romero.

“Além da possibilidade de revelar novos autores de obras até então desconhecidos, a exemplo do que ocorreu em relação ao ciclo de formação, a pesquisa em publicações periódicas pode facilitar a identificação daqueles que se limitaram a atuar na imprensa, como é o caso de Antônio Pedro de Figueiredo, de quem também não se ocupou Silvio Romero.

“Em que pese o imperativo dessa pesquisa, pode-se afirmar com certa margem de segurança que, no ciclo de apogeu, o tema do conhecimento perde posição para o empenho na busca dos fundamentos da moral. Dois estudos permitem estabelecê-lo: As raízes cristãs do pensamento de A. P. Figueiredo, de Tiago Adão Lara, e *A significação educativa do romantismo brasileiro*: Gonçalves de Magalhães, de Roque Spencer Maciel de Barros.”

⁵⁸ Segundo Paim (1999, p. 35), “Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), padre secular ordenado em 1803, nomeado cônego em 1823, notabilizou-se tanto pela atividade política como pela cultural. No primeiro caso, destacou-se nas lutas pela independência tendo sido, posteriormente, deputado à Assembleia Geral. É o fundador e artífice do Instituto Histórico. Sua obra é constituída basicamente de sermões e panfletos políticos, tendo igualmente elaborado estudos históricos [...]. O cônego Januário foi nomeado lente substituto da aula régia de filosofia em 1808, após a chegada da Família Real, e elevado a titular em 1814. Embora não haja deixado obra filosófica, é provável que se inclinasse pelo empirismo mitigado, na forma principal que veio a assumir no Brasil, porquanto foi adepto do democratismo, o que lhe valeu prisão e exílio no período que se seguiu de imediato à Independência”.

⁵⁹ Segundo Schwarcz (1993, p. 104-106), referido instituto, em consonância com a mentalidade do Romantismo Eclético estava “voltado para uma produção unificadora e estreitamente vinculada à interpretação oficial, fosse ela qual fosse [...]. De fato, encontrava-se congregada no instituto boa parte da geração romântica – de Gonçalves Magalhães a Gonçalves Dias – que carregava consigo esse senso de dever patriótico. Nessa geração não havia lugar para uma divisão mais apurada do trabalho intelectual, destinava-se ao culto à ciência o mesmo fervor com que se veneravam as artes. Tratava-se de construir uma vida intelectual em sua totalidade, para o progresso das Luzes e conseqüentemente a grandeza da Pátria.”

porque, adicionalmente, têm uma atitude de respeito em matéria de religião, sem, entretanto sentirem-se obrigados à maior fidelidade à religião oficial. A par disto, seu conservadorismo era mais de índole política, como bem observou João Camilo de Oliveira Torres, tendo presente o caráter imperativo da reforma social, notadamente a necessidade de encontrar alternativas para o trabalho escravo. (PAIM, 1999, p.273).

Esse período, segundo o mesmo autor, corresponde à elevação de referida filosofia ao degrau de filosofia oficial do Império, obrigatória no Pedro II e nos liceus provinciais. Aqui, “o tema do conhecimento perde posição para o empenho na busca dos fundamentos da moral.” (PAIM, 1985, p. 49).

Ressaltemos aqui que certa moral pedagógica é um dos pontos que nos levaram a estudar Juvenal Galeno. Ao que parece há influência do período e da tendência referida sobre sua obra. Provavelmente isso seja reflexo da influência da filosofia de Cousin sobre os intelectuais nas mais diferentes províncias. “O ciclo de apogeu da Escola Eclética abrange as décadas de cinquenta a oitenta. Corresponde então à filosofia oficial, tornada obrigatória no Pedro II e nos liceus estaduais. Desfruta de incontestável prestígio no seio da intelectualidade e da elite política”. (PAIM, 1985, p. 48).⁶⁰

Completando a Cronologia, Paim (1999, p. 28-31) registra os fatos, as obras e as personalidades dessa segunda fase da Escola eclética, que vai de fins da década de quarenta até o princípio da década de oitenta, conforme a extensa citação abaixo.

1849 – Publicação, no Rio de Janeiro, da tradução de “*Filosofia Popular*”, de Victor Cousin. O tradutor é Moraes Valle, professor da Faculdade de Medicina.; - 1851 – Posse na cadeira de filosofia do Colégio Pedro II de Frei José de Santa Maria Amaral (1821-1889), beneditino, autor de um “**Tratado de Filosofia**”, que se supõe tenha permanecido inédito.; - Aparecimento do “**Compêndio de Filosofia**”, em dois volumes, de Moraes Valle.; - Frei José do Espírito Santo cai gravemente enfermo, não mais se recuperando. Registrando o seu falecimento, a 15 de fevereiro de 1872, a “**Crônica Religiosa**” (25.02.1872) consigna ter sido “*orador exímio, grande conhecedor da Teologia e ornamento de duas Ordens*” acrescentando ter padecido cruéis sofrimentos durante 21 anos, período em que “*sua cela foi sempre visitada pelo que há de melhore em nossa sociedade*”.; É provavelmente nesse ano que Eduardo Ferreira França (1809-1857), professor da Faculdade de Medicina da Bahia, como parlamentar filiado ao Partido Liberal começa a abandonar suas convicções naturalistas extremadas, adquiridas na longa estada na França (dos 15 anos aos 25 anos de idade) onde se bacharelou em ciências (1828) e formou-se em medicina (1834).; 1852-1859 – Colaboração semanal de Antonio Pedro de Figueiredo no “**Diário de Pernambuco**”, onde se evidencia a mudança de problemática (prevalência da fundamentação da moral passando o conhecimento para segundo plano).; 1853 – Publicação na França da edição autônoma de “**Du Vrai, du Beau et du Bien**”, de Victor Cousin.; 1854 – “O Noticiador Católico” (Bahia) inicia (n.º de 24 de julho) a publicação de uma série de artigos de crítica à obra precedente de Cousin, extraída de brochura publicada na França, de autoria do abade Maynard, com o título “**Últimos escritos de M. Cousin.**”; Aparecimento das “**Investigações de Psicologia**”, de Eduardo Ferreira França, que se considera como contendo a síntese do debate

⁶⁰ Paim (1985, p. 49), destacou que a pesquisa realizada por Tiago Adão Lara, *As raízes cristãs do pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo*, permitiu uma visão acabada do pensamento do referido autor eclético, bem como abriu o caminho para o aprofundamento da pesquisa do ciclo de apogeu da corrente eclética no Brasil.

realizado no ciclo de formação e que consagra a vitória da Escola.; 1855 – Aparecimento, na Bahia das duas obras “**Filosofia racional e moral**” (contendo a 2ª edição do **Catecismo de Lógica; noções de Metafísica e Ética geral e especial**); “**Preleções de Lógica e Preleções de Filosofia Moral**”, de Salustiano Pedrosa.; 1857 – Falecimento de Eduardo Ferreira França.; 1858 – Falecimento de Salustiano Pedrosa.; Aparecimento da “**Memória sobre o magistério e escritos filosóficos do Dr. Salustiano Pedrosa**, de Eunápio Deiró (Bahia) publicação da 1ª edição de “**Fatos do Espírito Humano**”, de Domingos Gonçalves de Magalhães. Falecimento de Monte Alverne.; 1859 – Edição francesa dos “**Fatos do Espírito Humano**”, de D. G. Magalhães (tradução de M. N. Chancelle, Paris, Librairie d’Auguste Fontaine); Edição (póstuma) do “**Compêndio de Filosofia**” de Monte Alverne.; Falecimento de Antonio Pedro de Figueiredo.; 1862 – Aparecimento da obra “**Ensaio sobre o direito administrativo**”, de Paulino José Soares, Visconde de Uruguai (1807-1866), devotado à justificação teórica das instituições imperiais que consagra a expressão *eclétismo esclarecido*” para caracterizar o método (historicista) adotado pela Escola Eclética.; 1865 – Aparecimento da 2ª edição de “**Fatos do Espírito Humano**” e dos “**Opúsculos Históricos e Literários**”, de Domingos Gonçalves de Magalhães.; 1866 – Publicação em Pernambuco de “**Resumo de Lógica do Compêndio de Filosofia de M. Barbe**”, de Joaquim Pires Machado Portela.; 1868 – Primeiros artigos de cunho filosóficos de Tobias Barreto (1839-1889) em que se vislumbra ainda simpatias pelo eclétismo, com o qual romperia logo depois, embora declarando fazê-lo com pesar ao “ver-se obrigado, no interesse da verdade ou do que tenho por tal, a ser severo com aqueles em cujas obras pude haurir, pelo menos, a paixão deste gênero de estudo.” (fins de 1871); 1870 – Aparece na Bahia tradução de uma versão resumida do que se denominou de “**Teoria do Belo e do Bem**”, de Victor Cousin (Tradução de Franklin Lima, 48 p.); 1874 – Aparecimento na França do livro “**A Moral**”, de Paul Janet, adotado como manual do Colégio Pedro II, de que se traduziu a exposição resumida contida no “**Tratado Elementar de Filosofia**”; 1876 – Aparecimento de “**A alma e o cérebro**”. Estudos de Psicologia e Fisiologia, de Domingos Gonçalves de Magalhães.; 1878 – Aparecimento de “**Filosofia da Felicidade**”, de Paul Janet, tradução baseada na 5ª edição francesa (Rio de Janeiro, Garnier); 1879 – Com o título de “**Uma renovação literária entre nós**”, Antonio Herculano de Sousa Bandeira publica uma crítica ao livro de Silvio Romero – “**A Filosofia no Brasil**” – aparecido no ano anterior, no qual afirma que a mocidade brasileira ainda poderá encontrar seus guias no meio dos próprios espiritualistas, *que têm separado o que a velha Escola tinha de aproveitável, desprezando as especulações abstratas que tanto prejudica a marcha da Filosofia.*”; 1880 – Aparecimento de “**Comentários e Pensamentos**”, de D. G. de Magalhães.; - Concurso para provimento da Cadeira de Filosofia do Colégio Pedro II, de que resulta a nomeação de Silvio Romero (1851-1914), interrompendo a tradição de preenchê-la com partidários do eclétismo espiritualista. A mudança de orientação não parece, entretanto, ter sido automática.; 1882 – Falecimento de Domingos Gonçalves de Magalhães.; Aparecimento do 1º volume da tradução do “**Tratado Elementar de Filosofia**”. (Rio de Janeiro, Garnier), de Paul Janet, com a indicação de ser obrigatória a sua adoção nos Liceus Estaduais, desde que o fora pelo Colégio Pedro II.; 1886 – Aparecimento do 2º volume da tradução do “**Tratado Elementar de Filosofia**”, de Paul Janet (Rio de Janeiro, Garnier).; - Falecimento de Moraes e Valle.” (PAIM, 1999, p. 28-31).

Um terceiro ciclo da Escola Eclética, correspondendo ao que Paim chamou de ciclo de declínio ou da superação, iniciou com o que Silvio Romero chamou de “surto de ideias novas”, “surgido na década de setenta, a que se seguem a formação da Escola do Recife e a ascensão do positivismo.” (PAIM, 1985, p. 54).

O fim do Império significou também a retirada da hegemonia de sua “filosofia oficial”, o Espiritualismo Eclético. Ao que parece, a República suplantou o Império e tudo

aquilo que a ele estava ligado. Em relação à suplantação da Escola Eclética, Paim confirma que “ao pretender demolir a monarquia, começaram precisamente tratando de levar ao descrédito o ecletismo espiritualista.” (PAIM, 1985, p. 5).

Mas é bom ressaltar, de acordo ainda com Paim (1985, p. 54), que “os representantes da filosofia oficial do Segundo Reinado não capitularam ante as novas correntes. O próprio Magalhães as combate vivamente nos *Comentários e Pensamentos*.”

Essa resistência não parece ter sido de todo infrutífera, em que pese o completo abandono do espiritualismo no novo ciclo que se vai iniciar. Ao menos a atitude valorativa da filosofia, que a animava, iria ser apropriada pela Escola do Recife, razão pela qual parece de todo oportuno inventariá-la.” (PAIM, 1985, p. 54).

Ao que parece, a filosofia do Espiritualismo Eclético permitiu que se firmasse no Brasil um “expressivo movimento intelectual, dotado de plena autonomia em relação às fontes inspiradoras.” (PAIM, 1999, p. 330). Provavelmente os adeptos de tal corrente filosófica, tendo uma consciência de missão, em cuja pauta constava a construção da nação, inserindo-a no rol das nações modernas. Portanto, é possível dizer que tais intelectuais constituíram aquilo que se poderia chamar de *intelligentsia* do Império.

O debate sobre a modernidade, segundo Boto (1996) é originário dos reflexos da Revolução Francesa. A partir do debate filosófico e estético conhecido por Iluminismo, foi sendo esboçada a ideia de uma “pedagogia da revolução”, indispensável ao “homem novo” para o enfrentamento e decodificação dos novos códigos culturais historicamente brotados das novas forças econômicas e políticas europeias. Mas, conforme vimos delineando, o Romantismo, como voz destoante, também foi responsável pela construção dessa mentalidade.

Pensar a “modernidade” significou pensar a sociedade a partir de novos projetos educacionais, dado que as novas ideias, permeadas do sentido da liberdade, da democracia, da autonomia, aventavam com a possibilidade de mudanças e consolidação do projeto político da burguesia.

Diversos movimentos científicos e literários eclodiram, notadamente já a partir da primeira metade do século XIX. Diversas agremiações e jornais se formaram para garantir a disseminação e circulação de ideias.

A filosofia do Espiritualismo Eclético, nascida na França pós napoleônica, é filha legítima dessas circunstâncias e promoveu um debate conciliador mas, conforme visto, com um propósito claro de justificação política da monarquia constitucional, estabelecendo a mentalidade, colhida do Romantismo, do intelectual engajado e moralmente responsável pela condução do destino de sua pátria e da história dessa pátria.

Tal corrente filosófica teve uma forte acolhida no meio intelectual brasileiro por uma série de motivos. Dentre estes podemos destacar uma ruptura com o tradicionalismo atrelado à escolástica, ruptura com as correntes liberais mais radicais que impulsionaram a levantes armados e o tom conciliador propício ao momento histórico, amainando inclusive o ímpeto das correntes mais exaltadas do Romantismo. Sem exagero poderemos afirmar que o Espiritualismo Eclético permitiu ao Brasil continuar católico e exercer os preceitos liberais e iluministas.

Os intelectuais românticos brasileiros, embebidos da filosofia de Cousin, emergiram, portanto, nesse cenário, trazendo a consciência que tinham uma missão importante a desempenhar, no âmbito das necessidades política e social do Segundo Reinado, cujo intuito era o delineamento das questões da jovem nação brasileira que se formatava, enquanto império, mas, agora e em definitivo, com independência do jugo colonial português.

Portanto, era o momento propício de gestação da brasilidade, fazendo-se necessário encontrar e dizer o que era o Brasil e o brasileiro. Com essa mentalidade de missão, tais intelectuais lançaram-se a demarcar território atuando na imprensa, na educação e na política propriamente dita.

De acordo com Le Goff *apud* Libera (1999, p.10), intelectuais, “numa acepção sociológica e histórica são aqueles que ‘trabalhavam com a palavra e com o espírito’ não viviam da renda da terra e tampouco eram obrigados a trabalhar com suas mãos”, geralmente são os principais propagadores de novos ideais e defensores do elemento essencial promovedor das mudanças esperadas. Estão sempre atentos com a função social que podem exercer (Burke, 2003), dado que “começaram a ver seu trabalho como vocação”, como uma obrigação moral.

Segundo Sowell (2011, p. 16), os intelectuais compõem “uma categoria ocupacional composta por pessoas cujas ocupações profissionais operam fundamentalmente em função de ideias – escritores, acadêmicos e afins.” Segundo ainda o mesmo autor:

Cercando um núcleo mais ou menos sólido de criadores de novas ideias existe outra esfera de atuação composta por aqueles cujo papel se restringe ao uso e à disseminação dessas ideias. Estes últimos respondem, em grande parte, pelo corpo de professores, jornalistas, ativistas sociais, adidos políticos, funcionários do judiciário e outros que fundamentam suas crenças ou ações a partir das ideias produzidas pelos intelectuais do primeiro escalão. (SOWELL, 2011, p. 20)

A citação acima informa que, congregados ao redor de intelectuais de um primeiro escalão estão outros intelectuais, disseminadores de ideias, caracterizando aquilo que se conceitua como *intelligentsia*. Segundo Berlin (2005, p. 150), “a palavra *intelligentsia*, como conceito, tem origem russa e foi inventada em algum momento da década de 1860 e 1870.”

Representa um fenômeno comum de sociedades subdesenvolvidas com tradição em regimes políticos despóticos e oligárquicos, com população constituída em maioria por analfabetos e uma máquina burocrática repressora.

Esse é o tipo de fenômeno que, me parece, tende a ocorrer em grandes comunidades social e economicamente atrasadas, regidas por um governo incompetente e uma Igreja ignorante e opressiva. Nesse sentido pode-se dizer que houve uma *intelligentsia* na Espanha no século XIX; talvez nos Balcãs e em certos países da América Latina e da Ásia. Não aconteceu nessa medida nem mesmo na França, onde não apareceu a noção da *intelligentsia* como uma formação social independente. Menos ainda na Inglaterra. (BERLIN, 2005, p. 152)

Os membros da *intelligentsia*, portanto, são aqueles que alcançando patamares de erudição, aliás raridade, (CARVALHO, 1980), “constituem-se ilhas de letrados em um oceano de analfabetos”, aqueles que têm (BERLIN, 2005), “[...]a percepção aguda da obrigação natural de ajudar seus conterrâneos menos felizes ou menos avançados”, o que Sowell (2011), ironizando, chamou de “intelectuais ungidos”, ou, segundo Cândido *apud* Schwarcz (1993), e Barros (1973), caracterizaram como “escritores de missão”.

De acordo ainda com Berlin (2005, p. 154), “os verdadeiros membros da *intelligentsia* eram panfleteiros políticos, os poetas de mentes voltadas para os problemas cívicos [...] principalmente jornalistas e pensadores políticos que usavam com muita consciência a literatura, às vezes exemplos muito pobres de literatura, como veículos para o protesto social”.

Destarte, o chamado projeto civilizatório brasileiro, de acordo com Olinda (2004, p.7), passou necessariamente pela formação dos setores médios intelectualizados, “capazes de conduzir o ideal formativo humano”, necessário a tal intento. A historiografia nacional registra, para o período, diversos casos e ações de intelectuais e grupos que coadunam bem com o que Sevcenko (1985), em seu livro *A literatura como missão*, chamou de exercício intelectual como atitude política. Parafraseando Koninck (2007), o intelectual seria aquele que tem a primordial tarefa de “prevenir contra o inumano” e de “denunciar a desumanidade”, sempre tentando “remediar a situação”.

Assim, para o contexto acima definido, ou seja, o Brasil do século XIX, pode-se dizer que os intelectuais acreditaram que tinham uma missão social e pedagógica porque tinham nítida a compreensão de que era necessário forjar o novo homem, a nova mentalidade, desenredando-o de uma mentalidade arcaica, provinciana e colonizatória. Pádua (2004, p. 173), em estudo sobre o período em questão identificou entre os intelectuais um fenômeno por ele denominado de associativismo sociocultural, para ele crucial no estabelecimento de uma rede

de informações entre os intelectuais do Império brasileiro e fator de proximidade com o poder central.

Diversos foram os intelectuais e suas defesas, porém, sabe-se que o ideal de educação fez parte da tônica e dos desejos de todos que se lançaram nessa missão. O poeta Juvenal Galeno, o autor de *Prelúdios Poéticos*, obra com a qual lança as bases da poesia popular, está muito bem caracterizado como o intelectual que teve a literatura como missão, expressando uma tendência do momento, mais próximo daquilo que Cândido *apud* Schwarcz (1993), chamou, conforme já salientado, de “escritor de missão”.

4 CAPÍTULO III - ENCONTROS E DIÁLOGOS DE JUVENAL GALENO COM A CONSCIÊNCIA DE MISSÃO EDUCADORA DO ROMANTISMO ECLÉTICO BRASILEIRO

“Eis os pontos cardeais da nossa fé, eis o espírito que anima a todos os redactores do Guanabara, e o pensamento que os abraça, e que os impelle a concorrer para aquella grande obra; basta de épocas críticas, basta de inúteis oscillações, basta de perda de tempo: - comecemos a nossa época orgânica.”

Guanabara (1849)

4.1 O Liceu do Ceará: Expressão de Princípios Educacionais Ecléticos

Na elaboração de um projeto sobre Juvenal Galeno, aventamos a possibilidade de compreender suas ações e sua obra dentro de um contexto mais amplo, que seria o do Romantismo brasileiro. Aos poucos, descortinou-se um horizonte que conduziu, dentro do movimento romântico, a uma situação de influências da filosofia do Espiritualismo Eclético.

Sabe-se que essa corrente filosófica impulsionou uma intelectualidade que formatou uma consciência de missão, cujo propósito maior estava na construção da Pátria. Os intelectuais atrelados a ela e que a professaram formaram a *intelligentsia* do Império brasileiro a partir da década de 40. Não à toa, tal corrente filosófica tornou-se a filosofia oficial do Império e, desta forma, estendeu sua influência por todo o vasto território e para além da literatura, influenciando nas questões políticas, mas, sobretudo no campo da educação.

Dela se ocuparam, como se sabe, intelectuais como Frei Francisco de Monte Alverne, Gonçalves de Magalhães, Eduardo Ferreira França (1809-1857), Francisco de Paula Menezes (1811-1857), Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), José Maria de Morais, Antonio Pedro de Figueiredo (1814-1859), Salustiano Pedrosa, Frei José de Santa Maria Amaral (1821-1889), dentre tantos outros ainda desconhecidos e que sequer mereceram menção na história oficial. Esses intelectuais foram disseminadores da filosofia cousiniana, atuando, segundo Sousa Neto (2000, p. 16), “por dentro dos seminários ou ainda por intermédio de instituições de ensino secundário [...], participaram de modo efetivo na formação de muitos dos homens letrados da elite nacional do Império”.

Em carta de 15 de janeiro de 1835, Gonçalves de Magalhães ao Frei Monte Alverne, revela um empenho em disseminar tal corrente filosófica com o intuito de influir nas questões educacionais, para a formação da juventude. Vejamos o que ele recomendara, de Paris, ao seu padre mestre, sobre o Espiritualismo Eclético.

[...] deve quanto antes ser plantado para que a mocidade aprenda a não dizer blasfêmias contra Deus e os homens. Por falta de Ecletismo um ex-Ministro disse que não havia no Brasil necessidades de escolas de Filosofia e Retórica; outro, que ainda governa, em uma portaria disse que as artes não precisam de proteção; um charlatão quis achar a alma no cadinho, um matemático olha com desprezo para um poeta etc., etc. Mas eu tenho esperanças no futuro; o império da mediocridade há de cair, mas à condição de uma luta consciente, sem o que governará ainda por algum tempo os espíritos; convém, pois, que nos armemos não com punhais, mas com os brandões da sabedoria e ao seu clarão desaparecerão as trevas. (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1835, p. 11-12).

Nesse sentido, depreende-se que os intelectuais ecléticos atuaram para estabelecer as bases da formação da Pátria. Para isso, formar a mocidade era um urgente propósito. Segundo Barros (1973, p. 73), é em Gonçalves de Magalhães que esse propósito está bem mais explícito, pois para ele “trata-se de encetar uma reforma espiritual inteira da sociedade brasileira, sob a égide da filosofia espiritualista e do romantismo “comedido”, dominado pela visão propiciada pelo ecletismo”.

No recorte abaixo, o apelo de Gonçalves de Magalhães, mais uma vez, reflete essa preocupação com a educação.

Resumiremos este artigo, dizendo, que a Religião é um dos mais fortes elementos da sociabilidade, que a Moral do interesse não é Moral, que a ela devemos todos os males com que lutamos que com ela toda política é má, que com ela jamais poderemos engrandecer-nos. O interesse avilta todas as ideias, e repudia todos os grandes sentimentos. Convém que o Governo ao menos uma vez lance os olhos sobre a mocidade, que faça ensinar nas escolas uma Moral pura, uma Filosofia sã, e nutra o sentimento do amor divino. Nós não podemos temer o fanatismo religioso, ao contrário tudo sofremos do estado atual; e quando o Governo não considerasse os meios indicados senão como outras tantas ideias pejadas de consequências, ainda assim por um conselho da política devia lançar mão deles, para destruir o mal existente, como o prático entendido se serve com proveito de um veneno para atalhar o progresso da enfermidade. (GONÇALVES DE MAGALHÃES *apud* BARROS, 1973, p. 73).

Segundo o autor anteriormente referenciado, a partir do Espiritualismo Eclético pretendeu-se formatar uma nova dimensão espiritual balizadora da literatura, da filosofia, da educação e da política. (BARROS, 1973, p. 73). Talvez por isso os liceus provinciais e o Colégio Pedro II foram os ambientes educacionais preferenciais de atuação dos ecléticos. Neles armaram suas trincheiras para disseminar o humanismo espiritualista de Royer-Collard e, notadamente de Victor Cousin.

Diga-se, de passagem, que a própria estrutura dessas instituições de ensino e a organização curricular eram cópias fiéis dos liceus franceses do contexto da Conciliação e pautados pelo Espiritualismo de Royer-Collard e pelo liberalismo de Guizot, posteriormente reformulados à luz do Escletismo de Cousin, Ministro da Instrução francesa, conforme já visto.

Os liceus, implantados no Brasil das Regências (1831-1840), a partir do Ato Adicional à Constituição do Império, de 12 de agosto de 1834, representaram a superação do modelo de aulas régias, fragmentado na oferta de aulas avulsas de latim, retórica, geometria, francês e comércio, espalhadas por diversos pontos do território nacional.

Portanto, o modelo estabelecido com a criação dos liceus possibilitou a aplicabilidade do preceito liberal de responsabilização do Estado na oferta de ensino público que, em certa medida, também era laico. Segundo Peres (2005, 29-27), este “foi o acontecimento que determinou efeitos mais duradouros e amplos na política educacional brasileira”, dado que, a partir do referido Ato Adicional de 1834

[...] o panorama de educação secundária começou a modificar-se, surgindo os primeiros liceus provinciais graças à reunião de disciplinas avulsas existentes nas capitais das províncias: o Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1835, o Liceu da Bahia e o da Paraíba em 1836.

Outros liceus provinciais foram se instalando, porém, não chegavam a alcançar o mesmo desenvolvimento dos colégios particulares de ensino secundário que floresceram como consequência do Ato Adicional. (PERES, 2005, p.9)

Paulatinamente o Império ia sendo dotado de institutos de ensino secundário em cada província. No Rio de Janeiro, Capital da Corte, foi criado, por Decreto de 2 de dezembro de 1837, um estabelecimento para ofertar essa modalidade de ensino, denominado Colégio Pedro II, cuja instalação se deu nas dependências do antigo Seminário São Joaquim.

O antigo Seminário S. Joaquim, que se fundara no Rio de Janeiro, com o nome de S. Pedro, em 1739, transformou-se, por Decreto de dois de dezembro de 1837, em estabelecimento imperial de instrução secundária, para constituir o Colégio de Pedro II.

A exemplo dos colégios franceses, o Regulamento, de 31 de janeiro de 1838, introduziu os estudos simultâneos e seriados no Pedro II, organizados em um curso regular de seis a oito anos de duração. O currículo do novo colégio compunha-se de: línguas latina, francesa, grega e inglesa, a gramática nacional e a retórica, a geografia e a história, as ciências naturais, as matemáticas, a música vocal e o desenho. (PERES, 2005, p.9)

O Colégio Pedro II serviu como parâmetro aos demais liceus provinciais quer no direcionamento curricular, bem como na organização administrativa e na adoção de obras didáticas.

A proposta do referido colégio o colocou na condição de “estabelecimento-modelo dos estudos secundários, tendo em vista nortear a iniciativa provincial que, pelo Ato Adicional

de 1834, ficara com a mais completa autonomia administrativa e didática no campo do ensino primário e médio.” (PERES, 2005, p.10).

O papel de balizador da educação secundária do Colégio Pedro II foi provavelmente em função de que, “na prática, a autonomia propalada pelo Ato Adicional de 1834 [nas províncias] não se efetivava, seja pela inexistência de regulamentações, seja pela centralização imposta pelo modelo de bacharelado em letras estabelecido [...]” (OLIVEIRA, 2002, p. 18)

A partir da década de 50 do século XIX, a onda nacionalizante e a euforia modernizadora exigiram certa uniformização do ensino no país. Talvez isso fosse reflexo das discussões caras aos intelectuais ecléticos no que diziam respeito às questões morais, impactando fortemente no âmbito da política e também no da educação, incluindo-se aí os aspectos administrativos da mesma, já a partir da década de 40 do referido século.

Na obra de Primitivo Moacyr (1869-1942) *A Instrução e o Império*, foi possível colher algumas defesas, promovidas por intelectuais ligados ao Espiritualismo Eclético, que certamente corroboraram com o debate da referida uniformização do ensino nacional, como intuito de moralização do mesmo, como é o caso do Ministro Almeida Torres⁶¹ (1799-1856), entre os anos de 1845 e 1847, em relatórios apresentados ao Legislativo Imperial.

Nada tenho a acrescentar, diz o ministro Almeida Torres, ao que expendi no relatório anterior a respeito das necessidades que experimenta a instrução primária: permiti, portanto, que renove as minhas instâncias para que habiliteis o governo a mandar construir edifícios próprios para observar rigorosamente o método de ensino, que a lei tem decretado a respeito dos lugares populosos; e autorizeis para regular esse importantíssimo ramo da pública administração, no Município da Corte, pela maneira que mais conveniente julgar. A tradução do catecismo de Fleury tem merecido grande aceitação: a pedido do presidente da província do Maranhão para ali se remeteu uma porção de exemplares que tem sido distribuídos pelas escolas públicas e outra se liberalizou à Sociedade Amante da Instrução nesta Corte. (ALMEIDA TORRES, 1845 *apud* MOACYR, 1936, p, 213).

Tais informações corroboram também com nosso propósito de comprovar uma atuação de intelectuais ligados ao Espiritualismo Eclético atuando, de maneira efetiva, nas questões ligadas à educação, seja através de debates ou mesmo através da política oficial.

Mais adiante, na referida obra de Moacyr, o ministro Almeida Torres, em relatório também já referido, aponta para o que se constituiria uma tendência que associava a instrução pública à religião oficial, debelando focos que seguissem em direção contrária, notadamente no

⁶¹ O referido ministro foi José Carlos Pereira de Almeida Torres, o Visconde de Macaé, nascido em Salvador em 1799 e falecido no Rio de Janeiro em 25 de abril de 1856. Atuou na magistratura e na alta corte política. Foi presidente do Conselho de Ministros do Império. Foi intelectual membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

que dizia respeito à instrução primária, e isso vai ao encontro do que expressou Gonçalves de Magalhães em citação mais acima, com uma tese cara à filosofia de Cousin.

As ideias de ilimitada liberdade religiosa que a tantas calamidades deram origem vão felizmente desaparecendo, e o governo confia que os virtuosos e ilustrados prelados brasileiros não deixarão de aproveitar as felizes disposições, que começam a assomar os povos para firmarem nos corações deles a salutar doutrina do Evangelho, lembrando aos párocos de suas dioceses a obrigação que a este respeito lhes é imposta pelo Concílio Tridentino. Conquanto seja mui útil a instrução religiosa dada aos meninos pelos professores de instrução primária, contudo nem “estes funcionários tem os precisos conhecimentos para desempenharem plenamente tão importante missão, nem estão revestidos de caráter sacerdotal, que poderosamente contribui para ser respeitada, e ficar gravado no coração dos meninos.” (ALMEIDA TORRES, 1845 *apud* MOACYR, 1936, p, 213).

A mesma compreensão ele estendeu à educação ofertada pelas escolas e colégios particulares, confirmando essa tendência de uniformização do ensino através de medidas de controle.

As escolas e colégios particulares de que abunda esta Corte, estabelecem-se sem que o saiba a autoridade pública; não se exige dos seus diretores nem uma prova de habilitação, nem mesmo de moralidade; e assim se arvora quem quer [ser] diretor de um colégio, sem prévia declaração das obrigações a que se compromete, e sem risco portanto de lhe ser imposta pena alguma pela falta de cumprimento dos deveres. Óbvias são as perniciosas consequências deste estado de indiferença e abandono em matéria de tanta gravidade; querendo o governo providenciar quanto antes sobre tão importante objeto, nomeou uma comissão de pessoas reconhecidamente habilitadas e incumbiu de examinar com toda urgência o estado das escolas públicas, como dos colégios e escolas particulares existentes nesta Corte, verificando as matérias que nelas se ensinam, o sistema porque o fazem, livros de que se usam, a moralidade que se observa e todas as circunstâncias, que possam servir para esclarecer o governo. (ALMEIDA TORRES, 1845 *apud* MOACYR, 1936, p, 213).

De acordo com Primitivo Moacyr, no ano de 1846 a Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, composta por Francisco de Sales Torres Homem, Dias de Carvalho⁶² e Domingos José Gonçalves de Magalhães, teve “um ano de grande operosidade” (ALMEIDA TORRES, 1845 *apud* MOACYR, 1936, p, 213), conforme registrada na citação abaixo.

Neste ano a comissão pediu a atenção da Legislatura para três aspectos importantes do problema educacional: a) retomou a ideia de 1843, sobre as restrições ao direito de abrir aulas e dirigir estabelecimentos de instrução; b) decretou a organização e inspeção; c) cuidou dos estudos de humanidades. (ALMEIDA TORRES, 1845 *apud* MOACYR, 1936, p, 239).

⁶² “José Pedro Dias de Carvalho nasceu na cidade de Mariana, na Província de Minas Gerais a 16 de julho de 1805 e faleceu a 26 de julho de 1881. Era Conselheiro de Estado. Participou das seguintes legislaturas: 1834-1837 (posse a 3 de maio de 1834); 1838-1841 (posse a 5 de julho de 1838); 1845-1847; 1848-1848 (posse a 3 de maio de 1848); 1849-1852 (posse a 22 de abril de 1850); e 1853-1856 (posse a 14 de maio de 1855). Foi Presidente da Câmara dos Deputados de 4 de maio de 1847 a 3 de junho de 1848; foi, também, 1º Secretário de 2 de janeiro de 1845 a 4 de maio de 1847.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS).

Estivera, tal Comissão, empenhada em apresentar propostas que fizessem avançar a educação no Império. Dentre elas estavam a criação de um Liceu Nacional, pois, segundo Primitivo Moacyr, “pensava a Comissão que o Colégio Pedro II não era bastante para as necessidades de cultura da mocidade e pediu a criação de um Liceu Nacional.” (ALMEIDA TORRES, 1845 *apud* MOACYR, 1936, p, 242). O excerto abaixo, extraído da proposição da lei pela referida comissão, dá bem as características do tipo de estabelecimento escolar que se pretendia alcançar.

Será estabelecida na Capital do Império, com o título de Liceu Nacional, uma escola de externos destinada ao ensino das letras e dos elementos de ciência. O seu curso durará seis anos e compreenderá as seguintes matérias: as línguas latina, grega, francesa, inglesa e alemã, filosofia, história, retórica, matemáticas elementares, ciências físicas e naturais, astronomia física, geografia e desenho. Não excederá o número de professores e os objetos do ensino serão fixados e repartidos entre eles do seguinte modo: 1º - para latinidade haverá dois professores, e um só para cada uma das outras línguas; 2º - o professor de filosofia ensinará a psicologia, a lógica, a moral, a estética, o direito natural e a história comparada dos sistemas de filosofia; 3º - a cadeira de história compreenderá a história antiga e moderna, e com especialidade a história do Brasil e a filosofia da história; 4º - o professor de retórica, além dos preceitos gerais da eloquência, e dos diversos gêneros de composição, será incumbido da poética e eloquência portuguesa, e de apresentar o desenvolvimento histórico da literatura nacional comparada com a literatura estrangeira; 5º - serão reunidas em uma única cadeira as matemáticas elementares, a saber: aritmética completa, a álgebra até as equações do 2º grau inclusivamente, a geometria e a trigonometria retilínea; 6º - serão igualmente explicados por um professor os princípios de física, química, botânica, zoologia e mineralogia; 7º - o professor de astronomia ensinará também a geografia, com especialidade a geografia do Brasil; 8º - o professor de desenho ensinará unicamente essa matéria. (ALMEIDA TORRES, 1845 *apud* MOACYR, 1936, p, 242-243).

Os proponentes do referido projeto, membros da Comissão de Educação no Império na legislatura de 1846, adeptos do ecletismo, propuseram um projeto curricular próximo dos preceitos da filosofia de Cousin.

Ao longo do texto são traçadas diversas orientações sobre o funcionamento do referido Liceu Nacional, tais como seleção de professores, os proventos dos mesmos, as penalidades por faltas, a nomeação de diretor, as matrículas dos alunos e as exigências para matrículas, os regimes de aulas e provas, o corpo funcional, a biblioteca e o grau concedido por referido estabelecimento. A respeito dessa última orientação, destacamos a seguinte passagem do texto.

Os que tiverem obtido o diploma de bacharel pelo Liceu Nacional ficam isentos de passar por exame algum, quando tenham que entrar nas academias, ou escolas de instrução superior do Império, devendo ser admitido a matrícula das ditas academias ou escolas com a simples certidão de seu diploma. (ALMEIDA TORRES, 1845 *apud* MOACYR, 1936, p, 247).

Pelo que se percebe com a continuidade da leitura, há, por parte desses intelectuais que constituíam a comissão, um empenho em dar certa organicidade ao ensino secundário, pois, pela proposta apresentada, os liceus provinciais estariam, ou deveriam estar em sintonia com o Liceu Nacional.

As escolas de instrução secundária, que as Assembleias provinciais fundarem, se forem semelhantes e conformes em todas as suas partes ao plano de organização do Liceu Nacional poderão conferir o título de bacharel em letras aos seus discípulos os quais gozarão da mesma isenção estabelecida para o instituto oficial. (ALMEIDA TORRES, 1845 *apud* MOACYR, 1936, p, 247-248).

Ainda para atestar o empenho em dar organicidade ao ensino, a referida Comissão preceituou que

Três anos decorridos depois da promulgação desta lei, ninguém poderá matricular-se nas Escolas de medicina, Cursos jurídicos e Curso de engenharia da Academia militar, sem ser examinado nos seguintes estudos preparatórios: língua latina, francesa, inglesa, filosofia, história, retórica, aritmética, álgebra (até o binômio de Newton), geografia, astronomia física, e os primeiros elementos de ciências naturais. (ALMEIDA TORRES, 1845 *apud* MOACYR, 1936, p, 248).

A citada Comissão atuou também para que fosse criado um Conselho Geral de Instrução Pública, a quem competia a elaboração dos planos de reforma e melhoramentos da instrução pública, abrangendo fixação de métodos, regulamentos, doutrinas, programas e muito mais outras atribuições, conforme podemos ver na citação abaixo.

Fica criada na Repartição dos Negócios do Império, com o título de Conselho Geral de Instrução Pública, uma junta destinada a auxiliar o governo na organização, inspeção e direção da instrução pública em todo Império. Este constará de 20 membros e será composto: a) dos diretores da escola de medicina, do liceu nacional, d'academia de belas artes, do diretor do museu e do reitor do Colégio Pedro II; b) de dois professores de cada uma das cinco escolas acima mencionadas; c) de três cidadãos graduados em direito e que tiverem residência contínua na Capital; d) do oficial maior da Secretaria dos Negócios do Império. (ALMEIDA TORRES, 1845 *apud* MOACYR, 1936, p, 248).

Em 1847, Francisco Salles Torres Homem, em pronunciamento na Câmara dos Deputados, teceu duras críticas ao que se apresentava como educação na Capital da Corte e, por consequência, a crítica se estenderia também ao todo da educação no Império.

As referidas críticas centraram-se particularmente no modelo de escolas, na insuficiência de estabelecimentos para atender a uma demanda reprimida, nos mestres e na atividade dos mesmos e nos métodos de ensino. Tal pronunciamento foi proferido em defesa do projeto de reforma da instrução pública proposto pela Comissão de Instrução, conforme visto anteriormente.

O autor começa questionando a chamada liberdade de ensino. Concorda que a mesma não exclui o estabelecimento de certas restrições dado que ela é exercida “sobre o

assunto mais melindroso e importante, a que se modela o espírito e coração das novas gerações, a que decide de seus futuros destinos, aquela, conseqüentemente, onde o abuso traz consigo males mais duráveis e profundos...” (TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 250). Ao tempo em que tece esses argumentos, Torres Homem questiona do próprio Estado sua responsabilidade em relação à educação da mocidade.

Em frente destas fontes viciadas de instrução, quais são as escolas que o Estado tem instituído ou seja para obrigá-las a aperfeiçoarem-se pela concorrência, ou seja para oferecer à mocidade um ensino mais são e conveniente? O que primeiro tudo excita o reparo de quem examina esta matéria, o primeiro e grande defeito a assinalar é o número excessivamente diminuto das escolas primárias públicas, e que está muito longe de corresponder às necessidades da crescente população de nossa Capital. TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 251).

O autor embasa sua crítica ilustrando-a com uma estatística apontando uma disparidade crescente entre o número de alunos e as escolas aptas a atender a esse contingente.

Existem aqui fundadas pelo governo 25 escolas primárias, 17 para meninos e 8 para o sexo feminino. A população da Capital não pode ser computada em menos de 100 mil habitantes livres. Ora, segundo os dados de estatística geralmente admitidos, o número de meninos de um dia a 14 anos forma o terço da população total de qualquer país, e o número dos de 7 a 14 anos, período que principia e acaba a vida escolar constitui os $\frac{3}{4}$ deste $\frac{1}{3}$. Calculando sobre esta base temos que o número de meninos que na Capital se acham na idade de frequentar as escolas primárias, deve ser 14.286, desprezadas as frações. Mas as 25 escolas apenas contém 1.352 alunos e este é efetivamente o máximo que a insuficiência dos edifícios lhes permite conter. Restam 12.934 jovens, a quem o Estado não ministra meio algum de instrução. TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 250-251).

Ao que parece, o autor, buscando antepor a realidade aos discursos, mostrou que a propalada liberdade de ensino seria vazia se não fosse acompanhada das medidas necessárias e sanadoras dos problemas da educação, coisa que, segundo ele, estaria prescrito na Constituição, e somente sua efetivação mudaria o estado em que se encontrava a educação pública.

Pode-se, pois, dizer que a instrução primária pública não existe na primeira cidade do Império; e que a promessa da Constituição não foi ainda, nesta parte, realizada. Abrir escolas para mil meninos, quando 14 mil é o número dos que necessitam de instrução, equivale de certo da parte do governo a um abandono total do ensino primário. TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 251).

Pelo que o autor aponta, é possível até mesmo especular sobre o quadro da educação nacional a partir do que está se referindo à condição das escolas na Corte. Vejamos o que ele relata sobre os estabelecimentos de ensino.

Suponho ter mostrado o quanto é insuficiente o número de escolas públicas que existem. Mas serão, ao menos, bem organizadas e dirigidas? Elas não se apresentaram aos olhos da comissão nomeada pelo governo debaixo de um aspecto menos triste e lamentável que os estabelecimentos particulares. As casas que lhes servem de sede

não oferecem nenhuma das condições requeridas para semelhante fim; vimos em cada uma delas uma multidão de meninos amontoados, apenas podendo mover-se e respirar em salas estreitas, mal arejadas e inadequadas para o método de ensino que se adotou. Isto pelo que toca ao lado material da escola. (TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 252).

Em relação ao que o autor chamou de “face moral” da escola, representada pelos professores, foi relatado o seguinte.

A sua face moral é representada por um homem profundamente descontente da sua sorte, pungido pela necessidade, queixoso da desconsideração e descrédito em que é tida a sua nobre profissão, e explicando o mau estado do estabelecimento com a exiguidade do seu ordenado, que mal lhe chega para as primeiras precisões da existência. Esse homem é o mestre público que ensina por ensinar, mas sem fé, sem gosto, sem entusiasmo no cumprimento de um difícil dever. (TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 252).

Em trecho posterior, Torres Homem amplia o debate abordando uma modalidade de ensino intermediária ao que se propunha até então, defendendo uma espécie de ensino intermediário, próximo daquilo que chamaríamos de profissionalizante, conforme excerto abaixo. Isso demonstra o quanto estavam envolvidos os intelectuais ecléticos na defesa da educação, expressando uma visão diferenciada e ampla do fenômeno em questão e com base na qual poderíamos dizer que tiveram propriamente um propósito educacional.

A par da péssima organização da escola, do descoroçoamento do mestre e da funesta preferência do sistema de Lancaster, aparece o outro defeito do círculo nimamente estreito das matérias de que se compõe o estudo primário nesses estabelecimentos da Nação. Ler e escrever, as primeiras operações de aritmética, alguns rudimentos de gramática e de catecismo; eis aí tudo, para as classes inteiramente pobres, e que vivem do trabalho manual nas regiões inferiores da sociedade, talvez uma tão acanhada instrução possa em rigor bastar. Mas de certo não basta para aquelas outras classes que medeiam entre as operárias e as científicas, classes importantíssimas, em que reside toda a força da comunidade, em que se encontra o negociante, o fabricante, o lavrador, o artista e o empregado público. Entre a instrução elementar e os cursos de humanidade, que abrem as portas das Academias, não existem aqui instituições intermediárias de ensino onde essas classes possam colher o benefício de uma instrução mais extensa e variada do que a que convém ao simples obreiro. Para elas estão hoje fundadas em quase todas as nações civilizadas, escolas de um 2º grau, imitadas do Burgerschlen da Alemanha, e, onde, além das matérias de nossas escolas atuais, ensina-se a geometria com suas aplicações usuais, a agrimensura com especialidade, princípios gerais de física e de história natural, geografia e noções de esfera, história nacional, desenho linear e canto. (TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 252-253).

Lembremos aqui que nosso investigado, o poeta Juvenal Galeno, quando deputado provincial no Ceará, na legislatura de final da década de 50 e início da década de 60 do século XIX, apresentou projeto de lei criando uma escola rural de agricultura. Na seção apropriada detalharemos esse dado histórico, mas no momento, acreditamos ser possível pensar numa aproximação em termos de influências.

Ressaltemos também que Torres Homem, utilizou dados de história da educação comparada em seu pronunciamento, método aliás, caro ao Espiritualismo Eclético de Victor Cousin, dado que este também foi historiador da educação, sendo talvez pioneiro no estudo da educação de diversos países da Europa, colhendo material para definir diretrizes para a educação francesa.

Os ecléticos brasileiros fizeram a defesa da educação como ponto referencial do projeto de pátria tendo as obras de Victor Cousin como referência. No já exaustivamente citado pronunciamento de Torres Homem, encontramos diversas vezes citações diretas da obra do referido filósofo francês no âmbito da história da educação. Em tempo apropriado apresentaremos também um relatório da instrução do padre Tomás Pompeu, de 1849, em que este utilizou exaustivamente as obras educacionais de Cousin para justificar reformas do sistema de ensino no âmbito da província cearense. Da mesma forma, como veremos à frente, Pompeu teceu a defesa de uma educação diferenciada para a mocidade. Novamente vislumbramos uma aproximação de ideias e métodos que, certamente, não é mera coincidência.

Por ora, retornaremos ao pronunciamento de Torres Homem, apontando elementos utilizados pelo autor justificando a educação como ponto central no projeto educacional romântico.

A partir desse ponto, o referido autor trata especificamente das questões da educação secundária. E é o que nos interessa aqui, pois a referida seção precisa perseguir esse caminho dos debates e efetivação do ensino secundário até chegar ao Liceu do Ceará, reconhecendo-o parte do sistema de educação que expressou um ensino humanista sob a influência do Espiritualismo Eclético, formando gerações de jovens que atuariam na sociedade tendo esses preceitos como norte. Dentre esses jovens lembremos que estava Juvenal Galeno.

Pelo que pertence a instrução secundária, ela existe ainda até hoje literalmente no mesmo estado em que a deixou o regime colonial. Um quarto de século tem decorrido depois de nossa emancipação política, por incúria e indiferença nada mais tem se feito a este respeito do que conservar a obra mesquinha de um governo, que aliás devia ser interessado em nossa ignorância pelo duplo motivo de ser governo absoluto, o governo metropolitano. Neste longo período tudo tem sido mudado e reformado no edifício político; grande número de instituições novas imitadas foram repentinamente importadas para o seio de nossa sociedade; mas aquelas a cujo cargo tem o Estado a direção da causa pública pouco inquietaram-se de fazer o que, primeiro que tudo convinha ser feito, isto é, firmar e preparar o terreno sobre que se edificava pela regeneração intelectual e moral da massa da Nação. TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 253-254).

No trecho seguinte, ao tecer a crítica sobre o ensino secundário e o sistema escolar no Império, o autor mostrou as razões dos percalços da referida modalidade de ensino, exaltando diretamente algumas teses do ecletismo.

Assim, também, a dúvida, a confusão das noções do bem e do mal, a falta de crença em todo e qualquer princípio, o enfraquecimento da autoridade, das soluções antigas dadas pela moral e o cristianismo, às questões que interessam diretamente o destino do homem e da sociedade, tem sido os escolhos contra os que naufragam todas estas instituições, que nos prometiam os mais belos resultados, e que efetivamente os puseram nos países, donde as transplantamos. (TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 254).

Abaixo, o autor do pronunciamento emite juízo de valor como corolário dos dados que apresentou, ressaltando a estagnação nos métodos de ensino e no material didático utilizado nas escolas secundárias da Corte. Relembramos que o quadro pode ser significativo também para a compreensão do estado da educação pelo Império.

Faz vergonha descrever a instrução secundária na Corte, nas poucas escolas que aí existem fundadas pelo Estado. Depois de tantas e tão grandes revoluções na filosofia moderna, ela é ainda ensinada em compêndio de Genuense por ordem do governo. Melhor fora nada ensinar-se absolutamente deste ramo, talvez o mais importante dos conhecimentos humanos. O latim e a retórica são superficialmente aprendidos por simples extratos, e em compêndios brevíssimos, o que é o mesmo que o abandono dos estudos clássicos que entretanto o devem ser fortes e profundos, porque são a alma e a base de toda a verdadeira educação literária. (TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 254).

O autor encerra o citado parágrafo acima afirmando que “é sobretudo da instrução secundária que depende a influência direta e decisiva sobre o destino da civilização e estabilidade das instituições”. (TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 255). Torres Homem reforça, portanto, a tese de um propósito educacional romântico pautado pelo Espiritualismo Eclético, cujo foco principal residia na instrução, notadamente no nível secundário.

Segundo ainda o referido autor:

As forças organizadas e tradicionais, pelas quais a sociedade subsistiu até este dia, estão pela maior parte destruídas. Há necessidade de procurar-se no ensino público, nas novas direções que só ele é capaz de imprimir no espírito da mocidade, nossas principais condições de liberdade regular, de ordem interior e de poder. Uma longa experiência nos tem sobejamente mostrado o quanto é difícil dar às leis, à ordem pública e a todos os interesses sociais uma base sólida, quando não se fundam na educação e nas luzes do povo, isto é, na única fonte de sociabilidade e moralidade entre os homens. (TORRES HOMEM *apud* MOACYR, 1936, p. 255).

Em 1850, segundo Moacyr, o ministro Visconde de Monte Alegre também reforçava o debate, apontando caminhos para um plano de unidade da educação no Império.

Diz o ministro que subsistem ainda todos os males apontados nos anteriores relatórios. Este mal subsistirá enquanto não for como convém, cortado pela raiz. Consiste este mal na falta de unidade de pensamento bem compreendido e que tenha em todas as capacidades do magistério um desenvolvimento conveniente. O meio de removê-lo é pois organizar um plano de instrução, subordinando-o por toda a parte a uma só e mesma inspeção que figurando com a fonte ou origem daquele pensamento possa velar no seu cabal desenvolvimento; e cortar-lhe os vícios apenas se manifestem. Não é somente nas grandes escolas, nos liceus, nos colégios que se deve manter aquela unidade de vistas na direção, na disciplina, no método de ensino, e na variedade dos objetos que ele compreende; ela se deve estender a todas as espécies de que se compõe à instrução pública e deve portanto abranger a instrução primária, sistematizando neste gênero de ensino, de maneira que se lhe possa reconhecer um só centro de movimento e fiscalização que leve por assim dizer a vida aos espalhados membros desse grande corpo, e lhes transmita o pensamento e o método. Deste modo os mestres não serão mais, como até aqui, existências desligadas e incoerentes mas sim unidas e subordinadas, cujo tipo se verá estampado nos caracteres do seu centro de vida e de ação. (MOACYR, 1936, p. 217-218).

As medidas certamente estavam para além das questões administrativas. Ressalta Primitivo Moacyr que o ministro Visconde de Monte Alegre⁶³, em texto de 1850, defendeu explicitamente certo norte teórico para a educação.

Falo-vos da fundação de uma Universidade, composta dos estabelecimentos científicos já existentes e de alguns outros que convém anexar-lhe; e enquanto isso não se fizer, da criação de uma comissão permanente ou de um conselho diretor de instrução composto de pessoas ilustres, a quem se entregue a realização destas ideias... Só desta forma se tornará ela uma instituição verdadeiramente nacional, e será o que deve ser, útil e proveitosa, sábia e filosófica como exigem as luzes do século em que vivemos, e o grande futuro do nosso país. Se vós (Assembleia Geral) dignardes de autorizar o governo para criar essa comissão ou conselho e marcar-lhes as atribuições desde já vos afianço que ele se esmerará para que possa corresponder dignamente à vossa confiança; de outra sorte continuará em pura perda uma grande parte da enorme soma que com este objeto se despende, e o que mais é, a mocidade não será como convém instruída. Como complemento da medida indicada, que reputo capital, relevareis que insista também na conveniência de ser autorizado o governo a enviar para a Europa uma pessoa em quem concorram habilitações, a fim de estudar ali os diversos sistemas de instrução, e de confeccionar uma vasta notícia que será de grande auxílio para o acerto de reforma projetada. (MONTE ALEGRE, 1850; *apud*, MOACYR, 1936, p. 218).

O debate acerca da educação mobilizou setores da intelectualidade e da política no sentido de criarem-se as condições de seu desenvolvimento. Assim, segundo Peres (2005, p. 10), “as primeiras medidas de organização administrativa da instrução pública e o início de um processo de uniformização do ensino vieram com as reformas realizadas pelo Ministro Couto Ferraz⁶⁴, a partir de 1854”.

⁶³ O Visconde de Monte Alegre foi José da Costa Carvalho. Nascido em Salvador em 7 de fevereiro de 1796 e falecido em São Paulo aos 18 de setembro de 1860. Político e magistrado brasileiro que compôs a Regência Trina permanente. De 1849 a 1852 ocupou o posto de primeiro-ministro do Império do Brasil.

⁶⁴ Pedro do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro. Nasceu no Rio de Janeiro aos 7 de maio de 1818 e faleceu nesta mesma cidade aos 12 de agosto de 1886. Foi advogado e político brasileiro. Foi deputado geral, presidente da província do Rio de Janeiro, conselheiro de Estado e senador do Império brasileiro (1867-1886).

Em 1854-1855, foi realizada a Reforma Couto Ferraz, que instituiu medidas para o curso superior e para o ensino primário e secundário no município da Corte. O ensino secundário e a sua nova estrutura no Colégio Pedro II, foram divididos em dois cursos distintos: os de “primeira classe”, com duração de quatro anos, e os de “segunda classe”, com duração de três anos. E para os estudantes que não desejavam prosseguir com o bacharelado era emitido um certificado que lhes possibilitava ingressar nos cursos profissionalizantes criados pela reforma Couto Ferraz. (HAIDDAR, 1972 *apud* CRUZ, 2006, p. 83).⁶⁵

Certamente referida reforma de 1854 foi a síntese desse amplo debate desde a segunda metade da década de 1840, conforme pontuamos acima. Acreditamos que intelectuais ligados ao Espiritualismo Eclético, por razões já apontadas em parágrafos mais acima, dominaram tal debate e exerceram influências nos encaminhamentos e posteriores reformas do ensino no Império. Talvez à História da Educação brasileira caiba ainda esclarecer o desenrolar desses fatos e o alcance dessas influências.

Um *Relatório da Instrução Pública*, na Província, elaborado pelo padre Tomás Pompeu de Sousa Brasil⁶⁶, em 1849, ao qual já mencionamos anteriormente, publicado nas páginas *d’O Cearense*⁶⁷, aporta elementos probatórios daquilo que já defendemos e acabamos de mencionar em parágrafos acima.

A partir daqui detalharemos alguns aspectos do referido relatório no sentido de ilustrar aquilo que estamos apontando como tendência no meio intelectual brasileiro, do momento em questão, no que se refere à educação no Império.

Foi o responsável pela reforma da educação no Império, em 1854, que promoveu a metodização e a oficialização do ensino primário e do ensino secundário.

⁶⁵ Ver Cruz, André Silvério da. O pensamento filosófico e o ensino de filosofia na escola secundária brasileira: uma interpretação dos programas de ensino do Colégio Pedro II. Orientador: Humberto Aparecido de Oliveira Guido. Dissertação – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <<http://penelope.dr.ufu.br/handle/123456789/992>> Acesso em 02 de abril de 2016.

⁶⁶ Tomas Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), nascido em Santa Quitéria, foi sacerdote, jornalista, professor, político e intelectual ligado ao Espiritualismo Eclético. A esse respeito consultar dissertação de mestrado de Manoel Fernandes de Sousa Neto, *Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil* Universidade de São Paulo, 1997. Foi fundador e primeiro diretor do Liceu do Ceará, onde lecionou Geografia e História. De sua autoria constam obras como: Elementos de Geografia (1851); Regulamento Geral das Escolas Primárias da Província do Ceará (1856); Estatística da População da província do Ceará (1856); A Conservação das Matas e Arboricultura como meios de melhorar o clima da Província do Ceará (1859); Compêndio Elementar de Geografia (1859); Dicionário Tipográfico e Estatístico da Província do Ceará (1861); Clima e Secas do Ceará (1877); Sistema ou Configuração Orográfica do Ceará (1877). (BRASIL, 2006).

⁶⁷ Cf.: O Cearense, nº 226 de 15 de março, p.2; nº 228, de 26 de março, p. 4; nº229, de 2 de abril, p. 4; nº 232, de 12 de abril, p. 4; nº 233, de 21 de abril, p. 4; nº 236, de 3 de maio, p. 3; nº 237, de 7 de maio, p. 2; nº 238, de 10 de maio, p. 2 e nº 239, de 17 de maio p. 3-4, ambos de 1849. Tais documentos estão disponíveis em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 18 de setembro de 2015.

Na citação a seguir, o referido relator, à página 4 do número 229 d'*O Cearense*, além de apresentar um relatório nos moldes daquele da Comissão da Instrução no Império, por nós detalhado mais acima, indica que embasará suas ideias de acordo com pessoas ilustradas da nação: “Passo a repetir as considerações, que tenho feito em meus anteriores relatórios, e nas quaes insisto com tanta maior convicção, quanto vou nesta parte de acordo com pessoas de reconhecida ilustração de nosso país.” (TOMAS POMPEU, 1849, p. 4). Certamente essas pessoas às quais se refere Pompeu seriam os intelectuais ecléticos que estavam à frente dos debates e propondo reformas na educação nacional. Muitos pontos do Relatório de Tomás Pompeu até denunciam certo “*plágio*” do Relatório da Comissão da Instrução do Império, bem como do pronunciamento de defesa do referido relatório feito por Torres Homem, utilizando-se, inclusive, das mesmas citações de Cousin sobre a história da educação europeia.

Em um dos trechos do referido relatório intitulado *Observações sobre o ensino secundário do Lyceo*, o autor, a exemplo do relatório da Comissão de Instrução do Império e da defesa do mesmo no pronunciamento de Torres Homem, defendeu também uma educação diferenciada “que atenda a necessidade de nosso país”.

A nossa educação secundária modelada pelos lyceos d'outras províncias, e collegios dos cursos jurídicos parece so ter em vista preparar essa mocidade para esses cursos, e dar-lhe uma educação clássica, e theorica no que certamente não atende à necessidade de nosso país. Ella devia compreender parte dos conhecimentos científicos que tem mais relação com as artes e indústrias, e que tendem a formar homens úteis, e d'alguns exclarimentos para a vida pratica, e produtora, ficando ao gênio, e ao talento especial o dedicar-se à instrucção literária, e superior. (TOMAS POMPEU, 1849, p. 4).

Mais à frente justifica, com dados históricos, certamente colhidos na obra de Cousin, a crítica feita ao sistema secundário de ensino do Império.

Nos países cultos, como é sabido, applica-se cada jovem a aqueles conhecimentos, que tem de empregarem sua projectada vida futura. Entre nós porém, depois de um conhecimento imperfeito de instrucção primaria passão para Latim, Lógica, Rhetorica &, seja qual for a profissão a que se vão dedicar; e entrados depois no mundo, applicados ao commercio, agricultura, e artes, nenhum usopodem fazer desses conhecimentos, e são forçados a esquecer princípios, que não sendo outra cousa mais do que preparatórios para sciencias superiores, não tem applicação nenhuma na vida activa, e laboriosa, a que se vão entregar, e perdem assim seo tempo, e fortuna. (TOMAS POMPEU, 1849, p. 4).

Em outro trecho, padre Tomas Pompeu torna a defesa mais explícita, recomendando mudanças no plano da educação.

[...] Julgo pois conveniente, que se altere nosso plano de educação secundário no sentido de dar alguma tendência a nossa mocidade para a indústria, e trabalho, dando-lhe alguns conhecimentos das sciencias naturaes, principalmente da Physica, e

Mechanica, tão necessários para o conhecimento da propriedade do corpos, ação dos agentes naturaes, e suas diversas combinações e aplicações nos processos da indústria e desenvolvimento do trabalho. É notável, que em um país, onde a agricultura e a criação de gados formão os dois ramos principaes de sua indústria e riqueza não hajão meios de auxiliar os recursos naturaes, ou de evitar os males, que paralisão essas industrias, meios que podião encontrar-se no conhecimento de sciencias proporcionadas. (TOMAS POMPEU, 1849, p. 4).

O Relatório de Tomas Pompeu vem fundamentado nas ideias de Victor Cousin, trazendo diversas citações diretas da obra de referido filósofo francês. No recorte abaixo o autor expõe claramente a defesa de uma educação eclética.

Cada povo deve aprender principalmente aquilo de que mais precisa para aumentar os commodos da vida. Julgo por tanto, que o nosso Lyceo prestaria mais utilidade pública, si se adicionasse um ensino religioso amplo, exclusivamente catholico, que acompanhasse os mancebos desde sua entrada até sahída do Lyceo, que os penetra de um respeito exclarecido e duradouro para com os grandes monumentos do christianismo, para com as grandes verdades q'trouxe ao mundo e pela sublime moral do Evangelho, como aconselha Mr. Cousin, o ensino de algumas artes liberais como o desenho e música, tão necessárias para a educação esthética do homem, assim como os princípios de algumas sciencias naturaes como Physica, Mechanica, Botanica e Agricultura, e ao ensino de Geometria se acrescentasse o d'Agrimensura, tão preciso para medição das terras, podendo tornar-se de todos esses estudos um, ou mais cursos regulares. (TOMAS POMPEU, 1849, p. 4).

Aqui novamente avivaremos a memória daquela proposta de Juvenal Galeno, enquanto deputado provincial na legislatura de 1859, a respeito de projeto de criação de uma escola rural de agricultura.⁶⁸ Isso não estaria próximo da proposta diferenciada na oferta de ensino secundário de acordo com as aptidões dos indivíduos, daquilo que o próprio Tomas Pompeu denominou de “educação modelada.”?

Em documento que acreditamos ainda inédito para a biografia de Juvenal Galeno, uma publicação oficial do Governo da província em edição 01832 do *Pedro II*, de 17 de agosto de 1858, referente ao expediente de 1º de agosto do mesmo ano, encontramos a “relação dos inspectores da instrucção primaria nomeados sobre proposta do diretor respectivo por portaria de 20 de julho último”, onde consta o nome de Juvenal Galeno da Costa e Silva, nomeado para a Pacatuba.⁶⁹ Revela ou não, tal documento, certo empenho de Juvenal Galeno com as questões

⁶⁸ Os detalhes sobre o projeto de criação de uma *fazenda normal de agricultura*, apresentado por Juvenal Galeno, então deputado provincial na legislatura de 1859-1860, foram apresentados por ele mesmo, em pronunciamento de defesa feito na casa legislativa da província cearense em sessão de 5 de setembro do ano de 1859. O jornal *Pedro II*, de Fortaleza, publicou tal pronunciamento nos números 1961 (p. 2-3) e 1962 (p. 2-3), de 29 de outubro de 1859 e de 2 de novembro de 1859, respectivamente. Cf.: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&PagFis=3803&Pesq=juvenal%20galeno>>

⁶⁹ A descoberta desse documento contradiz a informação contida na *Cronologia Comentada* de Juvenal Galeno sobre sua nomeação para o cargo de inspetor da instrução na Província. Sua nomeação não foi para Fortaleza e sim para Pacatuba. Em relação à data, na *Cronologia* consta 1865 como data de nomeação enquanto o documento referido aponta o ano de 1858.

da educação? A busca por desempenhar tal tarefa aproxima ou não Juvenal Galeno de um propósito educacional perseguido da mesma forma por outros intelectuais ecléticos do Império?

Em versos no poema *As Formas de Governo*, publicado no livro *Lendas e Canções Populares*, que reuniu poesias do período de 1859 a 1865, é o próprio Galeno quem responde.

Logo após a independência/ De minha pátria nação/ Sobre as formas de governo/
Versou forte discussão/ Um queria monarquia/ Sujeita à Constituição/ Outro, um rei
absoluto/ e outro mais resoluto/ Pedia a – federação!/ Então, então/ Não podia eu como
agora,/ Dizer minha opinião!
Palavra puxa palavra.../ Té que se escuta o canhão;/ As balas voam ferinas.../ De
mortos cobre-se o chão!/ Quando o brado da vitória/ Solta uma forte facção.../ E
gemidos consternados/ A prole dos fuzilados/ Aos olhos da multidão! [...]
Como infante, a minha pátria/ Não sabia o que escolher;/ Era novel, só por isso/
Ninguém deverá morrer;/ Pois é próprio das crianças/ O querer e não querer;/ Hoje,
não – mestra exp’erência/ Nos mostra a conveniência/ Do que devemos fazer!
[...]
Assim pois com toda calma/ Após muito meditar/ Vejamos qual dos governos/ É o
mais fácil de aturar:/ A república?...Excelente!/ Só ela vem-nos salvar!/ Mas, se o
chefe, ou presidente,/ Como o Lopes é ingente/ No despotismo sem par?... Então,
então/ Já não sou republicano.../ Já mudei de opinião!
O governo absoluto/ O rei não sendo cruel/ Sendo das letras esteio/ Do povo amigo
fiel.../ Este sim... É excelente! / Mas, se como a cascavel/ Mau se torna e desumano.../
E também fero tirano/ Ódio todo... e todo fel?
Então, então/ Eu não quero tal governo/ Já mudei de opinião!
Monarquia, qual nós temos/ Com boa legislação.../ Isto sim, é excelente!/ Mas se reina
a corrupção?/ Se os nossos representantes/ Se vendem como em leilão?/ Se as nossas
leis não vigoram,/ Se a morte todos deploram/ De nossa Constituição?...
Então, então/ Eu não quero tal governo/ Já mudei de opinião!
Nenhum governo me serve/ Tenha o nome que tiver,/ Se entre o povo, com desvelo,
Educação não houver;/ Se imperar o patronato,/ Se a corrupção se exercer,/ Se não
houver liberdade,/ E também moralidade/ Nas figuras do poder!
(JUVENAL GALENO, 2010, p. 254).

No final do poema referido acima, Juvenal Galeno utilizou a seguinte frase como desfecho: “Eu quisera ler nos fatos a nossa Constituição.” (JUVENAL GALENO, 2010, p. 254). Em outro poema intitulado *A Instrução*, publicado no mesmo livro referido acima, há uma epígrafe transcrita de artigo da Constituição do Império: “*A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos*”. (JUVENAL GALENO, 2010, p. 95). Ao longo de todo esse poema Juvenal Galeno faz a defesa da educação intercalada sempre com versos que servem de refrão, no sentido de exortar os dirigentes da sociedade a acreditar na causa que está defendendo.

Além dos males que padece o corpo,/ Medonha fome, o desarrimo, as dores,/ Mortais
angústias que o cidadão deplora,/ Sem da justiça, sem da lei favores,/ Do povo o
espírito ignorante perde-se/ Em noite umbrosa, oh, do poder senhores!
Dai ao povo, dai aos pobres/ Embora parca instrução;/ Não lhes negueis d’alma o
gozo,/ Não lhes negueis d’alma o pão; Real se torne a promessa/ De nossa
Constituição!
Nem ler ao menos do Evangelho as letras/ Doutrinas santas que a virtude geram,/ O
povo sabe! Nem sequer os pobres/ O nome leem que à lustração tiveram! Assim nas
trevas – que destino ingrato!/ Sombrios vícios na multidão imperam!
Dai ao povo, dai aos pobres/ Embora parca instrução ... [...]

Ai, pode o cego, encanecido e débil,/ Andar seguro? – Miseranda sorte!/ Ai, pode o barco no alto mar, sem leme,/ Fugir às fúrias da procela forte?/ Assim o povo, como o cego e o barco,/ Seus dias passa sem fanal, sem norte!
 Dai ao povo, dai aos pobres/ Embora parca instrução ... [...]
 Oh, e entretanto das virtudes as provas/ Pedis aos néscios – desprezados entes?!/ Das artes frutos, a moral nos usos,/ Afeto à Pátria – de quem são serventes?/ Horror aos crimes, e a protervos vícios,/ E ideias puras, corações de crentes?!
 Dai ao povo, dai aos pobres/ Embora parca instrução ... [...]
 Vede-os nas urnas – eleger não sabem.../ Reina a cabala – escravidão cruenta!/ Vede-os nos lares... a criancinha cresce/ Sem luz... do vício muita vez se alenta!/ Vede-os nos campos à rotina presos,/ Na sua indústria que jamais aumenta!
 Dai ao povo, dai aos pobres/ Embora parca instrução ... [...]
 Doai primeiro educação ao povo,/ Se bom, se nobre o desejais agora;/ Pois que seria da loucura um parto/ Pedir sorrisos a quem dorido chora;/ Pedir riquezas ao terreno inculto;/ Pra o morto corpo suplicar melhora!
 Dai ao povo, dai aos pobres/ Embora parca instrução ... [...]
 Sem luz o povo, ao despotismo acerbo/ Curva-se dócil? Receais que um dia,/ Ilustre, quebre da cadeira os elos/ Que o arbítrio carque que a gemer sofria? Tremei, tiranos! A ignorância é fera... Mata... arruína... impetuosa, ímpia!
 Dai ao povo, dai aos pobres/ Embora parca instrução ... [...]
 Oh, sim, se acordam as ignaras hostes,/ Quantos horrores! Qual furacão fremente/ Passam levando a toda parte a morte,/ Calcando tronos... com furor ingente!/ Tremei, tiranos... a ignorância é fera.../ Dai luz ao povo se o quereis clemente.
 Dai ao povo, dai aos pobres/ Embora parca instrução;/ Não lhes negueis d'alma o gozo,/ Não lhes negueis d'alma o pão; Real se torne a promessa/ De nossa Constituição! (JUVENAL GALENO, 2010, p. 95-98).

Em um extrato do jornal *A Constituição* de 17 de junho de 1865, que transcreveremos abaixo, consta que Juvenal Galeno, neste referido ano, ainda exercia o cargo de inspetor literário em Pacatuba.

Agora mesmo acabamos de saber que a passagem de S. Exc. (Bispo D. Luis Antônio) pela povoação da Pacatuba foi grandemente edificante. S. Exc. pregou ali nas manhãs de 13 e 14 do corrente; nas tardes daqueles mesmos dias pregou o Revd. Bravesa, havendo sempre grande concurrencia de fieis, de entre os quaes crescido foi o número de concorrentes aos confissionarios naqueles dois dias.
 O que porém alli houve de mais animador para a nossa religião foi a comunhão solemne dos alumnos e das alumnas de primeiras letras, que pela primeira vez receberam este sacramento, sendo S. Exc. que pessoalmente o administrou, depois de uma tocante exortação aos tenros noviços, que o prelado com summa afabilidade inicia no gosto das graças do chistianismo.
 Informam-nos que o Sr. Norberto Elias Peixoto, professor primário e a Sr^a. D. Maria Fidelina, professora do sexo feminino daquela povoação, bem como o Senhor Juvenal Galeno inspetor litterario da comarca são dignos de toda a alegria, pelo muito que contribuíram para que a devoção e solenidade daquele acto religioso se tornasse magistoso e imponente. (A CONSTITUIÇÃO; 1865).

Temos então um Juvenal Galeno advogando a favor da educação. Ao tempo em que, atuando no campo formal da mesma, procurou, através de suas canções, poesias e prosas, infundir um discurso da necessidade social da educação. Acreditamos que a forma como difundiu seu ideal eclético tenha sido através de suas canções populares. Mas suas canções não tiveram somente esse papel de panfletagem da causa educacional. Talvez tivessem também o intuito de servir como recurso pedagógico às aulas de primeiras letras. Exemplo explicito disso

poderia se a publicação de *Canções da Escola*, adotado como obra oficial da instrução na província cearense.

Em um recorte mais acima do relatório de Thomas Pompeu, a citação faz referência a educação estética de acordo com a recomendação na obra educacional de Victor Cousin. Muito provavelmente este preceito romântico estaria na obra de Cousin por influência do pensamento de Schiller (1759-1805)⁷⁰, a partir de suas *Cartas sobre a educação estética da humanidade*, de 1795, mas também por influência de Royer-Collard, o mestre de Cousin, para quem, conforme o próprio Thomas Pompeu escreveu em seu citado relatório, “a música é necessária para formar o coração do homem”.

O referido recorte também fala de educação moral. Com isso, constataremos que a inspiração das canções de Galeno, rica em preceitos estéticos e morais, estava pautada por esses mesmos preceitos a partir do Espiritualismo Eclético. Além das *Canções Populares* que procuraram imprimir uma moralidade educativa, Juvenal Galeno escreveu também o *Canções da Escola*, de cunho pedagógico, em 1871, que foi adotado pelo Conselho da Instrução da província para ser usado nas aulas das escolas de primeiras letras.

Já salientamos a possibilidade de proximidades e influências da proposta eclética dos intelectuais da Comissão de Instrução do Império de 1846 sobre outros intelectuais nas mais diversas províncias. Lembremos que Thomas Pompeu foi intelectual ligado ao Espiritualismo Eclético⁷¹. Não por coincidência, foi lente e diretor do Liceu do Ceará e, por consequência deste último cargo, diretor da instrução pública. Foi professor de Juvenal Galeno e, ao que parece, amigo próximo do mesmo.

Juvenal Galeno iniciou seus estudos de humanidades no liceu cearense nos idos de 1851, e, portanto, estava inserido nesse mesmo contexto de ideias e discussões que suscitaram reformas do ensino no Império. Tais ideias, provavelmente, alimentaram-lhe o espírito e certamente acompanharam-no por longo tempo.

⁷⁰ Segundo Cambi (op. cit., p. 21), “nas suas Cartas sobre a educação estética da humanidade, apresentadas como pesquisas “sobre o belo e sobre a arte”, desenvolve um ideal de formação (*Bildung*) que, kantianamente, conjuga mobilidade moral e ‘felicidade’. Opondo-se frontalmente ao “grande ídolo da época” (o útil”) e tendendo a conjugar reflexão antropológico-estética e política (“para resolver na prática o problema político é necessário tomar a via do estético, porque só se chega à liberdade através da beleza”), Schiller propõe-se afirmar um ideal de homem que traga de volta à vida a harmonia interior do homem grego, visto como *maximum* da “humanidade”. A característica fundamental deste homem novo é a harmonia que reina nele entre sensibilidade e razão e a multilateralidade do “exercício das faculdades” que deve ser-lhe própria. O instrumento adequado para formar esse novo tipo de homem é a “educação do sentimento”.

⁷¹ A esse respeito consultar dissertação de mestrado de Sousa Neto, Manoel Fernandes de. **Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Universidade de São Paulo, 1997. Também, do mesmo autor, o artigo intitulado **O Compêndio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil**, disponível em: <<https://terrabrasilis.revues.org/283>>.

Encontramos na obra de referido poeta algumas referências que o ligam ao Espiritualismo Eclético. Poderemos citar como primeiro caso o texto *O Poeta d'água-Doce*, que acreditamos ser autobiográfico. Sendo assim, pode-se ter um indício de que a ligação de Juvenal Galeno com referida corrente filosófica já se dera durante seus estudos de humanidades no Liceu do Ceará. No texto, utilizando-se do pseudônimo de Edmundo Ramires, ele mesmo expressou que:

Passando ao estudo das humanidades, isto é, da infância à adolescência, o jovem Ramires tomou ares de poeta, e declarou-se em perene inspiração. Leu, releu e decorou a versalhada que pôde encontrar, e com os alforjes cheios d'illustração trepou-se no Pégaso e galopou o Parnaso.
[...].
A princípio o poeta d'água-doce pertencia à escola antiga: - fazia madrigais, sonetos e odes de todos os padrões, pondo em movimento contínuo os deuses do Olimpo.
[...].
O jovem bardo, então, estudava cuidadosamente a mitologia, e aquelas frases mais usadas por seus velhos colegas; depois agarrava o *plectro*, tangia a *ebúrnea lira*, ou tomava a sempre afinada *cítara*, e cantava os *netúneos mares*, os *mavórcios* feitos, as lindas *Nereidas* e seu pai *Nereu*, os áureos campos de *Ceres*...
[...].
Assim tudo o mais, entre os mitológicos vates.
Felizmente Edmundo apareceu nos tempos da poesia romântica e filosófica. (GALENO, 2010, p. 205-206).

Num segundo caso, o poema satírico *Os Novos Sábios*, de 1891, expressa a mesma orientação da obra de Gonçalves de Magalhães intitulada *Comentários e Pensamentos*, de 1880, em que o autor tece uma crítica explícita à tendência materialista que vinha se constituindo a partir do Positivismo e do Evolucionismo darwinista no meio intelectual brasileiro. Sendo assim, há uma evidência da ligação de Juvenal Galeno com o Espiritualismo Eclético para além das lições do Liceu.

Em uma de suas teses, Gonçalves de Magalhães defendera que “a fé, que moraliza e edifica, é preferível à presunção da sciencia, que destroi e corrompe.” (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1880, p. 167). Criticando os “sábios”, Gonçalves de Magalhães formulou o seguinte pensamento:

Desculpa-se o sábio que no estudo dos fenômenos physicos procura as condições naturaes da sua existência, prescindindo da idea do Ser criador e ordenador do universo; mas fora desse estudo, no domínio das sciencias Moraes e philosophicas, a exclusão, dessa idea é um capricho insensato, e a sua negação um crime contra a ordem moral e social. (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1880, p.162).

Vejamos como a canção satírica de Juvenal Galeno expressou a mesma ideia e sentimento em relação à referida guinada materialista.

Ei-los, na rua resplendentes,/ Os sábios desta cidade,/ Alguns ainda recentes.../ Nos olhos a piedade,/ Nos risos a compaixão,/ Ouvindo dizer o ovo/ Qu'existia Deus, houve Adão,/ Que das Santas Escrituras/ É mãe a revelação! - / Do vulgo tamanha inófia/ Faz decerto compaixão! - / Pois os sábios da cidade/ Estudaram tanto... até/ Que d'um lapo deram cabo/ Da pobre velhinha Fé!...

Prova o Neves plenamente/ Que não há um Deus potente,/ Que Deus não é... o que é;/ Que Céu não há, nem Inferno,/ Nem alma, nem purgatório.../ Que é tudo invento irrisório!/ Jesus – um mito ilusório,/ Assim como o Padre Eterno!

O Silva não chega a tanto!/ Mas diz que não há razão/ Nem para dizer que sim./ Nem para dizer que não!/ Que talvez exista Deus.../ Que talvez Deus não exista;/ Que uma alma nunca foi vista.../ Pode ser que a tenha ou não!/ E que é um... positivista./ Não tem, pois, religião:/ Esp'rito forte que ri-se/ De mim, que vou ao sermão.../ D'antigas crenças e usos,/ Que chama superstição!

O Costa acrescenta um pouco... / Afirma, coçando o caco/ Que o homem não é senão/ Nova edição do macaco! / Do bicho – continuação - / Ou da raposa, ou do cão! / Que morrendo vira estrume./ Que produz muito legume./ Batata, milho, algodão... / Que nesta vida tem pulgas,/ E n'outra nos dá feijão! /

E mais cousas luminosas.../ Tantas... dizem no falar.../ Que livros escreveria/ Quem as fosse copiar:/ Mas, são cousas que arrebatam! / Pois Deus depressinha matam, / Sem que Ele possa gritar! E os santos? Nem mais falemos!/ Acabaram 'té os demos.../ Alma, Céu, Inferno, altar!

- Ó, talentos sublimados! / Abortos de inteligência! / Ó, crânios iluminados / Pelo sol da sapiência! / D'um verme parvo e rasteiro / Aceitai – é verdadeiro - / O preto da reverência! (JUVENAL GALENO, 2010, p. 63-65).

No desfecho do poema, Juvenal Galeno expressou, com indignação, a defesa de uma causa, que certamente é o ecletismo, apontando contradições nas atitudes daqueles que, pautados nos preceitos da ciência, se afirmavam como sábios.

[...] Que neguem d'alma a existência/ De manhã numa calçada,/ E a noite passem suando / Com medo d'alma penada? / Que preguem moderna ideia / Sobre a humana sepultura / E botem cruz sobre a campa / De sua mãe... com ternura? / Que não pisem num defunto.../ Respeitando a carne morta?! / Mas, tudo isto qu'importa?... / São fraquezas, são misérias / Da humanidade... Pois, bem... / Mas, dizem que essas fraquezas / Contradições são também!

Embora Quero esquecê-las... / Mais ninguém fale, senão / Me resfria cá por dentro / A minha admiração! / São calúnias, acredito, / Invejas de muita gente,/ Pois um sábio, certamente, / É sempre um sábio... pois, não! (JUVENAL GALENO, 2010, p. 70).

Defendemos e pretendemos comprovar que houve uma ligação de Juvenal Galeno e, por consequência, de suas obras, de forma direta, com os intelectuais ecléticos e ao seu propósito educacional romântico. Certamente que ele recebeu educação eclética a partir do Liceu do Ceará e essa influência, iniciada ali no curso de humanidades, tendo por espelho professores como Tomas Pompeu, imprimiu uma marca constante e profunda em sua obra e o acompanhou ao largo de sua vida.

4.2 As Letras e a Imprensa: Experiência de Princípios e Diretrizes Ecléticos

O doutor Guilherme Schüch de Capanema, engenheiro civil e chefe da seção de geologia da Comissão Científica de Exploração, referiu-se ao pai de Juvenal Galeno, o Senhor José da Costa, como pessoa aplicada ao trabalho na agricultura e a leituras, em tempo que lhe restasse ocioso. Relatou ainda o doutor Capanema que o Senhor Costa era um “entusiasta do excelente Dr. Macedo da Moreninha, ao qual já prognosticou que virá a ser no futuro o nosso Alexandre Herculano.” (JUVENAL GALENO, 2010, p. 39). Outro membro da referida Comissão Científica, o doutor Freire Alemão, botânico do Império que pela experiência foi nomeado o responsável pela expedição, também se referiu ao pai de Galeno como um espírito muito curioso, que falava sobre tudo, portanto, um homem muito bem informado.

Tais depoimentos nos levaram a compreender que, numa província afastada, como era a do Ceará, somente desejos por conhecimento e mecanismos de veiculação eficientes de informações poderiam garantir aportes para uma constante leitura e acúmulo das mesmas. Ora, o que justifica o Senhor José da Costa ser um apologista tão devotado da obra de Joaquim Manoel de Macedo, geralmente publicada em folhetins de jornais, e ser tão bem informado sobre assuntos múltiplos?

Primeiramente, sendo o senhor José da Costa um simpatizante da obra referida e de seu autor, significa que essa leitura era contínua e, provavelmente, não eram poucas essas leituras. Vejamos que o Diário de Freire Alemão foi escrito a partir de 1860. Até esta data Joaquim Manuel de Macedo já havia trazido a lume obras como *A Moreninha* (1844), *O Moço Loiro* (1845), *Os Dois Amores* (1848), *Rosa* (1849), *Vicentina* (1853), *O Forasteiro* (1855), *A Carteira de Meu Tio*, *O Cego* (1845), *Cobé* (1849), *O Fantasma Branco* (1856), *O Primo da Califórnia* (1858), *Luxo e Vaidade* (1860) e *A Nebulosa* (1857). Provavelmente a maioria dessas obras foi escrita nos encartes dos jornais portadores da tendência da atividade impressa conforme já que nos referimos em parte do primeiro capítulo deste trabalho.

Em segundo lugar, se houve a leitura dessas obras pelo senhor José da Costa, significa que os meios eficientes de leitura, à época, chegavam-lhes em mãos, e esses meios não poderiam ser outros a não ser os jornais periódicos e provavelmente as diversas revistas que passaram a circular conforme a tendência eclética já observada, destoando dos periódicos eminentemente políticos, influenciando outros editoriais em outras províncias que procuravam reproduzir a linha de jornalismo em questão, trazendo uma multiplicidade de matérias e novidades, veiculando, inclusive, instrumentais de lazer e passatempo, entrando nesse rol as

publicações de romances em folhetins, bem como as informações sobre ciência, filosofia, arte, economia, dentre muitos outros assuntos.

Sabendo-se que Juvenal Galeno, apontado como o “pioneiro no jornalismo puramente literário no Ceará” (NOBRE, 1988), conforme já informamos em outro capítulo, fundou jornais nessa linha, como é o caso do seu *Sempreviva*, publicado quando ainda tinha 13 anos, e, tendo publicado, posteriormente, enquanto aluno do Liceu do Ceará o jornalzinho recreativo *Mocidade Cearense*, o qual o coloca “como o pioneiro da imprensa estudantil no Ceará” (NOBRE, 1988), certamente isso pode significar que a tendência da nova imprensa, e o que ela produzia, já se alastrava pelos rincões do Império brasileiro influenciando uma nova geração cuja mentalidade se formatou à luz dos preceitos do romantismo eclético. Se se apontam pendores dessa tendência jornalística em Juvenal Galeno, certamente essa aproximação, que já se fazia nos anos anteriores de sua entrada no Liceu, que se deu em 1851, tenha se dado até por influência das leituras encetadas pelo próprio pai. Porém, O Jornal *Marmota Fluminense*, de Paula Brito, talvez tenha sido a fonte mais límpida onde Juvenal Galeno possa ter tido a experiência do compartilhamento dessa mentalidade de missão educadora que buscava uma fundamentação intelectual para a pátria, verberada pelas diretrizes ecléticas.

Já salientamos no primeiro capítulo que a imprensa, pelo viés romântico, passou a utilizar determinadas artimanhas para propagar seus ideais políticos liberais, no intuito de fomentar o desejo pela emancipação civil e social. Portanto, intelectuais românticos difundiram a ideia de emancipação pelo viés artístico e literário. Entenderam e fizeram entender que a valorização de um ideal estético não era incompatível com os ideais e posicionamentos políticos. Inauguraram uma nova maneira de fazer política e essa tendência jornalística, conforme pontuada por alguns autores, proporcionou a afirmação do próprio Romantismo, e, disseminada, tendeu a configurar-se regra. Conforme já visto, Paris foi o ponto irradiador dessa tendência.

Boa parte da intelectualidade brasileira ocorreu a Paris como o grande centro cultural da época. Representando o símbolo de civilidade e de liberdade, tais intelectuais foram lá colher as diretrizes que dariam sustentação à construção da pátria brasileira como ideal último a ser alcançado. Já salientamos muitas vezes que essas diretrizes foram colhidas notadamente por Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Porto Alegre, para fincar as bases do Romantismo brasileiro. A publicação da Revista Niteroi, em 1836, é o corolário dessa iniciativa e, portanto, o marco inaugural desse referido movimento, cujo propósito certamente não estava restrito apenas à literatura.

A imprensa teve importante papel na propagação do ideal romântico. A nosso ver, a atuação dos intelectuais românticos, os quais estavam sob os auspícios do Espiritualismo Eclético, se deu deliberadamente através da imprensa, e esta atuação estava englobada naquilo que apontamos como propósito educacional romântico, ao lado da atuação na educação formal.

Na introdução de uma revista de inspiração eclética, denominada *Guanabara*, “redigida por “uma associação de litteratos” e dirigida por Manuel de Araújo Porto Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo”, (GUANABARA, 1849), em seu primeiro número, encontramos a confirmação de que havia mesmo a perseguição desse referido propósito, e a imprensa foi meio de defesa das ideias que alimentavam o mesmo e, ao que parece, diversas revistas ou jornais formataram uma rede de veículos propagadores das ideias que lhe davam sustentação. Vejamos o que diziam os autores sobre o significado da referida revista *Guanabara*.

Debaixo deste título, que recorda o nome primitivo da cidade, augusta rainha da América do Sul, oferecemos ao publico esta revista mensal. É ainda a continuação do pensamento que presidio à publicação do *Nitheroy* e da *Minerva*, pensamento que foi nobremente segundado pela *Revista Philomatica*, em S. Paulo, e pela *Revista Nacional e Estrangeira* nesta capital.

A *Minerva* fez algum serviço às letras, deu alguns fructos, pois a seu exemplo se publicarão muitos periódicos literários nas províncias, e mesmo na capital, entre os quaes muito se distinguio o *Iris* e se distinguem a *Aurora Olindense*, os *Ensaios Litterarios*, em S. Paulo, a *Voz da Juventude*, e os *Harpejos Poeticos*. (GUANABARA, 1849).

Os autores, além de confirmarem a existência de uma rede impressa unificada em torno de certo norte teórico, propagando o ideal que defendiam, testemunharam sobre a influência que se exercia em outras províncias e, certamente, sobre outros intelectuais.⁷²

⁷² Lembremos que, após a Niteroi, foi nessa mesma tendência que seguiu o *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga. Conforme já assinalamos em citação no primeiro capítulo, de acordo com Barros (1973 *apud* Paim 1986, p. 45), “a filosofia oficial da *Minerva* é o espiritualismo eclético.” Da mesma forma acentuou Andrade (2009, p. 420), que a intenção do *Aurora Fluminense* era “desviar-se das habituais discussões sobre cousas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, que os acostumassem a refletir sobre objetos do bem comum, e de glória da pátria”.

O *Progresso*, de Antonio Pedro de Figueiredo, segundo Quintas (1955, p. 4), objetivou organizar a referida revista procurando destoar do “facciosismo político, das retaliações pessoais e da agressividade de destempero que imperavam nos jornais da época, época das mais férteis na imprensa pernambucana, mais férteis também em desaforos e em licenciosidade de linguagem”

O jornal *Marmota Fluminense*, de Francisco de Paula Brito, publicado a partir de 1849, teve como principal característica, segundo Simionato (2009, p. 10), “a pretensão de atuar diretamente na formação cultural e moral do leitor. Por isso, praticamente desdenha a política e a matéria propriamente noticiosa, privilegiando assuntos supostamente mais perenes, como seriam a literatura, o entretenimento e a moralidade. Essa tendência certamente se espalhou pelas províncias que, em detrimento das distâncias regionais, evidencia um considerável grau de comunicabilidade entre os segmentos cultos do Império. Certamente que intelectuais cearenses não estiveram alheios a essa novidade. A referida tendência aportou também na província do Ceará. Nobre (1974, p. 76) informou que, de 1830 a 1839, alguns órgãos da imprensa procuraram seguir essa linha mais noticiosa, procurando fugir da linha propriamente política. Exemplos foram o *Sentinela*, de 1838 e o *Cearense*, do doutor José Lourenço.

Em parágrafo posterior, pontuaram os redatores da *Guanabara* que o escopo da revista, dando prosseguimento às anteriores, estava “voltado à missão de uma plácida propaganda”. De qual ideal seria essa propaganda? O recorte abaixo pode corroborar a tese do propósito educacional romântico conforme estamos pontuando.

Consagrado às altas especulações, voltado à missão de uma plácida propaganda, o Guanabara se ocupará das sciencias, das letras e das artes; e na continuação de seus deveres procurará tratar de uma maneira amena as questões mais abstratas que possam sobrevir no desempenho do seu escopo; todos os seus esforços, todas as suas vistas se applicarão com preferencia às cousas do paiz.

Cada grupo de seus redactores, encarregando-se da sua especialidade, procurará esclarecer o leitor curioso, guiando-o pela senda de uma critica animadora e imparcial. (GUANABARA, 1849).

E prosseguem:

Debaixo, pois de semelhante expectativa offerecemos esta nova publicação, dedicada às classes da sociedade que procurão um passatempo instructivo, e uma página onde encontrem um espécimen do estado intelectual da época, e com elle as tendências do pensamento da actualidade: é pois o Guanabara mais uma medalha que vai assignalar os factos que revelão o nosso futuro; as suas paginas, abertas a todos os homens estudiosos, serão o receptáculo de todas as ideias que se harmonizarem com os seus princípios, e com os fins a que é somente consagrado.

Dedicado ao recreio das familias, à mocidade das escolas, ao commercio e as artes, algumas vezes não se tornara indigno do philosopho e do estadista; pois com a mistura de assumptos graves e obras amenas e variadas, procurará satisfazer da melhor maneira que for possível as curtas promessas que agora faz.

A direção do Guanabara se compraz em annunciar que entre os seus redactores correspondentes, tanto no Imperio, como no exterior, se achão algumas notabilidades: a confiança que taes nomes inspirão é uma solemne garantia de progresso, e da sua perfeição relativa ao nosso estado de civilização. (GUANABARA, 1849).

Fizeram alusão, os referidos autores, que o tempo era de um projeto coletivo, certamente o projeto de pátria e este era a mensagem que portava a revista. Chamam a atenção os autores que, fora disso, a tendência seria a decadência e a imobilidade rotineira.

A nossa actualidade é um crepusculo dessa luz esthetica, que em breve nos há de esclarecer com seu influxo benigno; há tendências manifestas no espirito da nova geração para as ideias archetypas, para um futuro que há de contrastar com estes tempos do *eu*, do terrível *eu*, que é o ponto central do circulo acanhado das gerações que tateão entre a decadência e a imobilidade rotineira. (GUANABARA, 1849).

O excerto abaixo expressa bem o caráter eclético da revista e uma exortação ao abraçar da propalada causa romântica.

Os periódicos da espécie do Guanabara, que não pertencem às justas e torneios da politica individual, e às suas fluctuações incessantes, preenchem uma missão conservadora, pois são o sanctuario da reunião de todas as intelligencias, e de todas as crenças politicas: a esfera que abrangem está fora da attracção de mesquinhos interesses; a sua orbita é mais vasta, mais sublime e mais plácida; é a expressão de todas as harmonias do pensamento e do coração, fora do estádio de um egoísmo

disfarçado.

A época actual, em face dos acontecimentos recentes, já provados por nós em dias calamitosos, parece que convence os espíritos de que nada mais nos resta a experimentar, e que devemos concentrar todas as nossas forças para o desenvolvimento moral e intellectual, única base de um seguro e permanente progresso. (GUANABARA, 1849).

O desenvolvimento moral e intellectual, conforme defendido acima, sintoniza bem o propósito educacional romântico dos intelectuais ecléticos com a ideia de desenvolvimento e aprimoramento da pátria, conduzindo-a ao ideal de progresso propagado pelas ditas nações civilizadas.

Tudo é grande e prodigioso neste Brasil; tudo se apresenta debaixo das formas mais belas e mais colossais – excepto o homem! A'quelles que atingirão a balisa posterior – *Almezzo del camin di nostra vita* – já não pertence a hora do fervor, os dias de trabalho e das esperanças de glória; à nova geração é que cabe todo esse brilhante futuro, que há de triumphar quando a geração que nasceu em 1825 tomar posse da nova administração, e o Soberano governar com os homens de sua idade. (GUANABARA, 1849).

Vejamos que os autores pontuam que no Brasil tudo é colossal, menos o homem. Quais as razões disso? Certamente a carência de formação reinante no país. Isso vai ao encontro daquela crítica encetada pelos membros da Comissão da Instrução Pública do Império, em relatório já discutido anteriormente, bem como ao encontro da defesa que fez Torres Homem em pronunciamento, conforme vimos em seção anterior. Isso corrobora a tese de que haveria mesmo uma consciência de missão educacional desses intelectuais românticos ecléticos e esta consciência talvez residisse na aposta na geração nascida em 1825, conforme assinalada pelos autores, convergidos na figura central do Imperador. Aliás, lembremos que o ano acima referido era o de nascimento do Imperador D. Pedro II. Portanto, tal propósito orbitava tendo como centro a defesa do Império.

Defenderam esses intelectuais, portanto, uma proposta de educação em conformidade com o propósito de construção da pátria, e que estaria para além da educação escolar.

Então se terá dado um largo impulso a esse grande inventario de nossas riquezas naturaes; então já se terá ouvido a palavra do philosopho americano, visto a analyse do chimico brasileiro, escutado o canto do vate das florestas, e attendido aos dogmas da experiência.

Então estarão collocadas as balisas da estrada do futuro, obtidos sólidos resultados, e planejado esse systema de grandeza e de prosperidade, que dorme entre a poeira do turbilhão do egoísmo. (GUANABARA, 1849).

Os autores pontuaram que o resultado disso seria a elaboração do inventário de nossas riquezas naturais, a constituição da voz de uma filosofia eminentemente americana, a análise própria do químico brasileiro e a difusão do canto do vate da floresta. Ou seja, elementos

constituidores da nacionalidade. Como eles mesmos evidenciaram no mesmo texto que estamos apreciando, a condição de sermos uma nação na América, seria através de “uma fé robusta, e com ela a indeclinável esperança que traz toda a convicção profunda, todo o amor da pátria, e todas as virtudes da razão social.” (GUANABARA, 1849). Assim, reforçaram a ideia de que:

A nossa litteratura terá as bases monumentais que este paiz lhe proporciona, terá o seu cunho de nacionalidade, o seu carácter próprio; então será maior o catalogo dos mortos, que é o índice dos monumentos de glória, o quadro do passado, os pontos luminosos da história, e o deposito de eviternos laureis.

O paiz que deu ao mundo Durão e Caldas, os Gusmãos e os Andradas, Camarão e Abreo, Cairú e S. Leopoldo, promette alguma cousa mais, quando o tempo for mais apreciado que o ouro, e o homem se considerar como a primeira alavanca da civilisação, como motor de todo impulso progressivo. (GUANABARA, 1849).

Vejamos que essas teses são as mesmas defendidas nas propostas da instrução, conforme assinalamos, na defesa e justificativa na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na exposição de motivos para a constituição da Comissão Científica de Exploração dentre outras iniciativas. Côncios da missão abraçada, os intelectuais ecléticos exortaram os espíritos para aquilo que chamaram de início de nossa *época orgânica*, a qual só seria possível com esse conjunto de iniciativas em torno de um norte teórico.

Com o recorte abaixo deixaremos os autores da *Guanabara* se expressarem de maneira própria a esse respeito.

Eis os pontos cardeais da nossa fé, eis o espírito que anima a todos os redactores do *Guanabara*, e o pensamento que os abraça, e que os impelle a concorrer para aquella grande obra; basta de épocas críticas, basta de inúteis oscillações, basta de perda de tempo: - comecemos a nossa época orgânica. (GUANABARA, 1849).

Os autores da referida revista expressavam uma proposta de educação ampla e o exercício nas letras e na imprensa era parte significativa dessa proposta porque as ideias defendidas teriam um alcance mais largo e distante no vasto Império brasileiro.

Acreditamos que o texto da revista *Guanabara*, sobre o qual nos debruçamos até o momento, é um importante documento histórico porque na verdade se constitui em uma orientação não só do conteúdo defendido, uma orientação teórica, mas da forma como esse conteúdo deveria ser expresso. Assim, constitui-se como uma orientação metodológica. O recorte abaixo expressa bem essa orientação.

O *Guanabara* procurará ajudar a todos os atletas que se achão na arena; envidará nesse jogo harmônico toda a sua boa vontade, para que em breve possamos unisinos entoar o epinício triumphal de uma época que havemos retardado, e que está lançada em divida no grande livro do tempo. (GUANABARA, 1849).

Fica evidenciada, com a exposição do texto, uma defesa clara de uma nova maneira de fazer imprensa. Perceberam a importância da veiculação de ideias propagadoras do propósito eclético, como um dos principais e eficientes meios na formatação de uma consciência de pátria.

4.3 A Afinação do Discurso: Diálogo Estabelecido com Membros da Comissão Científica de Exploração

Há evidências de que o encontro de Juvenal Galeno com o discurso que verberava o ideal de construção da Pátria, proposto por intelectuais próximos do romantismo eclético, tenha se dado também em diálogos travados a partir do encontro com alguns membros da Comissão Científica de Exploração do Império, quando estiveram no Ceará entre 1859 e 1861. Esses pretensos diálogos de Juvenal Galeno se deram, notadamente, com Freire Alemão, Gonçalves Dias e Guilherme Capanema, certamente por intermédio de Tomas Pompeu. Este último, conforme Pádua (2004, p. 198), “em 1860, ainda vivendo em Fortaleza, (...) transformou sua casa em um espaço constante de convívio com os membros da Comissão, criando uma espécie de fórum para o diálogo entre estes e a intelectualidade local.”

Pelo que se sabe, Juvenal Galeno, Gonçalves Dias e Guilherme Capanema, talvez até pela proximidade de idades, travaram relações que extrapolaram o simples relacionamento entre intelectuais. É sabido que o nível de relacionamento entre ambos chegou ao grau de amizade e seus interesses, ao que parece, não se restringiram apenas ao âmbito intelectual. Renato Braga depõe a favor de tais afirmações em texto de Apresentação à 2ª edição de *Folhetins de Silvanus*, obra de Juvenal Galeno, publicada postumamente.

Nos começos de 1859 chegou a Fortaleza a Comissão Científica, organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob o alto patrocínio de Pedro II. Trazia amplo programa de estudos e se compunha do que havia de mais seleta nos quadros científicos da Corte. O chefe, Francisco Freire Alemão, granjeara renome europeu como botânico. Eram seus companheiros Guilherme de Capanema, Manuel Ferreira Lagos, Giacomo Raja Gabaglia e Antônio Gonçalves Dias, acompanhados de luzida turma de ajudantes que tomou de assalto os melhores salões da Capital. A comissão empolgou Fortaleza, estavam contidos entre o Pajeú e a Senador Pompeu, até a igreja de São Bernardo. O resto eram as *areias* com os seus casebres de palha. (...). Os rapazes qualificados da terra porfiaram em participar do convívio da ilustre companhia. Numa situação ímpar estava Juvenal. Três anos antes publicara, no Rio, os *Prelúdios Poéticos*, livro que o aproximou de Gonçalves Dias e conseqüentemente de Capanema, ambos amigos inseparáveis. A convivência envolveu para a intimidade com as frequentes estadas dos dois visitantes no lar dos genitores do poeta, no sítio Boa Vista, pendurado numa das encostas da Aratanha, a ouvir dia e noite o soluço

manso do Boáçu, a despedir-se dos umbrosos recôncavos da serra. (BRAGA, 2010, p. 19).⁷³

Na *Cronologia Comentada de Juvenal Galeno* há a reprodução de algumas cartas e bilhetes enviados a Galeno, por Dias, onde este, ao iniciar propriamente o conteúdo a tratar, dirige-se a Juvenal Galeno sempre com o tratamento de “amigo” e, ao terminar a missiva, despede-se com um não raro “*seu verdadeiro amigo*”, ou um “*de seu A.G.D.*” O conteúdo da carta que reproduziremos abaixo ilustra muito bem esse grau de amizade, refletindo uma cumplicidade que somente entre amigos é costume se estabelecer.

Amº Juvenal

Procuro nos cadernos de poesias que v. me deixou aquela *Bilu, Biluzinha!* e não acho nada. Parece que estava no que v. levou.

Caí na asneira de dizer a Sra. Bilu que v. tinha uma poesia a seu nome e ei-la como bicho carpinteiro, que não me deixa descansar.

Por fim já não posso passar por aquela rua, porque a endiabrada parece que não sai mais da janela à espera de seus versos.

Veja pois v. por quem é, se me manda uma cópia dela quanto antes.

Estou melhor, mas ainda não completamente bom.

Os seus como estão? Lembranças a seu pai, mãe e mana e aceite muitas saudades de seu A. G. Dias.

Ceará, 31 de julho de 1860. (GONÇALVES DIAS apud. NETTO, 2010, p. 47-48).

Também Capanema, em seus escritos, ao se referir a Juvenal Galeno demonstra uma intimidade no trato ao chamá-lo sempre de Juvenal e não “Sr. Galeno”, como era costume à época o tratamento a quem não se tivesse proximidade. Sabe-se que Guilherme Capanema era o grande “amigo inseparável” e confidente de Gonçalves Dias, conforme registrado na referida *Cronologia Comentada* (2010, p. 39), bem como na vasta correspondência de Gonçalves Dias constante nos Anais da Biblioteca Nacional (1971). Desta forma, é possível pensarmos que o compartilhamento dessa amizade tenha se estendido também a Juvenal Galeno.

Acreditamos que dessa amizade tenha se dado uma troca de experiências, de informações e compartilhamentos de ideias e conhecimentos que foram cruciais para a definitiva visão de mundo constituída por Juvenal Galeno. Segundo Pádua (2004, p. 198), “no balanço dos resultados da passagem da Comissão pelo Ceará, foi a influência mutuamente positiva que o diálogo entre os intelectuais da capital e da província pode ter produzido.” O autor reforça essa tese citando o caso emblemático de Tomas Pompeu, conforme podemos ler abaixo.

⁷³ BRAGA, Renato. **Apresentação à 2ª edição de *Folhetins de Silvanus* e de *A Machadada***. In.: GALENO, Juvenal. *Folhetins de Silvanus*. 3ª. Ed. Fortaleza: Secult, 2010. p. 15-28.

Não é obra do acaso o fato de Tomás Pompeu de Sousa Brasil ter publicado em 1860, no jornal *O Cearense*, uma série de excelentes artigos sobre o problema da destruição das matas, associando-o diretamente ao das secas. O autor era um dos mais destacados intelectuais locais, um jurista de formação católica (foi padre até 1845) que se tornou um importante estudioso da geografia e da história cearenses; um pouco mais tarde, em 1864, elegeu-se senador do Império, cargo que ocupou até 1877. (...) As ideias sobre a importância das florestas e do ambiente natural já frequentavam sua mente antes da chegada do grupo, mas certamente foram aprofundadas pelo diálogo com Freire Alemão, Capanema e outros. (PÁDUA, 2004, p. 198).

Um discurso de Juvenal Galeno em defesa de um projeto de criação de uma fazenda normal de agricultura, no ano de 1859, quando era deputado provincial, dá-nos um importante indício do compartilhamento dessas ideias, de influências e, sobretudo, de um forte diálogo estabelecido. Em tal discurso, publicado no jornal *Pedro II*, de Fortaleza, entre 29 de outubro e 2 de novembro do referido ano, Juvenal Galeno fundamenta a defesa de seu projeto utilizando-se de teses de economia política e sobretudo teses ambientais, onde aponta o problema do desmatamento, da degradação dos solos, da seca, da desertificação, da baixa tecnificação na produção, da escravidão como símbolo do atraso econômico e instituidora do latifúndio, da escassez de mão de obra qualificada, da otimização da produção agrícola e pecuária, dentre outros temas. Ora, onde foram colhidas essas ideias?

A leitura do aludido discurso de Juvenal Galeno nos leva a acreditar que sua exposição é um reflexo e importante componente do conjunto de ideias compartilhadas então por diferentes gerações de intelectuais brasileiros, dentre eles, como já ressaltamos, os românticos de tendência eclética que se inspiraram em José Bonifácio. Este, aliás, que “entendia o progresso econômico e produtivo como um mero instrumento para o objetivo real de construir a independência política e a afirmação moral da sociedade brasileira.” (PÁDUA, 2004, p. 157).⁷⁴

Procuraremos compor essa compreensão de mais um provável encontro de Juvenal Galeno com essas ideias a partir de algumas leituras de memórias desses autores acima referidos, pontuando e apontando o que há de comum naquilo que possa ter, como matriz, tal mentalidade romântica.

Para tanto, teremos por inspiração o *Diário* de Freire Alemão, e o *Diário* de Capanema. Este último publicado no livro *Os ziguezagues do Dr. Capanema*, de Maria Sylvia Porto Alegre, de 2006. Incluiremos na discussão, também, as ideias de José Augusto Pádua

⁷⁴ A própria proposta de uma escola de agricultura é proveniente das ideias de José Bonifácio, defendida em texto intitulado “*Necessidade de uma Academia de Agricultura no Brasil*”. Disponível em: < <https://books.google.com.br/books?id=aPf7cSlzJYQC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false> > Acesso em 23 de agosto de 2016.

presentes na obra *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, de 2004, sobre ideias políticas e ambientais defendidas por autores como José Bonifácio⁷⁵ e que serviram de matriz a uma mentalidade posteriormente sustentada por Freire Alemão, Manoel de Araújo Porto-Alegre, Tomás Pompeu, Guilherme Capanema, dentre outros intelectuais que formaram um grupo coerente em torno dessas ideias compreendendo-se que tais pensadores, segundo o próprio Pádua (2004, p. 13), “... não defenderam o ambiente natural com base em sentimentos de simpatia pelo seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual, mas sim devido à sua importância para a construção nacional.” Certamente que tais ideias foram apropriadas pelos autores românticos porque reforçavam a tese do ideal de construção da pátria já exaustivamente decantado por nós ao longo deste nosso estudo.

Alguns desses intelectuais, cientistas de monta do Império e ligados em um maior ou menor grau ao Espiritualismo Eclético, infundiram ideias que davam sustentáculo ao ideal de construção da Pátria e que, conforme o que estamos defendendo, seria promovido a partir daquilo que denominamos de propósito educacional romântico, conforme já indicamos em seções anteriores, notadamente quando dissertamos sobre o texto introdutório da *Revista Guanabara*, um verdadeiro manifesto que se propôs norte teórico para o que seus idealizadores chamaram de “época orgânica” brasileira.

O texto da revista *Guanabara*, de 1849, já citado neste trabalho, mas que consideramos importante lembrar, foi a convocatória aos intelectuais para “uníssonos entoar o epinício triunfal de uma época”. Nela, bem como em outras publicações pretensamente ecléticas, ideias ambientais também fizeram parte do referido propósito romântico. Vejamos que alguns intelectuais, adeptos dessas ideias e imbuídos desse propósito de missão, compreenderam que a construção de uma crítica ambiental era postar-se contra um passado colonizatório, constituindo-se, assim, como elemento de defesa do ideal pátrio.

A degradação do território derivava da utilização de práticas tecnológicas e sociais rudimentares, originadas do passado colonial. A grande panaceia para estabelecer a sanidade ambiental da economia brasileira, após séculos de colonialismo predatório, estava na modernização tecnológica e operacional do sistema produtivo e das instituições sociais. A destruição do ambiente natural não era entendida como um ‘preço do progresso’, como na visão hoje dominante, mas sim como um ‘preço do atraso’. (PÁDUA, 2004, p. 13).

⁷⁵ Segundo José Augusto Pádua, em obra já citada “nas décadas posteriores à morte de Bonifácio, sua obra de estadista ganhou forte reconhecimento público. Seu nome foi mitificado como herói nacional, inspirando a produção de monumentos e páginas de louvor. O aspecto essencial, porém, que era o conteúdo das suas ideias reformistas, foi posto à margem pela elite dirigente do país. Mas essas ideias não foram esquecidas nas décadas posteriores, influenciando a continuidade do debate crítico sobre os problemas ambientais e sociais do Brasil.” (PÁDUA, 2004, p.159).

Portanto, constituíram-se, tais ideias ambientais, da mesma forma que o tema da instrução pública, como tema político, dado que figuravam como elemento essencial nas discussões e debates acerca da superação do referido passado colonial.

Atesta Pádua (2004) que a politização do tema ambiental atingiu seu ápice no Segundo Reinado, mas sua configuração deve-se sobretudo a José Bonifácio.⁷⁶ De acordo ainda com Pádua, numerosos foram os intelectuais que aderiram ao tema em questão, dando como exemplo a breve lista formulada e transcrita abaixo.

Nas décadas posteriores à morte de Bonifácio, o mesmo enfoque ilustrado, político e progressista continuou dominando a crítica ambiental brasileira. Em um trabalho publicado em 1987, “Natureza e projeto nacional”, eu já havia constatado a existência desse prosseguimento em intelectuais abolicionistas como Joaquim Nabuco (1849-1910) e André Rebouças (1838-1898). (...). Mais tarde percebi que esse universo era bem maior. Ele incluiu, apenas para citar alguns dos nomes mais importantes, historiadores e geógrafos, como Januário da Cunha Barboza (1750-1846), Raymundo da Cunha Mattos (1776-1839), Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva (1806-1865) e Domingos Ferreira Penna (1818-1888); médicos, como Francisco Freire Alemão (1797-1874) e Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859); naturalistas, como Guilherme Capanema (1824-1908), José Saldanha Gama (1839-1905) e João Silva Coutinho (1830-1889) artistas, como Manoel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879); especialistas em agricultura, como Carlos Taunay (1791-1867), Frederico Burlamaque (1803-1866), Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894) e Miguel Antônio da Silva (1832-1879); fazendeiros como Francisco de Lacerda Werneck (1795-1861) e Luiz Corrêa de Azevedo (?); e políticos, como Miguel Calmon du Pin e Almeida (1796-1865), Luís Pedreira do Couto Ferraz (1818-1886) e Tomás Pompeu Brasil (1818-1877). (PÁDUA, 2004, p. 16-17).

Apesar do autor supramencionado não associar diretamente tal empenho crítico relatado ao Romantismo brasileiro, visão da qual discordamos, em alguns momentos até corrobora nossa defesa de que o propósito romântico estava firmado no ecletismo quando descreve, ele mesmo, as ações e o empenho de intelectuais que apontamos como adeptos de tal corrente de pensamento.

A revista *Niterói*, por exemplo, editada por Gonçalves de Magalhães em 1836 e tida como um marco no romantismo brasileiro, publicava artigos sobre astronomia, química e outros assuntos ao gosto do ideário ilustrado de divulgação científica. Alguns dos artistas românticos citados acima, por outro lado, possuíam fortes relações pessoais com intelectuais científicistas que participaram da crítica à destruição ambiental no Brasil. Araújo Porto-Alegre, por exemplo, era amigo de José Bonifácio, Freire Alemão e Guilherme Capanema. Seu argumento em defesa das florestas, aliás, compartilhou a mesma lógica progressista e pragmática que inspirava aqueles autores. Gonçalves Dias participou em 1859, juntamente com Alemão e Capanema, da Imperial Comissão Científica de Exploração organizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Essa comissão, que realizou seus trabalhos no Ceará, teve um lugar relevante na evolução da crítica ambiental brasileira. (PÁDUA, 2004, p. 26).

⁷⁶ Ver Capítulo 3 de *Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*, de José Augusto Pádua (2004), publicada por Jorge Zahar editor.

O mesmo autor, comentando sobre o conteúdo da citação acima, afirma que “tudo isso revela que, no processo vivo da história, as correntes culturais encontram-se muito mais mescladas do que no didatismo das análises posteriores”. (PÁDUA, 2004, p. 26). Ora, o que é isso senão uma característica eclética? O autor, com essas palavras, mesmo sem o saber, expressa exatamente características de um espírito eclético naquilo que analisou. Defendemos que tal disposição, naqueles intelectuais, não era algo fortuito, mas conscientemente deliberado. Vejamos que a capa da própria revista Guanabara trazia estampada que sua natureza era “Artística, Científica e Litteraria” e, segundo seus autores, conforme até já tivemos oportunidade de mencionar anteriormente, era a “continuação do pensamento que presidio à publicação do *Nitheroy*⁷⁷ e da *Minerva*, pensamento que foi nobremente segundado pela *Revista Philomatica*, em S. Paulo, e pela *Revista Nacional e Estrangeira* nesta capital.” (GUANABARA, 1849, p. 1).

De qualquer maneira, Pádua reconhece que um grupo de intelectuais, que ora nós identificamos como ligados ao romantismo eclético⁷⁸, compunha uma “dissidência minoritária da elite social brasileira, que apresentou uma leitura alternativa da realidade e do potencial de progresso do país” (PÁDUA, 2004, p. 27).⁷⁹ No prosseguimento de seu estudo, quando trata de Araújo Porto-Alegre, Pádua atesta que este “...chegou a afirmar, de maneira explícita, a existência de um movimento coletivo contra a destruição do meio natural no Brasil” (PÁDUA, 2004, p.164). O referido autor, no excerto abaixo, nos informa da preferência de Araújo Porto-Alegre sobre quem deveria estar à frente de tal movimento.

(...) Em seus versos ele pede que a própria pátria assuma o protagonismo desse movimento, não permitindo que seu destino seja definido pelo “sedento egoísmo” de mesquinhos “pigmeus”. (...).

⁷⁷A *Niteroi*, revista brasiliense, expressava sua natureza com os dizeres: Ciências, letras e artes. A revista *Guanabara*, sendo a continuidade desta, resguardou a mesma natureza editorial.

⁷⁸ Conforme citação extraída da *Guanabara* e citada em seção anterior, à página 126, o referido grupo seria aquele da geração de 1825, cuja liderança caberia ao Imperador. Desta forma, não há porque afirmar que o grupo era minoritário.

⁷⁹ Segundo o mesmo autor, esse grupo foi responsável por elaborar uma nova perspectiva sobre o tema ambiental. “Em relação ao tema natureza, ela elaborou uma quinta perspectiva diante das quatro grandes visões que moldaram o comportamento cultural dominante: 1) a visão que desvalorizava o meio natural e não se importava com a sua destruição, seja pela indiferença ou pela desqualificação ativa (como nos casos em que se considerava a natureza tropical como inferior à temperada); 2) a visão que reconhecia a grandeza do meio natural, mas considerava que sua exuberância excessiva impedia o pleno desenvolvimento da sociedade humana (uma tese exposta, por exemplo, por Henry Buckle em sua *História da Civilização na Inglaterra*); 3) a visão que louvava a pujança do meio natural, mas considerava a sua destruição um preço a pagar pelo progresso (como no poema de Bernardo Guimarães ...); 4) a visão que louvava intensamente o meio natural em termos abstratos e retóricos, ao mesmo tempo em que ignorava o seu desaparecimento concreto (como no caso de grande parte dos artistas românticos).” (PÁDUA, 2004, p. 27-28)

Em sentido mais concreto, porém, a liderança do movimento é colocada quase que exclusivamente nas mãos dos artistas e dos intelectuais. O poeta identificou nestes últimos os seus companheiros de combate, conclamando-os a se engajarem nessa “luta grandiosa.” (PÁDUA, 2004, p. 164)

Lembremos que o referido poeta e pintor⁸⁰ Araújo Porto-Alegre era um dos componentes do chamado “Grupo de Paris” ao lado de Gonçalves de Magalhães e de Francisco de Sales Torres Homem, conforme informado em seções anteriores, e um dos idealizadores da revista *Niterói* de onde foi lançado o primeiro manifesto que propunha a base do projeto de construção da Pátria, identificado pela história literária brasileira como marco do Romantismo no Brasil. Figura Porto-Alegre também como um dos idealizadores da Guanabara, ao lado de Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Guilherme Capanema e Freire Alemão.

É bom ressaltar que esses intelectuais, conforme Pádua (2004, p. 167), “participavam das grandes associações culturais e profissionais que foram criadas sob a chancela do Imperador”,⁸¹ imbuídos do espírito de missão de construção da já referida ordem nacional.

A existência de uma sociedade auxiliadora da indústria, de um instituto histórico e geográfico, de uma academia de belas-artes, de um museu nacional, de uma academia de medicina, de um instituto de agricultura, era um elemento essencial para a construção – inclusive simbólica – da ordem nacional. (PÁDUA, 2004, p. 173).

O espírito de associação dos intelectuais em questão é um fenômeno significativo apontado por Pádua (2004) quando analisa o período em questão, notório naquele intervalo correspondente ao Segundo Reinado, o qual denominou de “associativismo sociocultural”. De acordo ainda com o mesmo autor, tal fenômeno foi crucial no estabelecimento de relações diretas entre intelectuais e o poder central.

Diante dessa dimensão política, o associativismo sociocultural tornou-se também uma ponte para o relacionamento direto entre intelectuais e o poder. A participação do imperador, e de alguns ministros, em reuniões científicas e culturais representava o aspecto mais imediato dessa relação, que também se expressava no patrocínio direto ou indireto de diversas iniciativas. Algumas dessas entidades inseriram-se na própria estrutura do Estado, como o Museu Nacional. Outras mantiveram uma existência formalmente privada, apesar de serem fortemente subvencionadas, como o IHGB. Algumas, por fim, como o SAIN, adotaram um estatuto híbrido, sendo ao mesmo tempo entidades dotadas de quadro associativo e repartições ministeriais. (PÁDUA, 2004, p. 173).

⁸⁰ Porto-Alegre foi discípulo de Debert, com quem estudou em Paris de 1831 a 1837.

⁸¹ Dentre as associações a que o autor se refere constam a Sociedade Auxiliadora da Indústria (SAIN), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Academia de Belas-Artes, o Museu Nacional, a Academia de Medicina, o Instituto de Agricultura, dentre outras, incluindo-se algumas de cunho privativo.

Por sinal, tal fenômeno apontado, que ao que parece já vinha se constituindo como tendência a partir da Independência, serviu como estímulo ao grupo de intelectuais em questão, levando-o a assumir uma posição política cujo propósito estamos a delinear.

O sentido subjacente a esse novo tipo de associativismo sociocultural, que ganhou forte impulso no Segundo Reinado, pode ser analisado com base em duas motivações centrais. Em primeiro lugar, ele serviu como canal de organização e estímulo para a própria elite intelectual, que buscava encontrar o seu espaço de atuação no contexto de um país dotado de vida cultural ainda muito incipiente. Em segundo lugar, assumiu uma posição política mais ampla, apresentando-se como uma tarefa civilizadora, uma condição mesma para a admissão do Brasil no concerto das nações civilizadas. (PÁDUA, 2004, p. 173).

Desta forma, no estudo de Pádua (2004), mesmo centrado na questão da construção da crítica ambiental, encontramos um reforço à tese do espírito de missão dos intelectuais ecléticos, pois, conforme se lê abaixo, era clara a convicção de que uma classe intelectual específica era o segmento social apto a promover e a conduzir o processo civilizatório da nação.

É significativa a ênfase na classe intelectual como anteparo ao sedento egoísmo que estava destruindo o território. São homens de letras, os “brasileiros sábios” (...), que Porto-Alegre convoca para enfrentar a destruição. Esse era o grupo social ao qual pertencia, e com o qual lidava de forma constante. Era desse grupo, além disso, que recorrentemente emergiam vozes de crítica ambiental.

...esse era o grupo dotado da necessária ilustração, liberdade crítica e independência econômica para tentar fazer frente ao processo destrutivo. É verdade, como veremos, que tanto a sua liberdade crítica quanto a sua independência econômica tinham limites bastante claros. Mas qual era a alternativa? Não fazia sentido, por exemplo, apelar para os proprietários e comerciantes que promoviam a economia predatória. Menos ainda para os escravos, índios e pobres que, aos olhos daqueles intelectuais, não haviam sequer entrado no umbral da civilização. A única opção era iluminar o poder público, a começar pelo imperador e os ministros de Estado. O trajeto possível era dos intelectuais ao Estado monárquico, e daí aos proprietários que agiam de modo atrasado e ignorante. Por esse motivo o poema⁸² não conclamava diretamente os políticos a participarem da “luta grandiosa”; isso só poderia ocorrer a partir da influência indireta dos intelectuais. (PÁDUA, 2004, p. 164).

De acordo com autor referido acima, a convicção desses intelectuais era que os problemas da nação só poderiam ser superados “por uma ação política ilustrada e consciente.” (PÁDUA, 2004, p. 181). Não à toa que participaram de entidades associativas promovendo um “sistema de sócios correspondentes” em que se permitia o intercâmbio cultural com outros intelectuais de províncias afastadas da capital.

⁸² O autor se refere ao poema de Manoel de Araújo Porto-Alegre, denominado “A destruição das Florestas”, de 1845. Nele, faz uma defesa ambiental no sentido de se evitar “o desperdício, a ineficácia e a falta de sentido econômico”, conforme indica Pádua (2004, p. 163).

Exortando os intelectuais de seu grupo a participarem de tal defesa, Porto-Alegre homenageia, em seu poema, quatro intelectuais brasileiros tidos como referência no projeto que defendia, são eles: o filósofo e poeta Gonçalves de Magalhães, o geólogo Custódio Serrão, o naturalista José Bonifácio e o botânico e médico Francisco Freira Alemão Cisneiros.

Na revista do Instituto, que começou a circular em 1839, apareceram ao longo do século XIX vários trabalhos que enfocaram o tema do espaço natural e, em certos momentos, a crítica da sua destruição. Muitos dos autores (...) como Freire Alemão, Silva Maia e Guilherme Capanema, estiveram entre as suas lideranças mais expressivas. O IHGB promoveu, além disso, iniciativas de caráter coletivo que tiveram relevância sobre o debate ambiental. O exemplo mais notório foi o da Comissão Científica de Exploração, que percorreu o Ceará entre 1859 e 1861 sob a liderança de Freire Alemão. O sistema de sócios correspondentes, por outro lado, fazia com que autores situados em províncias afastadas da capital, como Tomás Pompeu Brasil, no Ceará, e Ignácio Acciolti, na Bahia, pudessem compartilhar suas preocupações ambientais com os intelectuais que viviam na Corte. (PÁDUA, 2004, p. 179)

Com a criação da Comissão Científica de Exploração à frente desses estudos estiveram notadamente Freire Alemão e Guilherme Capanema. Esses são os principais interlocutores do diálogo ao qual nos referimos no início desta seção. O primeiro desses intelectuais, ou seja, Freire Alemão, era médico. Ora, o que que um médico, egresso da Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, doutor pela Faculdade de Medicina de Paris, tinha que se ocupar com assuntos ambientais? A transcrição abaixo responde à indagação com bastante propriedade.

A carreira médica, naquele momento histórico, representou um espaço de convergência para indivíduos interessados no estudo sistemático da natureza. Era comum que botânicos e zoólogos realizassem uma formação médica, inclusive para obter maior estabilidade profissional. A importância da tradição hipocrática na formação da crítica ambiental oitocentista, centrada nos efeitos da degradação do ambiente sobre a saúde humana, foi enfatizada por Richard Grove, que analisou seus prolongamentos em diferentes espaços coloniais. Vários médicos e cirurgiões que trabalhavam para os governos e companhias de comércio coloniais, especialmente no caso da Índia, adotaram posturas condenatórias diante dos problemas do desflorestamento, da deterioração climática etc.

No caso do Brasil, um marco nessa direção foi a conferência pronunciada em 1835 por Emílio da Silva Maia, na sede da Academia, com o título de *Discurso sobre os males que tem produzido no Brasil o corte das matas e sobre os meios de os remediar*. Nessa conferência, que depois foi publicada na *Revista Médica Fluminense*, o autor, que dois anos antes havia se formado em medicina pela Universidade de Paris, apresentou uma confluência entre as antigas motivações políticas e as novas motivações profissionais. Essa confluência apareceu logo no início do texto, quando o autor atribuiu sua preocupação com as florestas à dupla condição de médico e patriota. (PÁDUA, 2004, p.180).

Segundo Pádua (2004, p. 183), a voz de Freire Alemão ecoou como naturalista e botânico a partir de 1836 em discurso proferido na presença do Imperador, onde teve oportunidade de expressar essa posição “política ilustrada e consciente” à qual nos referimos mais acima.

Esse sentimento pessoal aflorou no discurso de 1836, onde chegou a assumir um tom algo político. Era preciso, segundo ele, que os homens se ocupassem “em comum do interesse e felicidade dos seus concidadãos e do seu país”. Os médicos, especialmente, quando lidassem com os problemas da higiene pública, deveriam estar voltados para “o alívio dos sofrimentos públicos e para o melhoramento das nossas instituições”.

Por esse motivo era necessário enfrentar os problemas tanto do meio rural quanto do meio urbano. (PÁDUA, 2004, p. 184).

Segundo Pádua (2004, p. 188), a persistência de Freire Alemão “em estudar e discutir os problemas relacionados com o meio natural serviu como um fermento na formação de indivíduos e projetos coletivos.” Nesse sentido, o autor referido exemplifica apontando o empenho de Freire Alemão.

Em 1856, o encontramos estudando para o IHGB a história da aclimação das principais plantas agrícolas no Brasil. Em 1859 e 1860, (...), era possível acompanhá-lo em meio às andanças da Comissão Científica de Exploração pelo Ceará, tendo oportunidade para novamente lamentar “o nosso modo bárbaro de cultivar a terra” e o fato de não restarem das florestas da Serra Grande” senão a lembrança”. Em 1862 percorria os cafezais do Vale do Paraíba, tentando diagnosticar as pestes que grassavam no seio das monótonas monoculturas. Em seu parecer defendia a necessidade de renovar os cultivos, combinar culturas, estrumar as terras e conservar “os restos das preciosas florestas, tão imprudentemente destruídas.” (...). Em 1867, juntamente com Custódio Serrão, Ladislau Neto e Saldanha da Gama, realizava um inventário sistemático da riqueza madeireira do Brasil, para ser apresentado na exposição universal de Paris. (PÁDUA, 2004, p. 188).

Esses autores imprimiram, na constituição da crítica ambiental por eles elaborada, um amplo referencial histórico. Segundo Pádua (2004, p. 185), o enfoque histórico serviria para alertar sobre os riscos iminentes de perda do patrimônio florestal e a conseqüente aridez e esterilidade de certas regiões, podendo gerar áreas desertas, inclusive com o deslocamento de suas populações. Esse foi, segundo Pádua (2004) o ponto de partida de Guilherme Capanema. Sua crítica se propôs compreender o dado histórico e apontou na direção de superação do atraso dos padrões produtivos, propondo a incorporação de técnicas e instrumentos modernos de forma a garantir a modernização da economia agrícola.

A grande lucidez de Capanema esteve em perceber que, nesse novo contexto, a manutenção dos antigos padrões produtivos inviabilizaria a modernização da economia rural. Mais ainda, a introdução de modernizações parciais, com a permanência desses mesmos padrões, poderia ter um impacto prejudicial. (PÁDUA, 2004, p.245).

Para Capanema a salvaguarda da natureza residia na eficiência dos meios de produção. Pádua ressalta que, para Capanema

...era possível estabelecer mudanças técnicas intermediárias que, no caso do Brasil, já seriam uma revolução. Era possível, por exemplo, utilizar o arado com juntas de bois (que equivalem a 20 ou 50 enxadas) e a adubação da terra com estrume e matérias orgânicas, que podiam ser facilmente conseguidos através da consorciação entre a agricultura e a criação de animais. À medida que essas inovações fossem ganhando terreno, e a pesquisa agrônômica se desenvolvesse no país, seria possível introduzir máquinas e adubos minerais que reduziriam em mais de cinco vezes o número de escravos necessários em cada propriedade. (PÁDUA, 2004, p. 246).

As mudanças referidas, na visão de Capanema, deveriam se dar concomitante à oferta de instrução para os lavradores, sedimentando o que ele mesmo aconselhava quanto à estruturação prévia de uma base propiciadora de transformações do Brasil em uma coisa que pareça uma nação. (CAPANEMA, apud PORTO ALEGRE, 2006, p. 229). Para tanto, ressalta Pádua (2004), sobressai-se a necessidade da fazenda modelo de agricultura, ideia recuperada, segundo o mesmo autor, de Bonifácio, conforme já vimos, e de Moraes Navarro, mas posta em pauta, àquela altura, por Capanema.

No que se refere aos meios para educar os lavradores no rumo das melhorias técnicas, (...), não lhe ocorreu nada melhor do que a velha proposta da fazenda modelo, que seria criada pelo governo para ensinar aos jovens lavradores como plantar de forma mais inteligente. Uma ideia que já havia sido indicada por Moraes Navarro em 1799. (PÁDUA, 2004, p. 246-247).

Vejamos que tais ideias ganham campo e sedimentam uma mentalidade nacional. No Ceará tal sedimentação se deu, mais fortemente, como já ressaltado em seções anteriores, pelas ações dos intelectuais que estavam na composição da Comissão Científica. Tal fato proporcionou uma proximidade maior com essas ideias haja visto o fato de alguns intelectuais terem feito sua defesa intransigentemente, como era o caso de Tomás Pompeu e, seguindo o exemplo de seus interlocutores, Juvenal Galeno.

Comprovaremos melhor essa proximidade, portanto, fazendo a leitura de um discurso de Juvenal Galeno, já enunciado por nós em páginas precedentes. Acreditamos que sua leitura seja imprescindível para a composição da compreensão do conjunto de ações dos intelectuais românticos que nos levam a afirmar o propósito educacional conforme já ressaltado.

Tal discurso fora proferido em 1859, enquanto Juvenal Galeno tornara-se deputado provincial na legislatura 1858/1859. O Poeta, que figurava como suplente, havia assumido a vaga de deputado e, dentre os projetos e as defesas de causas várias que apresentou, consta um projeto de criação de uma *Escola Normal de Agricultura*. O projeto, que teve autoria compartilhada com um amigo seu e colega deputado indicado no discurso como senhor Sobreira, foi inicialmente justificado como de suma importância para a agricultura, conforme explanação do excerto abaixo.

Nada havemos feito, senhores, em prol d'agricultura! Um só, há entre nós, não ergueu a voz pugnando pelos direitos sagrados que tem ella a nossa attenção, a nossa solicitude! ... Foi esta, pois, a rasão porque eu e o meu nobre amigo o senhor Sobreira, animamo-nos a apresentar o projecto, que ora se discute, foi esta a rasão porque ousou arrastar o indiferentismo de todos, erguendo a minha voz sem prestígio na defesa de uma cauza tão santa, embora reconheça que para a aquisição de um bom resultado é demais fraca a minha intelligência. (JUVENAL GALENO, 1859).

Conforme a leitura da ata de sessão realizada na Assembleia Provincial, no dia 8 de setembro de 1859, o projeto, cujo número era o de 41, havia sido submetido a discussão e aprovado em primeira votação. A leitura da referida ata se deu na sessão do dia 10 de setembro daquele mesmo ano. As informações acima constam em publicação do jornal *Pedro II* do dia 22 de outubro de 1859.⁸³

Em pronunciamento do dia 5 de setembro de 1859, cujo discurso⁸⁴ foi publicado no *Pedro II* do dia 22 de outubro do mesmo ano, o nobre deputado e senhor Juvenal Galeno queixava-se da morosidade na tramitação de um projeto que ele considerou de “incontestável transcendência à província.”

Tendo, senhor presidente, apresentado no dia 12 do mez passado este projecto por considerál-o de incontestável transcendência à província: tendo debalde esperado a sua primeira discussão, vi, com desgosto expirar o segundo e ultimo mez de nossos trabalhos, sem que elle apparecesse, e por isso morreu-me de todo a esperança de vel-o discutido nesta sessão: porém – ainda custa-me a crer! – vejo-o hoje, vinte e quatro dias depois de julgado objeto de deliberação, accupando a attenção da casa, talvez pela escassez de matéria, ou por não ser mais necessário o tempo para esses projectinhos, que apesar de estéreis em real utilidade à província, foram todavia preferidos, como negócios urgentes, mercedores da mais alta consideração... (JUVENAL GALENO, 1859).

Juvenal Galeno queixava-se de um indiferentismo e até mesmo menosprezo por seu projeto, por parte de alguns de seus pares, e ironiza o empenho dos colegas parlamentares ao focar a atenção em projetos “não transcendentés” para a Província.

... sem melhorar os ordenados dos professores, sem destinar uma verba para a edificação ou aluguel de casas próprias para as aulas, sem outra para utensílios, embora continuassem à frente dessas aulas homens desvalidos! Dirá que muito concorreu para que fosse criado um oneroso imposto sobre o sabão importado; para que não approvassem um contracto, em que aucthorisa o dispêndio annual de muitos contos para a iluminação a gaz das ruas da capital; e outras, e outras idéias semelhantes. Dirá também que fez benefícios ao círculo, conseguindo verbas no orçamento provincial, para tal matriz, para tal cemitério, quando ainda não foram pagas ao decretado no anno anterior... (JUVENAL GALENO, 1859).

Segundo o projeto do notável deputado Juvenal Galeno, os fins diretos da fazenda normal abrangeriam o melhoramento do sistema de produção agrícola e industrial, daria oportunidade de ensaio aos primeiros núcleos de colonização, bem como propiciaria o ensino

⁸³Sobre informação de Projeto aprovado na Assembleia Provincial ver *Pedro II*, 22 de outubro de 1859. As referidas informação estão disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital de acordo com endereço abaixo: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&PagFis=3803&Pesq=juvenal%20galeno>> Acesso em 20 de abril de 2016.

⁸⁴ O Discurso do Sr. Juvenal Galeno, pronunciado na sessão de 5 de setembro de 1859, foi publicado no *Pedro II* do dia 29 de outubro de 1859. (p. 2). As referidas informações estão disponíveis no endereço abaixo: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&PagFis=3803&Pesq=juvenal%20galeno>> Acesso em 20 de abril de 2016.

da criação de gado e de combates a suas doenças, do melhoramento genético das raças e constituir-se-ia também em uma escola prática aos agricultores e criadores.

Dentre os fins indiretos do projeto, aponta inicialmente o nobre deputado a necessidade da oferta de mão de obra qualificada para suprir a falta de braços na Província provocada pela venda de escravos para as lavouras do Sudeste do país após a proibição do tráfico de escravos, conforme atestado no excerto abaixo.

Pelas razões que venho de expender, senhores, e pelo desenvolvimento da cultura do café e da canna tem-se tornado demais sensível a escassez dos braços. Hoje é ella um dos principaes obstáculos ao progresso da lavoura e por tanto da província. Sem dúvida, uma boa porção de nossos productos perdeu-se por falta de pessoas para colhê-la, máxime o café que, como não ignoraes, amadurecendo quase todo de uma vez, exige rápida colheita, que não pode ser feita com pouca gente, pelo que não é pequena a perda annual.

E não nos sendo possível remover por ora, de todo esse mal, podemos porem attenual-o, e será este um dos melhores serviços que prestaremos a nossa província. No projecto em discussão, julgo ter consignado todas as medidas, que nos podem levar a esse fim; porque é incontestável que um melhor systema de lavoura, que o emprego de processos mecânicos aperfeiçoados, reduzem a menos da metade a necessidade dos braços; e que só depois de alguns ensaios, só depois de demonstrada pela prática a vantagem da colonização, pode ser ella promovida pelos nossos fazendeiros. (JUVENAL GALENO, 1859).

Outras finalidades indiretas da fazenda normal, apontadas pelo autor, seriam o barateamento do custo dos alimentos e a salvaguarda dos recursos naturais, notadamente os recursos florestais e preservação das matas que norteiam os mananciais de águas. A partir daqui, Juvenal Galeno pauta o discurso com a construção de uma crítica ambiental, baseado em preceitos históricos, bem nos moldes de autores como Capanema e Freire Alemão, conforme veremos na citação abaixo.

Ninguém por certo ignora que há três séculos, chegando os portuguezes ao Brasil, e encontrando essa prodigiosa abundância de férteis terrenos, entenderam que não era mister, em sua cultura, amanha-l-o, como faziam na mãe pátria...

... não só por isso, como também o commercio então era limitado: o mercado da colônia era unicamente a metrópole. À vista d'estas e de outras razões adaptarão o systema que ainda hoje está em voga; nos doarão essa rotina tão penosa, tão estúpida, que além de exaurir as forças do operário, esteriliza o terreno.

Examinemos os defeitos d'esse systema rotineiro. Abre annualmente o lavrador de cereais um roçado, derrubando as mattas sem poupar arvoredos algum, e como vê que é custoso limpar o solo das madeiras e raízes, recorre a um meio fácil de acabar com esse empecilho à plantação – lança fogo em tudo. Preparado assim, o terreno recebe a semente, sem conhecer o lavrador se é elle próprio para a plantação d'esta. Depois de um ou dous annos é abandonada essa terra, tornando-se uma capoeira improductiva, onde de novo vae crescer o matto para passar depois pelo mesmo processo. Então o lavrador passa adiante, vae destruir nova porção de matta, para também abandonal-a apoz dous annos.

Começa assim, senhores, o lavrador a devastar o solo, a deixal-o exposto aos raios ardentes do sol, reduzindo a cinzas essas mattas preciosas, sem lembrar-se que a falta

d'ellas é uma das causas da secca, é uma das causas d'esses males que periodicamente occasionão a excassez das chuvas. (JUVENAL GALENO, 1859).

Após ser aparteado por um deputado contestando o que sustentava, Galeno prossegue o discurso indicando que o que pronunciava estava fundamentado na existência de estudos de “abalizados phisicos” e, além do mais, nos exemplos daquilo que a história ofereceria como “provas irrefragáveis d'esta verdade”. (GALENO 1859). Ora, quem seriam esses abalizados físicos? Certamente eram os destacados estudiosos do mundo físico, tais como Guilherme Capanema, Freire Alemão e Tomas Pompeu, dedicados ao estudo da natureza nas áreas geológicas, botânicas e fisiográficas, respetivamente.

Prossegue ele, portanto, com mais exemplos para a composição dos fins propostos para a escola normal de agricultura, objeto de seu projeto, aportando mais argumentos de crítica ambiental, com forte influência dos autores acima, conforme assinalado no recorte seguinte

Além d'este mal, o lavrador queimando as mattas, destroe excellentes madeiras de construcção, e a lenha, que já vae escaceando perto dos povoados, e por isso vendendo-se por subido preço. Porém, senhores, logo que, à vista da prática da fazenda-normal, conhecer o lavrador que pode cultivar todos os annos em um só lugar e quaes os meios para assim o fazer, cessará por certo essa destruição das mattas. Sem conhecimento algum do terreno, sem saber se elle, tal qual se acha, presta-se ao cultivo da espécie que pretende, lança-lhe-o lavrador a semente. O que acontece? É que muitas vezes, tendo por mestra a experiência, vem esta mostrar-lhe que errou, que foi perdido todo seu suor, todo o seu capital; mas aconteceria isto se houvesse um estabelecimento, onde pudesse o agricultor ir, isto é, prepara-la com os agentes precisos a tal e tal planta? Talvez que não. Nos Estados Unidos, quando um indivíduo vai cultivar um terreno novo, manda uma amostra d'elle ao gabinete de chymica industrial, que examinando-o indica os agentes que faltão para a planta que se pretende, e a melhor maneira de cultivál-a. A fazenda-normal, encarregando-se d'esta missão tornar-se-ia demais proficua aos homens da lavoura. (JUVENAL GALENO, 1859).

Associando a defesa da fazenda normal como meio e possibilidade de aprimoramento técnico da lavoura na província, Juvenal Galeno robustece seu discurso discorrendo sobre a necessidade de novas tecnologias no desenvolvimento da indústria agrícola.

Vejamos agora o methodo de plantação. Prepara o lavrador com a enchada uma camada de terra muito superficial, em que deposita a semente. Esta ao princípio desenvolve-se bem, em seguida, encontra um solo duro, que não pode romper, e por isso fica reduzida ao pouco que a enchada preparara; se o verão é rigoroso não pode ella resistil-o e, à falta de seiva, perece. Tal não aconteceria porém se o terreno fosse arado, como costuma-se na Europa, acrescendo mais que d'essa maneira encurtava-se o trabalho, porque, como é sabido, um arado faz pelo menos o serviço de trinta enchadas.

É também lamentável, senhor presidente, que na preparação dos produtos, ainda não empregue o nosso agricultor essas machinas, que além de perfeição de seu trabalho, poupão os braços, poupão o tempo e não exaurem tanto o alento operário. Todavia algumas d'ellas não são ignoradas pelos lavradores; elles vêem os annuncios nos jornaes, mas temendo a exageração d'essas noticias, temendo a perda de uma somma, não querem arriscar-se, esperão que outrem mande-as comprar para com a prática, conhecerem suas vantagens. Temos d'isto um exemplo. Há alguns annos publicarão-

se as vantagens dos despoldadores de café; porém nem um fazendeiro munuiu-se de machina tão importante como esta em quanto o governo, autorizado por uma lei não mandou comprar algumas; só desta maneira foi-nos possível esse melhoramento. Assim, também acontecerá com as outras machnas, com os outros melhoramentos, empregados n'uma fazenda-normal, onde trabalharão para quem quiser examinar. (JUVENAL GALENO, 1859)

No projeto proposto por Galeno, associada à atividade agrícola estava a indústria da criação de gado e outros animais domésticos. Desta forma, no ponto seguinte de seu discurso, Juvenal Galeno trata de sistemas consorciados, conforme se lê abaixo

Diz o projeto, que um dos fins da fazenda-normal, será a criação do gado, e mais animais domésticos. É mister, senhores, que haja mais alguma indústria na criação do gado, é mister mais solicitude para esse ramo, que ainda tão pouco produz à vista da extensão de sua faculdade productora. [...].
[...] Na Europa a criação do gado e mais animais domésticos é unida a lavoura. Ambas auxilião-se mutuamente: a lavoura mecessita do estrumo, necessita animaes para o trabalho da cultura e do transporte, e precisa também da carne e do leite para manutenção dos operários; em quanto a criação precisa dos prados artificiaes, em falta dos naturaes de alimento, que pode ser melhorada com a palha do arroz, do milho, da cana, &c. Não se entenda com isto que haverião numerosas manadas de gado unidas aos sítios, e creadas soltas, como é costume entre nós; não, crear-se-hia como na Europa. O lavrador teria somente aquella porção de gado que lhe fosse possível crear em seu sitio. Todos plantarião, creando ao mesmo tempo o gado preciso... (JUVENAL GALENO, 1859)

A referida escola proposta se prestaria também a promover estudos de melhoramento genético dos rebanhos e do surgimento de uma cadeia de produção muito útil ao desenvolvimento econômico da província, de acordo com o que se lê no recorte abaixo

[...] e estou certo, senhores, que d'este systema resultarião vantagens. Haveria mais cuidado na criação, mais indústria, e aproximando-se assim os pontos de criação dos mercados, talvez que, quando não barateasse, não houvesse n'elles falta de carne. Além disso a criação assim dividida por todos os lavradores daria lugar a pequenas indústrias, por exemplo o fabrico da manteiga, do queijo, a preparação das pelles, e outras muitas. Mas, para que isso se realise, é necessário um ensaio, são indispensáveis conhecimentos práticos, que só uma fazenda-normal poderá dar-nos. Mas, senhor presidente, embora não se possa conseguir em toda a província uma reforma no systema da criação, concedido mesmo que seja isto um impossível, encarregar-se-há a fazenda-normal da criação do gado e mais animaes domésticos, não só para satisfazer as suas necessidades, como também para estabelecer assim uma escola prática de criação; ensinará a preparar os prados, o feno, e os produtos do gado e outros animaes, como o leite, a lã &c. [...].
Haveria, segundo o projecto, na fazenda um hábil veterinário que se empregasse na melhora das raças, e no estudo das doenças que devastam o nosso gado. Senhores, é este um dos serviços que já deveria ter sido feito: o mal triste e outras moléstias causam no sertão todos os annos grandes prejuízos, e todavia ainda não cuidamos em sanar esses males, ainda não começaram-se estudos, que podem chegar a descobrir um remédio para essas doenças! E se resultar dos estudos d'esse veterinário a descoberta de remédio para essas moléstias, quanto augmentará a nossa receita?
Além de tantas vantagens de uma fazenda normal, recorde-me de mais outra, que é, o ensino prático dos operários nacionais e preparação de bons feitores, ou administradores ruraes. E não é isto pouco a uma província em que não se encontra indivíduos habilitados para administrar os serviços de um sítio qualquer. (JUVENAL GALENO, 1859)

Nas memórias de Capanema, publicadas no livro *Os Ziguezagues do Dr. Capanema*, de Maria Sylvia Porto Alegre, de 2006, podemos dizer que encontramos a matriz principal dessas ideias defendidas por Juvenal Galeno em seu projeto. Diversos argumentos apresentados por Galeno são os mesmos de Capanema, incluindo-se os exemplos utilizados. Essas ideias de Capanema já haviam sido desenvolvidas e detalhadamente expostas em seu livreto *Agricultura: fragmentos do relatório dos comissários brasileiros à exposição universal em Paris em 1855*.

Se a crítica ambiental não foi elaborada por intelectuais ecléticos, pelo menos ela chegou por suas intermediações. Eles foram os porta vozes dessas ideias e, por consequência, interlocutores que ajudaram a sedimentar uma mentalidade nacional, dado que por eles se deu a difusão de diversas ideias incorporadas por outros intelectuais espalhados nas diferentes províncias do Império. O discurso de Juvenal Galeno, como já ressaltamos, evidencia a proximidade com essas ideias, notadamente com a oportunidade que teve do compartilhamento com tais intelectuais e, certamente postando-se na mesma categoria.

5 CAPÍTULO IV - AS CANÇÕES DE JUVENAL GALENO INSERIDAS NA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO ESPÍRITO NACIONAL

“A poesia é a língua materna da espécie humana; tal como a jardinagem é mais antiga do que a agricultura; a pintura do que a escrita; o canto do que a declamação; as parábolas do que as inferências lógicas; a troca do que o comércio. O descanso de nossos antepassados era um sono mais profundo e seu movimento uma dança cambaleante. Sete dias ficaram calados em meditação ou espanto; e abriram as bocas... para pronunciar palavras aladas.” **J. G. Hamann.** *De Escritos e Cartas.*

“Na verdade, o poeta que queira reinar sobre a expressão deverá permanecer fiel à sua terra; nela poderá plantar palavras poderosas, pois que conhece o país; aqui poderá colher flores, pois que a terra lhe pertence; aqui poderá cavar as profundezas à procura de ouro, erguer montanhas e conduzir correntezas, pois é o amo.” **J. G. Herder.** *Da Terceira Coleção de Fragmentos.*

5.1 A Organização e a Catalogação das Canções Populares por Juvenal Galeno

É o próprio Juvenal Galeno quem afirma, no prólogo da primeira edição de seu *Lendas e Canções Populares*, o percurso que fizera na organização e catalogação das canções populares. Pelo que ali se lê, há a afirmação de um propósito e a descrição de uma metodologia. Em relação ao primeiro, ao reproduzir, ampliar e publicar as canções do povo brasileiro, Juvenal Galeno afirma que teve por fim representá-lo e guiá-lo doutrinariamente, “pugnando pela liberdade e reabilitação moral da pátria.” (JUVENAL GALENO, 2010d, p. 61). Para seguir esse propósito, o poeta cearense detalhou métodos, técnicas e processos de como colheu as

informações necessárias junto ao povo no cumprimento de sua missão. Isso contempla o segundo conceito caracterizando-o como uma metodologia.

Afirmou Juvenal Galeno que tentou, antes de tudo, conhecer o povo e com ele identificar-se. Acompanhou-o no passo a passo do seu viver, nos campos, povoados, sertões, praias e montanhas, ouvindo, registrando e aprendendo cantos, lendas, queixas, profecias, usos, costumes e superstições. (JUVENAL GALENO, 2010d, p. 61). Posteriormente, escreveu o que esse povo sentia, o que cantava, o que dizia e inspirava, conforme nesta estrofe do poema *Palestra Intima*: “E cantei a labuta dos roceiros/ Dos homens do sertão as vaquejadas/ E dos homens do mar as pescarias/ Sobre as ondas bravias nas jangadas.” (JUVENAL GALENO, 2010d, apud NETTO, 2010, p. 69).

Segundo o que o próprio poeta afirmou

Foi no trabalho, no lar e na política, - na vida particular e pública, - na praia, na montanha e no sertão, - que ouvi os cantos do povo, que reproduzi-os, que ampliei-os, sem desprezar a frase singela, a palavra do seu dialeto, a sua metrificação, e até o seu próprio verso. (JUVENAL GALENO, 2010d, p. 72).

Sânzio Azevedo, no texto *Os Contos de Juvenal Galeno*, escrito como prefácio à quarta edição do livro *Cenas Populares*, cuja primeira edição é de 1871, caracterizou o bardo romântico cearense como um “agudo observador da realidade do Ceará na sua época, a ponto de alguns contos poderem (como alguns textos do citado livro de poesia) servir de segura fonte para o estudo dos costumes de então.” (AZEVEDO, 2010, p. 16).⁸⁵

Acreditamos que por esta agudeza de observação, Florival Serraine, em prefácio à edição anterior do mesmo livro já havia atestado que

Cenas Populares possui significado intelectual porque, além de apontar características regionais assumidas pela escola literária a que se incorpora o bardo cearense, servirá como documentário linguístico e folclórico de importância para estudos sistemáticos desta subárea cultural.

De passagem, assinalamos as numerosas expressões do léxico praieiro e sertanejo que, aliás, o escritor não raro define em glossário final, as interessantes fórmulas de tratamento e saudação, surgidas no colóquio campesino, bem assim, a narração de lendas e superstições circulantes nos meios populares como a da solha, as referentes ao caipora, à mãe-d’água, as assombrações marítimas e outras. (SERRAINE, 2010, p. 27).

Abaixo transcreveremos o conteúdo de uma carta que José de Alencar enviou a Juvenal Galeno, na qual o romancista cearense relata sobre o sentimento despertado nele com

⁸⁵ AZEVEDO, Sânzio. Os contos de Juvenal Galeno. In.: JUVENAL GALENO. *Cenas Populares*. 4ª. Ed. Fortaleza: Secult, 2010. p. 15-21.

a leitura do livro *Cenas Populares*, reavivando-lhe na memória as cenas da infância no torrão natal.

Meu prezado colega,
 Recebi e cordialmente lhe agradeço os seus dois mimos literários, as CENAS e as LIRAS.
 O primeiro já o devorei; e confesso-lhe que há muito tempo não leio páginas que me causassem tão íntimo prazer. Parecia-me que estava no Ceará, na formosa praia do Mucuripe, entre as palhoças de pescadores, à sombra dos cajuais, onde tantas vezes fui em ranchos de famílias e improvisadas pescarias.
 Outras vezes me supunha nas pedrinhas, quando ela era fazenda de criação, e íamos lá assistir à ferra do gado; tinha eu então uns sete anos.
 Creia-me. Livro tão original ainda não se escreveu entre nós; e o Ceará deve lisonjear-se de ter quem lhe dê na literatura pátria um lugar que não tem outras províncias mais ricas e adiantadas em progresso material.
 Continue pois a coligir as nossas tradições e a ilustrar o nome cearense.
 Com estima e verdadeiro apreço.
 De V. Sa.
 Adm.º e patr.º. Afet.º e obr.º
 José de Alencar. (JOSÉ DE ALENCAR, 2010, 23).

Isso reforça o que afirmara Azevedo a respeito da característica observadora do poeta Juvenal Galeno sendo capaz de transmitir com fidelidade o que observava.

Também Austregésilo de Athayde, em nota sobre Juvenal Galeno no jornal carioca *Diário da Noite*, em 1936, ressaltou e exaltou essa pujança descritiva afirmando que as canções de Juvenal Galeno “comovem as almas e acordam nelas as melhores lembranças dos tempos da meninice, os ambientes dos campos, os quadros bucólicos das vaquejadas, as melancolias dos poentes, a graça dos primeiros amores.” (ATHAYDE, 1936).⁸⁶

Florival Serraine, ainda no aludido prefácio à terceira edição de *Cenas Populares* afirmou que “pode sem exagero afirmar-se que, no escritor cearense, o sentido da realidade cultural e as raízes telúricas eram por demais influentes (...)” (SERRAINE, 1969, p. 26), e por isso existia em Juvenal Galeno uma preocupação constante em traduzir essa realidade física e sociocultural com fidelidade, respeitando minimamente os seus detalhes. (SERRAINE, 1969, p. 26).

Do maior interesse cultural são as descrições da vida social e familiar do jangadeiro, da rendeira, do vaqueiro, do agricultor, que ele cuidadosamente efetua, denotando amplo e fiel conhecimento do ambiente rústico, do meio e do homem que participava da sociedade *folk* na segunda metade do século passado. (SERRAINE, 2010, p. 27).

Pelos personagens e temas tratados por Juvenal Galeno, poderíamos classificá-lo como um cronista em pleno Romantismo que, “embora pintando os cenários próprios de sua

⁸⁶ ATHAYDE, Austregésilo. **Juvenal Galeno**. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 1936. In.: *Cantigas Populares*, 2.ª ed. Fortaleza: Secult, 2010. p. 145-146.

terra, que são as paisagens comuns do nordeste, Juvenal Galeno foi, pelo sentimento, um cantor da nacionalidade.” (ATHAYDE, 1936, p. 145).

Em qualquer parte do Brasil as suas canções comovem as almas e acordam nelas as melhores lembranças dos tempos da meninice, os ambientes dos campos, os quadros bucólicos das vaquejadas, as melancolias dos poentes, a graça dos primeiros amores. O Ceará é a terra privilegiada da poesia popular e do folclore.

Em nenhuma outra parte dos sertões setentrionais existe, como naquelas paragens, o menestrel profissional, o cantador de desafio, o violeiro adestrado, famoso e querido das gentes, que anda de terra em terra espalhando em versos os próprios feitos e as façanhas bravias dos grandes cangaceiros do nordeste.

A muitos conheci, tão espontâneos e férteis, que poderiam rivalizar na amplitude dos surtos épicos com as passagens mais emocionantes do maior dos poetas gregos.

Juvenal Galeno foi o máximo expoente dessa poesia.

Seus cânticos estão incorporados ao patrimônio nacional, fazem parte da memória de todos os brasileiros e quase ninguém, nesses últimos cinquenta anos, se embalou no regaço materno sem ouvir algum trecho esparso ou incerto da sua inspiração incomparável. (ATHAYDE, 1936, p. 145-146).

Segundo ainda Florival Serraine

Os seus personagens são, destarte, humildes praieiros, sertanejos ou serranos, gente rústica e incontaminada pela civilização urbana, cearenses incultos que teriam existência no século passado, às proximidades da Guerra do Paraguai.

Guardam costumes arcaicos e se exteriorizam em formas culturais ordinariamente moldadas no tradicional e no consuetudinário. (SERRAINE, 1969, p. 26).

Depreende-se do que se afirmou acima que Juvenal Galeno portou-se como alguém que tinha noções de etnologia, dado que elaborou sobretudo um trabalho de observação de costumes, de caracteres e comportamentos. Buscou descrever e analisar a vida social do povo, situado em dado lugar, e como promove sua identidade a partir de sua fala, seu canto, suas danças e outras formas de sociabilidade.⁸⁷

Na seção inicial do primeiro capítulo deste nosso texto, ressaltamos que na composição da obra *A Porangaba*, por exemplo, Juvenal Galeno certamente teria colhido experiência de etnologia junto aos membros da Comissão Científica, notadamente junto a Gonçalves Dias, afinal, esta era a função específica do poeta maranhense na referida comissão. Schwarcz, em obra já citada, ressaltou que “antropologia e etnologia são disciplinas que assumem importância crescente dentro da Revista do IHGB, passando inclusive a constituir um

⁸⁷ Nos dicionários encontram-se dois sentidos para o vocábulo etnologia: 1) estudo dos povos integrados no contexto dos seus agrupamentos naturalmente constituídos; a linguística, a antropologia, o folclore, etc.; antropologia cultural. 2) teoria explicativa geral dos fatos propostos pela etnografia. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/etnologia>> Acesso em 06 de setembro de 2016.

O primeiro sentido descrito acima contextualiza melhor o que Juvenal Galeno procurou fazer.

campo separado de atuação.” (SCHWARCZ, 1993, p. 111). É a partir dessa atuação que Juvenal Galeno encontra a canção popular.

Juvenal Galeno tinha consciência de que perseguia um propósito. Este identificava-se, certamente, com o propósito Romântico e portanto, sabia ele que, em tal empreitada, deveria buscar incessantemente aquilo que Herder⁸⁸ chamou de verdadeiro tesouro cultural do povo, ou seja, a canção popular, cravejada como brilhante na pedra bruta. Relembremos que esse era o momento da construção e afirmação da nacionalidade brasileira. É o contexto do Romantismo. O texto manifesto de Gonçalves de Magalhães, sobre a literatura brasileira, lançado na *Revista Niteroi*, lembrava da necessidade de uma nação livre marchar rumo à civilização e, para tanto, cabia-lhe o esclarecimento de sua própria história.

Toca ao nosso século restaurar as ruínas, e reparar os erros dos passados séculos. Cada Nação livre reconhece hoje, mais que nunca, a necessidade de marchar. Marchar para uma nação é engrandecer-se, é desenvolver todos os elementos da civilização. Há mister reunir todos os títulos de sua existência, para tomar o posto, que justamente lhe compete na grande liga social, como o nobre recolhe os pergaminhos de sua genealogia, para em face do Rei fazer-se credor de uma nova graça. Si o futuro só póde sair do presente, a grandeza d’aquelle se medirá pela deste. O povo que se olvida a si mesmo, que ignora o seu passado, como o seu presente, como tudo o que em si se passa, esse povo ficará sempre na immobildade como o Império Indo-Chinez. (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1836, p. 144).

No projeto de construção da nacionalidade estava como pré-requisito a reconstituição da história brasileira. Então nesse ponto, era mister encontrar interesse e meditação profunda nos caminhos não trilhados, conforme orientou Gonçalves de Magalhães.

Nada de exclusão, nada de desprezo. Tudo o que poder concorrer para o esclarecimento da história (...) merecer deve nossa consideração. Jamais uma Nação poderá prever o seu futuro, quando ella não conhece o que ella é, comparativamente com o que foi. Estudar o passado, é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar; nada de exclusão; a exclusão é dos espíritos apoucados, que em pequena orbita gyram, sempre satélites, e brilhandes com luz emprestada. O amante da verdade porem, por caminhos não trilhados, em tudo encontra interesse, e objeto de profunda meditação. Como o viajor naturalista, que se extasia na consideração de uma florzinha desconhecida, que o homem bronco tantas vezes vira com desprezo. O que era ignorado, ou esquecido romperá dest’arte o envoltório de trevas e achará divido lugar entre as cousas já conhecidas. Depois de tantos systemas exclusivos, o espírito ecletico anima nosso século, elle se levanta como um immenso colosso vivo, tendo diante dos olhos os annaes de todas as geraçoens, n’uma mão o archote da Philosophia, acceso pelo gênio da investigação com a outra aponta a esteira luminosa, onde se convergem todos os raios de luz, escapados do brandão que sustenta. Luz, e progresso; eis sua diviza. (GONÇALVES DE MAGALHÃES, página 144-145)

⁸⁸ Ver a esse respeito, HERDER, J.G. **Da terceira coleção de fragmentos**. In.: autores pré-românticos alemães. São Paulo: Editora Herder, 1965.

O autor de *Suspiros Poéticos e Saudades*, em seu manifesto, tenta desconstruir a mentalidade formatada por princípios da colonialidade portuguesa. Para tanto, exaltou os poetas e conclamou-os, enquanto protagonistas da nacionalidade, a se despirem das galas apavonantes que não lhes pertenciam e faz votos para que os vindouros vates brasileiros achassem “no puro céu de sua Pátria um sol mais luminoso que Phebo.” (MAGALHÃES, P. 145-149).

Não se póde lisongear muito o Brasil de dever a Portugal sua primeira edu[ca]ção, que tão mesquinha foi ella, que bem parece ter sido dada por mãos avaras e pobres; com tudo bôa ou má d'elle herdou, e o confessamos, a Literatura, e a Poesia, que chegadas à América não perderam seu character Europeu. Com a Poesia vieram todos os Deoses do paganismo, espalharam-se pelo Brasil, e dos céos, das florestas, e dos rios se apoderaram. A poesia do Brasil não é uma indígena civilisada, é uma Grega, vestida à Franceza, e à Portugueza, e climatizada no Brasil; é uma virgem do Helicon, que, peregrinando pelo Mundo, estragára seu manto, talhado pelas mãos de Homero, e sentada à sombra das Palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da Pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da Castália, e o trepido sussurro do London, e do Ismeno, e toma por um rossinol o sabiá, que gorgeia entre os galhos da lorangeira. Encantados por este nume seductor, por esta bella Estrangeira, os Poetas Brasileiros se deixaram levar pelos seus canticos, e olvidaram as simples imagens, que uma Natureza virgem com tanta proffusão lhes offerecia; similhante a Armida de Tasso, cuja belleza, arteficios, e doces palavras attrahiram, e desorientaram os principaes guerreiros de Goffredo. É rica a mythologia, são bellas suas ficçoens, mas á força de serem repetidas, e copiadas vão desmerecendo, além de que, como o pássaro da fabula, despimos nossas plumas para apavonar-mo-nos com antigas gallas, que não nos pertencem. Em Poesia requer-se mais que tudo invenção, genio, e novidade; repetidas imitaçãoens o espirito embrutece, como a muita arte e preceitos tolhem, e suffocam o genio; as primeiras verdades da sciencia, como os mais bellos ornamentos da Poesia, quando a todos pertencem, a ninguem honram. O que dá realce, e nomeada a alguns de nossos Poetas não é certamente o uso destas liçoens; mas sim outro genero de bellezas naturaes, não colhidas nos livros, mas que só a Pátria lhes inspirára. Ora, tão grande foi a influencia, que sobre o Genio Brasileiro exercêo a Grega mythologia transportada pelos Poetas Portuguezes, que muitas vezes Poetas Brasileiros em pastores se metamorphoseam, e vão apassentar seu rebanho nas margens do Tejo, e cantar à sombra das faias.

(...) e prasa ao céu que a conversão e que os vindouros vates Brasileiros achem no puro céu de sua Pátria um sol mais luminoso que Phebo, Angelicos Genios, mais sublime que Pieredes, que os inspirem. (GONÇALVES DE MAGALHÃES, 1836, p. 146-149)

Vejamos que a recomendação era voltar os olhos para as coisas do vasto império brasileiro. Fazê-lo descobrir-se a si mesmo a partir do que era inédito ou ainda não havia sido objeto de atenção devida. Era preciso lançar mão do que fosse possível para a recomposição da história brasileira. Nisso estavam inseridas as canções, as poesias e todo um conjunto de tradições populares.

Sobre as canções populares Herder escreveu que, quanto mais selvagem, mais vivo e mais liberto é um povo, tanto mais selvagens, isto é, mais vivas, mais libertas, mais sensuais e mais liricamente atuantes deverão ser também as canções desse povo. (HERDER, 1965, p.33).

... quanto mais o povo está afastado da maneira de pensar, da língua e da escrita artificiais e científicas, tanto menos suas canções são feitas para o papel, tanto menos são escritos mortos: do lírico, do vivo e por assim dizer do dançável no canto e, ao mesmo tempo, da atração viva das imagens, da relação e, por assim dizer do impulso premente do conteúdo, das sensações, da simetria das palavras, das sílabas, em alguns casos até mesmo das letras, do canto da melodia e de centenas de outras coisas pertencentes ao mundo vivo, à canção falada ou nacional – é disso, e somente disso que depende a essência, a finalidade, toda a força milagrosa que têm estas canções de ser o encantamento, a mola motriz, a eterna canção herdada e canção de alegria do povo! (HERDER, 1965, p.33-34).

Assim, a história de uma nação será tanto mais rica quanto incorporar esses valores. O próprio Herder, cujo pensamento alimentou o discurso do Espiritualismo Eclético, conforme já vimos em outro capítulo, alertava que “a espécie humana está destinada a um progresso de cenas, de cultura de costumes: ai do homem a quem desagrada a cena em que deverá aparecer, atuar e viver! Mas ai também do filósofo da humanidade e dos costumes para quem sua cena é a única e que despreza a mais primitiva por considera-la pior!” (HERDER, 1965, p.34-35).

Juvenal Galeno acolheu essas teses, e seu discurso o demonstram. Não à toa que citou Herder. Conforme apontamos, há teses de Gonçalves de Magalhães em seu discurso. Ressaltamos, em diversos momentos de nosso texto, sobre o compartilhamento dessa mentalidade entre os intelectuais do ecletismo romântico. Nas memórias de Guilherme Capanema, por exemplo, que também falava da necessidade de se construir a nação pelo alicerce, afirmou que “os homens de bem que vivem retirados com toda a modéstia representam uma coisa: são o mais irrecusável documento de que a população brasileira não está de todo pervertida, que ela encerra em si bons germens, como palhetas de ouro cravadas em pedra inútil.” (CAPANEMA, 2006, p. 171).

É necessário um estudo de aprofundamento dessas questões. De qualquer maneira, até podemos afirmar que Juvenal Galeno era um intelectual muito bem informado, bem relacionado, e que fazia parte dessa intelectualidade nacional. Por isso, no prosseguimento de seu texto, ele reafirmar sua labuta.

E assim continuarei a escrever outros livros, procurando fazer conhecidos os nossos cantos populares, dos quais este volume é uma pequena parte. Sei que mal recebido serei nos salões aristocratas, e entre alguns críticos que, - estudando nos livros do estrangeiro o nosso povo, - desconhecem-no a ponto de escreverem que o Brasil não tem poesia popular! Esquecidos de que a poesia nasceu com o homem e só com o homem morrerá; - de que não há povo que não tenha a sua lenda, a sua canção, a sua poesia, bela, original, toda filha de sua alma, e que não exprima a sua saudade, o seu amor a sua mágoa; - de que no estado selvagem, o Brasil teve essa poesia no canto das tribos, que comemoravam seus feitos guerreiros e as aventuras de seu viver errante, entoando aos sons da *inúbia*, do *torém*, do *murmuré* ou do *maracá*, a canção íntima, a tradicional, a da guerra, e a de seus costumes; - de que nos tempos coloniais o povo cantava a opressão que sofria, as suas aspirações à liberdade, o cativo de seus filhos, a devastação de suas florestas; de que na Independência o brasileiro cantou as peripécias da luta, as vitórias, os heróis, os hinos

do livre. – de que hoje, ilaqueado por sua boa fé, lendo na lei – na liberdade, e nos fatos – despotismo, canta não só os seus amores e as lendas do passado, como também os seus pesares de cidadão! E de que o povo sabe cantar, como sabe chorar, gemer e suspirar, - nasceu cantando, como os passarinhos, como tudo que tem voz, porque o bom Deus assim o quis, assim o fadou poeta! (JUVENAL GALENO, 2010d, p. 73-74).⁸⁹

Desta forma, partindo para o encontro desse ideal conforme indicado e descrito acima, de encontrar a canção e a poesia populares, acreditava Juvenal Galeno estar no cumprimento de uma missão, de acordo com o que podemos colher da citação abaixo.

... desprezado dos salões, encontrarei bom gasalhado na oficina, na choça, no seio do povo; o operário entoará no trabalho estas canções, as crianças repeti-las-ão no lar, e o veterano, o recrutado, o escravo, o oprimido... derramarão muitas lágrimas ao escutá-las.
E assim cumprirei minha missão. (JUVENAL GALENO, 2010d, p. 74).

Ressalte-se que encontrar as tradições populares a partir de suas canções, registrar a poesia popular, reescrevê-la, os costumes, etc., nada disso se constituía um fim em si mesmo. Tudo isso era meio, constituindo-se elemento essencial na composição do propósito educacional no ideal de construção da pátria de acordo com as diretrizes traçadas no âmbito do Romantismo.

5.2 A Canção Popular Eleita Neste Estudo: Reflexo do Brasil Oitocentista?

Já afirmamos anteriormente, em outro capítulo, que os estudos empreendidos e os respectivos relatórios elaborados por grande parte dos exploradores científicos que participaram das expedições estrangeiras, no Brasil, a partir da segunda década do século XIX, abriram os caminhos para que intelectuais brasileiros pensassem nossa própria história e as possibilidades e condições de constituição de nosso país como nação.

Sabe-se que nem sempre as informações contidas nesses relatórios estavam à disposição do governo e dos intelectuais brasileiros, mesmo que muitas tenham sido realizadas com aval oficial. Muitas publicações ficaram restritas ao país empreendedor e financiador da exploração. Em muitos casos, só posteriormente as informações contidas em tais relatórios estariam acessíveis ao Império brasileiro. Assim poderemos exemplificar a narrativa sobre o nordeste brasileiro elaborada pelo britânico Henry Koster, que ganhou o título de *Travels in*

⁸⁹ Na citação, Juvenal Galeno utiliza a tese de Gonçalves de Magalhães acerca de uma tradição poética primitiva conforme desenvolvido em *Ensaio Sobre a História da Litteratura do Brasil*, publicado no volume 1 da Revista Niteroi. Este ensaio foi o manifesto que pretendeu construir uma mentalidade romântica cuja missão seria o estabelecimento de novas bases para a Pátria Brasileira.

Brazil, publicada em Londres em 1816, que somente recebeu tradução no Brasil em 1898, por iniciativa de Antônio C. de A. Pimenta, publicando-as na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Da mesma forma o diário de Louis François de Tonellare, escrito entre 1816 e 1818, abordando aspectos da vida social, política e econômica, bem como costumes e festas populares da época nas províncias de Pernambuco e da Bahia, publicadas no Brasil entre 1904 e 1907, pelos institutos históricos das respectivas províncias.

Geralmente como esses relatórios eram remetidos aos países de origem dos cientistas,⁹⁰ persistia, em grande parte, o desconhecimento das particularidades investigadas no próprio país em que se deram as investigações. Quando não, predominava a visão centrada no modo de pensar europeu que em nada ou pouco contribuía para a reconfiguração da história brasileira, muito menos para a referida construção de uma ideia pátria.

Apesar disso, algumas ações de alguns viajantes europeus que estiveram no Brasil, com suas expedições exploratórias desde o início do século XIX, possibilitaram um certo descortinamento e, em certa medida, deixaram uma herança não só de conhecimentos acerca do meio físico e de metodologias relacionadas a coletas de dados, bem como conhecimentos históricos, geográficos e, culturais, que envolviam, de uma maneira bem mais particular, aspectos minuciosos sobre as pessoas e seus costumes, seus cantos, danças, crenças, maneiras de falar, do que se alimentavam e que atividades desenvolviam para a própria sobrevivência. Tais estudos envolveram também conhecimentos sobre os indígenas, sobre os escravos e a escravidão. Fizeram o Brasil se voltar para si mesmo. Despertou até mesmo uma tendência que impulsionou os estudos sobre o que se definiria como povo, considerando-se essa categoria como a chave para a compreensão e constituição de nação.

Conforme já ressaltamos, por conta dessas ações, um novo olhar sobre o próprio país foi se constituindo, o que permitiu também, posteriormente, a construção de uma nova mentalidade que possibilitou a reconsideração da própria história pátria. Reforçamos a assertiva exemplificando, conforme Sallas (2010) que, “as ideias de nação e história produzidas pelos viajantes europeus que estiveram no Brasil no início do século XIX tiveram papel fundamental na construção de um imaginário sobre os povos indígenas e os modos de inscrevê-los no tempo

⁹⁰As informações estão de acordo com texto de Lúcia Gaspar, da Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, em **Viajantes (relatos sobre o Brasil, séculos XVI a XIX)**. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=131> Acesso em 14 de setembro de 2016.

e no espaço.”⁹¹ Afinal, como afirmou Menezes (2000), “é do conúbrio entre *Clio* e *Mythos* que nasce a invenção de um país, produtos de ciência e arte, trabalho e devaneio, análise e utopia.”⁹²

De qualquer maneira, essas ações de exploração e conhecimento territorial, e sobre o que havia na vastidão do território, foram despertando um desejo por parte de intelectuais nativos em se lançar à empreitada de acumular conhecimentos acerca de nossos valores culturais para a tão propalada construção. Representou um aval científico que gradativamente formatou e alimentou uma mentalidade de nação.

A obra *Viagem pelo Brasil*, elaborada pelos naturalistas Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) e Johann Baptist von Spix (1781-1826) constituiu-se em um marco teórico e metodológico para o pensamento brasileiro. É significativo nesse momento registrarmos que as obras frutos das expedições das quais esses naturalistas fizeram parte, serviram como referência aos intelectuais brasileiros, principalmente àqueles ligados ao Romantismo, notadamente porque estiveram diretamente ligados ao delineamento do projeto de nossa nacionalidade.

Além de *Viagem pelo Brasil*, escrita entre 1823 e 1831, e publicada no Brasil já em 1838, Martius e Spix elaboraram uma outra obra, publicada em anexo a esta anterior, intitulada *Canções Populares Brasileiras e Melodias Indígenas*, consistindo na catalogação das canções populares em forma de partituras. Fica patente que assim alguns dos referidos viajantes, atrelados às expedições científicas, descortinando os véus que ainda encobriam o vasto império brasileiro, foram, de certa forma, os responsáveis por despertarem e impulsionarem a ideia de nação.

Uma outra obra de von Martius, a dissertação apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, respondendo *Como se Deve Escrever a História do Brasil?*, publicada

⁹¹SALLAS, Ana Luisa Fayet. **Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação.** In.: Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.17 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2010. Texto disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000200009> Acesso em 15 de setembro de 2016.

⁹²MENEZES, Eduardo Diathay B. de. A invenção do Brasil entre Clio e Mythos. In.: Revista do Instituto Histórico do Ceará. Ano CXIX – 2000. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista.php>> Acesso em 26 de setembro de 2016.

na revista do referido instituto no ano de 1845⁹³, cujas teses repousam em Herder⁹⁴, as quais o Espiritualismo Eclético de Victor Cousin também reverbera⁹⁵, mostra as diretrizes teóricas que instituíram a linha de pensamento da historiografia brasileira, por parte dos românticos, bem como o delineamento de uma metodologia para a reconsideração da história pátria.

O autor em questão, após apontar que jamais se deveria perder de vista os elementos essenciais que concorreram para o desenvolvimento do homem brasileiro, que ele enumera como “a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica.” (VON MARTIUS, 1845, p. 3), defende a construção de uma história eivada com os elementos populares, considerando isso essencial para despertar o amor à pátria.

Nunca esqueça, pois, o historiador do Brasil, que para prestar um verdadeiro serviço à sua pátria deverá escrever como autor monárquico-constitucional, como unitário no mais puro sentido da palavra. Daqui resulta que a obra, a qual não devia exceder a um só forte volume, deverá ser escrita em um estilo popular, posto que nobre. Deverá satisfazer não menos ao coração do que à inteligência; por isso, não devia ser escrita em uma linguagem do [Ilegível] e empolada, nem sobrecarregada de erudição ou de uma multidão de citações estéreis. Evitará não menos ter o caráter de uma crônica, do que de investigações históricas, secas e puramente eruditas. Como qualquer história que esse nome merece, deve parecer-se com um Epos! Só de um lado é verdadeiro que o Epos popular só é composto onde o povo ainda se acha em desenvolvimento progressivo, então do outro lado não podemos duvidar que atualmente o Brasil é um objeto digno de uma história verdadeiramente popular, tendo o país entrado em uma fase que exige um progresso poderoso: por isso, uma história popular do país vem muito a propósito, e possa seu autor, nas muitas conjunturas favoráveis, que o Brasil oferece, achar um feliz estímulo, para que imprima à sua obra todo o seu amor, todo o zelo patriótico, e aquele fogo poético próprio da juventude, ao mesmo tempo que desenvolva a aplicação e profundidade de juízo e de firmeza de caráter, pertencentes à idade madura e varonil. (MARTIUS, 1843).

⁹³Segundo Jair Honório Rodrigues, “deve-se a Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a proposta, a 14 de novembro de 1840, de oferecer cem mil réis como prêmio a quem apresentasse ao Instituto um plano para se escrever a história antiga e moderna do Brasil, organizada de tal modo que nele se compreendessem as partes política, civil, eclesiástica e literária. O Instituto, considerando a ideia, resolveu acrescentar mais cem mil ao prêmio, que nestas condições foi anunciado.” Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B_KmZofvEaVoSi16UHZaeGFqZIU/view> Acesso em 24 de setembro de 2016.

⁹⁴ No segundo capítulo delineamos alguns pontos da filosofia da história de Herder. Título de aprofundamento ver, a respeito, *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*, de J. G. Herder, publicada por edições Antígona, Lisboa, 1995. Além das obras indicadas no referido capítulo, ver também o texto de Laurent Giassi, *La Philosophie de l'Histoire selon Herder em 1774*, disponível em: <http://www.philopsis.fr/IMG/pdf_philopsis_herder-histoire-giassi.pdf> Acesso em 24 de setembro de 2016.

⁹⁵ Diremos que essa reverberação das ideias de Herder pelo Espiritualismo Eclético de Victor Cousin está estampada em uma citação utilizada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na definição de seu *Programma Historico*, de 1839, conforme se lê: “Um philosopho dos mais celebres entre os modernos, M. Cousin, dictava em uma das lições aos seus numerosos discípulos: ‘Dai-me a carta de um paiz, sua configuração, seu clima, suas águas, seus ventos, e toda a sua geographia physica; informai-me de suas producções naturaes, de sua flora, de sua zoologia, etc.; e eu me comprometto a dizer-vos a priori qual será o homem desse paiz, e que lugar gozará na história, não accidentalmente, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas; emfim, a ideia que este paiz é chamado a representar.’” Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>> Acesso em 14 de outubro de 2016.

Segundo o autor referido acima, a história brasileira deveria ser contada como um *epos*⁹⁶. Depreende-se disso que, além de inaugurar o gosto pela história, e de estabelecer as diretrizes de sua reconsideração, a busca pelos constituintes desse *epos*, configurada em forma de relatos, forneceram também subsídios para a instituição da literatura pátria pois, segundo Fetz⁹⁷ (2014),

(...) O relato de expedições científicas, na forma de literatura, compõe uma importante face da comunicação entre a ciência e o público leigo em geral. Contribuiu tanto para a ampliação do horizonte científico quanto para a popularização e para a legitimidade da prática científica na sociedade moderna. Enquanto comunicação científica, por sua vez, teria cumprido sua função, de maneira geral, na identificação e na classificação de novas espécies e na “descrição objetiva” das diferentes culturas. Enquanto literatura, o relato de viagem transformou o cientista em um herói, no bravo e corajoso protagonista de uma grande aventura mundo afora. (FETZ, 2014, p. 9).

Nessa perspectiva, não só a história brasileira deveria ser reconsiderada, propriamente, mas sua literatura. Nesse ponto, é importante ressaltarmos a influência e a força das ideias de Ferdinand Denis (1798-1890)⁹⁸ sobre intelectuais brasileiros, notadamente os do núcleo romântico.

Ferdinand Denis, historiador francês que viajou pelo Brasil e o conheceu em seus aspectos profundos, defendeu a existência de uma originalidade na formação da literatura brasileira advinda de particulares aspectos naturais nos trópicos (solo, clima, florestas) e da mistura das raças. Sobre a natureza ele afirmou que “se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez nossos mestres.” (DENIS, 1978 apud. RODRIGUES & ODA, s/d). Em relação à mistura das raças, ele advertia, segundo que, “para que tal literatura vingasse era necessário

⁹⁶Do termo grego epos deriva a palavra épico que significa: 1) poeta que cultivava a poesia épica; 2) poema que narra a história dos heróis. Informação disponível em: <<https://pt.wiktionary.org/wiki/%C3%A9pico>> Acesso em 27 de setembro de 2016.

⁹⁷ FETZ, Marcelo. **Expedições científicas no século XIX: o universo da ciência e a diversidade cultural**. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5160>> Acesso em 19 de setembro de 2016.

⁹⁸Segundo Rodrigues e Oda, em **Os grilhões desvendados? A fundação de um nacionalismo romântico**, “este jovem francês (1798-1890) esteve no Brasil durante três anos (1816-1819) percorrendo boa parte do nosso território, que o encantou e sensibilizou-o, conforme deixou registrado em sua documentação pessoal e em suas obras. Ele ficou deslumbrado com a paisagem tropical, com os costumes locais, os índios, o clima, o campo, os animais, as plantas ... Denis escreve em 1824, as *Scènes de la Nature sous les Tropiques et de leur influence sur la Poésie*, onde pretendia mostrar aos europeus “o partido que podem tirar dos grandes cenários” e a “influência da natureza sobre a imaginação dos homens que vivem nas regiões quentes (...)”. Será essa visão, retomada de outros escritos seus, que fornecerá argumentos para o projeto nacionalista dos românticos brasileiros.” Texto disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/g00001.htm>> Acesso em 26 de setembro de 2016.

estudar as origens dos grupos formadores do então povo brasileiro, resgatar e valorizar os costumes indígenas, verificar as influências do índio, do europeu e do negro.” (RODRIGUES & ODA, s/d). Segundo Oliveira, “na base dos ‘pensamentos novos e enérgicos’, ou seja, da liberdade poética clamada por Denis, está o indianismo.”⁹⁹ Aliás, estaria para muito além deste. Isso é apenas um aspecto porque o pensamento de Ferdinand Denis é tributário da mentalidade eclética que se enraizou no meio intelectual romântico brasileiro.

A partir desses direcionamentos, cresceu a convicção de que os intelectuais brasileiros propriamente deveriam ser os protagonistas da narrativa histórica brasileira e, nesse percurso, encontrar as bases da literatura pátria, levando em conta tudo o que poderia ser colhido e que representasse “as cores do país”, naquilo que Machado de Assis posteriormente chamou de instinto de nacionalidade (MACHADO DE ASSIS, 1873). Segundo Cândido, essas bases de sustentação da mentalidade nacionalista dos românticos brasileiros possibilitou uma “teoria geral da literatura brasileira”, conforme especificada nos postulados abaixo.

1)O Brasil precisa ter uma literatura independente; 2) esta literatura recebe suas características do meio, das raças e dos costumes próprios do país; 3) os índios são os brasileiros mais lídicos, devendo-se investigar as suas características poéticas e toma-las como tema; 4) além do índio, são critérios de identificação nacional, a descrição da natureza e dos costumes; 5) a religião não é característica nacional mas é elemento indispensável da nova literatura; 6) é preciso reconhecer a existência de uma literatura brasileira no passado e determinar quais os escritores que anunciam as correntes atuais. Este conjunto constituiu, então o campo do que se pode chamar de “teoria geral da literatura brasileira”. [...] (CÂNDIDO, 1997, p. 294).

O encontro dessas bases se daria agora não mais exclusivamente pela via documental, mas também através do contato direto com as fontes fornecedoras do objeto requerido, ou seja, a natureza e os costumes do povo, utilizando-se, na coleta dos dados, de oralidades e de observações.

O empenho por encontrar e reproduzir as canções populares nasce desse contexto e a tradição criada a partir disso fora preservada e dela se apropriaram os intelectuais ligados ao Romantismo, já desde a sua primeira geração, como é o caso de Gonçalves de Magalhães, José de Alencar, Araújo Porto-Alegre, Gonçalves Dias, dentre outros intelectuais congregados ao redor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No período que corresponde, no século XIX, ao Brasil Império, diversos eventos nos indicam que o encontro de alguns intelectuais com as canções populares tornou-se tendência a ponto de ultrapassar toda a segunda metade do século XIX e atingir meados do

⁹⁹OLIVEIRA, Andrey Pereira. Ferdinand Denis, Promotor do Indianismo Brasileiro. Disponível em: <<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/docente/producao.jsf?siape=1513790>> Acesso: 26/09/2016.

século seguinte. Já consideramos e dissertamos que as canções populares e tudo que estava atrelado às tradições populares constituíram-se em um importante elemento a ser investigado e apropriado porque tornou-se afirmador da nacionalidade. Sobre isso já tivemos oportunidade de expor na terceira seção do capítulo primeiro deste nosso texto.

O aparecimento de publicações sobre o tema, ao longo do período do século XIX, já é um indício considerável que demonstra a relevância do mesmo e o quanto os intelectuais brasileiros, notadamente românticos, se debruçaram nessa tarefa de catalogação e publicação das canções e tradições do povo. Outros se lançaram à tarefa de teorizar sobre o tema, o que pode facilmente ser atestado dado o intenso debate nos jornais, através de artigos, bem como pela publicação de compêndios e manuais.

Diversos textos do referido período procuraram dar fundamento ao tema, sustentando-o como elemento de nacionalidade, como já é do conhecimento o caso do texto de Gonçalves de Magalhães, *Ensaio Sobre a Literatura no Brasil*, já utilizado em citações anteriormente, bem como textos de José de Alencar, reunidos em *O Nosso Cancioneiro*, onde o autor pretendeu analisar as canções do povo e suas manifestações, identificando sua importância para a literatura brasileira e, de maneira geral, para a cultura nacional. É significativo o registro de que Gonçalves Dias inicia-se na vida literária lançando o seu *Cantos – Collecção de Poezias*, em 1857. Certamente o tema da obra seria em alusão aos cantos populares, notadamente relacionados à matriz indígena, que ele considerava essencial no protagonista cultural e constituidor do povo brasileiro. No volume VI de suas obras póstumas, organizada por Antonio Henrique Leal (1869), correspondente ao estudo comparado *Brazil e Oceania*, apresentado ao IHGB, podemos ver vários textos¹⁰⁰ elencados indicando um norte teórico para os referidos estudos. Conforme se lê na introdução da obra, Gonçalves Dias esclarece que os motivos de seu intento vão ao encontro da missão da reconsideração da história pátria.

Descrever o estado physico, moral e intelectual dos indígenas do Brazil, no tempo em que pela primeira vez se achavão em contacto com os seus descobridores; e ver que

¹⁰⁰ Entre os textos que compõe a referida obra de Gonçalves Dias, enumeramos: *Emigrações dos indígenas do Brazil, Tribus que habitavão o littoral do Brazil, Tribus que habitavão o sertão, Costumes e artes dos Tapuyas, Tupys, Caracteres physicos; Tupys. Caracteres moraes; religião e culto; Tupys. Crenças; Caracteres moraes: festas e danças; Governo, índole e paixões; Nascimento, casamento, morte; condição das mulheres; Caracteres intellectuaes; Se os Americanos caminhavão para o progresso ou para a decadência. O que pensamos dos Tupys; Descobrimto do Brazil, commercio com os francezes. Primeiros povoados portugueses; consequência do proceder que se teve com os Indios.* GONÇALVES DIAS. *Brazil e Oceania*: memória apresentada no I. H. e Geographico Brasileiro. In.: *Obras Póstumas de A. Gonçalves Dias*. Precedida de uma notícia da sua vida e obras. Por Antonio Henrique Leal. Vol. VI – San’Luiz do Maranhão, 1869. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00647010>> Acesso em 04 de outubro de 2016.

probabilidade ou facilidade offerecião nessa época a empresa da catequese ou da colonisação, - eis a primeira parte do problema que devo desenvolver.

Não serão precisos encarecimentos para fazer comprehendêr quão difficil é a tarefa, principalmente pelo decurso de mais de três seculos, acompanhados de uma tal multiplicidade e variedade de successos, que ou poserão em esquecimentos aquellas primeiras paginas da nossa historia, ou as tornarão mais confusas.

Longe de mim a louca presumpção de deixar por uma vez aclarados e definidos factos relatados de maneira tão diversa, observaões tão disparatadas e tão pouco congruentes de auctoridades igualmente respeitáveis. Só com o tempo se poderão resolver algumas duras questões, que parecendo affectar exclusivamente aos nossos indígenas, dizem por ventura respeito à infância de todos os povos.

Pela minha parte, contentei-me de colligir, de confrontar e de combinar no que pude o que a tal respeito achei escripto, tirando conclusões que me parecerão justas, e formando conjecturas que se me antolharão como as mais plausíveis, se não são verdadeiras. Mas ainda assim, não será inútil este trabalho, ou extracto, se o quezerem – de crônicas antigas, de livros pouco vulgares, de memórias e relações pouco lidas, - e com difficuldades encontradas.

Os que se applicarem a estes estudos agradecer-me-hão talvez o empenho de resumir em um só corpo as observaões e asserções dos primeiros viajantes, credores por isso do maior conceito – apresentando-as como um só todo, cuja unidade se descortina através da diversidade de materiais de que me tenho de occupar. (GONÇALVES DIAS, 1869, p. 11-12)

Na seção de Obras Raras da Biblioteca Digital do Senado Federal, encontramos diversas obras que trataram do tema, atestando assim, a relevância do mesmo e sua permanência na pauta nacional, mesmo com o fim do Império. Algumas são obras que teorizaram sobre o tema e outras são coletâneas de poesias e canções populares. Em alguns casos, são canções que foram registradas de acordo com a tradição e, em outros, foram adaptadas, preservando a forma original.

Por uma questão de exemplificação do que foi posto em relevo, mencionamos *Contos Brasileiros*, de 1868, de Araripe Junior, *Aves de Arribação: Lendas e Canções Sertanejas* (1877), de José Leão, *Cantos Populares do Brazil* (1883), e *Contos Populares do Brazil* (1885), de Sylvio Roméro, *Festas e Tradições Populares do Brasil* (s/d) e *Mythos e Poemas: Nacionalismo* (1884), de Melo Moraes Filho, *Lyra do Trovador: Collecção de Modinhas, Recitativos, Lundús, Canções, etc.* (1896), volumes 1 e 2, em terceira edição, *Monis Barretto, O Repentista: Estudo* (1886), de Rozendo Moniz, *Os Ciganos no Brazil: Contribuição Ethnográfica* (1886), de Mello Moraes Filho, *Parnazo Brasileiro – Século XVI-XIX*, Vol. I e II - (1885) de Mello Moraes Filho, *Subsidio ao Folk-Lore Brasileiro: Anecdotas sobre caboclos e portugueses; lendas, contos e canções populares, etc.* Vol. I - (1897), de Julio Campina. Muitas outras obras há. A lista é imensa, principalmente se levarmos em conta o empenho de intellectuais no âmbito de suas províncias, bem como textos esparsos publicados em um infindo número de periódicos.

A realização de Juvenal Galeno através de seus *A Porangaba* (1861), *Lendas e Canções Populares* (1865), *Cantigas Populares* (escritos entre 1866 e 1872), *Cenas Populares*

(1871) e *Lira Cearense* (1872), demonstra bem esse sentido da intencionalidade de perseguição da canção popular no propósito da nacionalidade. Num dos supramencionados livros, no *Parnaso Brasileiro, vol. I (1885)*¹⁰¹, o autor, Melo Moraes Filho, afirmou, aliás, que Juvenal Galeno pertenceu a uma geração que propôs um nacionalismo literário mais amplo.

Por essa mesma época uma outra geração se desenvolvia, trazendo consigo novas aspirações e novas idéas. O elemento popular das comédias de Penna, Macedo e Alencar; dos romances destes dous, de Manoel de Almeida e Franklin Távora; das poesias de Juvenal Galeno e Bittencourt Sampaio, desthronisou pelo nacionalismo litterario mais amplo o nacionalismo mais extreme de Porto Alegre e G. Dias. (MORAES FILHO, 1885, p. 14)

Não foi então por acaso que, no rol das canções e autores que Moraes Filho utilizou para compor seus dois volumes do *Parnaso Brasileiro*, figurava Juvenal Galeno com três de suas canções¹⁰².

Ainda na Introdução da obra citada, o autor demonstra que o empenho na busca das canções populares, consistindo em afirmação da nacionalidade, impediria “que fossem suffocadas por civilizações vindouras as vozes inteligentes de nossas populações no berço, ameaçadas pelo cosmopolitismo que nos invade.” (MORAES FILHO, 1885, p. 16). Ainda recomendou que

Para termos uma litteratura é necessário que nos desquitemos do exclusivismo de typos; da conservação absurda da linguagem clássica, porque as línguas, a menos que não fiquem estacionárias, modificam-se, progridem; que consagremos nas formas da arte a herança psychica dos nossos progenitores; que sejamos de nosso paiz e de nosso meio, e assim nos tornemos soberanos entre os povos que o são, pelos seus monumentos na poesia, na litteratura e na arte. (MORAES FILHO, 1885, p.16).

Um outro indício dessa intenção de busca pelas canções populares é apontado por José Ramos Tinhorão, em seu *História Social da Musica Popular Brasileira*¹⁰³. Nesta obra o autor indica uma tendência que se firmou, fruto de anseios pela definição da identidade

¹⁰¹MORAES FILHO. Mello. *Parnaso Brasileiro – Seculo XVI a XIX (1856-1840)*. Vol. I. B. L. Garnier Editor, Rio de Janeiro, 1885. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179488>> Acesso em 04 de outubro de 2016.

¹⁰² A obra de Melo Moraes Filho se propôs a reunir autores brasileiros e a produção da poesia brasileira desde o período colonial. No rol dos autores elencados no segundo volume consta o nome de Juvenal Galeno com algumas canções publicadas, cujos títulos são: *O Boiadão*; *O Rapaz da Guia*; e *O Voluntário do Norte*. MORAES FILHO. Mello. *Parnaso Brasileiro – Seculo XVI a XIX (1856-1840)*. Vol. II. B. L. Garnier Editor, Rio de Janeiro, 1885. p. 404-412. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179488>> Acesso em 04 de janeiro de 2016.

¹⁰³ TINHORÃO, José Ramos. *História Social da Música Popular Brasileira*. 2. ed., São Paulo: ed. 34, 1998. p. 128-153. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?vid=9788573260946&redir_esc=y> Acesso em 30 de setembro de 2016.

nacional, provocada pela irrupção do nacionalismo político, pós Independência, e que estava associada ao romantismo literário.

A tendência aludida, consistindo na influência mútua entre artistas populares e intelectuais românticos, que se deu a partir de fins da década de 1830, fez florescer a modinha num enlace da linguagem rebuscada dos poetas com a sonoridade e os ritmos dançantes populares.

O que a evolução do processo sócio-cultural brasileiro no âmbito das camadas urbanas revela, realmente, após o fim da era colonial – quando a independência permitiu a irrupção, quase simultânea, do nacionalismo político do primeiro reinado e da regência, e do romantismo literário destinado a estender-se até ao fim do século – foi a busca de uma pretendida identidade nacional. No plano da nascente música popular urbana dirigidas a camadas sociais mais amplas, que começavam a formar-se, esse movimento de interesse romântico dos eruditos pelas manifestações consideradas “do povo” iria resultar no aparecimento da modinha seresteira, o que se daria através do casamento da linguagem rebuscada dos grandes poetas, nas letras, com a sonoridade mestiça dos choros que traduziam para as camadas médias os novos ritmos dançantes importados da Europa, na música. (TINHORÃO, 1998, p. 129).

Segundo o mesmo autor, isso representou um desdobramento que resultou na configuração da música popular urbana, nascida em cidades com grau de desenvolvimento econômico elevado, como era o caso do Rio de Janeiro.

Essa original fusão tornar-se-ia possível a partir de meados de Oitocentos, aliás, graças a uma particularidade sócio-econômica ligada ao novo momento de diversificação social, que vinha a calhar para o alcance do melhor resultado, ou seja, a democratização do uso do próprio piano burguês. (TINHORÃO, 1998, p. 130).

Segundo ainda o autor citado

A introdução do piano no Brasil, iniciada na segunda década do século XIX, iria permitir, em menos de cem anos, o estabelecimento de uma curiosa trajetória descendente que conduziria o instrumento das brancas mãos das moças da elite do I e II impérios até aos ágeis e saltitantes dedos de negros e mestiços músicos de gafeiras, salas de espera de cinema, de orquestras de teatro de revista e casas de família dos primeiros anos da república e inícios do século XX. (TINHORÃO, 1998, p. 130).

Tinhorão afirma que os nomes de Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto Alegre, os fundadores do Romantismo brasileiro, bem como outros autores românticos, aparecem em ligação estreita com essa tendência para a formação da música popular.

De volta ao Rio de Janeiro pelos fins da década de 1830, já com a aura da publicação de seu livro de poemas *Suspiros Poéticos e Saudades* em 1836, em Paris, Magalhães adere ao meio intelectual carioca e torna-se um dos mais assíduos frequentadores da livraria do antigo tipógrafo Paula Brito, então Praça da Constituição, hoje Tiradentes. Ora, a loja de Paula Brito – Loja do Canto, como era chamada pelos contemporâneos, por ficar na esquina, ao lado do atual Teatro João Caetano – constituiu no Rio de Janeiro o primeiro ponto de encontro de escritores e artistas da época. Era um local em que os encontros se davam não mais com o espírito das antigas academias, mas para descomprometidos bate-papos literários, políticos e mundanos, conforme a

tradição dos cafés europeus tipo Café Procope, de Londres, ou Café de la Regence, de Paris. (TINHORÃO, 1998, p. 133)

O referido autor reforça o entendimento de que esses intelectuais estavam associados a Paula Brito, que mantinha uma gráfica e uma livraria, e foi editor e eminentemente divulgador das obras do romantismo brasileiro e fundador da *Sociedade Petalógica*.

Pois nessa livraria de Paula Brito, “verdadeiro foco do nascente romantismo na capital”, como lembraria Melo Moraes Filho em suas *Memórias do Largo do Rocio*, reuniram-se não apenas Domingos Gonçalves de Magalhães e seu contemporâneo e amigo Manuel de Araújo Porto Alegre, mas o Poeta Gonçalves Dias e o futuro romancista Joaquim Manoel de Macedo (que também teria versos musicados) e o próprio dono da casa, Paula Brito. E este, aliás, como bom mestiço filho do povo não resistiria também a tentação de compor versos irônicos para vários lundus, cujas partituras editava. (TINHORÃO, 1998, p. 133-134)

Sobre Paula Brito já tivemos oportunidade de dissertar no primeiro capítulo, indicando que ao redor desse intelectual foi formado o principal reduto romântico, no qual Juvenal Galeno moldou seu espírito quando teve oportunidade de viajar ao Rio de Janeiro, e ali conviver com os intelectuais do Romantismo, entre 1855 e 1857. Destarte, não será difícil compreender o empenho de Juvenal Galeno no encontro da canção popular.

5.3 A Presença do Debate Estético e Filosófico nas Canções de Juvenal Galeno

A incursão que fizemos ao longo deste texto em busca da composição teórica que marcou o contexto do Romantismo brasileiro deixou visíveis as influências de pensadores como Rousseau, Vico, Herder, Humboldt, Schiller, Mme. de Staël, e notadamente o filósofo francês Victor Cousin, com o seu Espiritualismo Eclético.

Se tivermos que delimitar uma influência estética e filosófica, necessariamente teremos que levar em conta as contribuições dos autores elencados acima mas, particularmente, do último, conforme vimos, por acolher o espírito da época em sua proposta filosófica, tornando palatável ou quebrando o ímpeto tempestuoso do individualismo romântico. Em *Du Vrai, Du Beau e Du Bien*, Victor Cousin explica esse caráter de sua filosofia delineando um pouco das influências e alcances.

Obstinamo-nos a representar o ecletismo como a doutrina à qual dignamos atrelar nosso nome. Declaramos que o ecletismo nos é bastante caro, sem dúvida, pois a nossos olhos ele é a luz da história da filosofia, mas a fogueira dessa luz está em outro lugar. O ecletismo é uma aplicação das mais importantes e das mais úteis da filosofia que professamos, mas dela não é o princípio.

Nossa verdadeira doutrina e verdadeira bandeira é o espiritualismo, essa filosofia tão generosa quanto sólida, que principia com Sócrates e Platão, que o Evangelho

propagou pelo mundo, que Descartes a colocou sob a severa forma do mundo moderno, uma das glórias e das forças da pátria no século XVII, que pereceu pelo século XVIII mas que no início do presente século M. Royer-Collard reabilitou no ensino público, enquanto que M. de Chateaubriand, Mme. de Staël, M. Quatremère de Quincy a transportavam para a literatura e as artes. Damos-lhe, com toda razão, o nome espiritualismo porque caracteriza-se pela subordinação dos sentidos ao espírito e por visar a elevação e o engrandecimento humano, por todos os meios racionalmente admitidos. Ela ensina a espiritualidade da alma, a liberdade e a responsabilidade das ações humanas, a obrigação moral, a virtude desinteressada, a dignidade da justiça, a beleza da caridade e, para além dos limites desse mundo, mostra um Deus, autor e modelo da humanidade, quem, após tê-la feito para o fim da excelência, não a abandonará no desenvolvimento misterioso de seu destino. (COUSIN, 1854, p. 10 Tradução nossa)

E ainda prossegue Victor Cousin delineando sobre os preceitos de sua filosofia.

Esta filosofia é aliada natural de todas as boas causas. Ela defende o sentimento religioso; auxilia a verdadeira arte, a poesia digna desse nome, a grande literatura; ela é a base do direito; repudia igualmente a demagogia e a tirania; ensina a todos os homens a se respeitarem e a se amarem e, pouco a pouco, conduz as sociedades humanas à verdadeira república, esse sonho de todas as almas generosas que, na Europa atual, pode sozinha realizar a monarquia constitucional. (COUSIN, 1854, p. 10-11 Tradução nossa)

Pelo que foi exposto acima, a filosofia em questão, cujo princípio é o Espiritualismo, com forte senso moral, caracteriza-se por ser também uma eminente filosofia da educação. Segundo o autor, seus preceitos, que foram estabelecidos na Grécia Clássica, foram reabilitados na contemporaneidade por Royer-Collard e, no âmbito das artes, particularmente na literatura, foram difundidos por nomes como Madame de Staël e Chateaubriand. É necessário lembrar que esses autores foram frequentemente citados por intelectuais românticos brasileiros.

A citação abaixo, extraída de Gonçalves de Magalhães, revela bem o acolhimento que as ideias de Victor Cousin tiveram no balizamento dos “caminhos de nossa literatura, de nossa filosofia, de nossa educação, de nossa política”. (BARROS, 1973, p. 73).

Resumiremos este artigo, dizendo, que a Religião é um dos mais fortes elementos da sociabilidade, que a Moral do interesse não é Moral, que a ela devemos todos os males com que lutamos, que com ela toda política é má, que com ela jamais poderemos engrandecer-nos. O interesse avilta todas as ideias, e repudia todos os grandes sentimentos. Convém que o Governo ao menos uma vez lance os olhos sobre a mocidade, que faça ensinar nas escolas uma Moral pura, uma Filosofia sã, e nutra o sentimento do amor divino. Nós não podemos temer o fanatismo religioso, ao contrário tudo sofremos do estado atual; e quando o Governo não considerasse os meios indicados senão como outras tantas ideias pejudicadas de consequências, ainda assim por um conselho da política devia lançar mão deles, para destruir o mal existente, como o prático entendimento se serve com proveito de um veneno para atalhar o progresso da enfermidade. (GONÇALVES DE MAGALHÃES, apud. BARROS, 1973, p. 73).

O Romantismo foi a corrente estética dominante no âmbito nacional brasileiro de boa parte do século XIX e a eclosão dessa corrente estética, coincidindo com a busca da nacionalidade, fora temperada pela filosofia do Espiritualismo Eclético conforme já vimos e tivemos oportunidade de expor quando dissertamos de seu alcance e de sua influência, indicando uma vasta lista de intelectuais que se tornaram adeptos de tal corrente filosófica no Brasil.

Gonçalves de Magalhães, o principal expoente da fundação do Romantismo no Brasil traçou seu projeto romântico, segundo Barros (1973, p. 73), fundido a um projeto espiritualista de educação para o País, pautado na ideia de engrandecimento humano cultivando a liberdade e responsabilidade das ações humanas, a obrigação moral, a virtude desinteressada e um forte sentimento religioso. Esse foi, oficialmente, o delineamento de nosso romantismo.

Vejamos que o mesmo delineamento moral da citação de Cousin coaduna bem ao da citação de Gonçalves de Magalhães. O Espiritualismo Eclético foi propulsor do estabelecimento de uma estética romântica pautada numa moralidade e amenizada por forte sentimento religioso. Juvenal Galeno é cria desse contexto, partilha dessa mentalidade romântica. Seu texto *O Poeta de Água Doce*, publicado em *Folhetins de Silvanus* de 1891, o qual já tivemos oportunidade de citar, parece ser autobiográfico e nele o poeta delinea sua adesão a essas ideias, expressando a moralidade aludida acima.

Em seu texto, Juvenal Galeno delinea a trajetória do poeta de água doce que, desde o tempo da escola escrevia versos, coisa que rotineiramente lhe valiam uns bolos de palmatória. Da infância à adolescência, de posse dos estudos de humanidades, tomou ares de poeta, declarando-se em perene inspiração. Diz que pertenceu à escola antiga, fazendo “madrigais, sonetos e odes de todos os padrões, pondo em movimento contínuo os deuses do Olimpo.” (JUVENAL GALENO, 2010f, p. 206). Mas, como ele mesmo disse, seu máximo contentamento foi ter aparecido “nos tempos da poesia romântica e filosófica.” (JUVENAL GALENO, 2010f, p. 206) porque por ela fora salvo a tempo da tendência cética e sensualista da poesia byroniana,¹⁰⁴ que arrastou e dominou todos os vates, provocando uma completa

¹⁰⁴ Segundo Maria Imaculada Cavalcante, em artigo intitulado **A Presença do Byronismo na produção Literária de Álvares de Azevedo**, “Nenhuma influência foi tão marcante no Brasil do século XIX como a de Lord Byron e, Álvares de Azevedo foi um dos maiores representantes. A adoção de uma temática transgressora, irreverente, irônica e satânica, sob a influência de Byron, explica, em princípio, parte de sua obra, notadamente diversa de seus contemporâneos, principalmente Macário, Noite na Taverna, O Poema do Frade e o Conde Lopo. O poeta procurou byronizar parte de sua produção, deixando-se levar pela influência famosa e avassaladora do poeta inglês. A tentativa de se copiar o tom de seus livros quase sempre resultou em uma experiência desastrosa. Mas nem tudo em Azevedo é byroniano e nem todo byronismo seu é ruim, como é o caso do drama Macário. Sob a influência do bardo inglês as personagens de Macário e de Noite na Taverna apresentam um pessimismo extremo, mostram-se desencantadas, levando uma vida desregrada como única forma de compensação. O que se pode afirmar é que Azevedo possui uma incrível

revolução comportamental, pela qual também se deixou “gostosamente arrastar na correnteza infausta” (JUVENAL GALENO, 2010f, p. 208) da transgressão, do individualismo, do espírito de rebeldia e da melancolia, onde afirma que “tocou então a meta do ridículo” (JUVENAL GALENO, 2010f, p. 208).

Assim, nosso poeta de água doce

Frequentou tabernas e lupanares para inspirar-se; bebeu conhaque para escandescer o cérebro; fumou para dissipar o *spleen*; e como a mor parte de seus companheiros, na ausência do talento, aprendeu as palavras próprias do gênero, e reunindo-as fez versos. (...).

Luneta, cabelos desgrenhados, roupa preta empoeirada, capote, charutos, cachimbo e conhaque, riso sardônico, olhar de febre, face amarela para atestar a insônia, descrença ilimitada, *spleen*, *bofé* e *Satã* nos lábios trépidos... nada enfim dispensou o poeta d’água-doce caracterizando-se de Byron.

Era um dó vê-lo. (JUVENAL GALENO, 2010f, p. 208).

Atestando ainda o poeta d’água doce o seu afastamento dos estudos e da Academia, retirou-se do convívio da boa sociedade, dado seu pessimismo que o fez mergulhar na irre realidade do mundo. E novamente irrompe em repreensão a si mesmo.

O desgraçado se preparava embriagando-se nas casas de perdição, no calor das orgias, na imundície dos vícios, relendo as páginas de seus confrades, procurando, enfim, perturbar a imaginação, e nos seus cantos primar no vaporoso, na volúpia, no ceticismo – qualidades, no seu entender, essenciais ao gênero, e de seguro efeito no rapazio libertino e byrônico. (JUVENAL GALENO, 2010f, p. 209).

Talvez o próprio termo “*água doce*”, utilizado no título de referido texto, seja indicativo de um espírito afeito e identificado às águas serenas de lagos, regatos e riachos, e avesso às turbulências das águas oceânicas, jamais adaptável à turba indômita aí representada. É apenas um devaneio. Mas o texto em questão expõe a mesma preocupação moral da matriz filosófica que embalou o romantismo que inspirou Magalhães.

O conto *O Teatro e o Baile*, de Juvenal Galeno, inspirado no cotidiano carioca, mas somente publicado em Fortaleza, quando de seu regresso do Rio de Janeiro, em 1857, no jornal *O Commercial*, porta uma crítica sutil à moral do interesse disseminada na sociedade. Não daremos detalhes da estória mas, é importante ressaltar que aí já configuram indícios da presença dos princípios morais acima referidos e que, certamente, foram transpostos às temática das canções populares, haja vista a afirmação de Câmara (1969, p. 17), considerando que nas

fascinação pelas obras e pelo estilo de Byron, principalmente no que se refere à transgressão e à rebeldia.” Disponível em: <<http://www.revlet.com.br/artigos/37.pdf>> Acesso: 21/10/2016.

canções de Juvenal Galeno “sente-se que a cena é estruturada apenas para permitir que dela se extraia uma lição de amor e de bondade ou propiciar um ensinamento de ordem moral.”¹⁰⁵

Segundo ainda Câmara (1969, p. 17), o que se vê, em constância, nos versos de Juvenal Galeno é que

... a glorificação dos valores espirituais consome toda a preocupação do autor. O que se vê é o apanágio da caridade, a crítica à deformação dos princípios evangélicos por quem devia melhor praticá-los, a exaltação da pobreza, a manifestação de uma crença absoluta na justiça divina, que através de muitas vidas de provação, haverá de, afinal, conduzir as almas purificadas aos paramos celestiais. (CÂMARA, 1969, p. 17).

Também Florival Serraine (1969, p., em *Prefácio à 3ª Edição de Cenas Populares*, comentando sobre a poesia de Juvenal Galeno, dá testemunho da presença marcante de princípios morais na obra de Juvenal Galeno.

Em “Os Pescadores”, que poderia ser considerada uma novela pela sua extensão e o processo com que se desenvolve a narrativa, acha-se claramente exposto um sentimento panteísta da natureza, a par daquele ingênuo bucolismo, de origens rousseauianas, que pregava o retorno à vida rústica, à simplicidade primitiva, e atribuía à civilização a fonte de todos os males sociais. Não deve escapar, ainda, à observação crítica a presença de um sentido espiritualista nessa obra, em que os princípios morais, a ética cristã, em alguns passos expressivos delineiam os rumos do comportamento humano e até em face do amor, se vislumbra o espírito alçar-se sobre as injunções da existência material. (SERRAINE, 1969, p. 27)

Arrematando o pensamento acerca da obra de Juvenal Galeno, Serraine salienta que “*Cenas Populares* vai em boa hora reeditado, porque, além de outras qualidades com expressão artística, poderá trazer às novas gerações o conhecimento de valores espirituais dificilmente encontráveis na literatura contemporânea.” (SERRAINE, 1969, p. 28). Valores esses que o próprio Juvenal Galeno disse ser capaz de promover uma “revolução pacífica, moral e santa” (JUVENAL GALENO, 2010, p. 549), preparando o povo “para a reivindicação de seus foros, para a grande luta que um dia libertará o Brasil do jugo da prepotência, e arrancará o povo das trevas da ignorância, e dos grilhões do arbítrio.” (JUVENAL GALENO, 2010, p.72).

Aqui se vê que a questão moral, cujas diretrizes repousam na filosofia do Espiritualismo Eclético, é o verdadeiro ponto central do Romantismo brasileiro, para além da literatura, dado que se constitui como projeto educacional da nação. Juvenal Galeno, ao se lançar como poeta das canções populares, se colocou no compartilhamento da mentalidade cuja missão era o que ele mesmo denominou de “reabilitação moral da pátria”.

¹⁰⁵ CÂMARA, José Aurélio S. **Apresentação à Primeira Edição**. In: Juvenal Galeno. *Cantigas Populares*. 2. Ed, Fortaleza: Secult, 2010.

5.4 As Canções Populares de Juvenal Galeno Chegam à Escola Primária

Por mais de uma vez nos escritos de Juvenal Galeno, que podem ser classificados como crônicas, dado que trazem o registro dos acontecimentos de seu cotidiano, nos deparamos com o poeta descrevendo sobre a criança que não tinha oportunidade de escola, que crescia sem estudo, abandonada à própria sorte, reproduzindo a mesma sina de analfabetismo dos pais.

No prólogo de *Lendas e Canções Populares*, Juvenal Galeno descreveu uma cena que pode muito bem caracterizar um quadro de emperramento e atraso da instrução pública na Província. Referindo-se às dificuldades do acesso das crianças à escola, seja pela inexistência da mesma, em determinada localidade ou, pela condição de indigência dos pais, que não permitia o cumprimento de certos requisitos para enviar os filhos à escola, seja a aquisição de livros, ou mesmo a compra de vestuário apropriado, o referido poeta dá margem para a composição de um quadro nada animador da instrução na Província cearense.

Ali, a criança crescendo... crescendo sem aprender a ler! Que não podiam seus pais, os quais também ignoravam as primeiras letras, leva-la à escola: esta não existia no lugar, ou se existia, era-lhe vedada pela indigência; não tinha meios de vestir o filho, de comprar-lhe o livro, pois que as sobras de seus rendimentos entregavam, na paga dos impostos, à câmara municipal, para ela desperdiçá-las como bem lhe aprouvesse, sem realizar jamais a lei que lhe ordena o socorro à indigência na aquisição da instrução... (JUVENAL GALENO, 2010d, p.64).

Composições como esta também foram descritas no livro *Cenas Populares*, onde não raras vezes Juvenal Galeno detalha o cotidiano da infância, tomado em brincadeiras e diversões, como cangapés nos alvos morros de areia, e banhos, nos maceiós da praia. Meninos, criando-se sem instrução e, mal adentrando à adolescência, veem-se obrigados a arcar com o pesado ônus do trabalho e, num curto tempo, tornando-se chefes de família. Meninas, que mal desabrochavam, eram desposadas ou, quando não, infelicitadas pelo abuso sexual, iam engrossar as fileiras da prostituição.

O espírito de observação é constante em Juvenal Galeno conforme vimos e dissertamos em seção anterior. Informamos que o poeta, ao se lançar em busca das canções populares, agiu como poeta e investigador social atento. Mas esse espírito de observação também era o do inspetor literário¹⁰⁶, ou inspetor da instrução pública, que andou pelas

¹⁰⁶ Sobre os inspetores da instrução, definiu-se de acordo com a Lei Provincial n. 27, de 24 de dezembro de 1849, em seu Título 4 (Da inspeção das aulas): Art. 14 – Em cada município haverá um inspetor das escolas primárias tanto públicas como particulares, o qual será sujeito ao director do Lyceo, que o nomeará d'entre os cidadãos mais qualificados do município. Art. 15 – Ao inspetor municipal compete: 1º inspeccionar as aulas do seo município, 2º representar ao diretor do Lyceo sobre os abusos introduzidos no ensino; 3º informar sobre os requerimentos dos cidadãos do seo município, que se propozerem ao concurso de qualquer cadeira de instrucção primaria, 4º passar attestado mensal de frequênciã aos professores

cercanias da cidade para a qual fora oficialmente nomeado¹⁰⁷, mas certamente extrapolou esses limites com o mesmo ímpeto de observar e desejo de registrar descasos em relação à instrução do povo, fenômenos que certamente se repetiam em diversos rincões da Província.

Ressaltemos que, conforme também já vimos, as questões relacionadas à instrução ganhariam destaque já desde a década de 40 do século XIX, conforme vimos pelo Relatório da Instrução apresentado por Thomas Pompeu, em 1849, onde é apresentado um quadro já por demais preocupante da instrução na Província.

Si o ensino secundário vae mal entre nós, o primário, essa primeira necessidade do homem social, vae miseravelmente; o que todavia não é de admirar, quando se vê que outras províncias em melhores circunstâncias do que a nossa não se achão mais avançadas nesta parte, e mesmo nações antiquíssimas da Europa apenas agora vão aperfeiçoando esse ramo importante de educação. Com tudo foi um grande passo para seo melhoramento a creação da inspecção geral, e particular, dando assim um centro, e uma fiscalisação, e vigilância, que não tinhão: e mais vantagens se terião obtido, apesar de defeitos radicaes que existem, si a lei regulasse as attribuições do diretor, e inspectores locais, as relações destes com os professores e vice-versa, e si as pessoas mais habilitados tivessem querido acceitar, e desempenhar seriamente as funcções de inspectores. Na falta de uma legislação mais apropriada tenho recommendado, quando é possível, a observância da lei n. 26 de 1836, e seo regulamento de 14 de junho de 1837, únicas que temos sobre a instrucção pimaria.¹⁰⁸

O Relatório de Thomas Pompeu aponta um dado que ele considerou positivo, então, que foi a criação da inspeção, como ele mesmo se referiu, classificada em inspeção geral e particular, que aventaria a possibilidade de uma centralidade, otimizando a fiscalização e o controle dos processos envolvendo aulas, matrículas, contratação de professores, cumprimento das atividades docentes, dentre outras.

públicos com declaração dos alumnos, que effectivamente frequentão a sua aula, 5º informar ao diretor do Lyceo, quando este exigir, o modo porque no desempenho de seos deveres procedem os professores públicos e particulares. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&PagFis=1300&Pesq=instruc%c3%a7%c3%a3o%20publica>> Acesso em 25 de outubro de 2016.

¹⁰⁷ Consta em despacho do Governo da Província de 1º de agosto de 1858, que a nomeação de Juvenal Galeno como inspetor da instrução primária deu-se através de portaria data de 20 de julho do mesmo ano, para a comarca da capital que abrangia os seguintes municípios: Fortaleza, Mecejana, Pacatuba (para onde inicialmente Juvenal Galeno aparece designado), Maranguape, Siupé, Trahiry, Aquiraz, Monte-mór e Cascavel. Tais informações constam na edição 01832 do Jornal Pedro II, de 17 de agosto de 1858. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216828&pasta=ano%20185&pesq=01832>> Acesso em 25 de outubro de 2016.

¹⁰⁸ Relatório da Instrução Pública. Thomas Pompeu de Sousa Brasil. Cearense. N. 226-239/ 15 de março de 1849 a 17 de maio de 1849. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 26 de outubro de 2016.

Apresenta-se aqui, a partir do referido relatório, um discurso que vai se constituindo e de forma crescente demonstrando uma preocupação quanto à operacionalidade da instrução pública e dando ênfase sobretudo à questão da inspeção escolar.

Em um contexto posterior a esse, especificamente em fins da década de 1850, se dá, com mais veemência, um processo de discussão da importância da instrução pública e da forma como estava se dando a implantação da mesma. Ao que parece, pelo menos em discursos, a preocupação era generalizada e a pauta estava tomada pelo tema e toda a discussão encetada continuou permeada pela mesma questão da inspeção.

No Relatório do Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, de 1864, o tema da instrução é posto nos seguintes termos.

Não é mister encarecer-vos a importância d'este assumpto. Os mais sérios interesses humanos, a sorte da família, os destinos da sociedade, a prática e o desenvolvimento das instituições políticas, estão presos à questão da instrução popular como os corolários aos princípios.

O ensino primário abrange em seu domínio a formação do coração e do entendimento da criança. Corrigir as tendências malignas, fortificar as propensões para o bem, cultivar os sentimentos nobres e elevados, gravar no espírito as verdades moraes e religiosas e provocar os primeiros desenvolvimentos da inteligência, é uma missão sublime, cercada de dificuldades e cheia de perigos. As ideias e sentimentos plantados nos ânimos infantis, tornão-se, para assim dizer, leis, categorias do espírito e fazem do menino aquilo que elle é na idade viril.

Os fatos da vida de cada povo em todas as esphas da atividade humana não são mais do que as manifestações praticas do systema de educação adoptado.

É por isso que as graves questões do ensino popular preocupão actualmente as meditações dos mais consumados estadistas do século. (PEREIRA, 1864, p. 22-23).

A preocupação com as questões do ensino popular, ao que parece, era dos segmentos letrados e mais influentes da sociedade. É possível ressaltar que a preocupação era bem mais dos homens de Estado porque, além da obrigatoriedade do cumprimento do preceito constitucional, havia o debate na imprensa servindo como caixa de ressonância na denúncia quanto à observância ou inobservância da lei.

É sabido que o debate acerca da instrução pública e primária foi sustentado em alguns jornais do Ceará, dentre eles *O Cearense*, que por toda a década de sessenta apresentou artigos suscitando no debate a compreensão do andamento da aplicabilidade das leis que versavam sobre educação, seja acerca do currículo, dos métodos, da falta de professores, do cumprimento das diretrizes, ou do grau de adiantamento ou atraso das escolas, da inspeção, dentre outros temas.

Em texto colhido no referido periódico, sem autoria especificada, de 18 de setembro de 1869, intitulado *A Instrução do Povo*, o autor dissertou chamando a atenção sobre o

despertar da opinião pública, na década de 60, acerca daquilo que seria a matéria mais vital para uma nação que era a instrução primária.

Em 1864 houve na província um louvável despertar da opinião em relação a questão a mais vital de um povo – a da instrução primária. Na assembleia provincial e nos *Cearenses* d'aquella época, discutio-se com um certo calor tão importante assumpto. D'aquelle movimento em que tomou a parte que poude, veio ao autor d'este trabalho um certo gosto por um assumpto, julgado actualmente, ao que parece, de pouco valor. É cedendo a este gosto, e como protesto ao menos preço referido, que volta a questão, chamando sobre sua importância a attenção dos homens competentes e dos poderes provinciales.¹⁰⁹

O autor procurou exortar o debate entre os cidadãos e, mais adiante, criticou o atraso ainda persistente da instrução do povo em nosso país, procurando construir uma compreensão das causas de tão desacertado e persistente fenômeno.

Não deixa de ser difícil tratar dessa matéria. Entre nós há falta de livros especiaes, de documentos, aos quaes se possam pedir as informações necessárias para avaliar do gráo de adiantamento ou atraso, em que nos achamos a tal respeito; dos methodos que por ventura tenham sido ensaiados n'esta ou n'aquella província, e dos dados estatísticos pelos quaes possa uma pessoa julgar dos resultados d'estes methodos. Mas dessa mesma falta, resulta uma triste verdade, que salta aos olhos: É que a instrucção do povo acha-se atrasadíssima em nosso paiz.

Compunge o coração, quando os nossos homens públicos, sem distincção de partidos, aspiram reformas políticas de grande alcance para a verdade do governo representativo, ver como esquecem a base segura de qualquer reforma social – a instrucção do povo.¹¹⁰

Expressando uma compreensão do Espiritualismo Eclético de que há uma estreita relação entre a instrução e a correção moral da criança, conforme vimos no próprio texto do Conselheiro Lafayette, defendendo que pela instrução da criança é possível “corrigir as tendências malignas, fortificar as propensões para o bem, cultivar os sentimentos nobres elevados, gravar no espírito as verdades morais e religiosas e provocar os primeiros desenvolvimentos da inteligência.”¹¹¹, o autor do texto d' *O Cearense* corrobora a mesma compreensão também identificando o grau de desenvolvimento de uma nação ao desenvolvimento da instrução do povo.

¹⁰⁹ **A Instrucção do Povo.** In. CEARENSE. Ano XXIII. N. 208. Fortaleza, 18 de Setembro de 1869. p. 1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20186&pesq=>> Acesso em 01 de junho de 2016.

¹¹⁰ Idem, Ibid.

¹¹¹ PEREIRA, Lafayette Rodrigues. Relatório do presidente da Província do Ceará à Assembléa Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1864. [n.p.] Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/191/000002.html>> Acesso em 26 de outubro de 2016.

Obreiros descuidosos, lhes não ocorre que sem instrucção capaz de elevar o nível moral da população; reformar-lhe os costumes; fazel-a comprehender os seus deveres e seus direitos, toda e qualquer reforma não pode produzir os resultados esperados. Ninguém levanta um edifício que deseja perdera, sem dar-lhe bases seguras.

Faz-se entre nós o contrario d'isto.

Falla-se; falla-se muito em reformas politicas de paizes adiantados na pratica do governo representativo. Mas a ninguém ocorre que a par d'estas senão na frente, vê-se n'esses paizes como condicção essencial de efficacidade d'ellas, a instrucção primaria amplamente derramada.

Cumpre ter os olhos fechados a luz tão brilhante da historia de nossos dias para não apecebermo-nos que o grão de adiantamento politico das nações está na immediata dependência do grão de instrucção publica a que ham attingido.¹¹²

Nas questões apresentadas, em debates e relatórios, parecia já se formar como consenso a compreensão de que “sem reforma de costumes, que só a instrucção pode dar; nenhuma reforma política terá os resultados ardentemente desejados por todos os homens de boa fé e de sentimentos patrióticos.”¹¹³

Perseguindo o preceito acima exposto, os intelectuais que debateram sobre o tema em questão procuram entender e apontar as razões que promoviam a permanência do atraso da instrução. “Ao que, porém, será devido o nosso atraso em matéria de instrucção primaria?”¹¹⁴ havia perguntado o autor do texto d'O Cearense, já prontamente oferecendo a resposta.

A muitas causas, entre as quaes escolhemos as principaes como objeto d'este trabalho. Sam estas as seguintes:

O excesso de zelo pelo qual as assembleias provinciaes, attribuindo somente a si, ou a agentes seus, direcção exclusiva d'este importantíssimo serviço, tem excluido d'ella as municipalidades.

A falta de uma lei que torne a instrucção primaria obrigatória para os indivíduos em idade de frequentar as escolas, creando ao mesmo tempo os meios de fornecer o necessário aos meninos que por seu estado de miseria se achem inhibidos de as frequentar.

Outra falta não menos deplorável entre nós, é a de uma ou mais escolas normaes, onde os que espiram o grão de professor de primeiras letras obtenham os conhecimentos indispensáveis a tão nobres funcções.

Mas já para não tornar fastidiosamente longo o nosso modesto trabalho, e já porque em outro logar e occasião nos occupamos deste assumpto.¹¹⁵

O autor destacou como primeira causa do atraso do ensino a exclusão da municipalidade dos afazeres e obrigações do ensino. Segundo o mesmo autor, sendo a instrução incumbência exclusiva das Assembleias Legislativas, dificultava-se um trabalho mais minucioso de fiscalização nos municípios e respectivos distritos, o que acabava prejudicando

¹¹² **A Instrucção do Povo.** *Op. cit.*, 18 de Setembro de 1869. p. 1.

¹¹³ *Id. Ibid.*

¹¹⁴ *Id. Ibid.*

¹¹⁵ *Id. Ibid.*

um acompanhamento mais austero da instrução. Um outro ponto destacado foi a não obrigatoriedade do ensino, notadamente pela falta de uma lei provincial específica acompanhando a lei geral. Posteriormente destacou a falta de uma política de fomento às famílias pobres para arcar com despesas escolares e a não criação de escolas normais para formação de professores aptos a atuar junto à educação infantil.¹¹⁶

A respeito da inspeção da instrução, que é o ponto de nosso mais imediato interesse para inserirmos Juvenal Galeno nesse contexto, ressaltaremos que Thomas Pompeu, no *Relatório da Instrução*, de 1849, já havia registrado a necessidade de uma melhor orientação para essa questão. Recomendação aliás, como ele mesmo ressaltou, prescrita por Victor Cousin.

A boa inspeção, e fiscalização das escolas é um dos objetos mais recommendados por Mr. Cousin. Em França a lei de 1833 creou uma commissão em cada comuna, que vigia as escolas da comuna, e outra em cada arredondamento, que inspeccionão as commissões das comunas, além do inspector geral do departamento. Na Prussia, e Hollanda além das commissões gratuitas locaes, que vigiãõ as escolas, há inspectores assalariados pelo governo, e de sua nomeação, um por cada districto, que está à frente de toda a instrucção primaria quer publica, quer particular. Estes inspectores reúnem-se 3 veses por anno na capital da provincial em commissão provincial sob a presidência do governo, e ahi propõem, e resolvem as duvidas, e medidas necessárias, e pedem ao governo central aquelles, de que precisão. A lei orgânica do Lyceo, que deo inspeção a instrucção primaria, creou inspectores particulares, e forão nomeados para todos os dstrictos: porem ou pella indifferença geral com que certas cousas são tractadas entre nos, ou porque recusão encarregar-se desse trabalho, consta-me, que à penas um, ou outro visita as escolas, assiste aos exames &c.: a maior parte limita-se a passar attestado de frequência aos respectivos professores. Julgo conveniente a alteração da lei nesta parte, creando commissões adjunctas aos inspectores locaes, e um inspector geral por comarca, ainda que seja com algum honorário. (TOMAS POMPEU, 1849).

A mesma questão está no Relatório do Conselheiro Lafayette, de 1864.

A experiência de todos os paizes é uníssonã em demonstrar a conveniência de uma inspeção sincera, prompta e incessante sobre o modo porque desempenhão os mestres os seus deveres. A utilidade d'esta instituição entra pelos olhos. No citado regulamento de 22 de outubro foi reconhecida esta necessidade; infelizmente, porém, os meios consignados não podião dar, não tem dado os resultados desejados. A inspeção local foi confiada a inspectores de districtos e a commissões municipaes, os quaes prestão gratuitamente seus serviços. A estas entidades forão dadas diversas e importantíssimas atribuições cujo exercício demanda certo desenvolvimento intelectual, muita consciência, muito trabalho e coragem para arrastar compromettimentos. Não era preciso ser profeta para prever que bem poucos se prestarião a preencher com zelo, deveres peizados sem recompensa pecuniária, levados só do patriotismo. Há nspectores de districto e commissões municipaes, mas a verdade é que o ensino corre sem inspeção. (PEREIRA, 1864, p. 24).

¹¹⁶ Salientaremos aqui que todos esses pontos estavam como recomendação nas obras pedagógicas de Victor Cousin. Foram utilizadas no relatório de Thomas Pompeu, de 1849, no Relatório do Conselheiro Lafayette, de 1864 e no texto de autoria desconhecida, encontrado nas páginas do jornal O Cearense, de 1869.

É nesse cenário, certamente absorto em tais questões, que desponta Juvenal Galeno como inspetor da instrução pública. Já reafirmamos que sua nomeação para o cargo deu-se em 1858, conforme nota mais acima. Ao que parece, sua atuação no referido cargo perdurou, provavelmente, até depois de 1865, haja vista o protesto público de um professor da povoação de Arronches, datado de 1865, contra sua demissão provocada pela denúncia do inspetor literário Juvenal Galeno da Costa e Silva.

Comprova-se, portanto, que por essa época Juvenal Galeno ainda estava atuando como inspetor da instrução. Na Cronologia Comentada de Juvenal Galeno consta que sua nomeação “para o cargo de Inspetor Literário para a Comarca de Fortaleza, deu-se em abril de 1865.” (NETTO, 2010, p. 51). Não se sabe se foi uma segunda nomeação ou uma outra apenas para dar prosseguimento à anterior.

O protesto público do professor contra Juvenal Galeno pode muito bem demonstrar ou revelar uma intencionalidade de um inspetor da instrução, de uma determinada comarca, muito bem conectado com os discursos mencionados anteriormente que apontavam o atraso no ensino alegando falhas na fiscalização, controle e acompanhamento nos afazeres do cotidiano escolar. Por conta disso, é bem provável que Juvenal Galeno, vendo a necessidade urgente de mudança desse quadro e compartilhando dessa ideia, tenha adotado uma postura austera e sido excessivamente zeloso do papel que tinha que desempenhar.

Talvez tal postura tenha levado à demissão do referido professor, conforme consta no documento mencionado e narrado pelo próprio, que se chamava Vicente José da Costa.

Assim o supramencionado professor iniciou o texto de seu protesto público.

Ao público. Protesto!

Protesto contra a minha demissão de professor de primeiras letras da povoação d’Arronches, para ressaltar o meu direito de reclamar a minha cadeira a todo o tempo, pelas razões que passo a expender.¹¹⁷

E prossegue detalhando as razões do mesmo.

Approvado em concurso geral fui provido e entrei no exercício da cadeira de primeiras letras da povoação d’Arronches a 24 de março de 1863, e servi sem nota até o dia 18 de julho deste anno, em que fui demitido sem ser ouvido, nem convencido de falta alguma.

Foi depois de demitido que, por certidão requerida para fazer a minha defesa, soube ter sido demitido por denúncia do inspector literário d’esta comarca Juvenal Galeno da Costa e Silva que me acusou de negligência e ineptidão...¹¹⁸

¹¹⁷ **Ao Público. Protesto!** In.: A Constituição. 20 de agosto de 1865. N. 185 - Seção A Pedido. p. 3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso: 28/10/2016.

¹¹⁸ Idem. Ibidem.

O próprio professor passa a detalhar as possíveis causas que provocaram sua demissão por referido inspetor.

Porque dividindo em 3 turmas trese alumnos que achou no dia de sua visita a minha aula, na primeira o decurião lia e ao mesmo tempo decorava grammatica de Salvador, e três liam o Livro do Povo; mas ordenando que dessem a lição do dia antecedente nenhum a soube. Escreviam péssimo cursivo, mal respondiam as perguntas da taboada, em doutrina achavam-se tão atrasados, que ingnoravam até o signal do christão.¹¹⁹

Vejamos que pelas próprias palavras do professor, conforme citação acima, constam exatamente as mazelas que eram motivo de críticas nos discursos sobre a instrução pública, conforme já tivemos oportunidade de detalhar.

Prosseguindo o relato, o professor narra o que aconteceu nas outras turmas e que acredita ter sido motivo da denúncia do inspetor da instrução.

Na segunda, composta de 7 alumnos todos ocupavam-se em ler soletrando e escrever letras maiúsculas e também não sabiam a lição antecedente; na terceira duas crianças apenas começavam o abecedário. Accusou-me também de me ter perguntado o que dispunha o regulamento da instrucção sobre a divisão do trabalho escolar, e não saber eu responder-lhe d'onde conclue a minha ineptidão e negligência, e a confusão que obstava o progresso n'aula. Argue-me também de ter examinado os livros e ter achado a escripturação pouco aceiada e mesmo malfeita a do registro da correspondência e inventários; de ter-se informado dos pais de família sobre o modo porque me portava no desempenho de meus deveres e sabido que eu era assíduo n'aula, mas sem geito, pelo que não conseguia adiantar os meus alumnos, instando todos pela minha substituição e levantando o atraso de seus filhos.¹²⁰

A exposição desta série de fatos, narrados pelo professor, certamente constaram em relatório. Depreende-se que o mesmo fora lido por referido professor para a composição do documento que por ora examinamos, considerando que a descrição em questão traz detalhes essenciais do mesmo e dá margem para uma compreensão aproximada das ações de uma inspeção escolar provavelmente efetiva e próxima dos preceitos da norma.

Na sequência de seu protesto, o professor, tentando desqualificar a ação do inspetor literário, apresenta outros fatos que até nos permitiriam pensar na possibilidade das poesias de Juvenal Galeno fazerem efetivamente parte das leituras escolares ou da intenção de um inspetor literário que viu a possibilidade pedagógica de suas canções corroborando as atividades de leitura em aulas de primeiras letras.

¹¹⁹ Id. Ibid.

¹²⁰ Id. Ibid.

Esta denúncia de um moço ainda não experimentado em emprego algum e sem a mínima prova de factos tão fáceis de provar, senão fossem estudados pelo despeito e empenho de vingar a seu parente José Ramos, malquistado commigo por causa de um filho que castigado castigado com um bolo por não ter dado a escrita, disse ao pai que o foi por não ter eu admitido que lesse umas poesias do mesmo inspector litterario; esta dennuncia foi aceita por verdade incontestada, e fui julgado e condenado sem se me dar ao menos conhecimento disso, como se eu não pudesse mostrar a falsidade dos fatos, e malignidade das conclusões de meu desaffectedo, que aproveitou-se de seu emprego para me perseguir e foi recebido como um zelador da instrucção pública.¹²¹

Se afirmamos anteriormente que Juvenal Galeno teve a perspicácia de narrar fatos relacionados a crianças desassistidas pelo sistema escolar, certamente tais narrativas foram proporcionadas pelo olhar atento do inspetor literário que chegava nas comunidades e via a criança sem instrução, sem os preceitos religiosos, e outros preceitos caros ao desenvolvimento humano. Um olhar que presumivelmente teve a sagacidade de ver o que estava errado e de que maneira poderia ser aprimorado em termos de aprendizagens e de metodologias. Isso pode ter desencadeado um desejo em Juvenal Galeno em propor alternativas didáticas para as aulas de primeiras letras como recurso metodológico de apoio aos professores, bem como aos alunos.

O livro *Canções da Escola*, de 1871, pode ser a mais visível comprovação de que Juvenal Galeno, em algum momento de sua vida e pelos motivos que relatamos acima, pudesse estar empenhado em fazer chegar suas canções à escola. Certamente empenhou-se para que elas fizessem parte do cotidiano dos alunos.

No conjunto da obra de Juvenal Galeno, o pequeno livro de canções escolares, que como já salientamos fora adotado pelo “Conselho de Instrução Pública do Ceará para uso nas aulas primárias”, demonstra sim uma proposta metodológica para aulas primárias conforme informou o próprio autor quando disse que “estas canções foram escritas de modo que servem às aulas de ambos os sexos, com a mudança somente do gênero em algumas palavras, o que não alterará a rima.” (JUVENAL GALENO, 2010, 69). Tal informação mostra um Juvenal Galeno preocupado com o ensino, notadamente dos preceitos moralizantes e pátrios, bem como com o bem estar da criança, defendendo até a abolição da palmatória. Conforme suas próprias palavras tinha plena consciência dessas ações pedagógicas.

E qual o meio mais eficaz do que a canção, a harmonia, esse doce poder que tudo vence na Terra?

Que emprega-la saiba o professor, e assim verei efetivamente realizados os fins que tive em vista escrevendo estas singelas cantigas. (JUVENAL GALENO 2010, p. 70).

¹²¹ Id. Ibid.

Na tentativa de ampliar a compreensão desses fatos, acreditamos que fazer chegar essas canções na escola significaria fazer chegar também o conjunto de preceitos morais difundidos pelo Espiritualismo Eclético.

5.5 O Sentido Pedagógico das Canções de Juvenal Galeno: Qual a Moral da História?

Conforme vimos, no *Canções da Escola*, pequenino livro que compõe a vasta obra de Juvenal Galeno, explicitamente direcionado para as aulas primárias, há, também, uma preocupação do autor com o ensino de preceitos moralizantes, bem como com o bem estar da criança, quando defende, por exemplo, dentre outras coisas, a abolição da palmatória.

Sabe-se que no século XIX a criança já havia entrado no rol dos novos sujeitos educativos (CAMBI, 1999, p. 386) e, pelo visto, a obra de Juvenal Galeno, na província do Ceará, em pleno período imperial, já despontava pioneira nesse sentido, expressando, conforme vimos, preceitos educacionais, cuja matriz estava no Espiritualismo Eclético mas que presumivelmente estava atendida com as ideias de muitos outros autores, notadamente daqueles que se destacaram no âmbito das teorias educacionais, pertencentes ao núcleo do Romantismo europeu, que certamente podem ser denominados de educadores românticos como Pestalozzi, Schiller e Fröbel, dentre outros, e que por sua vez colheram-nas de Rousseau (1712-1778), cujas ideias provocaram no decorrer do Oitocentos, segundo Cambi (1999, p. 387), “uma teorização pedagógica cada vez mais atenta para o valor da infância, para a função antropológica que esta veio a exercer (de renovação do homem, reconduzindo-o para formas mais espontâneas, mais livres, mais originárias), (...)”¹²² Portanto, há, na obra de Juvenal

¹²² **Joahann Heinrich Pestalozzi**. Nasceu em Zurique, em 12 de janeiro de 1746. Faleceu em Brugg, aos 17 de fevereiro de 1827. Segundo Cambi (1999, p. 418), “no centro do pensamento pedagógico de Pestalozzi colocam-se três teorias: 1) a da educação como processo que deve seguir a natureza, retomada de Rousseau, segundo a qual o homem é bom e deve ser apenas assistido no seu desenvolvimento, de modo a liberar todas as suas capacidades morais e intelectuais (...); 2) a da formação espiritual do homem como unidade de “coração”, “mente” e “mão” (ou “arte”), que deve ser desenvolvida por meio da educação moral, intelectual e profissional, estreitamente ligadas entre si. (...); 3) a da instrução, à qual Pestalozzi dedicou a mais ampla atenção e que se desenvolveu particularmente em *Como Gertrude instrui seus filhos*, de 1801, segundo a qual, no ensino, é necessário sempre partir da intuição, do contato direto com as diversas experiências que cada aluno deve concretamente realizar no próprio meio.”

Johann Christoph Friedrich von Schiller, representante do Romantismo, foi poeta, filósofo, médico e historiador alemão. Nasceu em 10 de novembro de 1759, em Marbach am Neckar e faleceu em Weimar, em 09 de maio de 1805. De acordo com Cambi (199, p. 421), Schiller, “nas suas *Cartas sobre a educação estética da humanidade* (1795), apresentadas como pesquisas “sobre o belo e sobre a arte”, desenvolve um ideal de formação (*Bildung*) que, kantiana, conjuga “mobilidade moral” e “felicidade”. Opondo-se frontalmente ao “grande ídolo da época” (o “útil”) e tendendo a conjugar reflexão antropológico-estética e política (“para resolver na prática o problema político é necessário tomar a via do estético, porque só se chega à liberdade através da beleza”), Schiller propõe-se afirmar um ideal de homem que traga de volta à vida a harmonia interior do homem grego, visto como *maximum* da “humanidade”. A característica fundamental deste homem novo é a harmonia que reina nele entre sensibilidade e razão e a multilateralidade

Galeno, certas singularidades que precisam ser esclarecidas, mas compreendemos que só poderão ser devidamente esclarecidas com um estudo mais atento de aproximação dessas teorias que somente o ecletismo proporcionaria.

Dentre as singularidades, conforme mencionado, chama-nos a atenção o fato de, entre as obras de Juvenal Galeno, constar o *Canções da Escola*, dedicado às crianças da educação primária no Ceará de 1871 que, conforme visto, teve acolhida e repercussão no meio educacional oficial local em meio a um intenso debate sobre os rumos da instrução pública na Província. Depreende-se disso que a construção do mito da infância fez parte do discurso romântico, tendo sido acolhido em uma proposta educacional acolhedora da tese rousseauiana da perfectibilidade que apostou na ideia de que o ser humano é capaz de alcançar padrões de desenvolvimento e contribuir para o engrandecimento da sociedade.

Sendo assim, o ideal romântico constituiu-se como um importante elemento pedagógico porque procurou infundir padrões comportamentais e assim, poderemos dizer que porta um forte caráter ideológico. Daí porque, no dizer de Cambi (1999, p. 382), “toda a pedagogia, por um lado, e a educação, por outro, na época contemporânea, são caracterizadas por essa forte simbiose com a ideologia.”

Na obra de Juvenal Galeno constata-se a existência desse mesmo propósito. Sua poesia revelou um papel prático educador, tese aliás inspirada por Herder que compreendeu que o poeta expressava o pensamento e a experiência de sua sociedade, sendo seu verdadeiro portavoiz e que portanto tinha função de educador. A poesia e as canções de Juvenal Galeno refletem e vão nessa mesma direção do que se compreende qual seja o papel do poeta, residindo, forma mais geral, naquilo que Barros (1973) chamou de missão educadora do poeta.

Assim é que, na obra *Canções da Escola* vamos nos deparar com Juvenal Galeno ofertando poesia em forma de canções, como recurso didático na formação de crianças, inculcando-lhes preceitos morais, pátrios, cívicos e religiosos, conforme o próprio autor orientou

do “exercício das faculdades” que deve ser-lhes própria. O instrumento adequado para formar esse novo tipo de homem é a “educação do sentimento”.”

Friedrich Wilhelm August Fröbel, pedagogo alemão da escola de Pestalozzi. Foi o idealizador e fundador do jardim de infância. Nasceu em Oberweissbach, em 21 de abril de 1782 e falecido em 21 de junho de 1852, na cidade de Schweina. Segundo Cambi (1999, p. 125), “Três aspectos devem ser sublinhados no pensamento educativo de Fröbel: a concepção da infância; a organização dos “jardins-de-infância” (*Kindergarten*), bem diferentes dos abrigos-de-infância” difundidos na Europa da Restauração; a didática para a primeira infância, que constitui o “coração” do método fröbeliano e que tanta difusão teve na práxis escolar do século XIX. (...). O método fröbeliano, além de invocar a importância do jogo e do canto, da atividade lúdico-estética como central na organização do trabalho dos jardins ...”.

no pequeno prefácio do livro.

Ressaltemos que a iniciativa de Juvenal Galeno se deu em pleno Império, notadamente em 1871, o que contradiz o que Flavio Couto e Silva de Oliveira defende, em artigo intitulado “**A infância na pauta da República: moralidade civismo e eugenia nas canções escolares em Minas Gerais na primeira metade do século XX**”, que a publicação de um “cancioneiro escolar contendo a letra e a música dos hinos e cânticos patrióticos aprovados pelo Conselho Superior de Ensino para serem distribuídos a todas as escolas primárias do Estado”, em 1924, pelo governo de Minas Gerais, seja um documento inédito na história da educação brasileira. A obra do poeta cearense se antecipa a esta em 53 anos. Levamos à evidência de que o problema já havia sido colocado e, pretensamente, fazia parte desse ideal educacional romântico.

Vejamos que tal postura caracteriza Juvenal Galeno como um intelectual educador engajado, comprometido e, a considerar os ideais românticos e seus autores como expostos nos parágrafos mais acima, extremamente atualizado com a causa romântica de inspiração eclética.

O referido livro *Canções da Escola* está constituído por doze canções, no início das quais o autor faz a devida orientação a que se destina. Não reproduziremos aqui as canções, transcreveremos tão somente os títulos com as devidas orientações e recomendações do próprio autor.

- I – Entrada** – Para todos os dias no começo d’aula e abertura d’esta em janeiro. –
- II – Retirada** – Para o fim do trabalho diário, e do ano escolar. –
- III – Laudatória** – Para cantar-se em louvor do aluno premiado nos concursos semanais.
- IV – Amor do Próximo** – Para cantar-se quando o aluno maltratar ao colega ou a outrem.
- V – A Independência** – Para o dia 7 de Setembro, ou o da Independência da Província.
- VI – Hino Nacional**
- VII – Amor de Deus**
- VIII – Faltas Graves** – Para ser cantada quando grave falta cometer o aluno, devendo este ouvi-la em lugar especial.
- IX – Nos Passeios** – Para ser cantada nos passeios campestres, recomendados pelo regulamento.
- X – Eucaristia** – Para os alunos cantarem à missa, na ocasião própria.
- XI – Salve** – Ao Diretor ou ao Inspetor de Instrução, quando este visitar a escola.
- XII – Recordação** – Para os sábados, quando os alunos recordarem as lições da semana. (Os decuriões cantarão uma letra desta canção e os demais alunos responderão em coro, recordando, na toada do costume, uma parte do silabário, da tabuada ou do catecismo; depois, outra letra, e resposta igual, e assim até o fim. Deste modo torna-se a recordação variada e alegre, e seu prazer substituirá, sem dúvida, o terror que muitas vezes no sábado afugenta o menino da aula). (JUVENAL GALENO, 2010, p. 71-91)

Pelo visto, o poeta Juvenal Galeno estava embebido da orientação romântica e partilhou de uma mentalidade que procurou contribuir para o desenvolvimento de um ideal de

nacionalidade que caminhou em várias frentes, dentre elas a da educação.

6 CONCLUSÃO

A vida de Juvenal Galeno abriria um campo de possibilidades de estudo em diversas frentes porque revelador de uma intrincada rede de informações e de conhecimentos, muitos dos quais silenciados no baú da história. Começando pelo menino fortalezense nascido à rua Formosa mas que desfrutou de uma infância feliz nas alturas da Aratanha, junto a regatos, às matas orvalhadas, aos caminhos íngremes dos cafezais que ao tempo certo o trariam de volta a Fortaleza para os estudos de Humanidades no Liceu do Ceará, até o ancião cego de barbas brancas, contam-se noventa e cinco anos de muitas histórias. É um itinerário que começou nas Regências e quase que culminou com o final da República Velha. Há muito o que contar.

Portanto, por conta do extenso itinerário de vida, nosso intuito, no presente estudo, foi situar Juvenal Galeno numa temporalidade que coincidissem ou se aproximasse da temporalidade do Romantismo brasileiro. Assim, focamos nossa atenção no jovem das Humanidades do Liceu, onde despertou os primeiros pendores da poesia e do jornalismo, que se constituíram práticas da vida inteira, até o Juvenal Galeno devotado poeta das canções populares de fins da década de 1880.

O recorte temporal em questão permitiu muitas revelações sobre Juvenal Galeno e sobre o contexto nacional do qual fizera parte. Destarte, revelou-se o jovem que, nutrido por vocação poética, mas também política, fundou jornais, aliás fundou o primeiro jornal estudantil de que se tem notícia na história da imprensa cearense. Revelou o Juvenal Galeno que escreveu poesias e cedo pretendeu tornar-se poeta. E parecia ser romântico bem mesmo antes que sentisse os sopros e chamados da escola romântica. Aliás, sua vinda ao mundo deu-se concomitante à formalização da referida escola. Talvez por isso tenha se dado a recusa de Juvenal Galeno em seguir a árdua e estéril vida de produtor cafeeiro, conforme desejava seu pai, fazendo dele um homem de negócios. Mas, seja por uma ligação cósmica ou não, já bem cedo demonstrava o entusiasmo e a inspiração que o impeliram à criação artística, notadamente no campo da poesia.

Por conta disso, revelou-se um jovem que, tão logo pode, buscou encontrar as diretrizes com as quais se afinaria pela vida afora e que só as encontrou em terras distantes da sua, quando teve oportunidade de conviver com intelectuais consagrados, sábios escritores, intelectuais de grande estirpe, os quais já reverenciava em sua terra natal através de produções intelectuais nas leituras que lhe chegavam em folhetins, revistas ou jornais.

Apareceu um Juvenal Galeno que, em companhia de Paula Brito, conheceu o jovem Machado de Assis, ainda tipógrafo mas já se lançando como poeta, o afamado doutor Macedo, de quem seu pai era admirador, Quintino Bocaiúva, Gonçalves Dias, Araújo Porto Alegre,

dentre tantos outros alimentadores de espíritos ávidos por um propósito de nação. Foi aí mesmo que, se aproximando das ideias que circulavam nas reuniões e variadas publicações, se fez associar em definitivo à escola literária da qual jamais se desligaria, como um militante crente em uma causa.

O presente estudo revelou também que o autor de *Prelúdios Poéticos*, de volta à sua terra, embebido de muitos novos ideais, agiu como deputado e inspetor da instrução pública. Esse foi o mesmo tempo em que procurou se tornar o poeta das canções populares, colhendo, junto ao povo, informações de cunho histórico-social passíveis de serem reveladoras de lendas e costumes, num trabalho de cronista, folclorista, sobretudo de etnólogo, ao modo do poeta Gonçalves Dias com quem privou de amizade.

Na função de deputado encontramos Juvenal Galeno revelado como um ambientalista preocupado com a questão da degradação das florestas e das matas que margeiam os rios, bem como preocupado com a questão dos solos e do mau uso que deles se faziam através da exaustão e das queimadas, e por isso o encontramos propondo a criação de uma escola normal de agricultura capaz de mudar a mentalidade predatória dos agricultores e pecuaristas, e da mesma forma gerando mão de obra especializada apta a impulsionar o desenvolvimento da província, fazendo-a alcançar patamares econômicos diferenciados.

Na função de inspetor da instrução pública encontramos um Juvenal Galeno fazendo chegar suas canções à escola na intenção de afastar alguns emperramentos no magistério e na aprendizagem das crianças. Enquanto inspetor teve a perspicácia de observar fatos e narrá-los como cronista, dado a experiência anterior, colocando em evidência a criança desassistida pelo sistema escolar, ou quando não, frequentando a escola mas continuando sem instrução, dado que não aprendia sequer os preceitos religiosos, e outros preceitos caros ao desenvolvimento humano. Assim, revelou-se a ação de um inspetor que, preocupado em fazer com que esses preceitos chegassem à escola, propôs *As Canções da Escola* como recurso metodológico.

Talvez esta seja a mais visível comprovação de que seu empenho intelectual não residisse especificamente nas canções enquanto um fim em si mesmo mas, a bem da verdade, em utilizá-las meios, instrumentos de difusão, de maneira geral, e de infusão, na mente da criança e do cidadão, de determinados preceitos morais. Portanto, ficariam visíveis, neste ponto, as canções populares como parte de um propósito educacional mais amplo e, destarte, encontramos Juvenal Galeno poeta e educador.

Encontrar Juvenal Galeno educador foi a revelação de que sua obra refletia um propósito de educação que o ligava a um grupo de intelectuais do Segundo Reinado, todos

fortemente ligados ao Romantismo, imbuídos da missão de construção da pátria, que para tanto elaboraram um propósito educacional amplo que passava pela redefinição da história brasileira, pela reconstituição de nossa literatura e pela definição de nosso povo.

Com a anuência do Império brasileiro, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e Francisco de Salles Torres Homem, os mesmos intelectuais fundadores do Romantismo no Brasil, foram os responsáveis por traçar as diretrizes de tal propósito educacional romântico definidor da nação.

Revelou-se que o supra referido propósito educacional foi forjado à luz da filosofia do Espiritualismo Eclético, corrente francesa, pautada numa moralidade cristã, cujo fundador foi Victor Cousin. O caráter moral cristão de referida corrente filosófica permitiu o Brasil tornar-se liberal sem abrir mão de sua tradição católica. Seu caráter eclético permitiu livrá-lo dos radicalismos de certas ideias e doutrinas solitárias, servindo para alimentar uma mentalidade mais conciliatória.

O número de adeptos que conseguimos elencar para tal corrente filosófica no Brasil foi revelador de sua forte influência e das razões de permanência ao longo do período imperial. Além do número de seguidores, muitos intelectuais adeptos dessa filosofia atuaram em áreas diferenciadas, indo da política, passando pela literatura e o ensino, culminando nas ciências. Ressaltemos que, no Brasil, os locais de irradiação dessa corrente filosófica foram as academias de medicina, os seminários, o Colégio Pedro II e os liceus provinciais.

Ainda no tocante ao caráter eclético já mencionado de referida corrente filosófica, foi possível identificar, no presente estudo, uma profusão de autores e teorias, em diversas temáticas que deram sustentação aos argumentos dos intelectuais ecléticos brasileiros em seu propósito educacional. Foram revelados nomes de intelectuais europeus como o do filósofo alemão Johan Gottfried Herder, dos naturalistas Alexander von Humboldt e Carl von Martius, dos filósofos franceses Pierre Royer-Collard, Victor Cousin e do historiador francês Ferdinand Denis, dentre muitos outros. Isso deu sustentação e sentido ao propósito educacional de construção da pátria, revelando, na composição de tal propósito, uma teoria de crítica ambiental, uma teoria moral, uma metafísica, uma teoria referente às tradições populares, uma teoria sobre a história brasileira e uma teoria literária.

Na esteira dos referidos intelectuais europeus e de intelectuais brasileiros como José Bonifácio de Andrada, Januário da Cunha Barbosa, Francisco de Mont'Alverne, um outro grupo de intelectuais brasileiros, mais jovem e bem mais ligado ao Espiritualismo Eclético, como Gonçalves de Magalhães, Salustiano Pedroza, Antonio Pedro de Figueiredo, Araújo Porto Alegre, Salles Torres Homem, Gonçalves Dias, Guilherme Capanema, Francisco Freire

Alemão, Thomas Pompeu de Sousa Brasil, dentre muitos outros, estiveram mais fortemente ligados a esse propósito de construção da pátria e Juvenal Galeno revelou-se entre eles.

REFERÊNCIAS

ABREU, Berenice. **Intrépidos romeiros do progresso**: maçons cearenses no Império. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2009.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Gonçalves de Magalhães**: biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/goncalves-de-magalhaes/biografia>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

A CONSTITUIÇÃO. **Ao Público. Protesto!** In.: A Constituição. 20 de agosto de 1865. N. 185 - Seção A Pedido. p. 3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 28 de outubro de 2016.

AGUIAR, Antônio Sérgio Pontes. **Juvenal Galeno**: Romântico e Folclorista. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH - São Paulo, julho 2011.

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Cortez Editora, 5ª ed., 2011.

ALENCAR, José de. Carta a Juvenal Galeno. In.: JUNENAL GALENO. **Cenas Populares**. 4ª. Ed. Fortaleza: Secult, 2010. p. 15-21

_____ **Ubirajara**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953 [1874].

ALENCAR, Manuel Carlos Fonseca de. **Brasil, país de letras e sons**: análise de o nosso cancionário de José de Alencar. In. **História e Cultura**. Fortaleza, v. 2. N. 3 p.117-135, jan-jul 2014.

_____ **José de Alencar**: a poesia popular e a nacionalização da língua brasileira. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais>> Acesso em 18 de novembro de 2016.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

ALVES, Joaquim. **História das Secas. Séculos XVII a XIX**. Fortaleza, CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

ANDRADA E SILVA. José Bonifácio. **Necessidade de Uma Academia de Agricultura no Brasil**. In.: José Bonifácio de Andrada e Silva. Organização e Introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: ed. 34, 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=aPf7cSlzJYQC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

ANDRADE, Débora El-Jaick. **Semeando os alicerces da nação**: História, nacionalidade e cultura nas páginas da revista Niterói. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2009, vol.29, n.58, pp.417-442. ISSN 0102-0188. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010201882009000200008>> Acesso em 16 de junho de 2015.

ANDRADE, Francisco Alves de. **O Pioneiro do Folclore no Nordeste do Brasil**. Revista do Instituto do Ceará. 1948. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista.php>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

ANDRADE, Francisco Ari de. **Luzes e sombras na educação: o Aciolismo e a Criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará (1903-1912)**. Fortaleza: INESP, 2008.

ANDRADE FILHO, J. B. **Padres lazaristas no Ceará e a formação educacional confessional: seminários e colégios (1864-1914)**. 135 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

ARAÚJO, Silvia Maria de. **Sociologia: um olhar crítico**. São Paulo: Contexto, 2009.

ATHAYDE, Austregésilo. **Juvenal Galeno**. Diário da Noite, Rio de Janeiro, 1936. In.: Cantigas Populares, 2.^a ed. Fortaleza: Secult, 2010. p. 145-146.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

AZEVEDO, Sânzio de. **Juvenal Galeno e a poesia do povo**. Disponível em: <http://www.academiacearensedelettras.org.br/revista/revistas/1981/ACL_1981_22_Juvenal_Galeno_e_a_poesia_do_povo_Sanzio_de_Azevedo.pdf> Acesso em 11 de novembro de 2016.

_____. **Os contos de Juvenal Galeno**. In.: JUNENAL GALENO. **Cenas Populares**. 4^a Ed. Fortaleza: Secult, 2010. p. 15-21

AZZI, Riolando. **A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal**. São Paulo: Paulinas, 1991.

_____. **O Trono é Unido ao Altar: Um Projeto Conservador**. São Paulo: Paulinas, 1992.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitech, 2010.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A Significação Educativa do Romantismo Brasileiro: Gonçalves de Magalhães**. São Paulo: Grijalbo, Ed. Da Universidade de São Paulo: 1973.

_____. **Introdução à filosofia liberal**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Editorial Grijalbo, 1971.

BENDER, Mires Batista. **A Sociedade Petalógica**. 2014. Disponível em: <<http://sapereaudelivros.blogspot.com.br/2014/08/voce-sabe-sociedade-petalogica.html>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

BENJAMIN, Walter. **O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão**. São Paulo: Iluminuras, 3 ed., 2002.

BERLIN, Isaiah. **A força das Ideias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **As raízes do Romantismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

_____. **Ideias políticas na era romântica: Ascensão e influência no pensamento moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Limites da utopia**: capítulos da história das ideias. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **O sentido de realidade**: estudos das ideias e de suas histórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Vico e Herder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
BERNARDES, Denis. **Um Império entre Repúblicas**: Brasil, século XIX. São Paulo: Global, 1983.

BEZERRA, João Clímaco. **Juvenal Galeno**: poesia. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1959. p. 5.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo**. Entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: UNESP, 1996.

BRAGA, Renato. **Apresentação à 2ª edição de Folhetins de Silvanus e de A Machadada**. In.: GALENO, Juvenal. Folhetins de Silvanus. 3ª. Ed. Fortaleza: Secult, 2010.

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. Império do Brasil - Terceiro Período - D. Pedro II (23.07.1840 - 15.11.1889). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/imperio2.html>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

BREHIER, Emile. **História da Filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Disponível em: <<http://www.companhiadasletras.com.br/trechos/80151.pdf>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **José Pedro de Carvalho**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/jose_pedro.html> Acesso em 18 de novembro de 2016.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Apresentação à 1ª Edição**. In: GALENO, Juvenal. **Cantigas Populares**. 2.ed. Fortaleza: Secult, 2010. p. 16.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999.

CAMPINA, Júlio. Subsídio ao Folk-Lore Brasileiro. Anedotas sobre caboclos e portugueses; lendas, contos e canções populares, etc. Capital Federal: Papelaria Mendes, Marques & C. 1897. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518676>> Acesso em 05 de janeiro de 2017.

CAMPOS, Eduardo. **Capítulos de História de Fortaleza no século XIX**. Fortaleza: EDUFC, 1985.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CÁRCERES, Florival. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASTELO, Placido de Aderaldo. **História do Ensino no Ceará**. Coleção Instituto do Ceará, Monografia Nº 22. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970.

_____. **História da instrução e da educação do Ceará**. Capítulo I. In.: Revista do Instituto do Ceará. Anno LVI – Fortaleza, 1942. Disponível em:
<<http://www.institutodoceara.org.br/revista.php>> Acesso em 17 de novembro de 2016.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia (Org.). **Biografia, instituições, ideias, experiências e políticas educacionais**. Fortaleza : UFC, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHEVALIER, Jacques. **Histoire de la pensée.- IV – La pensée moderne; de Hegel a Bergson**. Paris: Flammarion éditeur, 1966.

CORDEIRO, Celeste. **Antigos e Modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará Provincial**. São Paulo: Annablume, 1997.

CORPUS. Revue de Philosophie. **Les débuts philosophiques de Victor Cousin** In.: *Corpus* nº18-19, « sur V. Cousin », p. 29-49. Disponível em:
<<http://www.revuecorpus.com/numeros.html>> Acesso em 18 de novembro de 2016.

COSTA, J. Cruz. **Panorama da história da filosofia no Brasil**. São Paulo: Cultrix, 1940.

COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. 10 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Literatura Brasileira. Brasília: Ministério da Educação**. 1966.
Disponível em: <http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/Apostila_Literatura_Brasileira.pdf>
Acesso em 18 de novembro de 2016.

CORRÊA, Jéssica de Souza Cabral. **O pensamento histórico de Herder**. Disponível em:
<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/7snhh/snhh7/media/arquivos/sistema/trabalhos/O_PENSAMENTO_HISTORICO_DE_HERDER.pdf> Acesso em 11 de novembro de 2016.

COUSIN, Victor. **Cours de l’Histoire de la Philosophie**. – Histoire de la Philosophie du XVIII siècle. Tome I. (Cours de 1829). Paris:Pichon et Didier editeurs, 1829. Disponível em:
<<http://gallica.bnf.fr/>> Acesso em 16 de novembro de 2016.

_____ **Cours de l'Histoire de la Philosophie.** – Histoire de la Philosophie du XVIII siècle. Tome II. École Sensualiste – Locke. (Cours de 1829). Paris:Pichon et Didier editeurs, 1829. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>> Acesso em 16 de novembro de 2016

_____ Cours de Philosophie – **Introduction à l'Histoire de la Philosophie.** Paris:Pichon et Didier editeurs, 1828. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>> Acesso em 16 de novembro de 2016

_____ Du Vrai, Du Beau et Du Bien.Deuxième Edition. Paris: Didier, Libraire-Editeur, 1854. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>> Acesso em 16 de novembro de 2016. Tradução nossa.

_____ **Fragments et Souvenirs** – Souvenirs d'Allemagne, Kant, Santa-Rosa, Fourier, Essai de philosophie populaire, Étude sur le style de J-J Rousseau. Paris: Didier et Cie, Libraires-Éditeurs. 1857. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>> Acesso em 16 de novembro de 2016

_____ **Instruction Publique** – Instruction Publique em France. Tome I, II, III. Paris: Pagnerre editeur, 1850. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/>> Acesso: 16/11/2016

CRUZ, André Silvério da. **O pensamento filosófico e o ensino de filosofia na escola secundária brasileira:** uma interpretação dos programas de ensino do Colégio Pedro II. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/tde_arquivos> Acesso em 11 de novembro de 2016.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira:** Católicos e liberais. 3.ed - São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo.** Rio de Janeiro: LTC, 1987.

DOSSE, François. **A história em migalhas:** dos “Analles” à “Nova História”. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia.** Lisboa: Edições 70, 2009.

_____. **A evolução pedagógica.** Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

DURAN, Maria Renata da Cruz. **Ecletismo e retórica na filosofia brasileira:** de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) ao frei Francisco de Monte Alverne (1784-1858). **Almanak Guarulhos**, n. 9, p. 115-135, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alm/n9/2236-4633-alm-9-00115.pdf>> Acesso em 10 nov. 2015.

E-BIOGRAFIAS. **Evaristo da Veiga.**

Disponível em: <https://www.ebiografia.com/evaristo_da_veiga/> Acesso em 11 de novembro de 2016.

FETZ, Marcelo. **Expedições científicas no século XIX:** o universo da ciência e a diversidade cultural. p. 44. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5160>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

FONSECA, Manoel. Brasil, país de letras e sons: análise de o nosso cancionero, de José de Alencar. **História e Culturas.**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 117-135, jan/jul. 2014. Disponível em: <[http://seer.uece.br/?journal=RHC&page=issue&op=view&path\[\]=94&path\[\]=showToc](http://seer.uece.br/?journal=RHC&page=issue&op=view&path[]=94&path[]=showToc)> Acesso em 11 de novembro de 2016.

FRANCHETTI, Paulo. **Nitheroy, Revista Brasiliense (1836)**. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/node/95>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

FREIRE ALEMÃO. **Os manuscritos do botânico Freire Alemão**. (Catálogo e transcrição por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha). In.: Anais da Biblioteca Nacional. Vol. 81. 1961. Divisão de Publicações e Divulgação. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/>> Acesso em 19 de novembro de 2016.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EDUNESP, 1991.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: UFC – Casa de José de Alencar, 2000.

_____. **História econômica do Ceará**. Monografia Nº 12, Fortaleza: Editora “Instituto do Ceará”, 1947.

_____. **Pequena história do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará. 1962.

GONÇALVES DE MAGALHÃES. **A alma e o cérebro**. Estudos de Psychologia e de Physiologia. Obras de D. J. G. Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaya. Tomo IX. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1876.

_____. **Comentários e Pensamentos**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1880.

_____. **Ensaio sobre a história da literatura no Brasil**. In.: ZILBERMAN, R; MOREIRA, M. E. **Crítica literária romântica no Brasil**: primeiras manifestações. Porto Alegre: PUCRS, 1999. p. 27-39. (Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, v. 5, n. 2).

_____. **Faits de l’Esprit Humain**. Philosophie. Paris: Librairie d’Auguste Fontaine, 1859.

HADDAD, Jamil Almansur. **O Romantismo brasileiro e as sociedades secretas do tempo**. Tese apresentada ao concurso para a Cadeira de Literatura Brasileira, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo: SBD-FFLCH-USP, 1945.

HAESSLER, Aldo. **Victor Cousin**, souvenir d’Allemagne. Notes d’un jornal de Voyage em l’année 1817. Disponível em: <<http://lectures.revues.org/5579>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

HAUCK, João Fagundes et.al. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo/Segunda época – século XIX. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HERDER, Johann Gottfried. **Idée sur la Philosophie de l’Histoire de l’Humanité**. Ouvrage traduite de l’Allemand et précédé d’une introduction par Edgard Quinet. Tome Premier/Tome Seconde. Paris: F. G. Levrault, 1827. Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/services/engine/search/sru?operation=searchRetrieve&version=1.2&query=%28gallica%20all%20%22herder%22%29&suggest=0>> Acesso em 16 de novembro de 2016.

_____. **Idée sur la Philosophie de l’Histoire de l’Humanité**. Ouvrage traduite de l’Allemand et précédé d’une introduction par Edgard Quinet. Tome Troisième. Paris: F. G. Levrault, 1828. Disponível em:

<<http://gallica.bnf.fr/services/engine/search/sru?operation=searchRetrieve&version=1.2&query=%28gallica%20all%20%22herder%22%29&suggest=0>> Acesso em 16 de novembro de 2016.

_____. **Também uma Filosofia da História para a Formação da Humanidade**. Lisboa: Antígona, 1995.

_____. Da terceira coleção de fragmentos. In.: **Autores Pré-Românticos Alemães**. Col. Pensamento Estético. São Paulo: Editora Herder, 1965. pp. 29-64.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições** – São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **A era das revoluções: 1789-1848**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

INSTITUTO DO CEARÁ. **Juvenal Galeno**. Revista do Instituto do Ceará – Ano LXV – 1931. Disponível em: <<https://www.institutodoceara.org.br/revista.php>> Acesso em 19 de novembro de 2016.

INSTITUTO MOREIRA SALLES. **Manuel de Araújo Porto-Alegre**. Disponível em: <<http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/araujo-porto-alegre>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

JAIME, Jorge. **História da filosofia no Brasil**: volume 1 / Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas, 1997.

JUVENAL GALENO. **A Machadada**: poema fantástico e **A Porangaba**: lenda Americana. 3. ed. Raymundo Neto (Org.). Fortaleza: Secult, 2010c.

_____. **Canções da Escola**. 2º ed. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. 2010c.

_____. **Cronologia comentada de Juvenal Galeno**. Organização e notas Raymundo Netto. Fortaleza: Comercial, 2010e. 98 p. :il. (Coleção Nossa Cultura, Série Memória). Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/juvenal-galeno-cronologia.html>> Acesso: 11/11/2016.

_____. **Discurso do Senhor Juvenal Galeno Pronunciado na secção de 5 de setembro de 1859.** In.: Pedro II. Números 1961 (p. 2-3) e 1962 (p. 2-3), de 29 de outubro de 1859 e de 2 de novembro de 1859. Fortaleza. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&PagFis=3803&Pesq=juvenal%20galeno>> Acesso em 18 de novembro de 2016.

_____. **Folhetins de Silvanus.** 3ª ed. Fortaleza: Secult, 2010f.

_____. **Lendas e canções populares.** Fortaleza, Secult, 2010d.

_____. **O Boiadeiro** (Canção Popular). In.: Pedro II – Secção Variedade. Fortaleza, 11 de junho de 1859. Ed. 01921, p.4. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=216828&pasta=ano%20185&pesq=ed%2001921>> Acesso em 17 de novembro de 2016.

KONINCK, Thomas de. **Filosofia da Educação:** Ensaio sobre o devir humano. São Paulo: Paulus, 2007.

LARA, Tiago Adão. **A ética espiritualista de Antônio Pedro de Figueiredo.** *Revista Estudos Filosóficos.*, São João del-Rei, v. 7, n. 82, p. 187, 2011. Disponível em:

<<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos/>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

LEAL, Antônio Henrique. **Biographia de A. Gonçalves Dias.** In.: Obras Posthumas de A. Gonçalves Dias. Volume I. San Luiz do Maranhão, 1868. Disponível em:

<<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00647060#page/1/mode/1up>> Acesso em 19 de novembro de 2016.

LEÃO, José. **Aves de Arribação. Lendas e canções sertanejas.** Rio de Janeiro: Typ. Central de Brown & Evaristo, 1877. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242755>> Acesso em 01 de outubro de 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 4. Ed. Campinas: UNICAMP.1996.

_____. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LIBERA, Alain de. **Pensar na Idade Média.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho.** Rio de Janeiro: Editora Brasília, S/D.

LIMA, Zilda Maria de Menezes. **A cidade de Fortaleza na literatura do século XIX.** In: SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (Org.) **Comportamentos.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

LYRA DO TROVADOR. **Collecção de modinhas, recitativos, lundus, canções etc.** 3. Ed. 1º e 2º vol. Rio de Janeiro: Livraria J. G. de Azevedo Editor, 1896. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242763>> Acesso em 12 de outubro de 2016.

MACEDO, Ubiratan Borges de. **A Ideia de Liberdade no Século XIX: o caso brasileiro.** 1997 Editora Expressão e Cultura. Disponível em:

<http://www.cdpb.org.br/ideia_liberdade_ubiratan_borges.pdf> Acesso em 18 de novembro de 2016.

MARTINHO RODRIGUES, Rui. **A História, autores e atores** (compreensão do mundo, educação e cidadania). Fortaleza: UFC, 2013.

_____. **Biografias, legitimidade política e educação**. IN CAVALCANTE, M. J. M; BEZERRA, J. A. B. (Orgs.) Biografias, instituições, ideias experiências e políticas públicas. Fortaleza: UFC, 2003, p. 141.

MENEZES, Eduardo Diathay B. de. **A invenção do Brasil entre Clio e Mythos**. In.: Revista do Instituto Histórico do Ceará. Ano CXIX – 2000. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista.php>> Acesso em 26 de setembro de 2016.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império**: Subsídios para a História da Educação no Brasil (1823-1853). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. v. 1. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5, Brasiliana; v. 66. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br>. Acesso em: 03 fev. 2015.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **O liberalismo radical de Frei Caneca**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

MORAES FILHO. Mello. MORAES FILHO, Mello. **Artistas do meu tempo**. Seguidos de um estudo sobre Laurindo Rabello. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro-Editor, 1904. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179488>> Acesso em 04 de outubro de 2016.

_____. **Curso de Literatura Brasileira**. 3. Ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro – Editor, s/d. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=38039>> Acesso em 05/01/2017.

_____. **Festas e Tradições Populares no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1061/621040.pdf?sequence=4>> Acesso em 21 de julho de 2016.

_____. **Mythos e poemas**. Nacionalismo. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, 1884. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179488>> Acesso em 04 de outubro de 2016.

_____. **Parnaso Brasileiro – Seculo XVI a XIX (1856-1840)**. Vol. I. B. L. Garnier Editor, Rio de Janeiro, 1885. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179488>> Acesso em 04 de outubro de 2016.

MOREIRA, J. Roberto. **Educação e Desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: CLICS/CLAPCS, 1960.

NAGLE, Jorge. **A importância da pesquisa histórica no campo educacional**. Palestra de abertura do I Encontro de Historiadores da Educação Cearense. In. CAVALCANTE, Maria

Juraci Maia et. al.- **História e Memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002. p.9-23.

NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NOBRE, F. Silva. **Cronologia da Cultura Cearense**. [Rio de Janeiro]: Academia Cearense de Ciências, Letras e Artes do Rio de Janeiro, 1988.

NOBRE, Geraldo. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Edição fac-similar. Fortaleza: NUDOC, 2006.

O CEARENSE. **A Instrução do Povo**. In. O CEARENSE. Ano XXIII. N. 208. Fortaleza, 18 de Setembro de 1869. p. 1. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709506&pasta=ano%20186&pesq=>>
Acesso em 01 de junho de 2016.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Tinta, papel e palmatória: a escola no Ceará do Século XIX**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUSA, Simone; NEVES, Frederico de Castro (org.). **Intelectuais**. Fortaleza: ed. Demócrito Rocha, 2002.

OLIVEIRA, Andrey Pereira. **Ferdinand Denis**, Promotor do Indianismo Brasileiro. Disponível em: <<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/docente/producao.jsf?siape=1513790>>
Acesso em 26 de setembro de 2016.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. **O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais**. In.: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 40.

OLIVEIRA, Terezinha. **Educação e lutas políticas na restauração francesa**. Acta Scientiarum 22(1):141-146, 2000. ISSN 1415-6814. Disponível em:
<<http://periodicos.uem.br/ojs/>> Acesso em 18 de novembro de 2016.

O PRÍNCIPE dos poetas cearenses. **Ceará Ilustrado**, Fortaleza, 25 janeiro 1925. v 1, n. 26 a29.
Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentosulturais/biblioteca-publica/ceara-ilustrado>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

OS MANUSCRITOS do Botânico Freire Alemão. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 81, 1964. Catálogo e transcrição por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_081_1961.pdf> Acesso em 11 de novembro de 2016.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PAIM, Antonio. **O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Convívio, 1985.

_____. **Escola Eclética**: estudos complementares à história das ideias filosóficas no Brasil. - Vol. IV – 2ª ed. rev. Londrina: Edições Sefil, 1999.

PALMER, Richard E. **Hermenêutica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

RELATÓRIO DO GOVERNO DA PROVÍNCIA. PEDRO II. v. 17, n. 1824, 29 jul. 1958. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&PagFis=3261&Pesq>>
Acesso em 11 de novembro de 2016.

_____. PEDRO II. Fortaleza, v. 20, n. 1939, 22 out. 1859. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=216828&PagFis=3261&Pesq>>
Acesso em 11 de novembro de 2016.

PEIXOTO, Matos. **Juvenal Galeno**. Conferência proferida na sede da Federação da Academia Brasileira de Letras, **Jornal do Comércio**, Guanabara, 27 dez. 1953. Disponível em:<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Tematico&PagFis=3034&Pesq>>
Acesso em 19 de novembro de 2016.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Relatório do presidente da Província do Ceará à Assembléia Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1864**. [n.p.] Typ. Brasileira de Paiva & Comp., 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/191/000002.html>>
Acesso em 26 de outubro de 2016.

PERES, Tírsa Regazzine. **Educação Brasileira no Império**. In: PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã**. (Cadernos de Formação. História da Educação) – 3. Ed. São Paulo/ Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

PIMENTA, Joaquim. **Retalhos do Passado**. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, 1948.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Comissão das borboletas: a ciência do Império entre o Ceará e a Corte (1856 – 1867). Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003.

_____. **Os ziguezagues do Dr. Capanema**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

QUINDERÉ, Monsenhor. **Reminiscências**. Fortaleza: A. Batista Fontenelle, 1957.

QUINTAS, Amaro. **Antonio Pedro de Figueiredo**, o Cousin Fusco. Universidade de São Paulo. **Revista de História**. v. 16, n. 34. 1955. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/106730/105357>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

REALI, G; ANTISERI, D. **História da Filosofia**: do romantismo ao empiriocriticismo. São Paulo: Paulus, 2005. p. 249.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Fábio Della Paschoa. ODA, K. Sanches. **Os Grilhões Desvencilhados?** A fundação de um nacionalismo romântico. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/g00001.htm>> Acesso em 18 de novembro de 2016.

ROMERO, Sylvio. Cantos populares do Brazil. Volume I. Lisboa: Nova Livraria Internacional – Editora, 1883. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518774> Acesso em 15 de abril de 2016.

ROUANET, S.P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SÁ, Adísia. **Ensino da filosofia no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1973.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. **Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação**. In.: Hist. cienc. Saúde - Manguinhos vol.17 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2010. Texto disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000200009> Acesso em 15 de setembro de 2016.

SALIBA, Elias Thomé. **As utopias românticas**. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Educação e Colonização: As Ideias Pedagógicas no Brasil. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C.(Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. v. 1: Século XVI – XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.121-130.

_____. **História e história da educação: o debate metodológico atual**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados:HISTEDBR, 2006.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.

SIMIONATO, Juliana Siani. **A Marmota e seu perfil editorial: contribuição para edição e estudo dos textos machadianos publicados nesse periódico (1855 – 1861)**. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde...>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

SOUZA, Simone et al. **Comportamentos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

SOWELL, Thomas. **Os intelectuais e a sociedade**. São Paulo: É Realizações, 2011

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TINHORÃO, José Ramos. **História Social da Música Popular Brasileira.** 2. ed., São Paulo: ed. 34, 1998. p. 128-153. Disponível em:
 <https://books.google.com.br/books?vid=9788573260946&redir_esc=y> Acesso em 30 de setembro de 2016.

Os sons dos negros no Brasil: cantos, danças, folguedos; origens. São Paulo: Ed. 34, 2008.

TOMAS POMPEU DE SOUSA BRASIL. **RELATÓRIO DA INSTRUÇÃO.** In.: O Cearense, nº 226 de 15 de março, p.2; nº 228, de 26 de março, p. 4; nº229, de 2 de abril, p. 4; nº 232, de 12 de abril, p. 4; nº 233, de 21 de abril, p. 4; nº 236, de 3 de maio, p. 3; nº 237, de 7 de maio, p. 2; nº 238, de 10 de maio, p. 2 e nº 239, de 17 de maio p. 3-4, ambos de 1849. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em 18 de setembro de 2015.

TUCHMAN, Barbara Wertheim. **A prática da história.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1991

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Agitador Cultural: Atento às demandas populares,** Paula Brito fez de sua loja o centro da vida literária e musical do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em:
 <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/agitador-cultural>> Acesso em 11 de novembro de 2016.

VICTOR, Nestor. **A Obra crítica de Nestor Victor.** V. III. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1979. (Coleção textos da língua portuguesa moderna: 6). Disponível em:
 <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibobpub&pagfis=7249&pesq=>>
 Acesso em 11 de novembro de 2016.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **A educação na literatura do século XIX.** Campinas, SP: Editora Alinea, 2008.

XAVIER Marmier. Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Xavier_Marmier> Acesso em 11 de novembro de 2016. (Tradução nossa).

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva.** 3 ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

Metodologia das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ANEXOS

ANEXO A – RELATÓRIO DA INSTRUÇÃO APRESENTADO POR THOMAS POMPEU DE SOUSA BRASIL. PUBLICADO N' O CEARENSE DE 1849 (Do n.º 226 ao n.º 239)

O CEARENSE.

DISIGNAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS.	PHASES DA LUA NO MES DE MARÇO.	PARTIDA DOS CORREIÕES.
Presidência—todos os dias úteis. Chefe de policia—idem. Juizo de direito, e dos feitos da fazenda—nas segundas, e quintas feiras. Juizo municipal e de orphãos,—nas quartas, e sabbados.	Crese. a 4. as 9 h. 48' da tarde. Ubeia a 8. as 10 h. 47' da tarde. Ming. a 16 as 10 h. 24' da tarde. Nova. a 24 as 11 h. 51' da manhan. Crece. a 31 as 4 h. 43' da manhan. Publica se nas Segundas e Quintas feiras; subscreve-se a 827 rs. por anno no escritorio de Typo, na rua Amelia, c. n. 4.	Baturite, Canimie, Quixadá, Quixeramobim, Mombaya, Inhambuns, Imperatits, Sobral, Villa viçosa, Ipu, Granja, e Arneiros, a 6, e 22 Aquiras, Ca-cavel, Aracati, Russes, Pereiro, Ico, Lavras, R. do Sangre, S. Matheus, Crato, Missao-velha, Barbalha, e Jardim a 10 e 25.
N.º 226. — ANNO DE 1849	Quinta feira 15 de março	TYP. DEF. L. DE VASCONCELLOS

Leis Provincias.

RESOLUÇÃO N.º 473 de 19 de Setembro de 1848.
N.º 39.

Approvando as posturas da camara municipal do Ipu.

Fausto Augusto de Aguiar, presidente da provincia do Ceará. Faço saber etc.

Art. 1.º Pessoa nenhuma desta villa, e seus suburbios poderá criar cabras, ovelhas, e porcos, nas terras pertencentes ao patrimonio de S. Sebastião: sob pena de pagar pela malleitoria de cada cabeça das taes creações a quantia de trescentos e vinte reis para esta camara.

Art. 2.º Os donos das terras juntas ás do patrimonio do mesmo santo, que tiverem ditas creações, evitarão o mal, que ellas possam causar as pessoas, que tem cercados de plantar nas terras do santo: os contraventores incorrerão na mesma pena do artigo antecedente.

Art. 3.º Os cercados de plantar nas terras do mesmo patrimonio, terão sete a oito palmos de altura: os de caçaba, e os de pão a pique serão bem seguros, e envarados: o dono do gado, que em taes cercas, entrar pagará o danno causado. Aquelle que não tiver as suas cercas na conformidade deste artigo não será admitido a fazer queixa.

Art. 4.º As pessoas que tiverem gados, que pastarem nas mesmas terras serão

obrigadas a tirar dellas as reses, que tão daminhas forem, que não se possa prohibir sua entrada nos cercados de plantar, estando a cerca na conformidade do artigo antecedente, e o que contravier a esta postura pagará o danno causado por suas res, ou reses, e a multa de seis centos reis por cada cabeça.

Art. 5.º De seis em seis meses o fiscal examinará ditas cercas, si estão ou não na conformidade do artigo 3.º, e advertirá a seus donos para as reformar.

Art. 6.º Pessoa nenhuma poderá nos lugares de criar deste municipio botar cavorros em gados alheios sob pena de quatro mil reis de multa, ou oito dias de prisão pela primeira vez, e o duplo na reincidencia alem de satisfazer o prejuizo causado.

Art. 7.º Não poderá pessoa alguma forra, ou escrava campiar em pastos de fazenda alheia para ver gados sem licença de seus donos, vaqueiro, ou pessoa, que domine, sob pena de quatro mil reis de multa ou oito dias de prisão, e na reincidencia o duplo: ficará porem exempto das supraditas penas, si pe lindi campo ás pessoas mencionadas, estas lhi o não quiser m dar.

Art. 8.º Si algum individuo for ao campo nos pastos do lugar em que reside, ou por si, ou per mandado de quem domina a fazenda, e por motivo de correr vier ter as pastos de outra fazenda, será obrigado a meter o gado no curral desta, para tirar as suas reses, e

entregar as della ao vaqueiro ou a quem as suas veses fiser: os que contravierem a esta postura pagará a multa de dois mil reis: ou sofrerão quatro dias de prisão, e o duplo na reincidencia.

Art. 9.º Pessoa nenhuma forra, ou escrava poderá fazer caçadas de qualquer qualidade que seja, em terras alheias sem consentimento de quem as domina, sob pena de seis mil reis de multa, ou quinze dias de prisão. Na mesma pena incorrerão os que derribarem avores em terras alheias sem consentimento de seus donos.

Art. 10.º Haverá nesta villa um cordeador da nomeação da camara para com assistencia do fiscal fihntarem as casas, que se tentão de fazer, o qual perceberá por cada palmo de frente a quantia de vinte reis: a pessoa que levantar casas sem ter precedido alinhamento alem da licença da camara queja a dever ter tirado pagará dois mil reis de multa, sendo a obra feita demolida a sua custa, si não estiver no alinhamento.

Art. 11.º Ao alferido do municipio competem as seguintes attribuições

§ 1.º Afirir no principio do anno os pesos, medidas, varas, e covados, e por cada pesa, levando se a sua casa perceberá de afirir quarenta reis, e indo a casa dos donos dos pesos, e medidas oitenta reis.

§ 2.º Rever ditos pesos, e medidas de seis em seis meses.

§ 3.º Imprimir nos pesos, e medidas

Epochas da provincia de Pernambuco.

(Continuado do n. antecedente.)

A unica obra, que o sobredito general mandou fazer, foi a ponte da Boa vista, por estar tao arruinada que ja se não podia passar por ella: por causa da dissolução da ponte do Recife tomou se a praça do mercado, feita no tempo de dom Thomas J. de Mello, para nella se accommodarem os mercadores, os quaes a reedificaram, e lhi poseraõ o nome de praça da União, e para as quitandeiras se construiu uma nova praça junto a ribeira do pique: estes dois edificios forão feitos pelo senado do Recife por convenção dos logistas, e nada devem a seo zelo e cuidado.

Finalmente este general era bom homem, sabio, probo; porem não governador, salvo si governasse uma provincia composta so de homens de bem.

Em 7 de março de 1817 entrou o governo provisório, e revolucionario, e governou até o 1.º de maio do dicto anno, e como intruso se não devem mencionar as suas

operações.

Rodrigo José Ferreira Lobo, que estava bloqueando a barra do Recife por causa da sobredicta revolução, tomou posse interinamente em 24 de maio de 1817, e governou até 29 de junho do mesmo anno. Este velho frõs e avarento no curto espaço de seo governo renovou as scenas dos tyrannos de Roma: peitado pelos Europeos Portuguezes mandou surrar na grade da cadeia a tantos molatos e negros, tanto forros como captivos, que os caes vinhaõ alli diariamente beber sangue humano, como fahem no matadouro das reses. Quando entrava preso algum homem de bem incurso na revolução a canalha tanto brasileira como europeia o insultava não so de palavras como de ações, empurrando-o, atirando lha lama na cara, gatos, e ratos podres: elle presentando tudo na varanda de palacio em ves de mandar cohibir, e mesmo castigar aquelles perversos se enchia de satisfação, e praser, como si estivesse em algum festim aprasivel, e harmonioso: dahi mandava os presos para os carceres amarrados pelo pescoço na can-

da dos cavallos sem exceptuar sacerdotes, vigarios, e religiosos.

Chegou a tanto que mandou dar bollos pelo carrasco em uma senhora branca de optimo nascimento e proceder, so por ser irman do padre mestre Miguel Joaquim; castigo afrontoso que se não effectuou por se interessar pela desgraçada o ajudante de ordens José Peres Campello: mas foi encarcerada muito tempo na cadeia do Recife: a que está sujeita a triste humanidade!...

Fes se muito officioso para com os ricos comprehendidos na revolução, de quem recebeu grandes sommas de dinheiro para os proteger; mas os atraigou, e forão parar na cadeia da Bahia. Levou este barbaro em tao pouco tempo que governou Pernambuco melhor de cem mil cruzados.

Luis do Rego Barreto chegou em um domingo a tarde dia de S. Pedro 29 de junho de 1817, tomou posse no dia posterior, e governou até 26 de outubro de 1821: no dia de sua posse mandou levantar uma forcea no campo do Erario, e no dia terça feira 1.º de julho do dia

CEARENSE

2

varas, e covados as letras que indiquem o anno da aferição, e dar a seus donos um bilhete disendo—N. aferio tantos covados sou medidas, & a tantos de tal mes, de tal anno oaseridor N—

§ 4.º Não aferir medidas de legumes, que não sejaõ de pao, e pesos, que não sejaõ de ferro, ou outro metal.

§ 5.º Fazer com que os donos dos pesos, e medidas, que não estiverem na conformidade do padraõ, por menores os emendem, e por maiores os cortem.

§ 6.º Exigir pesos, e medidas para a ferir, não somente dos vendelhões de qualquer genero, conforme sua qualidade, como tambem dos donos de casas de farinha, engenho, tecelões, e daquellas pessoas que posto não tenhaõ venda, contar lhe, que tenhaõ seus pesos, e medidas, por onde compraõ, e vendem, o que lhes convem.

Mando por tanto a todos as authoridades etc.

L. S.

Fausto Augusto de Aguiar.

Instrução publica.

Hoje incetamos a publicação do relatório sobre a instrução publica da provincia feito pelo mui digno director d'ella o Illm. Sr. Dr. Thomas Pompeo de Sousa Brasil. A importancia d'esse ramo de nossa educação deve por certo chamar a attenção de todos para o seu aperfeiçoamento; e damos parabens a nossa provincia por ter a frente da instrução de nossa mocidade tão digno director. A bem elaborada peça, que publicamos, mostrará o zelo, com que no melhoramento de nossa instrução se empenha o seu digno auctor.

RELATORIO

Satisfasendo ao que v. exc. me ordenou em officio n.º 133 de 14 do passado, passo a apresentar o relatório, o mais me nunciioso que me foi possível, do estado da instrução da provincia, com as observações, que me parecerão tendentes ao melhoramento da mesma. Releva, que v. exc. desculpe a demora involuntaria, de-

vida a falta de informações, que a final não pude obter completas, assim como aos defeitos, em que deve abundar essa exposição, e sua demasiada proximidade.

Instrução em geral.

Toda a instrução da provincia, que comprehende dois grãos, está confiada a mestres publicos estipendiados pelo thesouro provincial, e a particulares approvados pelo governo.

Da instrução secundaria.

A instrução publica do segundo grão está a cargo de um lyceo nesta capital, creado por lei provincial de 15 de julho de 1844, e de 9 cadeiras de Latim avulsas, existentes nas cidades, e villas principaes da provincia.

Lyceo, disciplinas, pessoal, e material.

O Lyceo fundado em 1845, com algumas aulas avulsas existentes anteriormente, consta de 7 cadeiras nas quaes se ensinão as seguintes materias.

1. Grammatica latina.
2. Lingua franceza.
3. » inglesa.
4. Arithm., Geomet., Alg. Trign.
5. Geographia, Chron. e Hist.
6. Rhetorica, e Poetica.
7. Philosophia racional e moral.

Cada cadeira tem um professor especial, e um substituto, podendo todavia um mesmo individuo accumular duas substituições; mas pela resolução de 31 de julho do anno passado, que auctorisa o governo a reformar o estatuto do Lyceo, devem ficar reduzidas as substituições a 3, competindo ao governo determinar as materias de cada uma das substituições.

Todas as cadeiras se achão preenchidas, a excepção da de Philosophia pela jubilação de seu professor, não tendo sido ainda escolhido um dos candidatos approvados em concurso em novembro passado. Achaõ se igualmente vagas as substituições de Francês, e Ingles; por haver passado o individuo, que as occupava à professor de Ingles. O Lyceo tem um director, que na forma da lei deve ser um de seus professores, e é igual-

mente inspector de toda instrução da provincia, um secretario, e um porteiro. Torna se sensivel a falta de um escripturario, ou amanuense para ajudar ao secretario na escripturação, e registro não só do expediente do Lyceo, como da correspondencia da directoria com o governo, e com todos os professores e inspectores da provincia. Talves o porteiro actual, que tem pratica de escripturação, possesse incumbir-se de parte desse trabalho com alguma gratificação.

As aulas do Lyceo estão collocadas em uma parte da casa da Theouaria provincial, cujas sallas alem de acanhadas e pouco aciadas, carecem de mobilia, e varios utensilios, como cadeiras para mestres, mappas geographicos, e outros objectos, que por vezes tem sido requisitados.

Do estatuto do Lyceo, sistema de estatutos, compendios, numero de estudantes, e aproveitamento.

O estatuto do Lyceo tem defeitos, que no meo entender devem chamar a attenção do governo, e da Assembleia. Um dos principaes é a falta de systema, ou programma regular dos estudos, que se nota no estatuto.

Não estabelece um curso de estudos successivo, simultaneo, como convem; pode-se diser, que é um systema avulso, si assim se pode chamar; isto é, a reunião das aulas de instrução secundaria, faltando o principio religioso, sem disciplina, sem plano, sem ordem, e de cada professor limita-se à ensinar a materia de sua cadeira, e cada alumno pode frequentar a aula, ou aulas que quizer.

Prescreve ferias muito longas, fazendo começar o anno lectivo ordinario de 2 de fevereiro à 31 de outubro; acresce a esse excesso de ferias os muitos feriados, e o grande deficit de só haver uma lição por dia em cada aula. Não mercede menos a parte correccional, que dá a penas uma acção suavisia aos professores, e director sobre os estudantes; convindo dar uma acção mais forte, e immediata para impor aos estudantes mais respeito, e obediencia. Felismente a assem-

to anno abriu uma comissão militar, pela qual foraõ enforcados, decapitados, cortadas as mãos, e postas em varios lugares publicos, seus corpos arrastados em cauda de cavallos pelas ruas o vigario de Itamaracá Pedro de Sousa Tenorio, o padre Antonio Pereira, morador na Parahiba, os capitães do regimento de artilharia Domingos Theotônio Jorge, e José de Barros Lima, o tenente do mesmo regimento o incomparavel Antonio Henrique Rabello, que morreo com uma coragem assombrosa, e nunca excedida, o coronel de melicias Amaro Gomes Coitinho, o alferes do regimento de linha da mesma Parahiba José Peregrino Augusto, Ignacio Leopoldo de Albuquerque, a maior parte das melhores familias de Pernambuco. Continuaria a carnificina sinoõ chegasse a algada para devassar da rebelião com posta de varios ministros, sendo o presidente um velho carraço chamado Bernardo Teixeira, homem de coração de fera escolhido, de proposito para aniquilação dos Pernambucanos: era tão malvado que fes causa commum com os Eu-

ropeos; era juiz e parte ao mesmo tempo, ensinava as testemunhas como devião jurar para accabar (disia elle) a raça pernambucana.

Com esta devassa se abriu uma fonte de iniquidades; os inimigos acharão oportunidade para a perda total do seu rival; o devedor do seu credor; o pretendente de algum emprego daquelle, que o occupava, para substituil o, os Europeos (com mui pouca excepção) para satisfação da rivalidade e odio novercal contra os Brasileiros; e deste modo foraõ acorrentados para a cadeia da Bahia entre culpados, e innocentes quatro centos cidadãos da melhor gerarchia, onde soffreraõ as mais cruéis sevicias, que se pode imaginar e depois de quatro annos de uma infernal prisão regressaraõ em virtude da installação da Constituinte portuguesa, aliás todos ou quasi todos acabariaõ no patibulo.

Este general mandou continuar as surras na grade da cadeia em captivos e forros, como havia começado seu antecessor Rodrigo José Ferreira Lobo, e os caes continuaraõ a vir alli sustentar-se

de sangue humano: as surras eraõ presidiadas pelo major João Mesme, encarregado da policia, seu companheiro da divisaõ, de cujo character se fará adiante menção; que qual outro centuriaõ estava sentado em uma cadeira ao pé da grade da cadeia, em quanto trabalhava o balthão; este tyranno por satisfazer as ordens do Caligula general, e de seu mesmo animo damnado, mandou surrar tanto a homens forros, que estiveraõ as portas da morte; mandou açoiar tanto a um tenente henrique com patente confirmada, que já lhe appareciãõ os ossos das nadegas; em um dia que vinha o miseravel continuar a ser açoiado já exsangue, e destituido de forças com as mãos postas, e banhado em lagrimas lançou-se a seus pés supplicando lhe, que cessasse o castigo, que ja não tinha forças para o soffrer; a resposta foi dar lhe um coice nos peitos, prostral ojem terra, e gritar ao aljus: «Da lhe,» o que se executou, escapando o infelis milagrosamente.

(Continua.)

CREARENSE

blea provincial attendendo talvez ao que v. exc. expôs na falla d'abertura, auctorisando ao governo pela resolução citada de 31 de julho do anno passado a reformar o estatuto em suas bases. A taxa de 67400 exigida pela lei organica do lyceo para matricula de cada estudante, se acha suspenso por 3 annos por resolução de 1847.

(Continua.)

CORRESPONDENCIA.

Sr. Redactor

No Pedro 2º n. 796 li um artigo em que disia ter eu sido removido de Maranguape a requisição do sr. dr. Vieira Roiz tendo-me este capitulado como torbulento no infeliz acontecimento que alli teve lugar no dia 11 de maio do anno p. p.; por isso não quero deixar de defender-me, e ao mesmo tempo referir uma outra vez os promenores daquelle acontecimento para arredar de mim semelhante baldão. Sr. Redactor, é sabido por todos naquella povoação de Maranguape que os ordeiros, ou homens de sangue d'alli (salvo rarissimas excepções) formaram um plano horroroso contra pessoas salientes do lado chimango, e que por via deste esteve preso, e em processo o malfeitor Louro, e que na chegada do presidente actual o poserao em pratica, do que e prova o desgraçado Miguel Coelho, e que por via disto alli fora o sr. dr. Vieira Rodrigues conhecer dos acontecimentos, e puzil os; e o que fez este sr.? Alli chegou, arranchou-se em casa do sr. Ignacio Pinto, e desta passou no seguinte dia para a do sr. padre Bravesa, e tratou de pesquisar o caso; porem o primeiro acto foi prender o destacamento, que tinha defendido a ordem publica naquella noite, e tambem alguns dos desordeiros, mas não sendo destes nenhum dos auctores; e chegando eu alli no dia 12 à tarde, pois que todos sabem que no dia 11 e parte do dia 12 estive na capital por ter ido assistir à visita de cova d'uma minha tia, ja mais poderia ter parte naquella acontecimento uma vez que alli não estava, e nem podia advinhar o que os homens ordeiros pretendiao pôr em pratica. Porem como dice, chegando alli, tomei a defesa dos infelizes soldados perseguidos, em lugar de serem bem tractados pelo muito que fiserão para que não houvesse maior tumulto, nem se levasse a effeito o desejo de *alguem*; de eu apresentar-me pois em franca defesa d'esses miseraveis, contra os quaes estavao *as poderosas influencias* de Maranguape para arredar de si a culpa commetida, e de ter eu e meo mano negado votos ao sr. dr. para deputado geral nasceo talvez a indisposição, pela qual pedio o mesmo dr. a substituição de meo mano de subdelegado, e a minha remoção como professor. Não quero, nem por isto desejo offender a este sr. dr., porem quero somente mostrar ao publico, que soffri uma injustiça, sinão feita pelo presidente, feita pelo sr. dr. Vieira Rodrigues, q' não podera especificar factos de minha turbulencia. — Aquirás 9 de março de 1849.

Francisco de Paula Cavalcante.

ABRILIA.

RESPOSTA A UM OFFICIO DO EXM. PRESIDENTE DA PROVINCIA Á CERCA DA NOMEAÇÃO DE FABRIQUEIROS DAS MATRISES E CAPELLAS.

Hlm. e exm. sr.—Depois de examinar com attenção a materia do incluso officio dirigido a v. ex. pelo 1.º supplemte do delegado de Monte santo, pedindo esclarecimentos à cerca da auctoridade competente para nomear fabriqueiros das matrises e capellas, e sobre a qual se servio v. ex. em seu officio de 30 de outubro ultimo de requisitar o meo parecer, julgo dever informar a v. ex. que entendo ser esta nomeação privativa do ordinario, sentindo não poder conformarme com a opinião do illustrado procurador da corôa exarada à margem do dicto officio do supplemte do Monte santo.

Funda-se o digno magistrado no aviso de 31 de agosto de 1783, em que se declara que a administração das fabricas das igrejas é em tudo temporal, e até impeditiva do officio parochial, mas nem um simples aviso de secretaria me parece muito juridico e valioso para resolver uma taõ complicada questão, qual a de extremar o temporal do espirital, nem a illação que se pretende tirar das suas palavras e assás clara e terminante. O proprio extincto tribunal da mesa da consciencia e ordens, que foi sempre, como é notorio, neste e n'outros pontos enoxoravel rival da jurisdicção dos bispos, reconheceo todavia e muitas vezes decilio, que lhe competia a nomeação dos fabriqueiros. Não sei se existem estas decisões em alguma collecção impressa, mas recordome de as ter visto no codigo manuscrito do sabio Mr. Pisarro, que exercendo por muitos annos o emprego de procurador fiscal do supradito tribunal, colligi as mais importantes peças da legislação por alli expedidas. Conheceo perfeitamente os respeitaveis ministros d'aquelle tribunal, alias taõ zelosos dos direitos da corôa e das prerogativas do grao mestrado, que nem pelas leis canonicas, nem pelo direito patrio, nem emfim pelas conveniencias do servico publico da igreja, podiao os bispos ser inibidos de intervir com a sua autoridade nestas administrações: não pelas leis canonicas; sendo expresso na sessão 22 do sagrado concilio tridentino, cap. 9.º de reformat., que os administradores, assim ecclesiasticos como leigo., da fabrica de qualquer igreja, são obrigados a prestar contas da sua administração aos ordinarios, e que, ainha quando, ou por costume ou privilegio, deva isto pertencer a outros, cumpre que sempre com elles concorrao os mesmos ordinarios, cuja disposição foi ampliada na sessão 24 cap. 3, de reformat., estatuinto que só aos bispos pertence entender sobre as fabricas, e applicar, como melhor lhes parecer, os seus proventos em uso necessarios e uteis à igreja. Não pelo direito patrio, não havendo, que eu saiba, lei alguma que denegue aos bispos a supradita nomeação; ao contrario os mais celebres praxistas e expositores da ordenação concordão que esta materia é da competencia do poder ecclesiastico, e a prova visã de 20 de janeiro de 1710 declara que os bispos podem visitar as fabricas das igrejas na forma do concilio, o que de certo importa exercicio de jurisdicção sobre as mesmas fabricas e seus

administradores.

Não, finalmente, pelas conveniencias do servico publico da igreja por quanto se o fabriqueiro tem a seo cargo, com, abusivamente se pratica em algumas igrejas, a guarda dos paramentos, alfaias e mais objectos pertencentes ao culto divino, bem vê v. ex. que sendo elle nomeado pelo magistrado civil, e inteiramente subordinado à sua autoridade sem nenhuma dependencia do parcho, ficará o pastor e legitimo superior do parcho a merce do arbitrio e caprichos daquelle sem poder se quer dar uma sepultura gratuita a um pobre, e até impossibilitado de cumprir suas funções, como já aconteceu em mais de uma igreja ausentando se o fabriqueiro com as chaves da sacristia ou das gavetas dos ornamentos, precisamente na hora em que o parcho devia exercer o seo ministerio. Este e outros inconvenientes e os conflictos a que elles podem dar accasão, provao evidentemente quanto convem a regularidade do servico da igreja, que taes officios recaiao em pessoa da confiança dos parchos e sob sua proposta, como sempre se praticou nesta diocese.

(Continua.)

Orato 11 de fevereiro de 1849.

(Continuação do relatorio.)

No dia 12 do corrente as 5 horas da manha sahio para o Jardim o alferes Negreiros com uma força mais consideravel do que a 1.º que já haviamos fallado, sendo composta de 1.º linha, e g. n. a maior porção foi de 1.º linha por ser gente de mais confiança para esses officias expedicionarios do centro. Os g. n. destacada tem sido alistados pelos commandantes de destacamentos, Miguel Xavier, e não designados pelos commandantes de companhias da guarda nacional por ordem do commandante do corpo, e nem se attenda para a qualificação como a lei da guarda o determina; os officias inferiores que se achão destacados tem sido feitos pela mesma maneira, aquella pessoa que bem agrada ao commandante do destacamento, e que bem affecta de caranguejo, é este feito inferior, e não daõ o menor cavaco a seus commandantes; e assim estaõ chuchando o leite das vacas gordas; note-se que a tres annos não ha aqui qualificação da g. n. No mesmo dia acima na estrada da Barbalha por onde seguio o mesmo alferes sua marcha, foi encontrado um comboieiro, o qual condusio suas armas para sua defesa, inclusive uma faca aparelhada de prata, e o dicto alferes a tomou, e condusio: se o pobre comboieiro dicesse palavra si ria levado a cintura, como e do costume dessa gente. Ora não parece ser sr. alferes amante da boa policia, e sim da propriedade alheia, por que si fosse para policia queberia a faca, e entregaria a prata a seo proprietario, e não a condusio usurpando assim o direito de propriedade, porem isto não se deve mais ignorar nos agentes do governo caranguejo, por quanto quando para o Crato foi mandado pelo enrgumento Coelho, quando presidente desta mal fadada provincia, o bem conhecido J. F. de S. Jacaranda, estando no Crato José Ferreira Lima Sucupira, sobrinho do mi

CEARENSE

fe: e ali com mais de oito centos homens enquerrihata, fas todos os dias estragos consideraveis nas tropas governistas, sem que possa ser offendida. No sul da provincia de Pernambuco existe a columna commandada pelo bravo Pedro Ivo; esta, ha poucos dias, foi acommettida pela tropa governista, que foi completamente derrotada, e teve o seo chefe a deshonra de officiar ao governo disendo, que se tinha retirado para refazer as suas tropas, e nesta occasião pedia-lhe, que lhe mandasse algum reforço. No centro da provincia de Pernambuco, na povoação de Caruaru, apresentou se o valente Antonio Pas com uma força consideravel a prol dos liberaes, intitulada columna do centro; e assim de dia em dia cresce o enthusiasmo dos Pernambucanos.

O Tosta acha se amedrontado; ja mandou por tres veses emissarios aos chefes liberaes offerecendo oito contos de réis a cada um, para que deixem a luta, e que cada um dos soldados terá setenta mil reis: teve porem em resposta, que homens livres se não vendem por dinheiro, e que só largará as armas quando for convocada a assemblea constituinte.

Agora chegarão de Pernambuco 106 praças para defender esta provincia; mas isto não assombra aos Parahibanos.

Por falta de typographia nesta provincia, e na de Pernambuco não tem um jornal: o governo mandou encaixotar os typos das typographias liberaes, e recolhelas no arsenal de guerra! Assim procede o governo que no dia 2 de fevereiro matou prisioneiros a sangue frio; governo cujos chefes de tropa são João do Rego, Xico macho, e outros facinorosos pronuncia-los em crimes de morte, e roubos, e fugidos das cadeiaas; governo que em seus officios elogia os calcetas, a quem armou para derramar o sangue brasileiro!.

Instrução publica.

RELATORIO.

(Continuado do n.º 226.)

Os compendios admittidos nas aulas da approvação da congregação; e tem servido os seguintes:

Philosophia—Curso de Gerusez; Rhetorica e Poetica—Compendio de Eloquencia, e Poetica de Carvalho; Geometria—Besout p.º Arithmetica, Euclides para Geometria, Bellegarde para Algebra, e Trigonometria; Geographia—Gualtier, Bossuet para Historia geral, Fernando Dinis para a Historia do Brasil.

Nas aulas de linguas de Latim, e Frances ensina-se pelos livros admittidos em todas as partes. Em Latim depois dos principios da Grammatica passa-se para a Selecta, ou Eutropio, e depois aos classicos: em Frances depois da Grammatica passa-se a Telemaco, Voltaire, e La Fontaine.

N'aula de Ingles ensina-se pelo systema de Robertson, hoje geralmente adoptado no Rio, que tem a vantagem de ensinar de uma vez a ler, escrever, traduzir, e falar.

Antes de entrar em algumas considerações, passo a apresentar a resenha dos estudantes matriculados desde a installação do Lyceo até o anno passado, contando o numero pelas matriculas.

1845.—98 matriculas.

1846.—99 "

1847.—102 "

1848.—100 "

Neste ultimo anno as matriculas foram repartidas pelas aulas do modo seguinte. Frances 42, Latim 33, Ingles 6, Geometria 7, Geographia 4, Rhetorica 4, Philosphia 4.

Exames feitos no Lyceo nos 4 annos precedentes.

A.º	Lat.	Fr.	Ing.	Geom.	Rhet.	Phil.	Geo.	tot
1845	10	3	0	0	0	0	0	13
1846	4	0	0	0	0	0	0	4
1847	5	3	0	0	0	2	0	10
1848	5	1	0	1	1	0	0	8
24 7 0 1 1 2 0								34

Todos foram approvados plenamente, a excepção de um que foi simplesmente.

Tiverão nota de aproveitamento, e foram julgados habilitados os seguintes.

A.º	Lat.	Fr.	Ing.	Geom.	Rhet.	Phil.	Geo.	tot
1845	12	4	0	0	2	3	3	24
1846	5	5	0	1	0	3	0	14
1847	2	3	3	2	0	4	0	14
1848	5	2	0	1	1	1	1	11
24 14 3 4 3 11 4								63

Grande parte dos alumnos habilitados não tem feito exame, ou por que deixao de continuar, ou por que preferem fazel-os em Olinda no curso juridico, ou n'outras partes para onde seguem.

(Continua.)

Descobrio-se o infame.

*Só cabem áti, infame,
Mil infamias escrever;
Por que na infamia nasceste,
E na infamia hasde morrer.*

Saiba o publico sensato, que o auctor, e unico capaz de lerir ao abaixo assignado tão atrez, e infamemente com as perguntas, e correspondencias no periodico Pedro 2.º de n.º 801 e 802, foi o bacharel PEDRO PEREIRA DA SILVA GUIMARAES.... Elle não o poderá negar avista da responsabilidade infra impressa!!!!..... Desprezo eterno aos insultos feitos, e por faser por esse ingrato, a quem nunca offendi. Descance esse juiz municipal, tão conhecido ate do parlamento inglez, que as punhaladas, que contra minha honra, e vida privada tem descarregado, e contra à de tantos Cearenses, não faraõ este Bahiano descer a arena dos insultos.—Ceará 25 de março de 1849.

José Vieira Rodrigues de Carvalho Silva.

Responsabilidade.

Declaro, que sou o responsavel do artigo impresso no Pedro 2.º n.º 802, que tras por epigrafe — Pergunta innocentinha— e da correspondencia do n.º 801 assignada—Paiva e Brito—, e para constar onde convier faço a presente. Fortaleza 14 de março de 1849.

Pedro Pereira da Silva Guimarães

(Estava reconhecida, e sellada.)

Predicção notavel de um frade allemto.

Philippe Olivares, monge de Orval, disem, que predicara em o anno de 1544 todos os acontecimentos extraordinarios do presente seculo. O que porem é fora de toda a duvida é, que as seguintes linhas correrão na Allemannia por muito tempo:

« Eu não quisera ser rei em 1848; não quisera ser soldado em 1849; não quisera ser coveiro em 1850; mas estava prompto para ser o que quisessem em 1851.»

(Diario de Pernambuco.)

ANNUNCIOS.

Theoólo Seve & C.ª previnem ao publico para que pessoa alguma contractem com os filhos do fallecido Pedro Jose da Costa, morador que foi na Barrinha termo d'esta cidade, a compra do escravinho Bento de idade de 12 a 14 annos, cabra, por ter ficado a dever-lhes dicto fallecido não pequena quantia, e protestaõ os annunciantes ir revendicalo do poder de quem estiver, e para que ninguem possa alegar ignorancia, fasem o presente.

Aracati 17 de março de 1849.

Pela administração do Correio desta provincia se fas sciente a quem competir, que as cartas e mais papeis sujeitos ao porte, que se acharão nas caixas do correio, não são desta administração como de todas mais agencias e em sellos que ja tenhaõ servido e como tales inutilizados, não lhes serã dados seus devidos destinos, e se lhes procederã conforme as leis e ordens a respeito. — Correio geral do Ceará 22 de março de 1849.

O Administrador
Manoel Caetano Nunes Pinto.

Na venda de Manoel Benedicto dos Santos, praça de Pedro segundo tem para vender se assucar refinado muito alvo a 200 rs. a libra, dicto branco a 160, e 120 rs.; graxa da melhor qualidade que pode haver, proximoamente chegada ao mercado, de que havia grande falta; galha, e caparrosa também proximoamente chegada de Pernambuco; vinho muito superior, e outros muitos generos, tudo por commodos preços.

Rugio no dia 25 do corrente da casa inglesa desta cidade, uma cachorra — galga — da côr prta e branca, com hua correntesinha e cadeado ao pescoço, quem achar e entregar em dita casa serã bem recompensado.

Impresso por Francisco Luis de Vasconcellos, anno de 1849.



augusto orphaõ, que a revoluçãõ entre-gára á sua tutela ainda envolto nos en-xovaes da puericia, e cujo throno atira-do ao pó da terra nós haviamos gene-rosamente levantado, e conservado. Para a imaginaçãõ de um povo descontente do presente, e que vivia ingenuamente de devaneios, e vagas esperanças, era o joven principe o novo Joás talves, que veria desassombrar a terra de Judá da oppressãõ das satellites de Athalia. Por deitras d'elle não divisava-se ainda a en-chente dos cortesãos; mas podia-se re-petir com Racine:

Lois du throne, nourri de ce fatal honneur,
Hélas! vous ignorez le charme empoisonneur
De l'absolu pouvoir vous ignorez l'ivresse,
Et des laches flatteurs la voix enchanteresse.
Bientôt ils vous diront, que les plus saines loix,
Maitresses du vil peuple, obéissent aux rois,
Qu'un roi n'a d'autre frein que sa volonté même,
Qu'il doit immoler tout à sa grandeur suprême,
Qu'aux armes, au travail le peuple est condamné,
Et d'un sceptre de fer veut être gouverné.

Instrução publica.

RELATORIO.

(Continuado do n.º antecedente)

Observações sobre o ensino secundario do Lyceo.

Passo a repetir as considerações, que tenho feito em meos anteriores relatori-os, e nas quaes insisto com tanta maior convicçãõ, quanto vou nesta parte de ac-cordo com pessoas de reconhecida illus-traçãõ de nosso pais. A nossa educaçãõ secundaria modelada pelos lyceos d'on-tras provincias, e collegios dos cursos ju-rídicos parece só ter em vista preparar no-sa mocidade para esses cursos, e dar-lhe uma educaçãõ classica, e theorica, no que certamente não attende à neces-sidade de nosso pais. Ella devia compre-hender parte dos conhecimentos scienti-ficos, que tem mais relaçãõ com as artes e industrias, e que tendem á formar ho-mens uteis, e d'alguns esclarecimentos pa-ra a vida pratica, e productora, ficando ao genio, e ao talento especial o dedicar-se á instrucçãõ litteraria, e superior. No-paises cultos, como é sabido, applica-se cada joven a aquelles conhecimentos, que tem de empregar em sua projectada vi-da futura. Entre nos porem depois de um conhecimento imperfeito de instrucçãõ primaria passãõ para Latim, Lo-gica, Rhetorica &c, seja qual for a pro-fissão a que se vão dedicar; e entrados depois no mundo, applicados ao commer-cio, agricultura, e artes, nenhum uso podem faser desses conhecimentos, e são forçados á esquecer principios, que não sendo outra cousa mais do que prepa-ratorios para sciencias superiores, não tem applicaçãõ nenhuma na vida ac-tiva, e laboriosa, a que se vão entregar, e perdem assim seo tempo, e fortuna.

Ainda outro inconveniente resulta de uma educaçãõ similhante; e é que a-quelles que tendo gasto seo tempo, e fortuna nesses estudos preparatorios, não se achando aptos para outra qualquer cousa na vida civil, são como que machinalmente arrastados aos cursos ju-rídicos, e á tomar o estado sacerdotal, e é facil de perceber os graves inconvenientes, que podem dahi resultar. Jul-

go pois conveniente, que se altere o no-vo plano de educaçãõ secundaria no sen-tido de dar alguma tenlencia a nossa mocidade para a industria, e trabalho, dan-do-lhe alguns conhecimentos das scienci-as naturaes, principalmente da Physica, e Mechanica, tão necessarios para o conhe-cimento da propriedade dos corpos, ac-çãõ dos agentes naturaes, e suas diver-sas combinações, e applicações nos pro-cessos da industria, e desenvolvimento do trabalho. É notavel, que em um pais, onde a agricultura, e creaçãõ de gados for-mãõ os dois ramos principaes de sua in-dustria, e riqueza não hajaõ meos de auxiliar os recursos naturaes, ou de evi-tar os males, que paralyzãõ essas indus-trias, meos que podiaõ encontrar-se no conhecimento de sciencias proporçona-das.

Neste sentido é que entendo, que nos-sa educaçãõ deve ser modelada. Cada povo deve aprender principalmente a-quillo de que mais precisa para augmen-tar os commodos da vida. Julgo por tan-to, que o nosso Lyceo prestaria mais uti-lidade publica, si se adicionasse um ensino religioso amplo, exclusivamente catholico, que acompanhe os mancebos desde sua entrada até sahida do Lyceo, que os penetre de um respeito exclare-cido, e duradouro para com os grandes monumentos do christianismo, para com as grandes verdades q' trouxe ao mundo, e pe-li, sublime moral do Evangelho, como ac-conselha Mr. Cousin, o ensino de algu-mas artes liberaes, como o desenho, e musica, tão necessarias para a educaçãõ es-thetica do homem, assim como os prin-cipios de algumas sciencias naturaes, como Physica, Mechanica, Botanica, e Agri-cultura, e ao ensino de Geometria se acrescentasse o d'Agrimensura, tão pre-ciso para mediçãõ das terras; podendo formar-se de todos esses estudos um, ou mais cursos regulares.

Quando essa reforma não possa ter lu-gar de uma vez, attento o estado des-favoreavel das rendas provinciaes, alguma cousa parece, que se podia tentar, e em todo o caso convem reformar o estatuto, principalmene em seo plano de estudos, levando admittir-se o estudo simultaneo successivo, isto é, reunindo o ensino das le-tras á sciencias na proporçãõ das idades dos alumnos fixada pelo estatuto, esta-belecendo diversas classes successivas com tempo determinado, por exemplo de 6 meses para cada uma, não poden-do passar-se d'uma para outra sem exa-me. Alem dessa reforma na parte dou-trinal, julgo tambem muito necessaria a reduçãõ das ferias, a divisãõ do an-no lectivo em dois semestres com exames em cada semestre para passagem de u-ma classe para outra, acabar com o fe-riado de quinta feira, e marcar duas li-ções por dia para cada aula, não havendo motivo razoavel para haver uma so li-ção por dia em cada aula, quando em todo o mundo civilisado ha duas nas ma-terias dessa ordem.

(Continua)

EDITAL.

No dia 15 do corrente ha de reu-nir-se o concelho municipal de recurso em virtude do artigo 36 da lei regu-

lamentar das eleições de 19 de agosto de 1846 para o fim de se proceder á inscripçãõ na lista geral dos votantes, ou exclusãõ d'aquelles que pela jun-cta de qualificaçãõ tiverem sido des-attendidos; e para que chegue ao conhecimento de todos se fas publico por editaes afixados no lugar do costu-me, e pela imprensa. Fortaleza 1.º de abril de 1849. Tristão de Alencar Ara-ripe, juiz municipal presidente do con-celho.

ANNUNCIOS.

Pilulas depurativas.

Estas admiraveis pilulas, compostas de vegetaes do nosso pais, são prodigiosas na cura de certas enfermidades; purgando os humores viciados, que ordinariamente alteraõ a saude, ellas tem restabelecido a muitos individuos, que ja não tinhaõ speranza de vida, pelo que se vão tor-nando celebres. Achãõ se a venda na botica do senhor Antonio Rodrigues Fer-reira, e na loja dos senhores M. C. Gouveia & C. nesta capital, e brevemente se fa-rãõ depositos dellas em todas as povoa-ções da provincia, e mais partes do im-perio, o que será pela imprensa annun-ciado.

Seo preço é mil reis por cada caixa, que será acompanhada de um relatorio explicando suas applicações mais geraes.

Previne-se aos devedores do casal do fallecido negociante Antonio da Silva, de Pernambuco, que estando para pro-ceder-se á partilhas entre os herdeiros do respectivo casal será nullo, e irrito qualquer pagamento, que dictos devedo-res façãõ, a quem quer que amigavel ou judicialmente se apresente por par-te da viuva inventariante do mesmo casal a cobrar ou faser qualquer con-venio com dictos devedores, sob pena de repetiçãõ dos mesmos pagamentos. Pernambuco 28 de março de 1849.

Por si e como procurador de L. A. Dubourcq — Nuno Maria de Seixas.

Em casa de Firmino Joaquim Baptista de Castro achãõ se a venda queijos flamengos novos a 127600 reis.

Ceará, na Typographia Fidelissima de Francisco Luis de Vasconcellos, 1849

CEARENSE

O abaixo assignado declara, que os artigos, que no Cearense tem desfilado a vida de torpesas, e crimes do maroto João Luis, e seus aparentados Caminhas, são de sua responsabilidade, provocando a estes srs. para que quanto antes a façam effectiva, pena de serem reputados (como são) os verdadeiros auctores dos factos, que nos referidos artigos se lhes attribue.—Aracati 26 de março de 1849.

Hippolyto Cassiano Pamplona.

Os Portuguezes não se envolvem na politica do país.

Subscreverão para uma festança, que houve no Aracati por occasião da dissolução da camara dos deputados os srs. abaixo declarados, todos Portuguezes.

- Jose Joaquim Leite Bastos Angolista.
- Thomas Marques Porto.
- Manoel dos Macacos.
- Antonio Luis Fernandes Bragança.
- Manoel Jose de Moura.
- Bonifacio Pereira da Costa.
- Antonio Soares Ferreira dos Santos.

Em abono da verdade devemos dizer, que o maroto João Luis não subscreveo cousa alguma, e apenas se encarregou de ser o thesoureiro da subscrição, pôr luminarias, e em fim de ser o director da função, que esteve guapa, que esteve bella, e da qual o mesmo maroto lucrou umas oito patacas, segundo conta publicamente o Cabeça de malho encarregado de receber as subscrições.

A relação supra foi-nos ministrada por um carangueijo, que assistio a todo pagode, e que nos affirmou, que a não ser a maroneirada, como se elle expressou, não teria havido a sucia.

Bem! olhem os Brasileiros para essa relação, e diga cada um em sua consciencia, si os nacionaes prostituidos, que se vendem assim a labregada, não são ainda mais indignos, do que esta, por cujas artimanhas se vê no país filhos tão desnaturados.

Aos commandantes da g. n. da capital.

Bem sabemos, que invocar a lei é vozes clamantes in deserto; que esta nenhum respeito merece dos eximios orueiros; cumpre porem energicamente chamar a attenção publica sobre seus infracções, e mostrar, que, si muitas vezes nos deixamos levar á descripção dos Argelinos dominadores, só o desejo de evitar maior perseguição nos empelle á assim obrar: isto posto insistimos em transcrever a lei infra, que isempta de serviços militares os operarios das typographias, o que tão recalcitrada tem sido; para que se saiba, que a lei é impotente, quando assim o querem os homens, que dispõem da força physica. Eil-a.

Art. 4.º As pessoas, que se occuparem no trabalho da Typographia Nacional, ou no das particulares, ficam isemptas de todo o serviço militar.

(Carta de lei de 7 de dezembro de 1830.)

Principaes chuchadores do estado.

- Visconde de Olinda, de senador, de concelheiro de estado, de ministro (por anno) 12,400 rs.
- Visconde de Monte-alegre, de senador, de concelheiro de estado, e de ministro 12,400 rs.
- J. A. da Silva Maia, de senador, de concelheiro de estado, do supremo tribunal, e de procurador da coroa 11,600 rs.
- F. de Lima Silva, de senador, de soldo, de pensão 10,000 rs.
- Visconde de Macahé, de senador, de concelheiro de estado, do supremo tribunal 9,200 rs.
- H. H. Carneiro Leão, de senador, de concelheiro de estado, e de desembargador 8,000 rs.
- C. M. Lopes Gama, de senador, de concelheiro de estado, e de desembargador 7,600 rs.
- J. Clemente Pereira, de senador, e de desembargador 6,400 rs.
- Conde de Caxias, de senador, e do soldo 6,000 rs.
- Visconde de Abrantes, de senador, e de concelheiro de estado 5,200 rs.
- B. Pereira de Vasconcellos, de senador, e de concelheiro de estado 5,200 rs.

HYMNO

DA

Liberdade em Pernambuco no anno de 1817.

Suspirada liberdade,
Salve, salve, te saudamos,
Querida filha dos Ceos,
Reverente te adoramos.

O' bravos Pernambucanos,
Exemplo demos primeiro,
As armas, as armas todos,
Generosos Brasileiros.

Nós pretos, pardos, e brancos.
Cidadãos somos unidos,
A Patria offerecemos
Mulheres, filhos queridos.

Venhão os tigres do mundo,
Venhão d'Africa os leões,
Temos valerosos braços,
Magnanimos corações.

Troveje o raio da guerra,
Corra sangue pelo chão,
Aos ares vôem os membros,
Morrer sim, captivo não!...

Instrução publica

RELATORIO.

(Continuado do n. 229.

Das aulas avulsas de Latim.
Alem d'aula de Latim do Lyceo exis-

tem mais 9 na provincia, as quaes tem sido frequentadas nos 4 annos anteriores (a excepção de 3, Granja, Imperatrix, e Baturité, creadas, e providas ha 2 annos) pelo seguinte numero de estudantes.

1845.	—	120	estudantes.
1846.	—	88	«
1847.	—	163	«
1848.	—	197	«

Segundo as observações incompletas dos professores em seus mapps pude classificar o grau de adiantamento dos estudantes do anno findo do seguinte modo.

Cadeiras.	Classes.					Total.
	1	2	3	4	5	
Aracati.	11	9	6	7	4	37
Sobral.	10	1	11	9	4	35
leó.	12	4	5	3	1	28
Crato.	11	5	3	7	0	26
Quixeram.	13	5	4	4	0	26
Granja.	4	4	1	3	5	17
Imperatrix.	11	1	0	0	0	12
Baturité.	3	5	1	1	2	12
Inhamuns.	0	1	0	3	0	4
	75	38	31	37	16	197

As classes correspondem á seguintes materias.

Classes.	1º	2º	3º	4º	5º
1º	—	Arte de grammatica.			
2º	—	Selecta, e Eutropio.			
3º	—	Cornelio, e Phedro.			
4º	—	Sallustio, e Virgilio.			
5º	—	Tito Livio, Horacio, e todos os classicos.			

Dois mestres particulares ensinão Latim nesta cidade, porem não me remetterão mappa de seus alumnos, a pesar de haver exigido.

Os alumnos nas aulas de Latim levão regularmente tres á quatro annos, no fim dos quaes se disem promptos aquelles, que sabem verter uma, ou outra passagem dos classicos sem critica, Conhecimento profundo de latinidade ninguem adquire entre nós.

(Continúa.)

ANNUNCIOS.

Pára em poder de Jorge Accursio e Silveira um castiçal dos que servem para lanterna de salla, o qual se supõe perdido, ou de qualquer outra sorte desencaminhado. Quem se julgar com direito a elle o podera recuperar, dando signaes não equivocos, e pagando a despesa deste annuncio.

Ceará, na Typographia Fidelissima de Francisco Luis de Vasconcellos, 1849.

CEARENSE

3

raõ tomadas, resultando contra mim um alcance, no qual tambem não desejaria fallar, para me não recordar dos nomes de individuos, que praticarão comigo injustiças, que com horror toda a provincia foi testemunha; augmentando-se as contas de proposito, e por isso de calculo. entregando-se em receita varias fazendas da comprehensão da freguesia de Valença, cobradas, e arrecadadas pelo tenente coronel Canjido Martins, que honra lhe seja dada, isto mesmo confessa, e disse o devedor, e não eu; alterando-se o preço dos gados, por que foraõ vendidos, de um a dois mil reis em cada cabeça, negando-se a porcentagem daquellas fazendas, que avançadas não foraõ cobradas por mim como administrador, mas que nellas, conforme as instrucções, que se me confiou, me cabia a referida porcentagem, e outras cousas, que tudo pela imprensa ja se publicou: requeri a emenda de todos os erros, e prejuizo grave, que contra mim existia na liquidação de taes contas, fui indefrido, e sendo executado, marchei ao juizo dos feitos da fazenda com embargos, que foraõ despresados, e não appellando o meu procurador, como lhe cumpria, tive de passar sempre pelo prejuizo de mais de sete contos de réis. Avista do expendido, e que precisamente deve ser sabido pelo Analytico, ainda este se atreve a recomendar a vigilancia da presidencia? Só si é para manter riscar as contas, e fazer-me abono da importancia do ultimo das fazendas, que o tenente coronel Canjido arrecadou; diminuir o augmento, que se deo contra mim de um a dois mil reis em cabeça; dispensar-me dos juros daquellas quantias, equivalentes a uma grande porção de gados, que no começo de minha administração fui obrigado a encontrar por ordem da presidencia, cabeça por cabeça com os fazendeiros pelo que haviaõ suprido ás forças legaes em 1839 a 1840, e que se contou contra mim, como si fosse dinheiro retardo em minha mão; e finalmente obrigar-me a pagar o que justamente devo; si esta é a intenção do Analytico, com maior gosto lhe perdõ a offensa, que sem justiça me irrogou; por que se na verdade houve algumas faltas nos livros da minha administração, deverá por ellas ser responsavel, quem d'ellas, sendo informado, não as julgou precisas para a prestação de contas.

Admira-me muito o empenho desse vigario em pedir uma certidão, que julga com elle infamar-me: lamento, que e se miseravelmente seja tão tóllo, e a essa qualidade una a de malvado, sem lembrar-se, que até o presente não tenho em minha vida facto algum, do qual me envergonhe, esquecendo-se que a provar-me terei a precisa coragem de lhe pôr a calva á mostra, e de lhe lembrar a testamentaria da finada D. Simiana, a falta de pagamento de decima da herança desta mesma testamentaria, o dinheiro recebido da nação para compra de paramentos desta matriz, que indignantemente rege, o dinheiro e bens dos orphãos do finado Pedro José da Silva, e outras cousas, que bem deve ter em lembrança, por que tem d'ellas tirado a precisa vantagem, mas despresando-as, e lhe não querendo sacudir a batina com que costuma encobrir suas acções, mesmo por que d'ellas me não importa em

atenção à graves offensas, que me tem feito, e que precisaõ meditação mais seria, o deixarei por hora, certo de que só o Analytico me obrigaria a escrever o nome de tal vigario no presente comunicado, pois é por certo em meu conceito o ente mais despresivel, e ridiculo de nossos tempos. Falta sómente responder sobre o facto dos oitenta processos, e o farei em duas palavras. Não sendo conhecido o Analytico neste termo, difficil seria se lhe formar culpa em processo, e não havendo em que igualmente se empregasse os taes oitenta processos, ainda mesmo se dando um processo acada um de seus partidarios, não passaria seo numero a mais de meia dúzia, inclusive o estontiado S. Tiago. Está pois respondido o sr. redactor do Analytico, ao qual rogo não confie tanto no tal vigario, que nada tem de vantagem a off-rece-lhe, e para prova diga que serviços lhe há prestado, mais do que mentiras, calunnias, e embustes. Desculpe igualmente a palha, que lhe dei, pois ao desprezo entrego suas vagas declamações.—Príncipe Imperial 13 de janeiro de 1849.

Padre Ignacio Ribeiro Mello.

Instrucção publica.

RELATORIO.

(Continuado do n. antecedente.)

Nossas aulas de Latim são *sui generis*, não existindo estabelecimento algum semelhante nos paes cultos. Mr. Cousin nos seus relatorios sobre a instrucção publica da Alemanha, H.landa, e França não falla de estabelecimento algum desta ordem, nem mesmo as escolas latinas da H.landa, que são semelhantes aos nossos lycéos, com a differença de exigir-se um ensino muito profundo nas linguas latina, e grega. Em um dos meus precedentes relatorios ja emittii minha opiniaõ á respeito de nossas cadeiras de Latim, e repito: não descubro utilidade alguma nellas. É uma rotina antiquissima de nossos antepassados, que cifravaõ a instrucção no conhecimento do Latim, ou que só se devia estudar para clérigo; e ao menos nesses tempos o ensino do Latim, posto que mais prolongado, era mais solido. Hoje emprega-se um rapas 4 e mais annos em Latim, e no cabo desse tempo sae da escola com superficial conhecimento de uma lingua classica, que nao lhe pode servir de utilidade alguma no uso da vida, salvo se pretende applicar-se aos estudos superiores, e sendo poucos aquelles que podem seguir essa carreira, a perda de um tempo precioso, que utilmente poderia ser empregado em outra cousa, e as vezes cria uma necessidade ficticia nos paes, e nos rapases, que se julgaõ inutilizados para outra qualquer profissão, que não seja a das letras.

Eu entendo, que os estudos classicos, por isso mesmo que elles só tem por fim recrear o espirito, ou preparar para as sciencias sublimes, e nemhum applicação tem no uso ordinario da vida, devem ser limitados, e rigorosos. Quem quizer, e poder applicar-se á sciencias

superiores, que profunde o estudo do Latim, e para isso talvez fosse bastante uma escola bem organizada no Lyceo da capital, dividida em secções, e por classes, como se faz nos paes civilizados. Si por tanto se comprehendesse uma reforma em grande de todo o nosso systema de instrucção, eu não hesitava em propor a suppressão de todas as cadeiras de Latim avulsas, e em seu lugar lembraria a creação de cadeiras de instrucção primaria superior, ou intermediaria, como existe na Alemanha, H.landa, e França, onde se dá uma instrucção um pouco mais elevada do que nas escolas do primeiro grau, instrucção talvez superior, a que se adquire nos lycéos, e collegios de nosso pais. Essas escolas superiores, ou primarias do segundo grau, que eu lembraria para substituir as aulas de Latim, devião estabelecer-se nos povoados, cuja população passasse de certo numero; por exemplo de 6 mil almas, como em França (na Alemanha de 1500 almas. O fim dessas aulas seria dar aos meninos toda a cultura, de que precisaõ sem tãcel os entrar no dominio dos estudos classicos. Receberiaõ un a cultura moral mais desenvolvida pelo ensino da religião, intellectual pela leitura, escriptura. Historia natural, Geographia, Historia geral, e especial do pais, e do novo e velho testamento, calculo, e Geometria; e em fim uma cultura esthetica, como se dis na Alemanha, pelo canto, e desenho.

Taes são as escolas dessa ordem dos paes citados, em algumas das quaes se dáo estu o mais variados, e extensos para ambos os sexos, como nos de Wimar, e Saxonia. Poderiaõ ser divididas em 4, e mais classes dirigidas por um director, professores, & Certamente demandariaõ mais despesas do que as actuaes de Latim; porém isso alem de comensado pelo maior grau de utilidade, podia obviar-se por uma impescaõ razoavel a titulo de matricula, ou d'outro qualquer lançado nos paes dos alumnos. Independentemente dessas reformas, que eu julgo necessarias, si quizermos dar educação conveniente á mocidade da provincia, eu não posso deixar de chamar a atenção de V. Exc. para o limitado numero de alumnos nas aulas de Baturité, Imperatris, e principalmente de Ihamuns. Ainda quando deva continuar esse estado de cousas, seria conveniente, que a lei marcasse o minimo do numero de alumnos para essas aulas, por exemplo 10 ou 15 para que, quando descesse abaixo d'elle, fosse a escola supprimida. Essa medida julgo util tanto para as aulas de Latim, como primarias.

Notaõ-se nos mapps estudantes de 21, e mais annos: estudantes de tão avançada idade não devem estar perdendo seo tempo em aulas deste genero, estudando *inicia Minerva*. Uma lei regulamentar devia marcar a idade de recepção ou matricula dos alumnos nessas aulas de 10 a 16 annos, estabelecer um curso regular de 3 annos dividido em semestres; de sorte que as duas primeiras classes de Latim fossem objecto do primeiro e segundo semestre: a 3.^a e 4.^a dos semestres do segundo anno, a 5.^a de todo 3.^a anno. No fim deste triennio todos devião ser despedidos com nota de approvados, ou reprovados para continuarem os estudos, ou para o destino,

A

CEARENSE

que elles quizerem dar suas familias. Julgo tambem necessario restaurar o antigo uso de aula duas vezes ao dia, de modo q' hajão 5 horas d'aula, occupando se o professor, quanto for possivel, uma hora com cada classe. Parece mesmo, que a exemplo d'outros paes, poder-se-ia ab'rir todos os feriados, á excepção daquelles que a igreja tem consagrado ao culto. As letras p' a lei actual são muito extensas, começãdo pela Conceição, e findãdo a 2 de fevereiro. Julgo tambem conveniente reduzi-las, dividindo em duas terças pequenas no fim de cada semestre, principiãdo por exemplo o anno lectivo a 7 de janeiro até 20 de junho, e de 10 de julho a 15 de dezembro, marcando se para exames das classes parte des seus dias de ferias.

Instrucção primaria.

Si o ensino secundario vae mal entre nós, o primario, essa primeira necessidade do homem social, vae miseravelmente; o que todavia não é de admirar, quando se vê, que outras provincias em melhores circumstancias do que a nossa não se achão mais avançadas nesta parte, e mesmo nações antiquissimas da Europa apenas agora vão aperfeccionando esse ramo importante de educação. Com tudo foi um grande passo para seu melhoramento a creação da inspecção geral, e particular, dando assim um centro, e uma fiscalisação, e vigilancia, que não tinham; e mais vantagens se terião obtido, apesar de defeitos radicaes que existem, si a lei regulasse as attribuições do director, e inspectores locais, as relações destes com os professores e vice-versa, e si as pessoas mais habilitadas tivessem querido aceitar, e desempenhar seriamente as funções de inspectores. Na falta de uma legislação mais apropriada tenho recommendado, quanto é possível, a observancia da lei n. 26 de 1836, esse regulamento de 14 de junho de 1837, unicas que temos sobre a instrucção primaria.

PORTUGAL.

Porto 2 de janeiro.

Foi um anno fecundo esse que acabou de expirar! Taõ assombrosos e grandes forão os successos, que os limites de uma era parecerão acanhados para os abraçar!

Si não houve um audás navegante, que alongasse os confins da terra, nem um soldado impetuoso que das regiões afastadas do norte viesse acampar os seus exercitos sobre os plainos da Europa; si de um pulpito não partisse a voz de um frade que proclamasse a liberdade para a consciencia dos homens, apontando a estrada da philosophia; si a ambição, e fortuna de um principe, que a vassallasse todos os estados do continente, não vio desta vez faser tremer os solos; esta epocha nem por isso deixou de se erguer—, padraõ demarcador na estrada dos tempos.

De ha muito que este quadro do drama da humanidade começava a preparar-se, sem que com tudo alguém esperasse taõ subita a peripetia.

A reacção contra a liberdade sospeira por toda a parte os instintos, e tendencias dos povos. A pesada alliança dos principes abafou-os; e o ardor da liberdade ressequia lhes os labios sedentos.

O povo começava de inquietar-se aqui,

e alli; depois, interrogando-se sobre a escravidão que o opprimia, pediu a sua emancipação. Aos primeiros indicios negaivos da parte dos reis responderão com tumultos, e ajuntamentos, logo depois com fusil, e metralha.

Nos primeiros dias do anno de 1848 os Sicilianos preludiãdo a revolução geral do norte da Europa, e uma constituição com duas camaras, proclamada a 10 de fevereiro, e jurada por Fernando de Bourbon, significou o plano universal das lutas cortadas na lucta, em que de emprego se virão tomados—, conceder para depois golpear de estado.

No dia 25 abriu se o parlamento Siciliano, e a 15 de maio o rei de Napoles julgou maduro o seu plano; assaltou as ruas da capital, e a tropa, e lazzaronis realisãdo o seu pensamento.

A guarda nacional cedeo a força; as portas do parlamento forão trancadas, e a revolução foi espirar nos montes da Calabria.

A Sicilia pede um rei, e o duque de Genova tena esse titulo, sem lhe ser dado nunca assentar-se no throno. Lord Minton tenta hoje regular os negocios entre o rei de Napoles e a porção dos seus estados rebeldes, que pede uma representação sua, e propria administração—, a independencia.

No entanto, a França lá opera a sua espantosa revolução. O rei abdica, o povo não aceita, e a dynastia de julho desapparece de França. Os banquetes preparãdo os emícios, e comícios proclamaraõ a republica.

A mira dos povos voltou se toda para a França. Lus querião ver na revolução de fevereiro uma regeneração social, outros apenas antevião uma reorganisação interna.

A revolta de junho, onde o arcebispo de Paris cahio morto do alto de uma barricada, e onde atrengava aos seus filhos, veio desenganar aquelles que pensavaõ, que o socialismo estava arraigado na França, e que as ondas da revolução transbordãdo para além dos Alpes, ou para aquem dos Pyreneos.

A França acaba de ir buscar entre as suas gloriosas tradições um presidente para sua republica, antepondo um nome a mais de uma pessoa, que symbolisaria a revolução, ao mesmo tempo que a saberia goiar com prudencia. A abstenção do humo em Milão, para affectar os cofres da Austria, demonstração que entao pareceo graciosa, era o precursor de uma guerra de independencia que começou logo em Milão entre o povo e a guardaõ austriaca.

Não tardou um mes que ella rebentasse em toda a Lombardia. Pelos meados de março as tropas austriacas evacuaõ Milão, depois de cinco dias de um porfiado combate, em que a victoria se decidiu com vantagem da parte do povo.

Dias depois a Austria vio desmembrarse-lhe Venesa, que, sonhando nos tempos da sua grandesa, se proclamou em republica. Mais tarde o parlamento de Turim devia votar a uniaõ de Venesa ao Piemonte.

Por este tempo Carlos Alberto, depois de haver lançado as bases fundamentaes para uma constituição nos seus estados, instigado pelo seu povo, e movido da gloria de poder libertar a Italia do jugo austriaco, pôe-se a testa de seus exercitos, e enceta com felicidade a campa-

nha da Lombardia.

As forças, posto que bisonhas, de seu exercito, que se compunha de legiões de todos os estados da Italia, levou-o de victoria em victoria até as margens do Adige, onde começãdo os seus reveses, que, mais rapidos que as suas victorias, vieraõ acabar dentro em 11 dias em Milão, onde capitulou, não sem artiscar ainda batalha fora de seus muros.

A Austria havia mandado Radetzki com o peso de todo o exercito, que a calma interna parecia entao poder dispensar. A revolução de março, que tinha expulso Meternich e afugentado o imperador para Inspruk, estava abafada, ao menos na apparencia. A borrasca havia serenado um pouco, depois de ter dentro de um mes rebentado em muitos pontos.

O mes de março foi para os monarchas de um aspecto teneroso. Vienna, Cracovia, Colonia, Glasgow, Londres, Berlim, Urtemberg, Damstadt, Madrid mesurãdo que o sacudimento dos povos não despertaria de seu somno de escravidão pôde ser terrivel.

O cantão de Neuchâtel declarou se tambem entao independente da Prussia; o rei da Baviera, cansado de remar, abdicou em seu filho, e os jesuitas forão expulsos de Roma.

Cada revolução tinha, é verdade, as suas feições particulares; mas todas tinham uma caracteristica—a liberdade e independencia dos povos.

A Inglaterra contentava-se com uma reforma de quatro artigos, que O'Connor apresentou na petição monstre. A Austria com uma constituição, a Cracovia, com a sua independencia. A Prussia com o elemento democratico na concepção das leis, com a liberdade de imprensa e associações, com a protecção para as classes laboriosas, e com a educação da mocidade; concepções que a constituição finalmente outorgada pelo rei lhe garante. As exigencias do povo de Urtemberg forão escutadas pelo soberano; e a Hespanha desejava mais uma pouca de liberdade, que lhe não quizerão conceder, se não' que antes restringiraõ depois das manifestações de Madrid e da revolta de Sevilla, que se arretou para a Inglaterra o desire de ver despedido em 48 horas o seu embaixador Bulwer.

A nomeação do vigario e a desolução da dieta forão pequenos passos para o grande pensamento da centralisação dos estados germanicos, a qual tem encontrado resistencia da parte da Austria que se não' quer ver desmembrada dos seus oito milhões de Alemães; como se vê ameaçada da separação dos Magiares.

A questaõ de Hungria promove nos primeiros dias de outubro a revolução de Vienna, que se vê pela segunda vez abandonada pelo imperador. A revolução deixa ganhar tempo á corte que, reunido os seus exercitos, cerca Vienna e a faz render.

A Fernando repugna-lhe voltar á sua antiga cõrte, todavia e sangue; e depois de haver feito á realta o holocausto de muitas victimas, despoja-se a si investido del'ly seu sobrinho.

Nossuth responde ao manifesto do novo imperador com a aclamação da republica na Hungria, e prepara-se para resistir a Jellachich.

Para remate de tão grandes e tão varios successos, nome, que como todos os pequenos estados da Italia anheia por se emancipar e nacionalisar, deruba por uma revolução o ministerio impopular de Rossi, e o pontífice, assustado pelo assassinato deste, abandona a Santa Sêde, lançando se nos braços de um rei, cuja ferõs conducta ainda ha pouco havia expulso!

eis ahí pois o esboço succinto dos acontecimentos do memoravel anno que expiron, e que preparãdo outros talves ainda maiores, que terão de resolver se no que entra.

(Nacional).

Ceará, na Typographia Fidelissima de Francisco Luis de Vasconcellos, 1849.

to, não pode deixar de reconhecer em tal acto o mesmo espirito, que dictou em 1842 a commenda da Rosa com q' o governo de S. Magestade remunerou um escravo do Visconde de Baependy por servir de pagem ao sr. Honório em uma viagem, que este senhor fez nesse anno a uma de suas fazendas licitamente adquirida; ou talvez o mesmo espirito com que já um imperador romano honrou o seu cavalleiro com o titulo de *consul*. E na verdade q' mais merecimento tem alguns dos agraciados do q' o cavalleiro Calligula? se alguma differença existe é em favor do cavalleiro, por que ao menos não consta que tivesse feito mal a ninguém. Com effeito é preciso muito empenho em descreditar uma instituição para rebaixar a a ponto de fazer barões um João do Rego, e Francisco Fernandes, e official da Rosa um Fausto. O primeiro horrivelmente conhecido pelos seus feitos canibales em Pernambuco; o segundo só o é pelo que fez na guerra do Pinto, onde seguindo affirmou no parlamento o sr. Vicente de Castro, elle *encheo se*; quanto ao mais é um sertanejo analfabeto, que vive de criar seus garridos, e de meliocre fortuna, pois a penas por sua morte pôde tocar a cada filho 600 rs., como elle mesmo ultimamente confessou em uma petição de despesa para sua ultima filha: segundo diz o vizinho é a um homem tal q' se dá um titulo q' elle não sabe assignar! O sr. Fausto Oh! miserial pobre manijlla, em corpo e alma pequenino, sem consciencia de sua accorridade, nem do que lhe mandão fazer: arranca-lo o anno passado do escriptorio do dr. Carvalho Moreira no Rio, onde servia o officio de procurador de causas, como diz o sr. dr. Herculano Salles, para presidencia desta provincia em pagamento de haver solicitado no inventario do marquez de Loges por parte do Barão de Loges, genro do então ministro Macahã, tem feito o papel abjecto, que jamais funcionario algum abaxouse a fazer. Entregou-se todo inteiro a Miguel Fernandes e mais sucia, assignando como authomto as ordens, que lhe dictão seus senhores, e em premio disto é feito official da Rosa!! etc. resta agora que o governo mande uma commenda, ou titulo para o cavalleiro do sr. Fausto, si é que o tem.

Mentiras e calumnias officiaes.

Se a mentira, e calumnia são vicios que degradão o homem na sociedade no commercio ordinario da vida do homem à homem, elles se tornão mais que infames quando partem da authoridade em rasão de seu officio, principalmente quando taes mentiras, e calumnias tendem à prejudicar, e fazer odioso à outrem. O presidente Fausto com toda impudencia que o caracteriza, não cessa de calumniar, e enjuriar nos em seus officios perante o governo imperial, suppondo, que a troco desse *bom serviço* será conservado por mais tempo na presidencia. Triste, e indigno papel he o de calumniador! Dai lhe mais alguma coragem, e o vereis na estrada roubando a vida à aquelles, à quem calumnia.

Ora chama nos *desordeiros*, e dis que tramam as revoltas, ora accusa nos de propallar falsos boatos de revoltas no

Grato para produzir effeito na Corte, como se vê no seu officio de 5 de março inserto no Jornal do Commercio.

Mentira e calumnias tão indignas como estas, de certo que não merecem resposta, pois toda provincia sabe que nunca fomos desordeiros, e só um cobarde embecil nos pode lançar essa pecha: e nem nunca espalhamos noticias de revolta no Grato, e nem mesmo ouvimos fallar em tal cousa: appellamos para as nossos fofas, si alguma vez derão tal noticia. Como he pois, que abusando, e degradando a posição, em que se acha, esse homem não se corre de fallar deste modo a verdade?

He preciso não ter consciencia de si para descer à tanta indignidade.

Instrução publica.

RELATORIO.

(Continuado do n. 233)

Do numero das cadeiras; material das aulas, n. dos alumnos, e supressão das cadeiras.

Antes da lei de 4 de agosto do anno passado havia 43 aulas exclusivas do sexo masculino, e 9 do feminino. Pela lei citada foram suprimidas 16 das quaes a de Moejana foi provisoriamente conservada por haver sobrado um professor vitalicio sem destino, e v. ex. resolveo que fosse ensinar em Moejana até vagar alguma das conservadas por lei. O estado material das escolas he o mais miseravel possível. A excepção da escola do ensino mutuo desta cidade, não ha outra que tenha casa propria, nem mobiliario conveniente, e o que he mais, nem mesmo se tem abanado aos professores alguma quantia para albuguel de casa. Esta certamente, uma das causas do pequeno numero de alumnos, que apresenta, e de seu tardio, e pouco aproveitamento. Algumas escolas, como as do Aracati, e desta cidade, ainda tem alguns bancos, e mesas em mau estado fornecidas publicos e livres publicos; porem todas as de mais nem isso tem, sendo por isso obrigados os mestres a lecturarem em suas proprias rendencias, que alem de pequenas, dão lugar à que os pouco zelos, tinham junto a si muitos de continuas distrações. Alem disso faltao traslados, pedras, calhecismos, livros elementares, e até papel, tinta, e tinta para a maior parte dos meninos, que por sua nimia pobreza não pôde comprar, não tendo a assembleia, camaras municipaes, em geral, e o artigo 8 da lei de n. 26 de 1866 que manda fornecer esses objectos pelas camaras e cofre provincial: daqui resulta que ainda o mais diligente, e habil professor por falta de casa accommodada e utensilios pouca vantagem apresenta.

Das 43 aulas do sexo masculino existentes antes da execução da lei de 4 de agosto do anno findo, achava-se vaga a de S. Quiteria; e os professores de Aracati, Baviagem, Arneirós, e Barbalha deixão de remetter os mappas trimesnaes. Das 38, cujos mappas tenho a vista, consta que foram frequentadas o anno passado por 1667 alumnos, sendo 1390 das 28 existentes inclusivamente Moejana, e 277 das suprimidas. Nas 9

cadeiras de sexo femino à excepção da de Granja, cuja professora não remetteo os mappas, consta, que se matricularão 393 meninas. Nos 4 annos anteriores (depois da criação da directoria) houverão as seguintes matriculas nas aulas publicas de um, e outro sexo em numero desigual de cadeiras.

	Masculino.	Feminino.
1845.	1120	212
1846.	849	122
1847.	963	238
1848.	1667	393

Pelo insignificante numero de alumnos, que recebem instrução publica na provincia, podendo talvez acrescentar se a este numero um oitavo mais dos que recebem em escolas particulares, se vê o atraso, em que se acha entre nós esse ramo, o mais importante da instrução publica em relação a população livre da provincia, que em 1840 orçava por 240 mil almas.

Não temos uma estatistica de toda provincia, a excepção desse arrlamento imperfeito de 1840, ou anterior: mas temos um trabalho curioso feito o anno passado pelo sr. dr. Trisão da população do municipio desta capital, e delle me servi para termo de comparação. Seguindo esse arrolamento conta o municipio desta capital a população livre de 40.675 almas, sendo 7.256 do sexo masculino de idade de 1 a 15 annos, e 7943 do sexo feminino da mesma idade, que sommao 15.199 meninos de idade de 1 a 15 annos. Ora admitindo que a educação nas escolas publicas comença aos 7 annos, e adoptando com Mr. Cousin, que de mil meninos de 1 a 15 annos os de idade de 7 a 14 formao os tres setimos, o que dá por 1.000—429 em estado de ir para a escola, segue-se que no termo desta cidade devem haver pelo menos 3.095 meninos, e 3.404 meninas de idade de escola; e toda via nas 9 escolas publicas de meninos pertencentes a este termo so se achava o anno passado matriculados 484 e 66 nas particulares; e nas duas escolas publicas de meninas 147 e 25 em uma particular: daqui se vê q' apenas pouco mais de um sexto 564 dos meninos de idade de escolas deste municipio recebem instrução primaria contanto com as duas escolas particulares; e das meninas a penas a vigesima parte. O districto porem da capital, que contem 4143 meninos de ambos os sexos de idade de 1 a 15 annos, e por conseguinte 1774 em idade de escola, é o que apresenta maior n. de alumnos em relação a sua população; por que as 4 escolas publicas da cidade de ambos os sexos e 3 particulares ensinavao o anno passado 491 alumnos o que corresponde à quasi um quarto dos meninos de idade de escola, ou 118 por mil do n. total dos meninos de 1 a 15 annos. No reino da Prussia o termo medio é de 371 por 1000. Vê se portanto, que mesmo no districto da capital mais de tres quartas partes dos meninos de ambos os sexos não recebem instrução alguma, e o talavia o ponto mais atiantado à este respeito. A miseria das classes indigentes e um dos motivos principaes da falta de concurrencia de maior numero de alumnos, alem de varias outras.

A As e nobre provincial suprimio o anno passado 16 cadeiras, de que acima fallei, creio que por motivos de economia, mas parece não ter consultado as

CEARENSE

conveniencias locais; por quanto suprimio cadeiras em lugares mais importantes, deixando outras em lugares, que o são menos em relação ao n. de alumnos, que asfrequentavao; so debaixo deste ponto de vista entendo que não foi conveniente a suppressão, por que a maior parte de nossas escolas primarias são tao mas que não se si diga que he melhor não ter nenhuma, do que tel-as semelhantes. Dis Mr. Curin—que o mais importante não e ter escolas; porem tel-as boas: e um inconveniente não haver uma escola em cada Communa; porem uma má escola e uma calamidade.

Parece-me conveniente, que em ves de criar-se, e suprimir-se escolas à arbitrio, que uma lei determinasse os casos em que se deve estabelecer escolas, e suprimil-as, deixando se ao governo a applicação da lei. Por exemplo que no povoado onde houvesse tal numero de meninos se estabelecesse uma escola; e quando a escola fosse frequentada por menos de 20 ou 25 alumnos fosse suprimida. Para isso devia-se mandar faser todos os annos em cada districto um arrolamento dos meninos de idade de 6 a 14 annos, vista do qual o governo iria creando, ou suprimindo, conforme o n. dos meninos excedesse, ou decrescesse daquelle, que a lei houvesse estabelecido.

(Continuar se ha.)

Axiomas.

O rei e o escolhido do povo; o povo e o sustentaculo da patria; a patria o altar da religião; a religião a linguagem de Deos; Deos o pai da liberdade; então destruir a liberdade e offender a Deos, e derribar a religião, e deshonorar a patria, e ferir o povo, e matar o rei. Ora os saquaremas: destroem a liberdade; logo incorrem em todos estes crimes!!!

Por outra:

Os saquaremas matao o rei, por que temem a concitar a desmembração da monarchia, lerem o povo, por que *assas sinão*, e *justiaõ* seos representantes; deshonrao a patria, por que a vendem ao ouro do estrangeiro; derribaõ a religião, por que introduzem, e protegem o trafico da *escravatura*; finalmente offendem a Deos, por que perseguem, e sacrificao milhares de innocentes: logo os saquaremas destroem a liberdade!!!

(Grito N.)

Que liberdade!

Ha dias liaõ dous homens na rua da Ajuda um periodico liberal; um esbirro servo humilissimo do alcaide mór, chegou-se à elles, e lhes perguntou:—Que estão lendo os senhores? Foi-lhe respondido—Que lhe importa?!—Perguntei isto, replicou o esbirro, *porque queria saber, si liaõ alguma cousa contra o governo, porque tenho ordem de o defender!*... —Tal e o estado a que chegamos (idem.)

NOTE.

*Não teme um Santa Lusía
Do assassino o punhal.*

GLOSA.

As traições, a tyrannia,
A prepotencia, o furor
Desta— facção do terror
Não teme um Santa Lusía:
Sabe elle com bisarria
Qual seja o bem,—qual o mal;
O despotismo infernal
Rebater com a Liberdade;
Quebrar com herocidade—
Do assassino o punhal ...

(Do Povo).

ANNUNCIOS.

Roga-se outra ves aos srs. locatarios dos serviços dos Africanos livres, queiraõ quanto antes mandar pagar, o que se achao à dever de salario dos mesmos.

Vende-se huma casa sobrado situada na Praia e onde mora a familia do Reverendo Padre Sucupira, assim como huma casa terrea occupada pela mãe do senhor Pedro Francisco Pereira; quem quiser comprar as mesmas propriedades, pode tractar com Henrique Ellery.

AGENTE NO GERARO

JOSÉ SMITH DE VASCONCELLOS.

SALSAPARILLA DE SANDS.

Este excellento remedio cura todas as enfermidades as quaes sam originadas pela impureza do sangue ou do systema; a saber:

Escrofulas, Rheumatismo, Erupções cutaneas, brebuthias na cara, almoroidas, doenças Chronicas, brebulhas, borbocija, Tinha, enchaçoos, e dores nos ossos, e junctas, ulcar, doenças venerias, ciatica, enfermidades que attacão pelo grande uso do Mercurio, Hidropesia, expostos a uma vida extravagante. Assim como, Chronicas desordens da Constituição, serao curadas por esta tão util, e approvada Medicina.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O melhor argumento, e que falla mais alto a favor de sua bondade são os maravilhosos effeitos conhecidos em diversas partes do globo. Pela sua applicação pode a raça humana ver-se isempta desse aluviaõ de males, que a affigem. O auctor possui honrosos attestados, que justificao esta asserção, e entre estes tem distincto lugar aquelle certificado, que a diante transcrevo do Illustrissimo sr. Commendador Douctor Joaquim Vicente Torres Homem, e dos seos dignos collegas, os Illustrissimos srs. Douctores Candido Borges Monteiro, e Francini, que da a mais conclusiva evidencia do autentico valor, e efficacia em todos os casos, a que seja applicada.

Illustrissimos Srs. Southeverth, Sands.

Tenho applicado no hospital militar desta corte a salsaparilla de Sands, e posso affiançar a Vossas Senhorias que sua applicação tem sido coroada de felises resultados. Um vidro desse remedio foi sufficiente para faser desaparecer completamente hum rheumatismo articular, que resistira a outros tratamentos. As sarnas syphiliticas arteocopas, empigens, e outras enfermidades com character syphilitico tem sido victoriosamente combatidas com a supradicta salsa. Os mesmos resultados tem obtido em suas enfermarias os meos dinos collegas, os Srs. Douctores Candido Borges Monteiro, e Francini, que verbalmente me tem communicado iguaes observações a este respeito.

De V. V. S. S.

Att. V^o. & Creado.

Douctor Joaquim Vicente Torres Homem.

Rio de Janeiro 24 de Fevereiro de 1849.

Vende-se em casa do abaixo assignado, unico agente nesta Cidade a 3^o. reis a garrafa.

Na mesma casa se vendem as **verdadeiras** pillulas do Douctor Brandreth, onde se mostrara hum certificado, que prova serem genuinas estas, e não semelhantes a outras, que se entroduzem como sendo daquelle auctor, de quem tambem he unico agente nesta Cidade o abaixo assignado.

Jose Semith de Vasconcellos.

Impresso por Francisco Luis de Vasconcellos, anno de 1849.

CEARENSE

2

sorprende que o sr. deputado ache tudo isso excellente; pois que já declarou-nos um meio de expurgar a população dos viciosos. Então o exercito deve ser o receptaculo dos vicios? Ha tanta precisão de honra e moralidade no exercito como a ha em outra qualquer classe da sociedade. O povo moralisa-se pela diffusaõ das luses, pela multiplicidade dos focos de educação moral e religiosa, pela direcção industriosa e honesta que lhe imprimem os governos; mas não pelo recrutamento e pela chibata (*apoiados*).

Alem destes meios ha outro que se afirma ter o governo empregado, e que é de per si a mais sangrenta injuria que se poderia fazer aos nossos costumes e à civilisação da nossa época. Um edital anonimo foi espalhado por toda a provincia em que promettia tres contos de reis e o perdão de todos os crimes a quem prendesse qualquer dos chefes dos revoltosos (*apoiados e não apoiados*). Era o mesmo que por cabeças a premio e convidar ao assassinato (*apoiados*).

O sr. Santos Lob.:—Foi uma estratégia da opposição.

O sr. Sales Torres Homem:—Não foi estratégia; o facto é de geral notoriedade na provincia, e os orgaos officiaes do presidente não o desmentirão ali. Alem d'isso, senhores, como seria possível que a opposição recorresse a semelhante ardid quando assim expunhao effectivamente as cabeças de seus amigos aos golpes do assassino? Esse papel foi publicado nos dias lugubres de fevereiro, no auge do terror dos liberaes; e poderia estes arriscar assim a vida de seus chefes? Oh! não, isso não é admisivél. O edital foi espalhado pelos agendes da autoridade...

Um sr. deputado:—O Brasil já desmentio isso.

O sr. Sales Torres Homem:—Eu rogo ao illustre deputado que não invoque no recinto respeitavel desta assembleia auctoridade tão immunda e torpe (*apoiados e não apoiados*). Não se tracta de um escriptor decente embora inimigo, tracta-se de um miseravel diffamador da vida privada, e que invade o sacratio da familia para conspurcar a com a lama de que está cheio seu coração vil e depravado; tracta-se de um energumeno, que não cessa de pedir em sua linguagem de carrasco sangue e mais sangue dos amigos da liberdade (*apoiados e não apoiados*); tracta-se de um foliculario, qua profanando e prostituido o sacerdocio da imprensa, bate moeda sobre a leivosia, e vende a calumnia a preço a justado a todas as vinganças que a quem rem comprar (*apoiados da opposição*).

O sr. Manoel Joaquim:—É a vergonha do jornalismo brasileiro.

O sr. José de Assis (*com força*):—É um miseravel carrasco; é um ente despresivel.

O sr. Sales Torres Homem:—Senhores, eu já concluo o meo discurso. Mas antes perguntarei aos homens justos e imparciaes de todos os partidos, se elles creem que exista ainda constituição em Pernambuco. Onde está ella, quando se destroem typographias e confiscão-se jornaes sem intervenção das auctoridades judicias: quando se conservão presos muitos centenares de cidadãos sem culpa formada, quando se põem cabeças a premio,

quando desconhecem-se todas as leis, e violão se todos os direitos?

(Do Correio Mercantil.)

Instrucção publica.

RELATORIO.

(Continuado do n. 236)

Do provimento das cadeiras, e honorarios dos professores.

Antes da lei de 4 de agosto do anno passado, as cadeiras que por lei não tinham provimento determinado, eraõ providas interinamente pelo governo, mediante alguns attestados de idoneidade, e moralidade, com metade do ordenado. Todas as cadeiras existentes hoje se achão providas vitaliciamente por concurso (a excepção da do ensino mutuo, que foi por engajamento) titulo unico que a nova lei admittie. O concurso é regulado pela lei geral de 15 de outubro de 1827. Na falta de lei regulamentar, que regula a maneira dos exames, quaes devão ser os examinadores, e perante quem, o grão de habilitação dos pretendentes, etc: o governo da provincia costuma mandar proceder o concurso as vezes em sua presença, as vezes no Lyceo sub a presidencia da directoria, e em tempo indeterminado.

O ordenado dos professores de primeiras letras na provincia é de 600,000 a 300,000, e nesta desigualdade ha mais arbitrio do que utilidade, e justiça. O ordenado dos professores das 4 cadeiras da provincia é de 600,000 reis, sem que todavia a lei exija nem mais habilitações para taes professores, nem mais trabalho, sinão o presumivel de maior n.º de alumnos, que não parece sufficiente para dar maior vencimento, tanto mais, quanto acontece que outros lugares apresentam maior numero de alumnos, do que as cadeiras de Sobral, e Icó. O ordenado das professoras de Granja, e Crato é de 500,000 reis; todos os demais são de 400,000 reis, a excepção de 3 que são de 300,000 reis. O professor do Ensino mutuo tinha, alem do ordenado de 60,000 reis, 300,000 de gratificação; mas pela citada lei de 4 de agosto parece estar abalida essa gratificação. Parece que o ordenado devia ser regulado na razão das habilitações, e maior trabalho dos professores graduando as cadeiras. Parece-me tambem um inconveniente que o ordenado seja dado por inteiro, quer o professor seja ou não zeloso, quer esteja em exercicio, quer de licença. Seria pois util que o ordenado fosse dividido, por exemplo, em 3, ou 4 partes, que 2, ou 3 fossem concedidos como ordenado fixo, e a outra a titulo de gratificação, a qual só devia receber o professor em exercicio contando um certo numero de alumnos, ou tendo certos annos de serviço distincto por sua prudencia, e idoneidade, desvelo, e aproveitamento de seus alumnos na forma do artigo 7 da lei de 15 de outubro de 1827.

Aproveitamento e premio dos alumnos.

Não posso saber o numero dos alumnos, que são annualmente promptos das escolas primarias, e por conseguinte não posso devidamente apreciar o aproveitamento de cada escola; por quanto os professores; á excepção de 3 ou 4 não fa-

sem menção dos alumnos, que são examinados, e promptos, e nem elles mesmos o podem sempre fazer, porque os paes costumão tirar seus filhos antes de promptos. O regulamento de 14 de junho de 1837 ordena aos professores, que no fim do anno lectivo procedão um exame publico de seus alumnos, que se achão promptos; mas apesar de muitas repetidas recommendações, só os professores desta capital, do Aracati, e algum outro tem-se dado a esse trabalho. Mas pela experiencia que tenho tido dos exames nas duas escolas de meninos desta cidade, das quaes a do Ensino mutuo é a mais frequentada da provincia, pois teve o anno findo 147 alumnos, vejo que muito vagaroso, e insignificante é o aproveitamento annual; por quanto apenas 4 a 5 alumnos saem annualmente promptos da primeira escola da provincia; acontecendo porem que a maior parte saem da escola sem acharem se devidamente promptos. Por outra parte vem se nas escolas, como na do Ensino mutuo, meninos com 7 e 8 annos de escola com superficial instrucção. Para o primeiro inconveniente julgo util a adopção da legislação da Prussia, que obriga todo pae de familia, ou pessoa que tem sob sua direcção qualquer menino, com penas mais ou menos graves, a mandar para a escola seus filhos, só podendo tiral-o depois de um certificado do professor, de que se acha habilitado; para o segundo mal, isto é, a diuturnidade dos meninos na escola, poderia, á exemplo de muitos paes, marcar se o tempo da entrada, e saída dos meninos nas escolas; por exemplo de 6 a 12 annos para entrada, e de 14 para saída; ficando á responsabilidade do professor a falta de instrucção do alumno, que dentro do tempo não se achasse sufficientemente habilitado, salvo provando descommunal incapacidade do discipulo. Nas escolas do sexo feminino ainda ha mais atraso; e isso procede não so das causas acima apontadas, como da pouca habilitação, que no geral tem as professoras. Crio, que definitivamente sahirá uma menina sofferivelmente educada de nossas escolas. Tambem os paes geralmente se contentão, que as filhas aprendão um pouco de ler, escrever, e algumas prendas domesticas.

A lei n.º 26 de 20 de abril de 1836 manda dar uma medalha de prata ao alumno approved em primeiras letras. Recomendai a execução dessa disposição de lei até então olvidada para experimentar si a ambição do premio produziria emulação, e estímulo entre os meninos; infelizmente o resultado foi nullo.

A experiencia de 3 annos me fez convencer, que semelhante premio, allem de mal applicado, não é appropriado; é mal applicado, porque não é dado ao merito transcendente, pela conducta exemplar, ou talento; mas sim a qual quer que talvez depois de muitos annos conseguir apromptar se em primeiras letras. É improprio, tanto por dispensioso, como porque nos paes onde se admittem esses excitamentos aos meninos, os premios consistem em livros, e objectos annalogs á instrucção. Na Hllandã dá-se como premios aos meninos pobres vestidos, e outros misteres de que precisão. Julgo util substituir a medalha de prata por esse systema de premios.

(Continua)

principalmente quando elle contemplou a ruina de nossa antiga grandesa politica.

« A historia da Italia é uma historia de dor, e uma grande parte della tem sido attribuida ao poder papal; mas sem embargo disso quando o papa collocou a cruz sobre a bandeira nacional, o mundo vio, que os Italianos fóraõ promptos em esquecer as faltas da sancta se, e a revolução começou em o nome de um papa. Porém isto foi a pedra de toque de quanto um papa podia ou não fazer. Os predecessores do ultimo soberano em demasia prudentes não qui serião tentar a experiencia, e seo poder foi medido sómente pela miseria que pesava sobre o povo. O ultimo ffo primeiro, que ariscou a tentativa, elle quis parar, quando vio, que tinha revelado uma verdade terrivel, isto é, a impotencia do poder papal para tornar a nação italiana livre, independente, e gloriosa; elle quis abrir mão da obra, porem ja era tarde; o passado ja se tinha julgado. Foi por isso, que a queda do papado foi tão visivel a sua gloria; a gloria do poder papal foi a sua septentrional, que precede as trevas. Nós esperamos ainda um pouco, porem um systema de reacção foi a resposta, que nos veio do poder papal. A reacção cahio; o papa dissimulou a principio, elle vio a tranquillidade do povo, e fugio; fugindo levou consigo a certeza de excitar a guerra civil; elle viu a constituição politica, deixou-nos sem governo, repellido os enviados do povo, fomentou a discordia, lançou se nos braços do mais feroz inimigo da Italia, e finalmente excomungou o povo!

« Estes factos mostrão sufficientemente, que a soberania papal não podia, nem devia modificar se, e não havia outro recurso sinão suffrê-la ou destrui-la. Ella foi destruida. Si a generosidade dos reis, ou a tolerancia das nações collocarão o poder papal na cidade dos Scipios e dos Cesares, em ves de collocarão na oração da França, ou nas margens do Danubio, ou do Tamisa, é isto uma razão para privar os Italianos de todos os direitos communs às nações, — a patria, e a liberdade? E dado mesmo o caso de que a posse de uma soberania temporal seja necessaria ao poder espiritual do pontificado, posto que não foi com uma tal condição, que Jesus-Christo promette a immortalidade à sua igreja, foi porventura Roma destinada a ser o patrimonio do papa, e a selo para sempre? Roma, o patrimonio de uma soberania que para subsistir é obrigada a cair? É como patrimonio do papado devera ser Roma a causa permanente da ruina da Italia? Roma, cujas ruinas, cujo nome, cujas ruinas mesmo fallão tão alto de liberdade, e patriotismo? Provedas e abandonados a nossos proprios recursos, nós temos effectuado a revolução sem derrarmos uma só gotta de sangue; nós temos reedificado quasi sem consentirmos, que se ouvisse o som da demolição; nós temos destruido completamente a soberania dos papas, depois de nos termos submettido a ella com paciencia por tantos seculos, não por nenhum odio ao papado, mas por amor à nossa patria.

« Quando uma revolução se effectua com tanta moralidade de fim e meios, fica intrinsecamente provado, que este povo não merece viver debaixo do dominio do papado, porem é digno de ser

senhor de si, digno da republica! Elle é digno por conseguinte de ser admitido na grande familia das nações, e de obter a vossa amizade, e estima. A republica romana conservará sempre o selo de sua origem. Ella fara um povo livre defender a independencia religiosa do pontifice para quem a religião de um povo republicano devera ter mais valia do que algumas geiras de territorio. A republica romana propõe-se a applicar as leis da moralidade, e caridade universal, não sómente a linha de proceder, que tenciona seguir, e sinão tambem ao desenvolvimento de sua vida politica.

« Pela Assembléa. O presidente, G. Galletti

« Roma 2 de março.

o baile caranguço.

No dia 5 do corrente teve lugar um baile dado por alguns caranguejos desta cidade em satisfação, e gloria da conquista de Pernambuco, ou da morte de nossos irmãos. Consta-nos, que os directores dessa triste função fóraõ os srs. secretario Barbosa (candidato à *bubble port*) dr. Jaguaribe, e chefe de policia, os quaes tiverão a delicadesa de não convidar uma só pessoa do partido liberal, o que nós lhes agradecemos até em nome da humanidade.

Estava reservado ao partido saquarema a honra de barbarisar até nossos costumes levando sua intolerancia, e odiosidade à ponto de dançar sobre os cadaveres de seus adversarios, que só tiveram a culpa de ser infelizes! Similhanças à Catharina de Medicis, os nossos caranguejos parecem exultar à vista de um inimigo morto, ou como esse imperador romano, achão que o inimigo morto sempre *cheira bem!* Que outra cousa se pode dizer, quando tantas familias se cobrem de dô, ver esses homens sobrepujando os sentimentos da humanidade, fazer se bresahir instinctos selvagens que não estão a par nem da docilidade do caracter brasileiro, nem de nossa civilização? Todo mundo sabe, que os louros das guerras civis são, como dis um escriptor, coroas de cyrestes, e que não ha gloria em seus resultados. As guerras civis são infermidades do corpo politico, e depois do restabelecimento da pás, dá-se graças a Deos, de quem deriva todo bem das sociedades humanas; mas ainda ninguém se lembrou, a excepção dos selvagens, de *bailar* sobre as cinzas de seus irmãos. Similhante baile devia parecer-se com essa dança sacrilega dos mortos da meia idade, em que se tropeçãõ nos cadaveres. Por honra de nossa civilização devemos confessar, que uma tal função pareceo tão descumunal, chocar tão de perto os sentimentos generosos do caracter brasileiro, que mui poucas pessoas do mesmo partido allí comparecerão. Quatro ou seis pessoas de alguma consideração, e meia dúzia de portugueses da feira &, compunhão o baile, que disem, esteve triste, e glacial, como uma verdadeira *dansa de mortos*.

Instrução publica.

RELATORIO.

(Continuado do n. 237)

Do methodo, systema, e compendios das escolas.

O methodo de instrução primaria recommendado por nossa legislação (lei de 20 de setembro de 1836) é o de Lancaster; mas so temos uma escola nesta capital montada soffriavelmente segundo esse methodo. Em todas as demais os mestres ensinão pelo methodo simultaneo, ou individual, ou para fallar mais exactamente, a maior parte dos mestres não sabem o que é methodo de ensino: ensinão como podem. O ensino-mutuo taõ gabado em Inglaterra, como sube v. exc., e mesmo na França outrora, ja perdeu a voga de que gosava. Na Allemanha, e Hollanda, países classicos em materia de instrução primaria, não se encontra uma escola de ensino mutuo, e dis Mr. Cousin, que nem pes-ou alguma instruida ha, que oadvogue. Nesses países segue-se o principio de que a educação depende do mestre, e do inspector: não seguem methodo exclusivo.

A nossa escola de ensino mutuo não tem apresentado as vantagens, que se esperavaõ, e a prova é o pequeno numero de alumnos, que annualmente prepara, e o facto de allí se demorem meninos até 8 annos sem adquirir instrução primaria. Creio, que isso não procede do professor, cujo zelo, e actividade não se podem contestar; mas principalmente da falta de monitores, e ajudantes na escola; porque os meninos apenas adquirem alguma instrução são logo retirados da escola pelos paes, de modo que nunca o professor pode ter um monitor habilitado. Sabe muito bem v. exc., que na Inglaterra, e nos países onde se tem adoptado esse methodo, cujas escolas contaõ até mil meninos, e mesmo na Hollanda nas escolas dos pobres, onde todavia não se adopta esse methodo, os professores tem submestres, mestres adjunctos, ajudantes, e aspirantes pagos para os ajudar; porque na verdade não é presumivel, que a attenção de um professor se possa repartir por um tão grande numero de meninos. Na Hollanda toda escola, que excede de 70 alumnos, tem um submestre, e adjunctos. Na Inglaterra, onde o ensino-mutuo é mais g.r.l por causa das classes indigentes, os meninos pobres, que se distinguem, são obrigados à ficar nas escolas por certo tempo, servindo de monitores, até se lhes dá alguma vantagem para isso.

Na opiniaõ de um homem muito illustrado da Hollanda Mr. Van den-En ten, citado por Mr. Cousin, o ensino mutuo pode apenas dar alguma instrução; porem nunca educação, e a educação é o fim da instrução. O ensino simultaneo na opiniaõ do mesmo auctor, na falta do individual, é o unico, que convem à uma creatura racional. Com tudo julgo conveniente, que subsista a nossa escola, e que se habilite o professor com os objectos, que lhes faltaõ para serem ao menos uma experiencia.

Supposto a lei citada, e seo regulamento tenhaõ determinado as materias do ensino primario que são a leitura, escriptura, catecismo, noções de Arithmetica e Geometria, e grammatica nacional; similhante programma alem de mal executado pelos mestres, é certamente muito essencial para dar uma instrução primaria tal que complete os conhecimentos precisos ao trabalhador, e

CEARENSE

em geral à todo homem, que não tendo de ocupar empregos na sociedade, tem todavia necessidade de uma educação sufficiente para profissão, à que houver de entregar-se. Os princípios elementares de desenho linear, e de musica fazem o complemento de todas as escolas da Prussia. O canto tão recomendado por todos os homens illustrados, devia fazer parte de nosso ensino. Segundo Mr. Royer-Collard a musica é necessaria para formar o coração do homem.

Mas apesar do nosso insufficiente programma do ensino primario, no geral de nossas escolas não ha systema, nem regularidade no plano de ensino. Cada professor ensina o que lhes parece, e pelos livros que seus alumnos lhes leuão. O anno passado dei-me ao trabalho de examinar os livros de leitura, que encontrei nas mãos das meninas das 2 escolas desta cidade, achei 55 diferentes livros, alguns dos quaes pouco dignos de serem lidos por creanças, os quaes pedi as professoras, que os fizessem substituir por outros. Essa falta de plano, e regularidade nas escolas é dos inconvenientes com que luta a nossa instrução.

Julgo conveniente, que uma lei regulamentar mandasse dividir as escolas por classes, tres por exemplo, como na Hollanda, principiante, media, e superior: que se adoptasse um plano geral de lições para todos, admitindo-se para isso complementos elementares, que fossem os mesmos para todos.

Na Hollanda, como sabe v. exc., é o governo central, quem tem o direito exclusivo de auctorisar os livros, que podem ser admitidos nas escolas: forma um grande catalogo delles; a commissão dos inspectores provinciaes escolhe desse catalogo uma lista menor para as escolas de sua provincia, e cada mestre pode auctorisar de sua segunda lista aquelles que lhes parecer. Mr. Cousin considera como um dos maiores beneficios para a instrução publica resultante desse plano de lições para todas as escolas populares a igualdade de instrução nas classes inferiores, a identidade de hábitos intellectuaes, e moraes, a unidade, e nacionalidade.

(Continua.)

Oratório 17 de março de 1849.

Continuação do Relatório.

As prevenções do delegado Costinha do Rosario.

Este digno (ou indigno) empregado da collocação faustina escreve o decreto de prostituição de uma familia respeitavel, e mandou para seu espoleta Tamborim executá-lo, e por arte magica foi ter o decreto as mãos do offendido, e o delegado temendo que pela infamia do decreto houvesse quem quisesse tomar com elle alguma desforra, manda diariamente batar piquetes em todas as decillas da serra do Araripe do lado do Brejo grande, e as ordens são: Quem vier quero preso ou morto. É galante sr. delegado das immoralidades; escreve um decreto semelhante e não pensa no futuro para acabar atropelando a pobreza com piquetes? e outros o acompanhan-

do armados para o agarrar? tempo em que devião estar plantando suas lavouras? E vive o tal homemzinho baixo em tudo tão assombrado! que todas as pessoas que não conhece o vem matar, e com o nome de policia anda com um sequito para lhes guardar as costas, e quando lhe arrancarem o emprego que tão dignamente occupa, quem guardara as costas do sr. Costinha! Fica sem policia, não tem prestigio, que por amizade o queiraõ acompanhar, não possui um real para pagar a sequitos, finalmente fica em arvore secca, porque? por sua culpa, e não ser expriente, porque se o fosse não se atiraria com todo corpo aos seus dismanhos. Este esbirro delgado no dia 19 do corrente mandou reter a um comboieiro por 2 subliados para não vender suas bestas que andava offerecendo, para comprar legumes por desconfiar serem furtados, que foi preciso vir toda cavalgadura do comboieiro, para se verificar se todos eraõ do mesmo ferro, e haver quem o conhecesse para ficar desembaraçado, e como se verificou, que não havia duvida ficou o comboieiro desembaraçado. Essa policia não é má, porem era se fosse executada com todos os suspeitos, que assim evitaria o tanto furto que ha, mas o delegado obra assim com os comboieiros, e não prende a José da Ponta, que é conhecido por ladraõ de cavallos, e de gados até pelas castingas, e outros da gravata lavada que passão a par do delegado, achacados do mesmo mal.

Em dias do mes de fevereiro p. passado o C. Hares, quando subleto, prendeu a um sujeito de nome Germano, quematou a um irmão no termo do leão e veio homislar se no sitio S. Bento, onde foi preso; e conservado na prisão o C. tinha tomou conta da policia, por arte de borliques e borloques foi posto o assassino de seu irmão no olho da rua, e não quer em esses succios da policia actual, ser applicados por protectores do punhal, e bacamarte? O que partido de maldades e descaramentos! que por qualquer soma por ridicula que seja estão cometendo as maiores vilas! os factos estão patentes, para que negal os! As arbitrariedades continuão, os habitantes do termo do Exu estão sem garantia para a policia desta comarca que indo ter a povoação do Cajuro dois homens emseguimento de um escravo do Maroto, q' andava fugido, o Daniel Pereira d'Azevedo (irmão dos maiores Gonaes das Russas) os prendeu, e remetteo para esta villa, onde chegarão no dia 20 do corrente, e foraõ recolhidos a emxuvia, só pelo simples facto de serem pessoas do Maroto. Que tal! ja não se pode mais transitar nem mesmo emseguimento dos escravos fugidos!

O alferes Tamborim depois da muda daqui para o leão tem dito que nunca offende a pessoa alguma do partido chimango, e que se prendeo ao Libetão, e mandou a casa do vigario prendel o e varejar-lhe a casa, assim como a de outros individuos chimangos, foi por ordem do delegado, de quem recebo o mandado (tal mandado foi passado depois do rogeiro para guarda do sr. alferes. Sem sr. alferes cumprimento o mandado do delegado, porem queremos saber se o tal mandado mandava sr. alferes gritar na porta da Bihar: vá a casa daquelle patife (o vigario) o prendae, e se não se quiser ren-

der o arrastem, dem-lhe com coices d'armas e ocalquem na enxovia? Si mandava que depois de preso o Libetão, o sr. alferes chamasse-o ladraõ, patife, assassino, e determinava a patrullia, que si o Libetão desse palavra o arrumasse o com os coices d'armas? Si mandava, que o sargento da guarda nacional o cabrito Pedro Feitosa entrasse em casa de Sabino de Mendonça Barros sem pedir licença? Si mandava, que o soldado da guarda nacional Antonio de tal irmão do Vicen.e Dias, armasse a granadeira para atirar no escravo do Antonio Raimundo? Estamos convencidos que não! porque não ha aucteridade por corrupta que seja, q' mande passar malizados dessa natureza, e que foi o acto espontaneo do sr. alferes, por sua malvadesa, ou por meia carrada de caxassa, que carregava na cabeça.

Continuar se á.

EDITAL.

Por ordem da Mesa da irmandade do Glorioso Patriarcha S. José de Ribamar, Patroeiro desta freguesia, se faz publico que o'ra em diante es aforamentos dos terrenos pertencentes ao mesmo Glorioso Patriarcha, serão feitos pela respectiva irmandade, visto achar-se ella regularmente organizada, e competir-lhe por direito a administração de seus bens patrimoniaes.

Ceará 29 de Abril de 1849.

Joaquim de Macedo Pimentel,
Escrivão da Irmandade.

ANNUNCIOS.

Previne-se aos devedores do casal do falecido negociante Antonio da Silva, de Pernambuco, que estando para proceder-se a partilhas entre os herdeiros do respectivo casal, sera nullo e irritado qualquer pagamento, que dictos devedores fação, a quem quer que amigavel ou judicialmente, se apresente por parte da viuva inventariante do mesmo casal, à cobrar, ou fazer qual quer convenio com dictos devedores, sob pena de repetição dos mesmos pagamentos.

— Pernambuco 20 de março de 1849.

Por si, e como procurador de L. A. Dubourcq, — Nuno Maria de Seixas.

A viuva do negociante de Pernambuco, o commettador Antonio da Silva, respondendo ao annuncio de Nuno Maria de Seixas, por si, e como procurador de L. A. Dubourcq, inserido cobertamente nas folhas publicas do Ceara, declara, que esta na administração da casa encarregada da liquidação, por accordo de todos os credores, e herdeiros, a excepção desses dissidentes, e por disposição da lei, que dá a cabeça do casal a posse e administração antes das partilhas; e habilitada para demandar, e receber tanto mais sendo a casa commercial, cujo giro de pagar, e receber não se lhe pode tolher, nem contextar salvo espirito de malevolencia, com que pessoas perdidias no conceito publico procurão offender e macular com negra in-

CEARENSE

os; Poncio Pilatos, governador da Galileia inferior, assentado na sede presídial do pretório, condemna a Jesus de Nazareth a morrer n'uma cruz entre dois ladrões, visto que os grandes, e notáveis testemunhas do povo dizem, 1.º que Jesus é seductor, 2.º que é senicioso, 3.º que é inimigo da lei, 4.º que se diz falsamente rei de Israel, 5.º que entrou no templo seguido de uma multidão trazendo palmas nas mãos: ordena ao primeiro centurião Quinto Cornelio contuso ao lugar do supplicio: prohibe a todas as pessoas pobres ou ricas, que impeçam a morte de Jesus. As testemunhas, que assignarão a sentença contra Jesus, são 1.º Daniell Robani, phariseo, 2.º Thomas Zorbael, 3.º Raphael Robani, 4.º Capet, homem publico. Jesus sahirá da cidade de Jerusalem pela porta Estruena."

Esta sentença está gravada n'uma lamina de cobre, ao lato da qual estão escriptas estas palavras: Igual lamina foi enviada a cada tribu." Ella foi achada n'um vaso antigo da cidade de Aquila, no reino de Napoles em 1820, e descoberta pelos commissarios d'artes, que acompanhavam os exercitos francezes na occasião da expedição de Napoles, encerrada n'uma arca de paó de ebano. O vaso está na capella de Caserta. A traducção, que se araba de ler foi feita pelos membros da commissão de artes, e o original é em Hebreo.

(Gazeta de França.)

Correspondencia.

Sr. redactor. — Da leitura de alguns n.º do Peuro 2.º tenho observado as ordens terminantes, que o presidente da provincia tem dado sobre as junctas de qualificação de varios pontos, surpreendendo-me no entanto a mesquinhez que tem tido para com a desta villa, que consultando o por tres vezes, só da primeira deu-lhe uma explicação tal, que a deixou laborando na mesma duvida em que estava; o que sahio conforme com o intento do juiz de pas, que a presidia, que servindo se do mesmo pretexto suspendeo a juncta, e ate hoje ainda a não quis reunir, em consequencia do que os membros da juncta dirigiram o officio abaixo ao governo, que tomou tanto em consideração, que nem ao menos respondeu: parece, que o governo ou não lê, ou não tem tempo de responder os officios, que lhe dirigio a juncta desta villa. Desta forma pois disse o juiz de pas Vicente Ramos, que já está feita a qualificação, e talvez seja tambem autorisado pelo governo, como foi em setembro, considerando nulla a qualificação feita em tempo e em ordem, para fazer a eleição pela passada, que então não vogava mais.

Si o governo em vez de o autorisar a annular a qualificação, o mandasse largar a chuchaleira da collectoria, então elle se tornaria mais activo no cumprimento dos seus deveres. Com a publicação d'estas linhas muito obrigara ao seo constante leitor. O inimigo da impostura. Aquiras 7 de maio de 1849.

Illm. e exm. sr. — Terceira vez vamos pedir a v. ex. esclarecimentos sobre a marcha dos trabalhos da juncta de qualificação, que tendo sido suspensos pelo juiz de pas, que a presidia, pelos fu-

teis motivos que a v. ex. participamos, isto e de não querer o juiz de pas subjeitar se a maioria da mesa, suspendendo a tres vezes, por não querer ella infringir a lei, qualificando como elle só queria dusentos e tantos individuos, nem d'elle, e nem da mesa conhecidos, e aceitar o juiz de pas mais votado para servir de informante; no mesmo estado de suspensão permanecemos até hoje, sem sabermos o expediente que afinal devemos tomar, pelo que pedimos a v. ex. esclarecimentos a respeito. — Deos guarde a v. ex. Aquiras 5 de abril de 1849.

— Illm. e exm. sr. dr Fausto Augusto de Aguiar, presidente desta provincia. — Antonio Baima Pimentel, José Ignacio Xavier, Francisco José da Silva Baima, Francisco Antonio de Castro Silva.

Instrução publica.

RELATORIO.

Habilitações dos professores, e inspecção das escolas.

(Continuado do n. 233)

Sabe v. exc. que nos países, onde a instrução primaria occupa a attenção do governo, os objectos, que formao os elementos de um bom systema de educação, são a creação de bons professores, o estabelecimento de inspecções, e commissão de vigilancia, e basear a instrução no desenvolvimento dos sentimentos da moral, e piedade.

Infelizmente quasi na ja disso temos Professores não se improvisão; tal ou qual grau de instrução em alguma materia não é habilitação sufficiente para formar um perfeito mestre escola. Nos países, que cuidão da instrução primaria, tem se estabelecido escolas normaes para o professoral, e so assim tem esses países grande copia de pessoas habilitadas. Na Prussia havião em 1831 33 grandes escolas normaes, agora varios estabelecimentos pequenos desta ordem.

A lei organica de instrução primaria de França de 1833 recommenda a creação de escola normal por cada departamento e é notavel a grande escola central de Versailles. Na Hollanda alem das duas famosas escolas normaes de Groningue, e Harlem, ha outro systema de crear bons professores, muito elogiado por Mr. Cousin, o qual consiste no que alli se chamão classes normaes. São rapazes pobres doptados de habilitade, e moralidade, que mostrando vocação para o magisterio, ficão adjunctos à escolas primarias bem organisadas. Algum desses methodos julgo indispensavel adoptarmos, si quisermos ter bons professores, e por consequente instrução primaria. A lei provincial n.º 31 de 1837 mandou crear uma escola normal nesta capital; porem essa lei nunca foi executada.

Ja lembrei em outra occasião a conveniencia de mandar um, ou dois de nossos jovens mais habéis à Hollanda, ou a Prussia estudar nessas escolas modeloes para virem estabelecer as entre nós. Sei, que no Rio, e Bahia existm escolas normaes, mas creio, que não gisaõ de muito conceito. Porem mes no antes de termos um estabelecimento dessa ordem, convem tomar alguma providencia para a actualidade; por que em geral os nossos professores primarios (salvo poucas excepções) não tem de nenhuma manei-

ra as habilitações necessarias. Ha taes que não sabem orthographia da lingua nacional; e cujos escriptos são outros tantos corpos de delicto, que provão sua profunda ignorancia, e incapacidade, e todavia forao approvados em concurso! Poderia fallar de outros defeitos mais graves, e por ventura mais funestos a mocidade; porem nesta parte comprehenderá facilmente v. exc. o meo acatamento: apontando os defeitos de nosso systema de educação, eu não desejo nem de leve accusar ninguem.

A admissão ao magisterio quer publico, ou particular deve ser um objecto de serio cuidado; porque em materia de instrução não se deve contar com a repressão; mas unicamente com a prevenção. A medida preventiva e tudo nesse materia, e a da Hollanda é digna de imitar se. Entre nos nada ha mais facil do que a admissão ao magisterio publico, ou particular. Para o primeiro o candidato apresenta se com um attestado gracioso de moralidade em concurso, onde e examinado superficialmente em leitura, escripta, principios gerais de Arithmetica, Grammatica, catholicismo, e quasi nunca deixa de ser approvado; para mestre particular basta qualquer attestado gracioso de moralidade, e idoneidade, que ninguem recusa. É facil de ver quanto similhante systema e insufficiente, e prejudicial à instrução publica, facilitando a qualquer pessoa o importante, e meleroso cargo de preceptor da mocidade. É verdade, que não temos copia de pessoas habilitadas e nem aquellas que se achão neste caso querem encargar se do obscuro, e laborioso cargo, pelo que honroso, de mestre escola; principalmente por tãõ mesquinhos honorarios; assino cousas mais altas, e tem rasão. Na Hollanda, onde a unica distincção entre escola publica, e particular é puramente financeira, ninguem pode ser mestre sem passar por duas severas provas. A primeira, que se chama admissão geral, consiste em um exame vago perante a commissão de inspectores de nomeação do governo. O exame versa sobre os principios de moral, e religião do candidato, sobre seus conhecimentos diversos, seo methodo de ensino, sobre seo talento pedagogico, ou para a disciplina, e governo intellectual, e moral da escola. Depois desta prova, de que da se um certificado chamado de capacidade geral si o candidato quer ser mestre publico, tem de passar ainda por um concurso, ou exame comparativo; e si quer ser particular, precisa de uma auctorisação especial do inspector.

A boa inspecção, e fiscalisação das escolas é um dos objectos mais recommendados por Mr. Cousin. Em França a lei de 1833 creou uma commissão em cada communa, e outra em cada arredondamento, que inspecção as commissões das communas, alem do inspector geral do departamento. Na Prussia, e Hollanda alem das commissões gratuitas locais, que v gisaõ as escolas, ha inspectores assalariados pelo governo, e de sua nomeação, um por cada districto, que está à frente de toda a instrução primaria quer publica, quer particular. Estes inspectores reúnem-se 3 vezes por anno na capital da provincial em commissão provincial sob a presidencia do governo, e ali propoem, e resolvem as duvidas, e me-

CEARENSE

ditas necessarias, e pedem ao governo central aquelles, de que precisaõ. A lei organica do Lyceo, que deo inspecção a instrucção primaria, creou inspectores particulares, e foraõ nomeadas para todos os districtos; porem ou pela indifferença geral com que certas cousas são tractadas entre nós, ou porque recusaõ encaregar-se desse trabalho, consta-me, que á penas um, ou outro visita as escolas, assiste aos exames &c.; a maior parte limita-se á passar attestado de frequencia aos respectivos professores Julgo conveniente a alteraçõ da lei nesta parte, creando commissões adjunctas aos inspectores locais, e um inspector geral por comarca, aiada que seja com algum honorario.

Educação religiosa, e regulamentos das escolas.

A falta de educação religiosa é um dos mais graves deficits de nosso systema de instrucção. A sombra da educação religiosa, que recebem os meninos em nossas escolas, é tão superficial, e imperfeita, que não merece esse nome; consiste em fazer decorar aos meninos algum cathedismo de doutrina, onde se encontram mais resumidamente alguns preceitos mais domesticos do que de moral, para maior parte dos professores não sabem explicar, e nem os meninos entendem. Sem por tanto os meninos das escolas (coisa extraordinaria em um pais catholico) ignorando os principios cardinaes de nossa religião, e sem esperanças de aprendel os mais em outra parte, si ellas se não derem á esse trabalho; por que a instrucção secundaria não ha o menor vestigio de ensino religioso. Na Prussia a educação é profundamente religiosa, e a lei estabelece, que o fim da instrucção é a educação moral, e religiosa. Si as escolas populares, dis Comum, só tivessem por fim esclarecer o espirito, sem desenvolver ao mesmo tempo os sentimentos de moral, e piedade proprios para a boa educação das classes laboriosas, as escolas farião mais mal do que bem, e talvez servirão para introduzir uma nova especie de perversidade, onde esboçamentos materiaes se alliariaõ á uma profunda ignorancia do bem, e do bello, e do verdadeiro destino do homem.

Faltão-nos tambem regulamentos, que determinem os deveres, e obrigações dos professores, como tambem que regulem a economia interna das aulas. O regulamento de 14 de junho de 1837 é muito difficilente, e incompleto.

Instrucção particular.

O regulamento de 28 de janeiro do anno findo determinou, que ninguem abrisse escola particular sem licença do governo, e que os mestres particulares fariam obrigados a prestar as informações exigidas pelo director do Lyceo. Em consequencia sollicitaraõ, e foraõ licenciados pelo governo 6 individuos para ensinar Latim, Frances, e Ingles, dos quaes 5 são desta cidade, e um de Granja. Destes o de Ingles não teve alumnos, e dos outros só 3 desta cidade me remetterão os mappas de seus alumnos, que foram os srs. Vicente Machado Pimentel com 12 alumnos de Latim, Joaquim Antonio de Oliveira com 10 de Frances, e Gervasio de Almeida Souto com 3 de Frances. Em primeiras letras foraõ licenciados para ensinar 13 individuos na pro-

vincia, sendo 4 desta cidade. De todos so 3 desta cidade, e um de Sobral remetterão os mappas de seus alumnos, que como ja dice, andaõ por 95 para o sexo masculino, e 25 para o femenino.

Bibliotheca.

Uma despesaõ da lei do orçamento provincial consignou 500,000 para principio de uma Bibliotheca, e nos orçamentos seguintes tem sido votado igual quantia; mas até hoje não teve execucao, como ja fis ver a v. exc. Existem á penas no Archivo da secretaria do Lyceo alguns folhetos do Auxiliador da Industria, remettidos por v. exc., e uma porção de compendio da Historia Sagrada, remettida pelo antecessor de v. exc. para ser destribuida pelos professores primarios. Seria um grande beneficio á instrucção si v. exc. se dignasse mandar applicar á compra de livros esses fundos votados pela assemblea provincial. Julgo haver dado uma idea sufficiente do estado da instrucção da provincia, e satisfeito a requisicao de v. exc., ao menos quanto me foi possível. Outras considerações ainda me occorrem; porem havia-me tornado demasiadamente extenso, e receiava enfiar a v. exc. Resta-me significar á v. exc., que o ardente desejo, que tenho de ver melhorar a instrucção de minha provincia, me faz rogar a v. exc., que se digne tomar em consideração algumas observações que apresentei, e retirar os deficits que eu contrarã neste trabalho.—Deos guarde á V. Ex. Sec.ª do Lyceo 4 de março de 1849 Illm. e Exm. Sr. Dr. Fausto Augusto de Aguiar.—Thomas Pombeiro de Sousa B.

A façção estribuxa.

Pela somaca Maria Firmina ultimamente chagada de Pernambuco fomos informados, que os vandalos assoladores de Pernambuco est-vaõ muito atemorizados, e pesarosos pelas noticias alli chegadas do Rio em um vapor extraordinario. Não sabia se ao certo o que era, por que o vapor sahio a noite do Rio com despacho ao presidente Costa, e os governistas não tem querido revelar. Mas notava-se um grande abatimento, e tristeza, e até protestos de muitos de se retirarem da provincia. Uns disião, que era o imperador que vinha ao norte informar-se pessoalmente da perseguição horrorosa, que se tem feito em Pernambuco, e que se lhe tem sempre occultado. Outros disião, que era porque um ministro ten lo proposto em conselho a amnistia geral para os infelizes Pernambucanos, e não tendo sido acceita pelos seus collegas resolvera pedir demissão, pelo que tinha de compor-se novo ministerio; emm outros disião, que se temia um grande rompimento na corte. Fosse que quer que fosse, o certo é que o Costa disse, que começou logo a fazer suas despedidas, e a façção intresticeose. A providencia não pode deixar impunes tantos crimes, tantos horroress, e os maldados ja tremem suppondo ouvir soar a hora da vingança.

Fortaleza 15 de maio

Pelo vapor do norte entrado hoje souhemos que as provincias do norte ficaram em pas, menos a comarca da chapala no Maranhão onde continuavaõ as desordens.

—O Penna vae fazendo em Maranhão o que fêz em Pernambuco. Com palavras

de pas nos labios, e guerra no coração esse homem sceptico sem consciencia vae fazendo maõ baixa em todos os empregados da provincia para satisfazer a camarilha de Paço, Candido M. nós &c, que não obstante todas as machinações, e perseguições alli empregadas pelos concundas, o partido liberal engressa cada ves mais, e espera um brilhante triumpho na proxima eleição.

A imprensa liberal arde de publicar mais um campesão na capital do Maranhão, e Lisboa, em fortissimo pequenno; porem forte, e energico contra a façção, que por toda parte é repellida e opprimida.

Perto de Caxias um distincto cidadão o sr. João Gonçalves da Silva, levou um livro, ao entrar em sua casa, que lhe votou a morte, não-que os auctores foram os miguelista de Caxias, tão assassinos, como os de cá.

ANUNCIOS

ATENÇÃO!!!

Abaixo assignado, Advogado nesta cidade faz publico a quem convier, que elle se encarregará de qual quer defesa crime ou civil dentro da provincia, ou fóra d'ella, mediante paga correspondente a distancia e trabalho.

João Carlos Pereira Ibiapina.

—Achando se o abaixo assignado autorisado a empreitar o conceito de que parece a Alagoa de Mecejana, assim o faz publico, para conhecimento de quem convier: as propostas serão recebidas em casa do annunciante até 22 do corrente. — Ceará 14 de maio de 1849.

Dr. Manoel Caetano de Góvêa.

—Os herdeiros maiores do casal do capitão Manoel Monteiro de Sa, morador na cidade do Aracati, que foi casado com D. Theresa de Jesus Monteiro, ja falecida, constando-lhes que o dito Manoel Monteiro de Sa não so tem vendido ja alguns bens do dito casal, como que se propunha a vender outros como seja uma casa de sobrado na cidade do Recife, em a rua da Cruz, isto em prejuizo manifesto dos ditos herdeiros, por isso que não procedeo a inventario pelo falecimento de sua dita mulher: annunciao ao publico, que não contractem sobre taes vendas com o dicto Monteiro, poisque os mesmos bens estão sujeitos ao inventario, e partilhas; e protestaõ contra todo, e qualquer tracto, transação, ou venda dos ditos bens; E para que para o futuro não possa allegar ignorancia, se faz este aviso.

Cidade do Pará 3 de Maio de 1849. O herdeiro Joaquim Lorenzo de Castro e Silva.

DAGUERREOTYP.

Joaquim José Pacheco tendo recebido proxivamente dos Estados Unidos uma excellente maquina, e mais utensilios para tirar retratos pelo Daguerreotyp, faz publico que se acha trabalhando nesta arte em casa do sr. João Antonio Garcia na rua Formosa; o annunciante assegura as pessoas, que se dignarem procural o, toda a perfeição, e delicadesa tanto no desenvolvimento e contorno dos retratos como no colorido d'elles, e ser mais modico em prego do que seu antecessor Walter. Al m de retratos em caixilhas tira os que servão para affixões de peito e anéis; e presine as pessoas, que se quiserem utilizar de sua arte, o procurem no corrente mes, porque em principio de Junho ganhará para Sobral.—Ceará 15 de maio de 1849.

Impressão na Typ. Fidelissima de F. L. V.

ANEXO B - DISCURSO DE DEFESA DO PROJETO DA ESCOLA NORMAL DE AGRICULTURA, DE JUVENAL GALENO, PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 1859 DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL. PEDRO II, 29 DE OUTUBRO DE 1859, ANO XX, N. 1961. (p. 2 e 3); E DE 2 DE NOVEMBRO DE 1859, ANO XX, N. 1962. (p. 2 e 3).

PEDRO II.

PEDRO II publica-se ás quartas e sabaddos. Preço da assignatura 10\$000 rs. por anno : 2\$500 par semestre e 2\$500 réis por tri meste pagos adelantados. Vendem-se tambem avulsos a 160 réis nesta typ., onde o leitor se quer correspondencia, publicão e annuncião e outros artigos de quem não se encontre a 10 réis por linha e de outros assignantes a 40 réis.

ADVERTENCIA

O Penno II não toma a responsabilidade dos artigos que nas forem da redação; e tora os outros para serem publicados, devendo vir legalizados

PHASES DA LUA NO MEZ DE OUTUBRO

☾ Quarto cresc. a 3 ás 6 h. e 12 m. da t.
☽ Lua cheia a 11 ás 9 h. e 32 m. da t.
☾ Quarto ming. a 18 ás 3 h. e 23 m. da m.
☽ Lua nova a 25 ás 10 h. e 13 m. da t.

DESIGNAÇÃO DAS AUDIENCIAS.

Presidencia — todos os dias utéis das 2 ás 3 horas da tarde.
Chefe de policia — todos os dias utéis
Juizo do direito e dos feitos da fazenda — nas sextas feiras.
Juizo municipal e de orphãos — nas quartas e sabaddos.
Juizo de paz — nas segundas e quintas

PARTIDA POS-CORREIO

10 e 25 — Aguiraz, Caceravel, Anacol, Russas, Pereira, Ico, Lavras, Rio do Sangue, São Mathias, Crato, Missao Velha, Barbahia e Aratua.
A 12 e 27 — Botaricó, Canindé, Quixadá, Ouitarambim, Momboca, Inhamaes, Ametoz, Imperatriz, Sobral, Içá, Curitiba e Villa Vigosa.

Ano XX. Ceará: Sabbado 29 de outubro de 1859. Numero 1961.

PARTE OFFICIAL.

GOVERNO DA PROVINCIA.
Despachos do dia 1 de outubro de 1859.

Padre Antonio Nogueira de Braxas, director da colligio de educandos, requerendo para ser nomeado capella do dito colligio — Seja nomeado capella dos educandos com a gratificacão de 48\$000, dependente da approvaçao da assembleia.

Francisco Manoel da Silva, requerendo o pagamento da moeda que lhe foi tirada para a obra do ponto de Matangapo — Informe a thesauraria provincial.

Idem, requerendo o pagamento da moeda que foi tirada para a ponte que vai da matriz para a capella da praça — Informe ao administrador da obra Antonio Ribeiro Ferreira.

José Teixeira Pinto, requerendo o pagamento de pedras que havia louada para o calcamento das ruas desta cidade, como de sua contractura — Informe a thesauraria provincial.

José Carneiro de Araujo Costa, requerendo por contrato se lhe não deva o decimo do posto de caçador da extincta guarda nacional — Sim.

José Rêgo Tavares, requerendo a pagamento de que se lhe estava a dever das obras da ponte de Sousa — Pague-se.

Idem, Manoel Soares da Silva Bizarra, administrador da thesauraria provincial, requerendo o pagamento do grossario que lhe compete no referido lugar — Pague-se ao supplicante a gratificacão do artigo 2.º

da resoluçao n.º 506 de 16 de setembro de 1858.

Raymundo Tavares da Luz, e outro empedidos nas obras do colligio de educandos, requerendo para continuarem a trabalhar na mesma obra visto terem sido desistidos da mesma — Reporem os supplicantes que haja meios para a continuacão da obra de que tratao no presente supplicio, para o que terã a preferencia.

DIA 4.

Antonio Zefelino da Motta, alferes da 1.ª companhia do batalhão numero 23 da guarda nacional da cidade da Triangulo, requerendo passagem no mesmo posto para a 2.ª companhia de mesmo batalhão — Sim.

Dominguinho Antonio Alves Ribeiro, juiz municipal da villa da Imperatriz, requerendo 10 dias de licença para concimenciao de sua familia — Não.

Francisco Soares Pereira, requerendo para a obra da estrada de Satureira — Concimenciao com o supplicante o fornecimento de cel que lhe precisa para a estrada do mto de São Rêgo a Camã Estrela, pelo preço de 12\$200 rs. o alqueite, sendo a cel entregue quarenta dias de antecedencia e sendo o supplicante avisado 40 dias antes de lhe ser pedida; e compareça o supplicante ao thesaurario para rebolhar o contrato sob estas condicões para rebolhar o concimenciao a mesma thesauraria.

José Theodoro da Silva, professor de 1.ª letura da cidade da Graça, requerendo o pagamento de seus ordenados vencidos — Pague-se.

Joaquim José d'Oliveira, requerendo o pagamento da quantia de 116\$500 rs. por ter publicado os actos do governo no mez de setembro p. passado — Pague-se.

José Teixeira Pinto, requerendo o pagamento das pedras que tem louada para o calcamento das ruas desta cidade — Pague-se.

José Geraldo Correia Lima, requerendo para ser reintegrado do lugar de professor da Faculhada por o terem apontado sem que tivesse pedido — Não tem lugar.

Padre João Felipe Pereira, procurador general da quantia de 321\$4 rs. que despendeu com diarias a secretaria — Pague-se estando em termos.

Idem, requerendo pagamento da quantia de 71\$500 rs. despendida com diarias a secretarias — Pague-se estando em termos.

Manoel Gregorio d'Andrade, escriptivo do chefe de cidade da Graça, requerendo o pagamento de 31\$500 rs. que despendeu com a vigon que fez ao lugar Sertão em dem. da presidencia — Recorra a camara municipal.

Idem, professor da capital, requerendo uma gratificacão — Recorra a camara municipal.

Ervenico Cesar de Mello Padilha, requerendo para não pagar ao secretario do governo os emcomendados da provincia para o provincial — Não tem lugar o que requer.

Vicente Ferraz Pinto, soldado da meic batallião, requerendo que se lhe mandasse ter sentida para voluntario no meic batallião — Informe a thesauraria de fazenda.

— 44 —

Transporte	Rs.	140\$000
do, duzentos mil réis.		
§ 6.º Com a percentagem ao procurador, cinquenta mil rs.		12\$000
§ 7.º Com o aluguel da casa das sessões da camara, cincoenta mil rs.		50\$000
§ 8.º Com o expediente do jury e custas de processos decalidos, duzentos mil rs.		50\$000
§ 9.º Eventuaes, vinte mil rs.		20\$000
SOMMA Rs.		472\$000

TITULO XVIII.

Camara municipal da villa de S. João do Principe.

Art. 19. Esta camara é autorisada a despendor no anno desta lei o seguinte:

§ 1.º Ordenado ao secretario obrigado no expediente, sessenta mil rs.		60\$000
§ 2.º Idem ao fiscal, cinquenta mil rs.		50\$000
§ 3.º Idem ao porteiro, vinte mil réis		20\$000
§ 4.º Com a percentagem ao procurador, cem mil réis		100\$000
§ 5.º Com o aluguel da casa das sessões, sessenta mil réis		60\$000
§ 6.º Com luses para as prisões, trinta e dous mil réis		32\$000
§ 7.º Com um cacimão vinte mil réis		20\$000
§ 8.º Com o expediente do jury e custas de processos decalidos, setenta mil réis		70\$000
Rs.		432\$000

— 41 —

Transporte	Rs.	390\$000
§ 10. Com luses para as prisões, cincoenta mil réis		50\$000
§ 11. Com o expediente do jury e custas de processos decalidos, duzentos mil réis		200\$000
§ 12. Com o que se deve ao escriptivo do jury de custas de processos decalidos, duzentos e um mil novecentos e oitenta e quatro réis		231\$984
§ 13. Com o pagamento do que se deve ao doutor juiz de direito Domingos José Nogueira Jaguaribe, vinte um mil setecentos e setenta e cinco réis		21\$575
§ 15. Eventuaes, cincoenta e oito mil réis		58\$000
SOMMA Rs.		956\$000

TITULO XIV.

Camara municipal da villa do Ipô.

Art. 15. Esta camara é autorisada a despendor no anno desta lei o seguinte:

§ 1.º Ordenado ao secretario obrigado no expediente oitenta mil rs.		80\$000
§ 2.º Idem ao fiscal quarenta mil rs.		40\$000
§ 3.º Idem ao porteiro, vinte e quatro mil réis		24\$000
§ 4.º Com a percentagem ao procurador, cinquenta e cinco mil rs.		55\$000
§ 5.º Com o zolador do curral da villa, vinte e quatro mil réis		24\$000
§ 6.º Com o de Campo-Grande, doze mil rs.		12\$000
§ 7.º Com limpeza das fontes e ruas sessenta mil rs.		60\$000
§ 8.º Com luses para as prisões, vinte e quatro mil rs.		24\$000
Rs.		330\$000

PEDRO II.

DIA 11.

Padre Luiz Vieira da Costa Delgado Par-digão, substituto das cadeiras de Rhetorica e philosophia do lyceio desta capital, requerendo para que fosse reparada a injustiça a elle feita pelo Exm. vice-presidente da provincia em nomear ao liv.º cargo Manoel Roberto Sabreira para tanto da cadeira de rhetorica de mesmo lyceio, pondo-a em concurso com determina lei—Informe o Sr. director da instrução publica.

DIA 12.

José de Barcellos Silva, professor adjunto da cadeira de 1.ª leiras da professor Joaquim Alves de Carvalho requerendo para ser preferido ao lugar de adjunto do collegio do educandos desta cidade, visto ter sido nomeado ao referido lugar pelo Exm. Sr. vice-presidente em individuo sem nenhuma habilitação—Informe o Sr. director do lyceio.

Aldercio Giero d'Alencar Arrrippe, requerendo por certidão a teor do diploma pelo qual foi nomeado official do corpo de policia desta provincia—Passe.

Antonio Por Deus da Costa Lima, amanuense da secretaria do governo, requerendo 60 dias de licença com o respectivo vencimento do seu ordenado—Conceda a licença requerida.

DIA 15.

Anastasio Antonio de Farias, alferes do 1.º batalhão, requerendo lhe mandasse voltar nos seus assentos o tempo que serviu no corpo da policia desta provincia, antes de pertencer ao exercito—Reparar seu alistamento de seu commandante.

Pedro José da Sousa, requerendo por certidão, se soffreu alguma demissão nos postos de capitão e major da antiga guarda nacional do Ipaú—Sim.

João Assis da Silva Vidal, representando contra a demissão que lhe foi dada no posto de capitão da guarda nacional da serva—Informe o Sr. commandante do batalhão da serva, ouvido o major commandante da secção de batalhão da reserva especialmentee sobre o facto do achar-se o supplicante incluído na lista da reserva.

Joaquim Sebastião Lopes Ferreira, requerendo o pagamento de 7 alforques de farinha a razão de 500 rs. a toca—Informe o Sr. Sr. chefe de policia.

Padre Luiz Antonio Marques da Silva Guimarães vigário das Lavras, requerendo o pagamento da quantia de 80000 rs. de quitanea e liberação de sua matriz—Pague-se a estrada em termos.

Manoel Francisco d'Almeida, press nas cadeias desta capital, requerendo que se lhe fizesse justiça, visto não ter elle culpa lançada e nem ser criminoso—Informe o Sr. Sr. chefe de policia.

Raymunda Irdalina Freire, professora interna de Baturité, requerendo a prorrogação do contrato da referida cadeira por mais um mez.

Antonio Feliciano da Motta, alferes do batalhão da guarda nacional da Granja, requerendo 3 meses de licença para tratar de sua saúde—Queira pelos meus compen-

teses.

DIA 18.

Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar, director do lyceio desta capital, requerendo o pagamento da quantia de 900 rs. de forragem para 3 cavalgaduras—Informe o senhor inspector da thesauraria provincial.

Eduardo Gonçalves Valente, morador na cidade do Aracaty, requerendo o adiantamento de terçens nacionaes da mesma cidade—Compareça o supplicante perante a thesauraria no dia designado para a lista publica, além de apresentar com os demais pedintes as terras pedidas.

Francisco Rodrigues da Silva, morador em Maranguapé, queixando-se do juiz de paz, Raymundo Francisco Tavares—Informe o Sr. juiz de paz de Maranguapé, providenciando desde logo para que seja feita justiça ao supplicante.

Luiz de França Tavares, requerendo a revisão do contrato feito com a thesauraria para os reparos da estrada de Maranguapé—Informe o Sr. Sr. engenheiro Herberter.

Manoel Joaquim de Moraes, press nas cadeias desta capital condemnado a 20 annos, requerendo lhe seja dada a diaria concedida por lei—Remettendo ao Sr. Sr. chefe de policia para tomar em consideração que metter.

DIA 19.

Manoel José Fiasa Lima, tenente do corpo de policia, requerendo o pagamento da quantia de 32500 rs. de pendencia com agenda por lei—Remettendo ao Sr. Sr. chefe de policia para tomar em consideração que metter.

Silverio José da Cruz, alferes do 1.º batalhão desta provincia, requerendo o pagamento da obra da casa para uma festa de bagagem que por lei lhe compete—Pague-se estando em termos.

EXPEDIENTE DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 1859.

Officio da thesauraria de fazenda—Que em resposta ao seu officio numero 280, tinha a dizer-lhe que tomara a responsabilidade do pagamento da forra dos operarios da obra da casa da camara da extinta villa de Arrouches na semana de 8 á 14 do corrente, cuja feira lhe devolvya.

Idem—Ao director do lyceio—Que em resposta ao seu officio numero 271, em que pedia authorisação para mandar imprimir o regulamento geral das escolas primarias, além de remetter-lhe á alguns professores, tinha a dizer-lhe que informasse em quanto podia importar a referida impressão.

Idem—Ao mesmo—Que em resposta ao seu officio numero 273, tinha a dizer-lhe que informasse, qual tem sido a pratica no prazo das ferias das aulas de latim da provincia.

Idem—Ao administrador dos correios—Que ficava inteirado por seu officio numero 2 do ter o ajuntado contador dessa admi-

nistracão, entrado no gozo da licença de 3 meses, que lhe havia sido concedida, e cumpria que informasse, se a repartição a seu cargo podia marchar regularmente com a falta d'esse empregado.

Idem—Ao juiz de direito do Saboeiro—Que ficava inteirado de ter nomeado a Manoel do Nascimento e Araújo para exercer o interinamento do lugar de escrivão do jury n'essa comarca, como participava em seu officio numero 14.

Idem—Ao commandante do destacamento de lob—Que em resposta ao seu officio de 20 do mez proximo passado tinha a dizer-lhe que não podendo actualmente ser augmentado o destacamento de lob, cumpria que a guarda da cadeia fosse sustentada com preferencia á qualquer outro serviço.

Partida—Nomeando sobre proposta da director da instrução publica o padre Claudio Pereira de Várias, para inspector das aulas da parochia da Catigua de Góes. Communicou-se.

DIA 19.

Officio—Ao presidente de Pernambuco—Que por seu officio de 7 do corrente, ficava inteirado de ter tomado a responsabilidade não só do pagamento da letra de dez contos de réis saccada sobre a thesauraria desta provincia, mas tambem da remessa de igual quantia, que anteriormente havia sido sollicitada á S. Exc.

Communicou-se á thesauraria de fazenda.

Idem—Ao commandante Joaquim Mendes da Cruz Guimarães—Remettendo-lhe o aviso do Exm. Sr. ministro secretario d'estado dos negocios do imperio, accompanhado do decreto de 30 de setembro ultimo, pelo qual S. M. o imperador houve por bem exonerar-o do cargo de 3.º vice-presidente desta provincia.

Idem—A thesauraria de fazenda—Communicando-lhe para seu conhecimento e execução, que por aviso do ministerio de fazenda de 6 do corrente, tinha sido determinado que todas as vezes que se concedessem creditos para as obras, e quaesquer outros serviços, a escripturação e pagamento respectivo fossem effectuadas nas thesaurarias de fazenda, e não podassem sob responsabilidade ter lugar em outras es-tações.

Idem—A mesma—Dizendo-lhe que comparece que enviasse com a maior brevidade á secretaria d'estado dos negocios do imperio, o balance de despeza com o mesmo ministerio, verificada no mez de julho, do exercicio de 1858—1859, como acabava de ser ordenado pelo aviso circular de 4 do corrente mez.

Idem—A mesma—Remettendo-lhe para que tivesse a devida execução os 4 officios da secretaria d'estado dos negocios da fazenda, e um da directoria geral das rendas publicas datadas de 27, 28 e 29 de setembro ultimo, e 6 do corrente mez.

DIA 20.

Officio—Ao presidente de Pernambuco—Que ficava inteirado pelo officio de 12 do

corrente, de que as duas boias destinadas para o porto desta provincia, tinham sido ajustadas pelo preço de 2.248160 rs., e de ter expedido as necessarias ordens para que uma d'ellas fosse remetida para esta provincia, e em resposta tinha a honra de dizer a V. Exc. que a referida boia fora arrebada pelo capitão do porto, como se havia de comunicar.

Idem—A thesauraria de fazenda—Que mandasse pagar a importância dos prelos juntos dos vencimentos dos coronéis de 3.º batalhão da guarda nacional desta capital relativos aos mezes de agosto e setembro ultimos.

Communicou-se ao commandante superior.

Idem—Ao major assistente—Que informasse sobre o conteúdo do officio junto do inspector da thesauraria de fazenda, relativamente a ter negado aos rubricas em uma conta, que ia annexa ao citado officio, que devolvia com sua informação.

Idem—Ao juiz do commercio—Que para seu conhecimento e execução remettia-lhe por copia o decreto n.º 2465 de 17 do setembro ultimo, declarando que os 2 annos de licenças não estarão prohibidos de vender em allemoa lena de raiz, ou outros effectivos não commerciaes.

Idem—Ao juiz municipal de Baturité—Que para seu conhecimento e devida execução, remettia-lhe por copia o decreto de 29 de setembro ultimo, pelo qual houve por bem S. M. o imperador commutar em um anno do prazo simples nas cadeias desta capital, a pena de um anno de galés na ilha de Fernando, o multa correspondente a 4.º parte do tempo, que fora imposta a José Rodrigues Pereira pelo juiz de direito d'essa comarca.

Partida—Commandante do batalhão Emaste Antonio Amador do Valle, engenheiro da provincia, a demissão que pedira do dito cargo.

Ficou-se as communicacões necessarias.

CEARÁ.

DISCURSO

do Sr. Juvencio Galvão pronunciado no senado de 5 de setembro de 1859.

O Sr. JUVENCIO GALVÃO—Tendo, senhor presidente, apresentado na dia 12 de mez passado este projecto, por consideravel e de inconstante transcendencia á provincia; tendo debalde esperado a sua primeira discussão, vi, com desgosto espirar o segundo e ultimo mez de nossas tratativas, sem que elle apparecesse, e por isso interrompe de todo a esperanca de ver-o discutido nesta sessão; porém—sinda custa-me a reol-ver-o hoje, vinte e quatro dias depois de julgada objecto de deliberação, occupando a attenção da casa, talvez pela excessiva materia, ou por não ser mais necessario o tempo para esse projecto, que apesar de estereis em real utilidade

—42—

Transaccão	Rs.	339 2000
§ 9.º Com o expediente do jury e custas de processos decahidos, cento e vinte mil réis		120 2000
§ 13. Eventuaes, quarenta mil réis		40 2000
SOMMA Rs.		579 2000

TITULO XV.
Camara municipal da villa Viçosa.

Art. 11. Esta camara é autorisada a despendor no anno desta lei o seguinte; a saber:

§ 1.º Ordenado ao secretario obrigado ao expediente com mil réis	100 2000
§ 2.º Idem ao fiscal, do districto quinze mil rs.	15 2000
§ 3.º Idem idem da povoação de São Pedro, quinze mil rs.	15 2000
§ 4.º Idem idem de S. Benedicto, quinze mil rs.	15 2000
§ 5.º Idem ao porteiro, vinte mil réis	20 2000
§ 6.º Com o zelador do curral, des-acis mil rs.	16 2000
§ 7.º Com a porcentagem ao procurador, sessenta mil rs.	60 2000
§ 8.º Com luses para as prizoões, vinte e quatro mil réis	24 2000
§ 9.º Com o expediente do jury e custas de processos decahidos, cem mil réis.	100 2000
§ 10.º Com a escavacão da lagõa que dá serventia a villa, limpeza da fonte, ruas e ladeiras, cento e cincuenta mil réis	150 2000
§ 11.º Com os zeladores dos curraes de São Pedro e São Benedicto a dose mil réis cada um, vinte e quatro mil réis	24 2000
§ 12.º Eventuaes, cincuenta mil réis	50 2000
SOMMA Rs.	183 2000

—43—

TITULO XVI.
Camara municipal da villa da Cachoeira.

Art. 15. Esta camara é autorisada a despendor no anno desta lei o seguinte; a saber:

§ 1.º Ordenado ao secretario obrigado ao expediente, sessenta mil réis	60 2000
§ 2.º Idem ao fiscal, vinte quatro mil réis	24 2000
§ 3.º Idem ao porteiro, dez mil réis	10 2000
§ 4.º Porcentagem ao procurador vinte mil réis	20 2000
§ 5.º Com o aluguel de casa das sessões, vinte mil réis.	20 2000
§ 7.º Com o expediente do jury e custas de processos decahidos setenta mil rs.	70 2000
§ 8.º Eventuaes, dez mil rs.	10 2000
SOMMA Rs.	244 2000

TITULO XVII.
Camara municipal de Maria-Pereira.

Art. 16. Esta camara é autorisada a despendor no anno desta lei o seguinte; a saber:

§ 1.º Ordenado ao secretario obrigado ao expediente, sessenta mil rs.	60 2000
§ 2.º Com o fiscal da villa, trinta mil réis	30 2000
§ 3.º Com o fiscal da Pedra-Branca, vinte mil réis	20 2000
§ 4.º Com o porteiro, trinta mil rs.	30 2000
§ 5.º Com o ajudante do mes-	
R.	140 2000

ANEXO D - RELAÇÃO DOS INSPETORES DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NOMEADOS POR PORTARIA DE 20 DE JULHO DE 1858, ONDE CONSTA O NOME DE JUVENAL GALENO DA COSTA E SILVA. PUBLICADO NO PEDRO II DE 17 DE AGOSTO DE 1858.

PEDRO II.

O PEDRO II publica-se tres vezes por semana, na 5.ª, 6.ª e sabbados. O preço da assignatura é 8000 réis por anno... DESIGNAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS. Presidencia - todos os dias úteis. Chefe de policia - idem.

Anno XVIII. Ceará: Terra-feira 17 de agosto de 1858. Numero 1832.

PARTE OFFICIAL.

GOVERNO DA PROVINCIA.

EXPEDIENTE DO DIA 1.º DE AGOSTO DE 1858.

Relação dos inspectores da instrução de primeira instancia sobre proposta do director respectivo por portaria de 20 de julho ultimo.

- Comarca da Capital. Fortaleza - João de Macedo Pimentel. Necessaria - Reverendo Manoel Sulpino de Sousa Uchôa. Pacatuba - Juvenal Galeno da Costa e Silva. Souto - Mathias José Pacheco. Maranguape - José Barroso de Carvalho. São - Inácio José de Araújo Prata. Tibary - Francisco Xavie de Souza. Aquiraz - Reverendo Mathias Pereira de Oliveira. Monte-mór - José de Sousa Machado. Casareal - José Marcos de Castro Silva. Comarca da Imperatriz. Villa da Imperatriz - Antonio José dos Santos. Santa Cruz - Reverendo Rogério José Cavalcanti S. Francisco - Francisco Teixeira Bastos. Comarca de Aracaty. Cidade - Dr. José Liberato Barroso. Russas - Reverendo Joaquim Domingues Carneiro. Taboão d'Arara - Manoel do Nascimento Lopes. Comarca de Baturité. Villa - Dr. Manoel Theófilo Gaspar de Oliveira. Acarape - Cândido José Rodrigues de Sousa. Canindé - Manoel Luiz de Magalhães. Comarca de Quixeramobim. Cidade - Antonio Rodrigues da Silva e Souza. Boa-Viagem - José da Silva Bizarra Junior. Quixadá - Reverendo Antonio Corrêa de Sá. Gachoira - João Rodrigues Nogueira Pinheiro. Pradão - Reverendo Francisco Pedro Nolasco. Comarca de Ianhumus. Villa - Doutor José Fernandes de Vieira Bastos. Floripa - João José Leite. Aquiraz - Gabriel José Alves Poqueno. Maria Pereira - Antonio Honorato da Silva Lima. Comarca da Granja. Cidade - Doutor Americo Militão de Freitas Guimarães. Villa Viosa - José Benedicto de Carvalho. São Pedro - Reverendo Domingos Dias da Conceição e Silva. São Benedicto - João de Mattos do Amaral. Comarca do Sobral. Cidade - Reverendo Vicente Jorzo de Souza. Meruoca - Manoel Pinto Brandão. Acaracé - Reverendo Antonio Xavier de Castro Silva. Santa Anna - Reverendo Francisco de Paula e Meneses. Santa Quitéria - João Antonio de Mesquita Meneses. Barra de Maeco - Ivo Francisco Lishares. Comarca do Ipá. Villa do Ipá - Reverendo Francisco Corrêa de

Juizo de direito e dos feitos da fazenda - nas sextas feiras. Juizo municipal e de orphãos - nas quartas e sabbados. Juizo de paz - nas segundas e quintas.

PHASES DA LUA NO MEZ DE AGOSTO. Quarto ming. a 2 5/4 h. e 43 m. da tarde. Lua nova a 9 5/4 h. e 16 minutos da manhã. Quarto cresce. a 16 5/4 h. e 6 m. da manhã. Lua cheia a 21 5/4 h. e 35 minutos da tarde. Quarto ming. a 31 5/4 h. e 39 m. da tarde.

PARTIDA DOS CORREIOS. 10 e 25 - Aquiraz, Casareal, Aracaty, Russas, Pereira, Icó, Lavras, Barbalha de Sangue, São Mathews, Crato, Missão Velha, Barbalha e Jardim. A 12 e 27 - Baturité, Canindé, Quixadá, Quixeramobim, Mombaca, Ianhumus, Arereto, Imperatriz, Sobral, Ipá, Granja, e Villa Viosa.

ADVERTENCIA. O Pedro II não toma a responsabilidade dos artigos que não forem da redacção, todos os outros para serem publicados, deverão vir legalizados.

Ceará: Terra-feira 17 de agosto de 1858.

Numero 1832.

Carneiro da Silva para que fize se de asseas documentos e contrahente uso na accusação dos reos presos pelo dito assassinato. Idem - Ao inspector da thesouraria provincial - Que remetteste uma nota da quantia que tem sido entregue por aquella thesouraria para a obra da cadeia do Ipá com declaração das datas em que foram entregues. Idem - Ao provedor de saúde - Remettedo-lhe um officio do delegado de S. Bernardo para que á vista de seu conteúdo mandasse empreitar uma ambulancia, á fim de ser enviada com as instrucções necessarias para aquella villa. Idem - Ao juiz municipal do Pereira - Que informasse sobre o conteúdo do officio do juiz municipal da cidade de Quixeramobim, em que lida de ter sua mercê contrahido a Manoel Francisco da Silva a inventariar seus bens, sendo elle morador no termo d'aquella cidade. Idem - Ao de Maria Pereira - Remettedo-lhe para que informasse sobre outro officio do mesmo juiz municipal d'aquella cidade; no qual se obriga de ter sua mercê obrigada a viava de Manoel Gomes a fazer inventario de seus bens, sendo ella moradora no termo da referida cidade. Idem - A commissão da obra da cadeia do Ipá - Remettedo-lhe por copia o officio e parecer da thesouraria provincial atin de que Vossa satisfação o que exige a mesma thesouraria para poderem ser tomadas as contas d'essa commissão, devendo mostrar por documentos a entrada dos materiais, que foram comprados, e ainda não recebidos. Desejamos cumprir que me remettedo uma relação especificada da todas as quantias, que desde o principio da dita obra até hoje tem sido recebidas, e de quem. Idem - Ao cidadão Joaquim Lopes dos Santos - Accuso o recebimento de seu officio de 3 do mez passado no qual me dá conta do resultado da commissão de que fui incumbido nessa cidade da compra de farinha para abastecer o mercado desta capital, e em resposta tem esta presencencia a agradecer-lhe a maneira pela qual Vossa desocupou semelhante incumbencia, e se permitte-lhe que lida expedidas as necessarias ordens para ser recebida do capitão Manoel Felix de Azevedo e Sá a quantia de 2:4000 réis de que trata o seu citado officio. DIA 5. Portaria - Nommendo para primeiro supplemento do subdelegado do Cajueiro, na conformidade da lei, o cidadão Antonio Francisco Vasques, para segundo Vicente Pereira de Vasconcellos, para terceiro José Alves de Figueiredo, para quarto Antonio Tavares Moreira, e para quinto Gonçalo de Oliveira Coelho, ficando demittidos os que taes postos exerciam. Communicou-se a este. Idem - Ao inspector provincial - Tendo o engenheiro Adolpho Herberle recebido nessa thesouraria por ordem desta presencencia a quantia de 632 réis para as despesas com os estudos graphicos da estrada de Baturité, e havendo o mesmo engenheiro despendido com semelhante serviço a quantia de 115000 réis como constão dos documentos juntos, mande Vossa Magestade pagar-lhe o saldo que ha a seu favor na importância de 352800 réis, e bem assim o que se lhe deve na forma do artigo 2o do regulamento das obras publicas de 28 de abril do corrente anno por ter estado em commissão fora da capital mez o meo. Idem - Ao commandante de policia - Ordenado-lhe que mandasse apresentar ao vice-consul de Sua Magestade Britanica duas praças do corpo de

ANEXO E – PROTESTO PÚBLICO DE UM PROFESSOR DIRECIONADO AO DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA CONTRA O INSPETOR DA INSTRUÇÃO JUVENAL GALENO. PUBLICADO N'A CONSTITUIÇÃO DE 20 DE AGOSTO DE 1865 (p. 3).

« Deus não podia ser surdo aos clamores aflictos do Rio Grande; mas já que surdo-nos, já que nos deu o que de coração lhe pedimos, collocando o patriotismo firme, enérgico e desinteressado á frente da defesa da provincia, cumpramos corresponder pela nossa parte á dedicação de Sua Magestade o Imperador com energia e a dedicação do povo.

« As armas, pois!

« As armas, que é o nosso dever

« As armas, que é o brado da patria atribulada!

« As armas, que é o nobre exemplo do Imperador e sua augusta familia!

Para este grito não ha, não deve, não pôde haver senão uma resposta.— É acedir quanto antes todos os que puderem sustentar uma lança, todos os que puderem desfechar uma espingarda ás legiões que evoca o Imperador.

« De todas as provincias acodem-nos irmãos ardendo em sede de vingança, pelo insulto que soffre o egregio herói brasileiro; seja vergonha que nos encremencem quietos!...

« Trancem-lhes nossas matronas as corças de cavallão e louro que merecem o seu patriotismo; porém nós devemos ir na frente, e que no rasto de nossas cavallos encontrem o ramicho que conduz á gloria, e o testemunho da cabal vingança que tira o Rio Grande dos que offendem-o.

« Agora, eu nunca!

« Temos de responder a nossos pais pela gloria tradicional da nossa terra!

« Os paraguayos ouzaráo-lhes calcar ás lousas!...

« Ai dos que insultarão os mortos do Rio Grande!

« O Imperador nos chama: por sua bocca augusta o patria, é o dever, é a gloria que nos chamam!

« Não haja mais que um sentimento, pois, não haja mais que um voto, não haja mais que um grito:

« Viva o Imperador! »

A pedido.

AO PUBLICO.

PROTESTO.

Protesto contra a minha demissão do professor de primeiras letras da povoação d'Arrochões, para resalvar o meu direito de reclamar a minha cadeira a todo o tempo; pelas razões que passo a expender.

Approvado em concurso geral fui provido e entrei no exercicio da cadeira de primeiras letras da povoação d'Arrochões a 25 de março de 1863, e servi sem nota até o dia 18 de julho deste anno, em que fui demittido sem ser ouvido, nem convencido de falta alguma.

Foi depois de demittido que, por certidão requerida para fazer a minha defesa, soube ter sido demittido por denuncia do inspector litterario d'esta comarca Juvenal Galeno da Costa e Silva que me accusou de negligencia e inepidido; porque dividindo em 3 turmas treze alumnos que achou no dia de sua visita a minha aula, na primeira o decréscio lia e ao mesmo tempo decorava grammatica de Salvador, e tres liam o Livro do Povo; mas ordenando que dessem a lição do dia antecedente nenhum a soube. Escreviam pessimo cursivo, mal respondiam ás perguntas taboada, em doutrina achavam-se tão atrasados, que ignoravam até o signal do christão.

Na segunda, composta de 7 alumnos todos occupavam-se em ler soletrando e escrever letras maiusculas e tambem não sabiam a lição antecedente; na terceira duas crianças apenas começavam o abecedario. Accusou-me tambem de me ter perguntado o que dispunha o regulamento da instrução sobre a divisão do trabalho escolar, e não saber eu responder lhe d'onde conclue a minha inepidido e negligencia, e 3 confusão que obstava o progresso n'aula. Argue-me tambem

de ter examinado os livros e ter achado a escripturação pouco acciada a mesmo malfeita a do registro da correspondencia e inventarios; de ter-se interrogado dos pais de familia sobre o modo porque me portava no desempenho de meus deveres e sabido que eu era assiduo n'aula, mas sem gatilho, pelo que não conseguia adiantar os meus alumnos, instando todos pela minha substituição e lamentando o raso de seus filhos.

Esta denuncia de um moço ainda não experimentado em emprego algum e sem a minima prova de factos tão factos de provar, senão fossem estudados pelo despeito e empunho de vingança seu parente José Ramos, inqualificado cumengo por causa de um filho que castigado com um holo por não ter dado a escripta, disse ao pai que o foi por não ter eu admittido que lêsse umas poucas de estas do mesmo inspector litterario; esta denuncia foi aceita por verdade incontestada, e fui julgado e condemnado a ser se me dar os meus conhecimentos disso, como se eu não pudesse mostrar a falsidade dos factos, e a utilidade das conclusões da minha desaprovação para me perseguir e foi recebido como um zelador da instrução publica.

Reclamei ao Exm. presidente contra esta demissão, e tive por despacho um indifferido como se vê da petição abaixo transcrita:

« Illm. e Exm. Sr.—Informe o Sr. director da instrução publica.— Palácio do governo do Ceará, 28 de julho de 1865.—Homem de Mello.

A vista da informação, indifferido.—Palácio do governo do Ceará, 14 de agosto de 1865.—Homem de Mello.

Diz Vicente José da Costa expromissor da cadeira de primeiras letras da povoação de Arrochões, que accusado pelo inspector litterario, seu desallegado, por intrigas particularres, foi proposta a sua demissão pelo conselho director sem ser ouvido, nem lhe dar lugar a defesa, que ainda não lhe deu a pessoa alguma, ainda quando os processos eram clandestinos; e por isso queixa-se a V. Exc. dessa injustiça e supplica a V. Exc. que suspenda o portaria de sua demissão e o adianta a defender-se perante V. Exc. suspeto, para apreciar as provas dos factos, porque foi accusado.—P. a V. Exc. assisto lhe defira.—E. R. M.—Fortaleza 26 do julho de 1865.—Vicente José da Costa »

Como S. Exc. refere-se a informação do director da instrução publica, fui ver que razão dava para não ser ouvido, li com admiração que não fui ouvido por que a lei só manda ouvir aos professores viciaes, em cujo numero eu ainda não me achava!

O regulamento de 22 de outubro de 1855 diz:

« Art. 89. Apresentada ao director a accusação por denuncia ou a requerimento da parte, ou reconhecendo elle que deve ter lugar independentemente de ser requerida, convocará o conselho, para que a julgue procedente ou improcedente. »

« Art. 90. Julgada procedente a denuncia, será ouvido o accusado por escripto dentro do prazo de 8 dias que lhe será assignado. »

Como se vê destas disposições, nenhum professor, viciaes e não naturalicio, é privado do direito natural de defesa; e por conseguinte não procede de tal ruzão para justificar a injustiça de não ser ouvido.

Tendo-se-me negado absolutamente justiça, e não podendo defender-me perante as autoridades da instrução publica dessa accusação falsa e desarrasada; falsa porque os meus alumnos não se acham no estado que diz o inspector litterario, e ha atestados de todos os pais de familia que desmentem, excepto dous; e desarrasada, porque faltando muito os meus alumnos, como se mostra dos meus mappas, o seu atraso deve ser imputado a elles e não a mim; por

que nenhum professor será capaz de attentar a menos que faltam conscientemente, nem poderá ser responsável pelo facto de ter a elles assignado a lição antecedente; isto é, por não a darem depois tão perfeitamente como a deram antes, por causa do tempo decorrido e da atempção applicada á outra, quando é certo que já salirão promptos novos alumnos durante os dous annos de meu magisterio; faço este protesto para em qualquer tempo reclamar o meu direito, quando houver quem me faça justiça.

Fortaleza, 18 de agosto de 1865.
Vicente José da Costa.

RECRUTAMENTO.

Pobre dos inspectores de quartirão / Faço se vendo em apuros, o Sr. delegado pede-lhes recruta, e recomenda-lhes que não recrutem pessoas que faça falta a suas familias, nem tão pouco a provincia, e sim sejam recrutados vadios, jogadores, &c. mas estes com antecipaçaõ procurarem seus padrinhos e estão pelos sitios dos Srs. capitães, majores, coronéis, Drs. &c., ao passo que os que vivem trabalhando para com honra sustentarem suas familias, julgam não precisar de padrinhos, e por isso não os procuram.

Entretanto si um inspector com consciencia quizer cumprir as ordens do magistrado, e a lei, não recutando a um destes, e sim um daquelles, he escornungado, é assalhado, seu nome he posto pelas ruas, são suacados seus bens, como aconteceu a um inspector do districto de Arrochões, que encontrando-se em uma taverna, com um tal Manoel muzico, o prendeu a ordem do governo, e remette-o para a cadeia de Arrochões, de onde evadiu-se dito recruta, no dia 11 do corrente, e é este recruta defendido por bom homem, e accusado o inspector.

Nas talvez quem o defende o não conhece, visto como não pôde haver consciencia que roubeendo dito recruta o defenda; pois sendo bom homem como não tem moradia certa?

Como estando a jornal no sitio Buacari, como a despedida conduzio o mantimento do rancho de um seu vizinho? Como gosta tanto de jogar o dinheiro que tanto lhe custa a ganhar?

Como estando hospede em casa de Raynundo Ferreira do Nascimento, este fã-lo saber pela parte da fóra; estando elle purgado e só tendo decorrido um dia depois da purga? Como foi accusado no lugar de sua naturalidade do crime de ter morto duas crianças queimadas? he este o bom homem. Ora informem-se meus Srs., que não digo tudo, o resto fica.

Sr. Redactor.—E' mais pela reputação, honra e capacidade incorruptíveis do Sr. commandante superior da guarda nacional desta comarca que vou dizer duas palavras em resposta ao artigo do anonimo correspondente d'esta cidade, impresso no Cearense n.º 1837 de 19 de julho proximo passado, do que por minha defeza, visto como, só me considero mal intencionado, porque sempre fui, sou, e pretendo ser conservador, mas não para perseguir e matiar a reputação alheia com calumniosas noticias, como a que deu o dito correspondente, de a pretexto de ser famulo de commandante superior, fóra despendido o soldado designado Agostinho Manoel Ferreira, quando o individuo que foi despendado chama-se Agostinho Manoel Gomes e nunca morreu no districto da segunda companhia d'onde foi designado Agostinho Manoel Ferreira e de baixo de prisão apresentado Agostinho Manoel Gomes; ainda mais que tal Agostinho Manoel Ferreira não existe nas matriculas da guarda nacional d'este municipio. Já vê o dito correspondente que illudida-

mente quando não fósse maliciosamente fallou contra aquella decisão do Sr. coronel José Romão da Maia cujos serviços e zelo o reconhecia actividade, por mais d'uma vez, tem provado a dignidade de seu character e bom procedimento nos negocios publicos.

Ignoro que por sentença, passada em julgado, do Sr. Dr. Juiz Municipal fosse julgado decente o dito coronel, pois apenas elle requereu ao mesmo Juiz o despendo de ser tutor d'uns offiços por que sua idade e occupações de seus negocios não lhe proporcionavam forças para administrar seus bens; porem intendo-se forças materias e não moraes, que as possui quanto bastão para o desempenho das funções do seu cargo, que sem machas, e fazendo justiça tem exercido, sem precisar de mentor, principamente em uma decisão tão simples e provado o allegado, cujos documentos estão archivados na respectiva secretaria.

—Quiera Sr. Redactor dar publicidade a estas linhas, sob minha responsabilidade, para que o publico fique instruido da verdade.—Granja 1.º de Agosto de 1865.

Joaquim da Penha Teixeira.

ANNUNCIOS.

Queijos inglezes.

Os melhores que tem vindo a este mercado, de 8 1/2 libras cada um: vendem Braga & Carvalho. (2-2)

O ABAIXO ASSIGNADO VENDE uma casa sita na povoação de Arrochões, sendo dita casa bastante grande e bem construida com optimo quintal, tendo quantidade de laranjeiras, e outras fructificas: a tratar na rua Amelia n.º 100.

PHOTOGRAPHIA ARTISTICA.

de
Pedro I. de S. Rebello.

O abaixo assignado tendo recebido um novo e variado sortimento de caixas, cartões, quadros, de **bon gosto**, pede ao respeitavel publico para visitar seu estabelecimento, na Rua Amelia n.º 83 sobrado do Sr. Selgado Couto, a fim de apreciarem seu trabalho, que garante — muita perfeição e limpeza— a contento das partes.

A galeria estará aberta das 10 horas da manhã ás 3 da tarde de cada dia. Os preços são os mesmos de costume.

Ceará, 12 de agosto de 1865.
Pedro I. de Souza Rebello.

MOBILIA.

Mobílias do ultimo gosto ultimamente chegadas de Paris, vendem-se por barato preço no armazem de J. U. Graf & C.º

(4-6)

FUGIO DO ABAIXO ASSIGNADO NO dia 25 de junho do corrente anno uma escrava de nome Dionisia, deidade de 27 annos, com os seguintes signos: cabra, estatura regular, rosto redondo, cabellos estirados, olhos castanhos, faltando um dente na frente; quem a pegar, entregará no Ceará em casa de Diogo José da Silva, e José Oreano Menescal, em Maranguape ao—capitão José Astolpho Menescal, em Sobral ao seu senhor, o abaixo assignado, que será generosamente recompensado.

Alagoas, 26 de julho de 1865.
Francisco Gomes de Vasconcellos.

ANEXO F – CONTO DE JUVENAL GALENO PUBLICADO NO JORNAL O COMMERCIAL, DE FORTALEZA - CEARÁ, DE 2 DE JULHO DE 1857, Nº 259. p. 1-3.

O THEATRO E O BAILE

J. GALENO

N'uma das tardes da primavera de 185* à porta de um rico sobrado do Catête – bairro elegante da cidade do Rio de Janeiro – parava um magnífico carrinho puxado por dois lindos e fogosos cavalos.

Imediatamente apeou-se e começou e começou a subir a escadaria do sobrado um gentil cavalheiro – de bigodes espanhóis – cabelos italianos – cor inglesa – vestidos franceses – charuto havano – e bengalinha delgada.

O bolieiro, enfronhado em seu fardão agalado, mostrava ter dormido mui pouco na noite antecedente, e por isso dormitava como os expectadores da comédia do poeta Gringório de Notre Damme de Paris do prescrito de Jeremy.

Lúcio – assim se chamava o cavalheiro – entrou no sobrado, perguntou ao criado por Leopoldo e entrou no gabinete deste.

- Olá, Leopoldo! Que diabo fazes tu ai tão apurado? Disse Lúcio entrando.

- Escrevia uns versos no álbum da famosa prima donna do Theatro Lírico: respondeu Leopoldo largando a pena.

Leopoldo era filho de um rico comerciante do Rio de Janeiro; o velho era positivista como o século IX, e seu filho era poeta e possuía uma imaginação exaltada como a de Aurora Dupin, a loura poetisa francesa.

- Mau! É uma terrível mania a de querer ser poeta, meu caro!

- Quem não há de ser poeta escrevendo nas páginas perfumadas do álbum de uma formosa Italiana ... de uma alva Madona de um anjo que encanta e inebria com as harmonias de sua voz ... com a magia de seus acentos! Tornou Leopoldo com entusiasmos.

- Bofé, que estás louco ou poeta!

- Tu não a conheces, Lúcio ... não sabes apreciar as magas inflexões daquela voz divina! Daqueles cantos vagos que fazem empalidecer de emoção ... que fazem a mente devanear ... palpitar com veemência o coração mais gelado do mundo!

- Se continuas eu bocejo de sono!

- Aquela italiana é um anjo!

- Estás perdido, meu caro, estás louco! Adeus! ...

- Espera! Conversemos. Não falarei – por amor a ti – em poesia, nesta virgem pura e divina que ainda divaga entre esta multidão positivista e cética: sim, hoje a riqueza – o ouro – a posição social – merecem aplausos, a poesia e execração pública e o epíteto de loucura; e os poetas a miséria e o desprezo!
- Continuas? ...
- Não! Falemos no que te convém? ...
- Pois bem, falemos em amor; mas não no de poeta, e sim no – amor – como o entende o século atual.
- Disseram-me que breve assinarias o teu contrato de casamento? ...
- Ainda não é certo.
- E o que há por ora? ...
- Muito afeto da minha parte, e os primeiros sintomas no coração da formosa de meus sonhos.
- Realizar-se-á a tua felicidade com a correspondência do teu amor?
- Sim! É um excelente partido. Imagina, meu Leopoldo. É uma jovem loura de dezoito anos – colo de cisne – olhos de andaluza – cintura frágil como um caniço – voz doce e suave – uma fortuna de cem contos de reis e um tio no Ministério! É adoravelmente bela, não é assim?
- Sim, é um casamento de conveniência.
- Vi-a a três dias num baile – ao vê-la sinto-me inclinado – ao saber-lhe o dote adorei-a – ao ouvi-la amei-a! Como vês, este amor é tão poético que nasceu num baile!
- Eu também amo, mas o meu amor nasceu no teatro. A minha amada não tem um dote de cem contos de reis e nem um tio no ministério. O meu amor é puro e cândido como as harmonias da voz dela! ...
- E quem é então a tua amante?
- É uma cantora italiana.
- Aposto que sentiste este amor desabrochar em teu coração quando ouviste o El furioso, de Donizete!
- Não! O meu amor nasceu do entusiasmo... da admiração! Ela cantava na Ópera de Belline – o Romeu e Julieta – e ouvindo-a senti o coração palpitar mais apressado... o sangue reverter-me – as artérias pulsarem com força... e minha vida presa a seus pés!
- E depois?
- Um dia confessei-lhe o meu amor...
- E ela?
- Ama-me!
- Quem sabe?

- Ela o disse, e eu creio tanto em suas palavras como os índios americanos criam em seus ídolos.
- Pois bem! O meu amor é ainda duvidoso, o teu é correspondido, veremos qual dos dois vigora, qual se realiza.
- A realização já cintila no horizonte do meu amor.
- Adeus! Amanhã há baile no Club, espero vê-la, e mostrar-te-ei como é bela.
- Até amanhã!

No outro dia, à noite, havia um grande baile no Club Fluminense.

Luzes, flores, espelhos e donzelas adornavam o salão, e os mágicos harmônios da orquestra arrastavam todos para o turbilhão das danças.

Durante uma valsa dois jovens conversavam.

- Olha-a, Lúcio, como é formosa! Que graça, que encanto em seus passos rápidos! Como as faces lhe enrubescem, e o seio pulula, e os lábios tremem e estucam com o cansaço da valsa! Como é formosa ela assim! ...
- Viste-a, Leopoldo como está adoravelmente gentil! Como lhe assentam aqueles cachos à inglesa! Como tremem suavemente as rendas alvas de seu vestido azul em colo branco como a neve! Como brilha a sua pulseira de brilhantes! Sinto-me mais que nunca apaixonado!
- Sabes? ... Amanhã vai ela cantar na Lucrecia Borgia. Não faltes ao Teatro. Vai admirá-la! ... Vai vê-la como é encantadora com um vestido preto... vai embriagar-te nos enlevos de seu cantar inspirado... naquele cantar angélico! ...
- Escuta! Fui apresentado ao pai dela, convidou-me para visita-lo, o caminho aplanou-se-me, as dificuldades fogem, vou amanhã vê-la, em breve serei feliz!

Enquanto os dois cavalheiros conversavam, duas lindas senhoras confidenciavam no salão e olhavam com atenção para os dois jovens.

Era uma viscondessa, jovem viúva de trinta anos de idade, cabelos pretos e anelados, pele cor de jambo, olhos grandes e negros e um sinalzinho sobre o lábio superior que dava-lhe mais graça.

Era, a outra, filha do Barão de ..., Eugênia, a moça loura e gentil que tanto fascinava com seus encantos, e seu dote a Lúcio.

Diziam:

- Oh, minha Eugênia, é guapo e formoso o cavalheiro que te requesta! É gentil o teu paladim, minha donzela dama! Dizia a viscondessa gracejando.
- Não cações, minha querida. Eu o não amo e acho-o um pouco impertinente. Respondeu Eugênia.

- Vede como encrespou tão bem os bigodes, como anelou os cabelos, que bom gosto em seu toillet! Tudo por tua causa, Eugênia!

- Eu ... sei que ele me ama, é um moço bonito, rico e de boa posição. Mas eu o sinto, Viscondessa, eu jamais o amarei.

- O que tem vos dito ele?

- Ora, palavras adocicadas e protestos de amor!

- E o que supões, minha amiga, de seus protestos?

- Tem-me feito compreender que breve pedir-me-á para sua esposa.

- E o que responderá o Barão?

- Um sim.

- E tu, Eugênia?

- Um não!

- Bravo! És corajosa minha querida, mas quem sabe se teu cavalheiro não far-te-á mudar em breve de resolução?

- Diz-me o coração que não.

- Ah, Minha bela amiga! O coração mente muitas vezes, engana-nos sempre! Cuidado!

- Cala-te! Vede-o que se aproxima de nós. Vem por certo buscar-me para uma contradança prometida!

Lúcio aproximou-se das duas senhoras, cumprimentou a Viscondessa que lhe ofereceu a mão e respondeu-lhe o cumprimento.

- Minha senhora! disse ele para Eugênia – ansioso pela honra que me cabe dançando com v. exc., não pude resistir o desejo de vir lembrar-lhe a contradança que bondosa prometeu-me e, junto de v. exc., esperar esse momento feliz, que se aproxima.

- Não me havia esquecido, senhor Lúcio, e obrigada pelo desejo que apresenta em danças comigo.

- Minha querida! Felicito-te pelo prazer que sentirás como par de um dos nossos perfeitos cavalheiros, disse a Viscondessa em ar de galantaria.

- V. Exc., caçoa sem compaixão de um dos seus mais humildes escravos, disse Lúcio.

- Escravo? ... Meu Deus! Não diga isso, meu caro senhor!

- Oh! minha senhora, quem é que não se curva aos pés da beleza? Qual o cavalheiro que não se considera feliz sendo escravo da formosura e candidez?

- Não o compreendo, senhor!

- Sendo escravo de V. Exc. Reputar-me-ia orgulhoso e o mais feliz dos mancebos!

- Minha amiga, o senhor Lúcio apesar de ser ainda tão moço, é demais lisonjeiro – disse Eugênia com um sorriso.

- Sim, minha Eugênia, é bem galanteador!

- Oh! Minhas senhoras, perdoem-me, é uma injustiça que me fazem!

A orquestra interrompe-os anunciando a segunda contradança.

Lúcio deu o braço a Eugênia e colocou-se nas fileiras dos dançantes vis-a-vis com Leopoldo, que dançava com mademoiselle L ... cantora da companhia lírica italiana.

Depois da contradança Eugênia dizia ao ouvido da Viscondessa: É muito espirituoso!

Na seguinte noite havia espetáculo no Theatro Lyrico. A enchente era completa. Ondas de luz e harmonia faziam os corações palpitem de emoção, e o entusiasmo brilhava nas faces dos espectadores, à exceção dos agiotas – dos homens sem coração – que buscam o Theatro para satisfazerem os caprichos de suas consortes, filhas, ou para esquecer muita coisa.

Há homens assim! Tenho os visto insensíveis ao escutarem as mais suaves harmonias de Bellini, e as mais ardentes inspirações de Verdi. Nunca que hei de esquecer da gargalhada estúpida que um agiota soltou uma noite perto de mim quando Margarida – a Dama das Camélias – morria junto do amante.

Dizia um meu colega que, o homem que não gostava de música, de flores e moças formosas, era estúpido infalivelmente. Confesso ao leitor que sou da mesma opinião. Mas, como vos dizia, a enchente era completa.

Lindas donzelas, braços bem torneados, olhares sedutores, colos alvos e aveludados lábios encarnados, cabelos negros e lustrosos, colar e pulseiras de pérolas adornavam os camarotes e prendiam as vistas dos cavalheiros.

Representava-se a ópera de Donizetti – Lucrezia Borgia e, mademoiselle... prima dona absoluta, cantava nessa noite.

Frenéticos bravos, palmas, e muito bem! Interromperam apenas o espetáculo e coroas de lindas flores tapissaram o tablado da cena.

- A ópera foi divinamente desempenhada! Disseram no fim os diletantes.

Durante o intervalo do primeiro ato, conversavam dois moços num camarote da primeira ordem. Eram os nossos heróis: Lúcio e Leopoldo.

- Meu Deus! Que encantos em seus gestos! Dizia Leopoldo com entusiasmo.

- Tens razão! Cantou bem na primeira parte! Tornava Lúcio com sangue frio.

- Cantou como só sabem cantar os anjos! Oh! Estava sublime! Escuta! São incompreensíveis as melodias ardentes de seus cantos, e quase impossível tanta doçura numa voz humana!

Uma hora depois findava o espetáculo e a sublime cantora deixava o Theatro e dirigia-se para sua casa acompanhada de muitos de seus admiradores e adoradores que, em homenagem ao seu gênio, levavam-na como em triunfo.

Após duas horas, no salão da cantora italiana, conversara Leopoldo a sós com ela ao clarão de um candeeiro de gás.

Mademoiselle reclinada num sofá acolchoado, com o corpo em amoroso abandono, as tranças soltas, olhava com languidez para Leopoldo que, numa cadeira de braços, jazia calado e mergulhado em profunda cisma a meio quarto de hora.

Depois falou ela sim:

- Em que meditais com tanto enlevo Sr. Leopoldo, porque vos deixais assim entregues a cismas tão tristes que vos plantam a palidez nas faces?

Leopoldo estremeceu como se tivera acordado de brando sono com uma voz magnética.

- Ah! Senhora! Pensava em minha vida e a comparava com a noite que começa com os brandos murmúrios da viração da tarde e as ledices do luar e após, torna-se negra e procelosa.

- Para que vos entregais a pensamentos tão sombrios? Disse ela com um suspiro.

- Oh! Amar com transporte... levar os dias em extremos apaixonados e devaneios amorosos... gastar as noites em vigílias pensando num anjo que nos roubara o coração... e depois...

- E depois...

- Contemplar na mulher adorada a enganadora miragem que nos fascina para nos abandonar depois!

- Já não vos confesseis o meu amor? Já não vos disse que amava-vos? ... que vos pertenciam minha alma e todos os extremos do coração?

- Ai, senhora! É uma sina bem triste a do inseto que, como impelido por um poder invisível, aproxima-se da chama que o seduz e mata!

- Não vos compreendo, senhor! É vosso o meu amor... alcançai o consentimento de vosso pai e serei vossa esposa.

- Que importa? Existe acaso no amor ardente e verdadeiro essa ideia de conveniência? Não é imenso o meu amor e não me amais tanto como confessas? O que falta pois?

- Não, senhor Leopoldo. Não consentiria eu nunca num casamento clandestino... não acarretaria sobre meu esposo as maldições de sua família... Oh! Nunca!

- O que dizeis, senhora?

- Escutai! O afeto que me despertaste n'alma é puro e extremoso e assim não consentiria jamais em torna-lo um instrumento de infortúnio para o homem a quem o consagro. Não semelhar-me-ei a Macenilha que com o benéfico refrigério da sombra dá a morte ao cansado caminheiro que

a procura. Senhor, lembrai vós que tendes uma família nobre a quem respondereis por vossos atos.

Quatro dias depois era nomeado Lúcio adido à Legação de Viena e Eugênia lia o decreto no Jornal do Commercio e dizia baixinho à Viscondessa: - É deliciosamente amável!

São passados dois meses.

A noite é cálida e desnublada. Oito horas anuncia o grande relógio da Igreja de S. Francisco de Paula.

O café do Francione está cheio de fregueses. Trabalham as máquinas de sorvetes e estes derretem-se nos copos com o calor excessivo. Os criados correm abalroando-se e confessam ingenuamente que não podem servir tantos cavalheiros ao mesmo tempo: - Esperem, meus senhores! É preciso paciência!

Já ali quebrou um criado com a pressa um copinho que levava para encher de sorvete. O Francione franziu a testa e o mísero garçom empalideceu pensando no ajuste de contas.

Mais adiante caiu um sorvete do copo e vai-se derretendo no chão.

- Café para dois! Gritam como possessos dois mineiros batendo sobre a banca de mármore.

- Café com semelhante calor, senhores! Diz um gordo e reformado coronel que vizinho oferecia um copo de creme gelado.

- Uma ceia! Grita um estudante magro e pálido puxando por uma bolsa tísica e contando cuidadosamente uma pataca de cobre.

- Esperem, meus senhores! É preciso paciência!

Que barulho fazem esses senhores com as colherinhas nos pires!

- Garçom! Traze charutos de Havana! Dizem dois belos mancebos que acabam de tomar sorvete e leem o Correio da Tarde.

Bofé! Aqueles senhores fumam como fidalgos. Aproximemo-nos!

Escutemo-los!

- Oh! Atende! (lê para o companheiro), Mademoiselle L... a inspirada cantora que tão belas noites nos deu no Provisório, partiu ontem no paquete inglês para Montevideu.

- Sim? E o pobre Leopoldo que estava apaixonado por ela? Como ficará vendo fugir-lhe a sua encantadora Madona?

- Leopoldo está mudado e completamente desfigurado! Despediu-se de mim hoje e disse-me que partia para o Madeira tomar ares.

- Coitado! Que decepção!

- Garçom! Charutos!

Na verdade, este amor de teatro acaba sempre em uma comédia ou numa tragédia bem amarga.

O criado trouxe charutos. Escolheram, acenderam e um disse para o outro:

- Adeus! São horas de vestir-me para o consórcio de Lúcio que vai possuir o belo dote e a branca mãozinha da mimosa e engraçada Eugênia!
- Belo dote e bela menina!
- Que sublime dueto!
- E mais um lugar de adido na Legação de Viena! Adeus!
- Adio, caro mio! Disse o outro com uma cara de debutante e saindo após o seu amigo para jogar uma partida nos dezesseis bilhares.
- Garçom! Traze-me agora um sorvete!
- Acabaram-se, meu senhor! Temos café!
- Não sou Voltaire, entendes?
- Quer então vinho ou conhaque?
- Não sou Bocage! Tenho dito!
- E eu descuidei-me e fiquei sem o meu sorvete! Paciência.